



## **Projeto Salitre**

**O 'desenvolvimento que se desenvolveu demais' —  
História, memórias e narrativas de agricultores em um  
contexto de descaso planejado**

**Renato Santos do Nascimento**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
ÉTNICOS E AFRICANOS**

**RENATO SANTOS DO NASCIMENTO**

**PROJETO SALITRE:**

**O 'DESENVOLVIMENTO QUE SE DESENVOLVEU DEMAIS' — HISTÓRIA,  
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE AGRICULTORES EM UM CONTEXTO DE  
DESCASO PLANEJADO.**

Salvador  
2024

**RENATO SANTOS DO NASCIMENTO**

**PROJETO SALITRE:**

**O 'DESENVOLVIMENTO QUE SE DESENVOLVEU DEMAIS' — HISTÓRIA,  
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE AGRICULTORES EM UM CONTEXTO DE  
DESCASO PLANEJADO**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Étnicos.

Orientador: Prof. Dr. Maria Rosário de Carvalho

Salvador

2024

Biblioteca CEAO - UFBA

N244 Nascimento, Renato Santos do.

Projeto salitre: o 'desenvolvimento que se desenvolveu demais' - história, memórias e narrativas de agricultores em um contexto de descaso planejado / Renato Santos do Nascimento. - 2024.

289 f.

Orientadora : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Rosário de Carvalho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Àfro-Orientais 2024.

1. Etnografia. 2. Projeto Salitre. 3. Codevasf. I. Carvalho, Maria Rosário de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Áfro - Orientais III. Título.

CDD - 306.09

## **RENATO SANTOS DO NASCIMENTO**

### **PROJETO SALITRE:**

O “DESENVOLVIMENTO QUE SE DESENVOLVEU DEMAIS” — HISTÓRIA, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE AGRICULTORES EM UM CONTEXTO DE DESCASO PLANEJADO.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

#### **Maria Rosário de Carvalho – Orientadora**

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia e Etnologia

#### **Patrícia Alexandra Godinho Gomes – Examinadora Interna**

Doutora em História e Instituições da África e pós-doutorada em História da África pela Università degli Studi di Cagliari e em Estudos Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada visitante no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos - Pós-Afro da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

#### **Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos – Examinadora Externa**

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Nord. Professora Associada na Universidade Federal do Pará, vinculada ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF).

#### **Edwin B. Reesink - Examinadora Externo**

Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional (UFRJ). Professor Titular do Departamento de Antropologia e Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE

#### **Franklin Plessmann de Carvalho – Examinador Externo**

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Nova Cartografia Social.

# ATA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal da Bahia  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E  
AFRICANOS (POSAFRO)

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO), realizada em 29/11/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS no. <num.ATA>, área de concentração Estudos Étnicos e Africanos, do(a) candidato(s) RENATO SANTOS DO NASCIMENTO, de matrícula 218122580, intitulada PROJETO SALITRE: O DESENVOLVIMENTO QUE SE DESENVOLVEU DEMAIS HISTÓRIA, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE AGRICULTORES EM UM CONTEXTO DE DESCASO PLANEJADO.. As 09:00 do citado dia, Virtual, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. MARIA ROSARIO GONCALVES DE CARVALHO que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. PATRICIA ALEXANDRA GODINHO GOMES, Prof. Dra. SONIA BARBOSA MAGALHÃES, Prof. Dr. EDWIN BOUDEWIN REESINK e Prof. Dr. FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se a arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente

SONIA BARBOSA MAGALHÃES S

DATA: 29/11/2024 07:41:37-0300

CPF: 012.123.456-78

Dra. SONIA BARBOSA MAGALHÃES, UFPA

Examinadora Externa à Instituição

Dr. EDWIN BOUDEWIN REESINK, UFPE

Examinador Externo à Instituição

Dr. FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO, UFRB

Examinador Externo à Instituição

Dra. PATRICIA ALEXANDRA GODINHO GOMES, UFBA

Examinadora Interna

Maria Rosario Gonçalves de Carvalho

MARIA ROSARIO GONCALVES DE CARVALHO, UFBA

Presidente

RENATO SANTOS DO NASCIMENTO

Doutorando(a)

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço à minha orientadora, Professora Maria Rosário de Carvalho, pelo seu apoio e total disponibilidade. Sou grato pela compreensão, pelos conselhos assertivos e pelo estímulo para prosseguir nesta jornada.

Agradeço à Professora Patrícia Godinho Gomes pela atenção dedicada à leitura do material apresentado para a qualificação, bem como pelas valiosas sugestões de leitura e orientações estruturais para o desenvolvimento da tese.

Ao Professor Franklin Carvalho, agradeço imensamente pelas valiosas sugestões dadas durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa, bem como pela sua dedicação na análise minuciosa do material apresentado para a qualificação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, entidade dedicada à promoção e apoio à pesquisa, inovação científica e tecnológica no Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI. A concessão da bolsa revelou-se fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente ao longo dos dois anos marcados pela pandemia de COVID-19.

Ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos - POSAFRO, assim como ao seu corpo docente e colaboradores, expresso minha profunda gratidão.

À Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde me vi emergir na vida acadêmica, marcando meu ingresso neste universo em 1997, expresso minha profunda gratidão.

Ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro - PINEB, expresso minha eterna gratidão por me proporcionar a oportunidade de conhecer e ter em minha vida pessoas tão especiais, além de todas as possibilidades de pesquisa que foram fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao Sr. João Coimbra Neto, responsável pela biblioteca da CODEVASF/JUAZEIRO, meu agradecimento. O material generosamente indicado foi de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Acervo Dom José Rodrigues e à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, agradeço pelo apoio dispensado durante os dias em que pesquisei o rico e bem conservado material do acervo.

À Érica Daiane, salitreira, ativista, historiadora e uma das mais importantes lideranças do Vale do Rio Salitre, minha gratidão. Cada linha desta tese foi “polinizada” com um pouco de sua sabedoria.

À Dona Maria, mãe de Érica Daiane, professora aposentada que, após ter acompanhado Ana Maria Bianchi, em 1983, em suas pesquisas sobre o povo do Vale do Salitre, generosamente repetiu os mesmos caminhos ao guiar-me pelos caminhos das comunidades do Vale.

À Minéia Clara, liderança das comunidades do Baixo Salitre, que, ao caminhar comigo entre as comunidades de Junco e São Gonçalo do Salitre, ensinou-me que liderança não se resume a simplesmente conduzir pessoas, mas sim a criar caminhos pelos quais elas possam caminhar com segurança.

Ao João Victor, jovem salitreiro morador da comunidade de Alfavaca e filho de Minéia Clara, meus agradecimentos pelas conversas e pela agradável companhia de campo.

Aos meus primos, Heron Nascimento, Antônio Carvalho e Herondi Nascimento, minha gratidão pela hospitalidade e pelas caronas proporcionadas entre Juazeiro e o Vale do Salitre.

Aos meus tios Totonho e Dalva, minha gratidão pelas acolhedoras hospedagens na antiga casa da comunidade de Baixinha. A saudade daquele lugar permanecerá para sempre em meu coração.

Agradeço a Toinho, cuja doçura de infância iluminou meus dias de campo no Vale do Rio Salitre. Ele cresceu ao lado deste estudo, tornando-se um amigo eterno.

À minha tia Rosália, minha gratidão pela generosidade e carinho ao abrir as portas de sua casa durante minhas viagens entre Salvador, Juazeiro e o Vale do Salitre. Seu

acolhimento foi como um abraço que supera distâncias, tornando cada visita uma experiência única e calorosa.

Às minhas primas Fernanda, Talita e Eliene, gratidão pelo carinho e apoio em todos os momentos desta jornada.

Aos salitreiros e salitreiras que, ao longo desta pesquisa, não apenas me ajudaram, mas também me acolheram calorosamente em suas comunidades, compartilhando generosamente suas histórias e conhecimentos: Dona Eliete, Dona Lili, Dona Leonice, Dona Renildes, Seu Lôu, Seu Alonso, Seu Rogaciano, Bubu, Seu Genivaldo e todos os outros que tive a felicidade de conhecer e com quem pude dialogar.

Expresso minha gratidão ao amigo Zé do Zaca pela constante parceria, pelas caminhadas, pelos cafezinhos e pelas horas agradáveis que compartilhamos, repletas de vivências, conversas e memórias.

Agradeço ao meu pai por me permitir acompanhá-lo em sua volta ao Vale do Rio Salitre e por compartilhar suas memórias mais íntimas sobre este lugar. A minha mãe e aos meus irmãos, minha gratidão por sempre acreditarem em mim. Conduzir esta pesquisa foi como retornar para casa, e sem o apoio incondicional de vocês, essa jornada nunca teria sido possível.

Agradeço aos meus amigos, em especial Ana Claudia, Jurema Machado, Fábio Lima, Monica Celestino e Henrique Brito. A amizade de cada um foi uma fonte inestimável de força ao longo de todo processo de construção desta tese. Expresso aqui meu mais sincero agradecimento a todos!

Ao meu querido amigo Sandro Augusto, que, apesar da distância, segue sendo uma inspiração constante em minha jornada acadêmica.

## ***In Memoriam***

Agradeço imensamente à Dona Maria Bernadete, carinhosamente conhecida como Dona Beta. Sua alegria ao compartilhar sua trajetória no Vale do Rio Salitre abriu caminhos que me permitiram reviver momentos importantes da minha vida.

Expresso minha gratidão a Haroldo Schistek, que, em 2017, com extrema gentileza, me recebeu na sede do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e compartilhou suas memórias sobre o Vale comigo.

À minha prima Zélia, eterna gratidão pela amizade sincera, pelo carinho e afeto constantes, pelos abraços calorosos e pela generosidade de sempre manter as portas de sua casa abertas para mim. Seus gestos permanecem vivos em minhas memórias e em meu coração, como um abraço que nunca se desfez.

NASCIMENTO, Renato Santos do. **Projeto Salitre: O 'desenvolvimento que se desenvolveu demais' — História, memórias e narrativas de agricultores em um contexto de descaso planejado.** Orientadora: Maria Rosário de Carvalho. 2024. 289 f. il. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2024.

## RESUMO

No início dos anos 1960, o Vale do Rio Salitre, localizado entre os municípios de Campo Formoso e Juazeiro, na bacia do rio Salitre (afluente do São Francisco), na porção norte do Estado da Bahia, foi integrado à rota da ideologia e das políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro. Em colaboração com a ONU/FAO e BIRD, diversos estudos de viabilidade agrícola foram conduzidos na região para a implementação do Projeto Público de Irrigação Salitre, oficialmente inaugurado em 2010. Ao longo de mais de 60 anos, os habitantes das comunidades às margens do rio Salitre, nos arredores do Perímetro Irrigado, mantiveram a esperança nas recompensas prometidas pela CODEVAS (agência estatal gestora do Projeto) para compensar os prejuízos socioambientais e territoriais causados pelas diversas etapas de implementação do Projeto. No entanto, esses moradores agora enfrentam os efeitos do que chamam de "herança maldita" do Projeto Salitre. Autodenominando-se "salitreiros" como forma de reafirmar sua identidade com o rio e como elemento de resistência e enfrentamento à ação do Estado na região, eles reivindicam: a perenização total do rio; o uso responsável da água, conforme a lei 9.433/97, que estabelece o consumo humano como prioridade em situações de escassez; e a distribuição dos benefícios prometidos, como a alocação de lotes agrícolas, atualmente concentrados nas mãos dos grandes produtores do agronegócio, que exploram a terra e os recursos hídricos da região. Ao realizar uma etnografia das narrativas e histórias das populações locais, este estudo visa tornar visível a violência silenciosa incorporada no discurso e nas práticas desenvolvimentistas do Projeto Salitre, transformando o "sonho de redenção" dos salitreiros em uma realidade de exclusão, sofrimento e indignação. Este estudo, portanto, caracteriza-se como uma etnografia da vida do povo salitreiro, profundamente alterada em nome de um desenvolvimento historicamente alinhado com uma ideologia social ocidental de dominação. Sob essa perspectiva, e fundamentada teoricamente nos conceitos de descaso planejado e violência administrada elaborados por Parry Scott (2009), a tese sustenta a hipótese de que o Projeto Salitre teve um impacto direto sobre o ambiente e os modos de vidas das populações locais, resultando em uma série de eventos marcados por experiências de exclusão, perdas territoriais, espera, sofrimento, inseguranças e secundarização de suas necessidades e interesses.

**Palavras-chave:** Etnografia; Projeto Salitre; Salitreiros; desenvolvimento; descaso planejado; violência administrada; Codevasf

NASCIMENTO, Renato Santos do. **Salitre Project: The “development that developed too much” — History, memories, and narratives of farmers in a context of planned neglect.** Advisor: Maria Rosário de Carvalho. 2024. 289 f. il. Thesis (Doctorate in Ethnic and African Studies) – School of Philosophy and Humanities, Federal University of Bahia, 2024.

## ABSTRACT

In the early 1960s, the Salitre River Valley, located between the municipalities of Campo Formoso and Juazeiro, in the Salitre River basin (a tributary of the São Francisco River), in the northern portion of the state of Bahia, became integrated into the route of ideology and development policies of the Brazilian state. In collaboration with the UN/FAO and the World Bank, various agricultural feasibility studies were conducted in the region for the implementation of the Salitre Public Irrigation Project, officially inaugurated in 2010. Over more than 60 years, the inhabitants of the communities along the Salitre River, in the vicinity of the Irrigated Perimeter, maintained hope in the rewards promised by CODEVAS (the state agency managing the Project) to compensate for the socio-environmental and territorial losses caused by the various stages of Project implementation. However, these residents now face the effects of what they call the "cursed legacy" of the Salitre Project. Self-identifying as "salitreiros" as a way to reaffirm their identity with the river and as a form of resistance and confrontation against the State's action in the region, they demand: the total perennialization of the river; responsible water use, in accordance with Law 9.433/97, which prioritizes human consumption in situations of scarcity; and the distribution of promised benefits, such as the allocation of agricultural plots, currently concentrated in the hands of large agribusiness producers who exploit the land and water resources of the region. By conducting an ethnography of the narratives and stories of local populations, this study aims to make visible the silent violence embedded in the discourse and developmental practices of the Salitre Project, transforming the "redemption dream" of the salitreiros into a reality of exclusion, suffering, and indignation. This study, therefore, is characterized as an ethnography of the life of the salitreiro people, profoundly altered in the name of a development historically aligned with a Western social ideology of domination. From this perspective, and theoretically grounded in the concepts of planned neglect and administered violence elaborated by Parry Scott (2009), the thesis hypothesizes that the Salitre Project had a direct impact on the environment and the ways of life of local populations, resulting in a series of events marked by experiences of exclusion, territorial losses, waiting, suffering, insecurities, and marginalization of their needs and interests.

**Keywords:** Ethnography; Salitre Project; salitreiros; development; planned neglect; administered violence; Codevasf

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES**

---

AGROVALE - Agroindústrias do Vale do São Francisco S.A.

ANA - Agência Nacional de Águas

ASCLAREC – Associação Comunitária dos Lavradores do Recanto, Santa Terezinha e Bebida

ALPRO - Programa Aliança para o Progresso

BHRSF – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

BHS – Bacia Hidrográfica do Rio Salitre

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BUREC - Bureau of Reclamation

CBHS - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CVC – Comissão do Vale do São Francisco

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMATER-BA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

EMATER-BA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAMESF - Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FETAG - Federação de Trabalhadores na Agricultura

FMI - Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional

FPI - Fiscalização Preventiva Integrada

GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

HYDROEXPORT - Companhia de Comissão Empresarial para Exportação de Obras Hidráulicas

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IMA - Instituto do Meio Ambiente

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada  
JP-ENCO-TAHAL – Consórcio criado para a execução de obras de irrigação em Juazeiro (BA)  
MIN - Ministro da Integração Nacional  
MINTER - Ministério do Interior  
MP/BA - Ministério Público do Estado da Bahia  
MPF - Ministério Público Federal  
NUSF - Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco  
OED - Departamento de Avaliação de Operações/BIRD  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil  
PÓS-AFRO - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos  
PPI - Projeto Público de Irrigação Salitre  
PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste  
RIMAS - Relatórios de Impacto Ambiental  
RPGA - Planejamento e Gestão de Águas  
STRJ- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro  
SEPROMI/BA - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do governo do Estado da Bahia  
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco  
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta  
TCU - Tribunal de Contas da União  
UAVS - União das Associações do Vale do Salitre  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
USAID - Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO: O RIO, O SALITRE, OS SALITREIROS E O PROJETO SALITRE.....</b>	<b>17</b>
O campo e o tema .....	177
O problema.....	43
O objetivo.....	44
O método.....	45
Estrutura e alinhamento com o método.....	45
<b>CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA.....</b>	<b>52</b>
<b>PARTE I - VALE DO RIO SALITRE: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS DE VIDA .....</b>	<b>57</b>
<b>1. A VIDA AO LONGO DO RIO.....</b>	<b>58</b>
1.1. Vivência, percepções e saberes.....	64
1.2. A vida em Cercado: quando o rio era outro.....	66
1.3. No tempo das enchentes: água e vidas em movimento.....	69
1.4. Bebedouro: enchentes e canaviais.....	70
1.5. Boca da Barra: prenúncios da agricultura irrigada.....	77
1.6. São Gonçalo do Salitre: às margens do São Francisco.....	85
1.7. Horto: Entre cebolas e estaleiros.....	88
1.8. Bebida: os primeiros sinais dos efeitos da irrigação.....	91
1.9. O rio Salitre é vida.....	96
<b>CADERNO INCONOGRÁFICO DA PRESQUISA.....</b>	<b>98</b>
<b>2. NO TEMPO DAS TAPAGENS: CONFLITOS, INSEGURANÇA E ENFRENTAMENTOS.....</b>	<b>103</b>
2.1. No tempo dos conflitos: o povo foi lutando, os homens, os trabalhadores.....	110
2.2. Mortes, chacinas, enfrentamentos e defesa: a história dos conflitos.....	115
2.3. Dom José Rodrigues, São João Batista e os salitreiros: reuniões de comunidades.....	119
2.4. Comunidade, memórias e percepções: o curso das identidades salitreiras.....	124
2.5. Rio, paisagens e memórias.....	127
<b>CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA.....</b>	<b>137</b>
<b>3. A ESTRADA DA VIDA NAS PRANCHETAS DO ESTADO.....</b>	<b>144</b>
3.1. Alto, Médio e Baixo Salitre.....	144
3.2. Lugar, caminhos e memórias.....	145

3.3. O Baixo Salitre dos salitreiros de baixo.....	152
3.4. O Vale, o Rio e o Salitre nas pranchetas do Estado e do desenvolvimento.....	156
3.5. Ligando o que a classificação do desenvolvimento separou.....	169
<b>4. EXCLUIDOS DA TERRA E ATINGIDOS POR PROFUNDAS DESIGUALDADES: O FLUXO DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>175</b>
4.1. Arrendatários de suas próprias terras.....	175
4.2. Um projeto de desenvolvimento com vocação empresarial.....	186
4.3. “Salitreiros Mesmos”, “Salitreiros Migrantes”.....	187
4.4. Impedidos de participar do Projeto Salitre.....	193
<b>PARTE II - PROJETO PUBLICO DE IRRIGAÇÃO SALITRE: O "DESENVOLVIMENTO QUE SE DESENVOLVEU DE MAIS".....</b>	<b>196</b>
<b>5. PROJETO SALITRE: DESENVOLVIMENTO, DESCASO E EXCLUSÃO....</b>	<b>197</b>
5.1. Os financiadores.....	198
5.2. História e interpretações: impactos de um projeto de desenvolvimento.....	200
5.3. Na draga do desenvolvimento.....	202
5.4. Planejamento de descaso e violência.....	210
5.5. Estratégias para implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Brasil.....	219
5.6. A moralidade técnica do desenvolvimento.....	220
5.7. Perdas irreparáveis.....	226
5.8. Desejos, expectativas e as incertezas de um projeto de desenvolvimento.....	237
<b>6. EDITAL Nº. 18/2009: USURPAÇÃO DA TERRA, EXCLUSÃO E PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDE.....</b>	<b>239</b>
6.1. Lote, terra e a desconfiança dos excluídos.....	243
6.2. A vida depois do Edital: a herança maldida.....	247
6.3. Práticas que legitimam a insegurança estrutural.....	250
6.4. Supressão vegetal e os danos morais coletivos.....	252
6.5. O des-envolvimento na pauta do desenvolvimento.....	256
6.6. A emergência da luta organizada.....	259
6.7. Agricultores fora dos interesses do Estado.....	261
6.8. Não era a redenção: a verdadeira vocação do Projeto Salitre.....	265
<b>CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA.....</b>	<b>267</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>268</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....</b>	<b>271</b>



APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

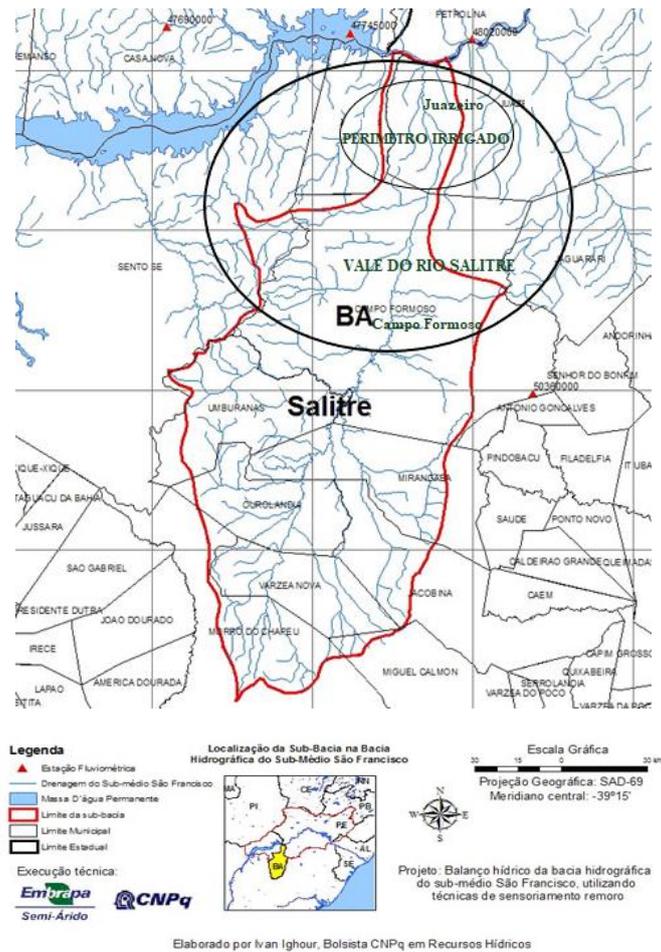
### O RIO, O SALITRE, OS SALITREIROS E O PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO SALITRE

#### O campo e o tema

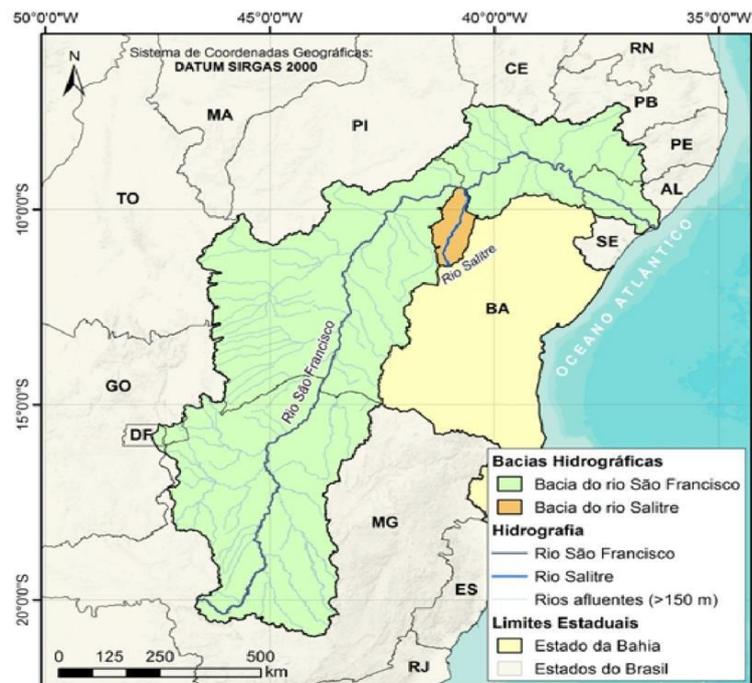
O curso do rio Salitre tem início na localidade de Boca da Madeira, no município de Morro do Chapéu, e percorre sua trajetória até desaguar na comunidade de Sabiá, situada no município de Juazeiro, a jusante da barragem de Sobradinho. A bacia hidrográfica do Salitre engloba diversas localidades, passando por nove municípios, abrangendo Morro do Chapéu, Várzea Nova, Ourolândia, Miguel Calmon, Umburanas, Jacobina, Mirangaba, Campo Formoso e Juazeiro. Estendendo-se por 333,4 km, de acordo com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), o rio ocupa uma área de 14.136 km<sup>2</sup>. Entre os municípios de Campo Formoso e Juazeiro encontra-se o Vale do Rio Salitre, onde vivem os autodenominados "salitreiros", agricultores e agricultoras que utilizam tal designação como forma de reafirmar suas identidades locais com o rio e como meio de resistência e enfrentamento à intervenção do Estado na região. Na área correspondente aos municípios de Juazeiro e Campo Formoso, o rio Salitre divide-se em três segmentos: Alto, Médio e Baixo Salitre. Este estudo concentra-se especificamente nas comunidades situadas na região do Baixo Salitre.



FONTE: Folha de São Paulo, 19 de março de 2023. Aspecto do Rio Salitre.

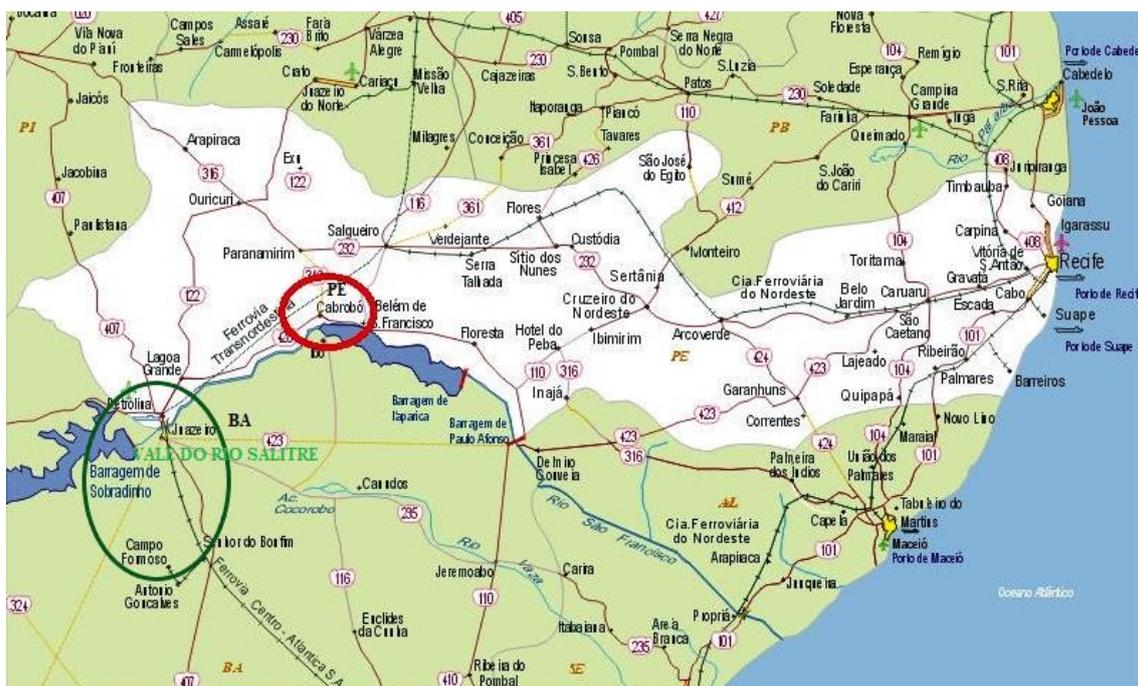


Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/bhsf/index.php?opcao=salitre>



Localização geográfica do Rio Salitre. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Localizacao-do-rio-Salitre\\_fig2\\_344310633](https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Localizacao-do-rio-Salitre_fig2_344310633)

Nos anos 1940 eram evidentes os cultivos de cana de açúcar (Catão, 1943), além da produção de rapadura e cachaça, conforme relatado por Ana Maria Bianchi dos Reis (1986) em sua análise sobre os modos de produção camponesa no Vale do Salitre. Duas décadas mais tarde, nos anos 1960, presenciamos os primeiros ensaios de cultivo irrigado de cebola, melão, melancia e tomate, introduzidos por agricultores migrantes provenientes do município de Cabrobó, em Pernambuco. Até o início dos anos 1970, a abundância de água e a qualidade do solo conferiram ao Vale do Rio Salitre uma posição pioneira na prática da agricultura irrigada. Já nas décadas de 1970 e 1980, essa prática foi reforçada pela chegada de agricultores japoneses que, ao não serem incorporados ao Projeto de Irrigação de Bebedouro (Martinez, 2016), em Petrolina, estado de Pernambuco, optaram por explorar as terras do Salitre, orientados pelas promessas de desenvolvimento do Projeto de Irrigação Pública Salitre. Este estudo se dedica a compreender os impactos desse projeto nas comunidades de agricultores que habitam o Vale do Rio Salitre.



Localização do município de Cabrobó-PE: fica a 208 km de distância do Vale do Rio Salitre, acessível pela BR 428.

A história de ocupação do Vale do Rio Salitre remonta ao século XVII, período marcado pelas entradas das bandeiras comandadas por Francisco Dias de Avilla, filho de Garcia de Ávilla. Francisco, considerado destemeroso e ardiloso no combate às populações indígenas que habitavam a região, recebeu o título de “descobridor” das terras

do Vale do Rio Salitre. Inicialmente, explorou o salitre (Nitrato de Sódio), cuja composição química possui alto poder de combustão e explosão, sendo valorizado na época devido ao seu uso na produção de pólvora.

Nas suas investidas, ampliou suas terras até o sul de Jacobina, percorrendo as margens do Rio São Francisco até as proximidades de Minas Gerais. Nesses territórios, amparado pelo prestígio junto à Coroa Portuguesa, que adotava a estratégia de recompensar os bandeirantes por seus serviços na colonização do território brasileiro e domínios ultramarinos (Farias Santos, 2022), Francisco Dias de Avilla, em parceria com Belchior Dias Moreya, o Belchior, a quem também se atribui a usurpação do rio Salitre e das terras circundantes, enfrentou os povos indígenas da região com guerras de extermínio, genocídios e escravização.

No rio Salitre, em 1659, Garcia de Ávilla e seu filho Francisco entraram em combate contra o Povo “Cariry” – Cariri, kariri, kairiri – (Barros, 1920; Nantes, 1997). Após a vitória do colonizador, os indígenas sobreviventes foram aprisionados e escravizados. Em 1671, Francisco Dias de Ávila, encarregado de explorar o rio Salitre, reprimiu violentamente o povo Galaches nas povoações ao sul do Rio São Francisco. Nessa empreitada, obteve uma extensa área de terras que abrangia os estados do Piauí, Pernambuco, Ceará e Paraíba, agraciado pela Coroa (Barros, 1920). Em 1685, após um episódio que resultou no massacre do povo Galache, ele se apropriou, "sob o pretexto de ser dono das terras devolutas do S. Francisco" (Barros, *ibid.*), das terras ocupadas pelos indígenas, transgredindo as disposições régias, mas expandindo assim seus currais.

A colonização dos sertões do São Francisco e de toda a região que margeia seu tributário, o Salitre, foi marcada por extrema e voraz violência contra os povos originários. Barbosa Lima Sobrinho, ao introduzir a Relação do padre Martinho de Nantes (1979), onde são denunciados os martírios dos povos indígenas capturados, vendidos e assassinados, confessa que "muitas dessas entradas e bandeiras talvez pudessem ser hoje averbadas de genocídio" (1979, p. XVII). Sobre o processo de colonização, Edwin Reesink (2017) afirma que o apetite voraz e devastador dos bandeirantes, em suas incursões aos sertões da Bahia, resultou em "guerras de extermínio, verdadeiros genocídios, escravização mais ou menos aberta ou, pelo menos, a subjugação a uma

servitude quase total e a tomada quase inteira de suas terras para a construção dos currais de gado" (2017, p. 23).

Dessa forma, as amplas fazendas de gado foram estabelecidas, impulsionando a ocupação do sertão e, posteriormente, a colonização de toda a zona ribeirinha do rio São Francisco e de seus tributários. A abertura de caminhos pelos rebanhos de gado deu origem a assentamentos estratégicos, especialmente ao longo dos cursos de água significativos. O município de Juazeiro, no estado da Bahia, inquestionavelmente, testemunhou ascensão e progresso intrinsecamente ligados a esse contexto.

Conhecida como a Passagem de Juazeiro, a antiga vila se transformou em ponto obrigatório de passagem entre o Recôncavo e os sertões do Piauí, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Goiás. A conectividade com esses estados mais distantes era estabelecida por meio da navegação. A ocupação inicial do município concentrou-se principalmente no trecho do Vale do Rio Salitre e na área adjacente ao rio São Francisco, onde a população pôde se estabelecer, explorando as terras alagadas para o cultivo de culturas alimentares, como feijão, milho, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, melancia, entre outras.

Posteriormente, a população passou a explorar regiões que apresentavam fontes de água viáveis para a fundação de pequenas comunidades, apoiando-se na prática da pecuária extensiva e na agricultura de subsistência em áreas com solos mais propícios para essas atividades.

Esse processo ganhou impulso no final do século XIX, com a inauguração da linha ferroviária que ligava a capital do estado ao sul do país. Esse avanço possibilitou o desenvolvimento de pequenas localidades que, a partir desse momento, conseguiram facilitar o escoamento de suas mercadorias e se integrar ao principal mercado consumidor, localizado na sede do município. Nesse mesmo período, a navegação no trecho entre Juazeiro e Pirapora-MG, no rio São Francisco, experimentou um notável crescimento impulsionado pela construção e lançamento do Saldanha Marinho, o primeiro navio a vapor a percorrer as águas do "Velho Chico".

A partir de 1959, essa região foi inserida em um projeto de desenvolvimento agrícola para o Nordeste do Brasil. Em fevereiro daquele ano, o governo federal e os governadores dos estados nordestinos aceitaram uma proposta de desenvolvimento elaborada por um grupo de trabalho especial, intitulada "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste", da autoria do economista Celso Furtado. Essa proposta, também conhecida como declaração, delineava as diretrizes das políticas necessárias para acelerar o desenvolvimento na região, preconizando a elaboração de planos de longo prazo e a coordenação de todas as atividades federais e estaduais na área.

Dentro desse contexto, o Governo do Brasil solicitou assistência ao Fundo Especial das Nações Unidas para realizar um estudo sobre os recursos de terra e água na bacia do rio São Francisco e de seus afluentes, na região semiárida do centro nordeste do país. O objetivo do estudo era criar uma base de dados sobre a região para orientar o planejamento do desenvolvimento econômico por meio de irrigação em larga escala. É nesse cenário que surge o Projeto Público de Irrigação Salitre.

As obras de implantação do Projeto de Irrigação Salitre foram oficialmente iniciadas em maio de 1998 pela Construtora Norberto Odebrecht S/A. No entanto, as discussões sobre a viabilidade de sua implantação começaram nos primeiros anos da década de 1960, no âmbito das competências da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959. Em 1966, a autarquia, em parceria com a Organização para a Alimentação e Agricultura-FAO, concluiu o primeiro estudo de reconhecimento e viabilidade da região para o desenvolvimento agrícola e implantação do projeto público de irrigação. Esse estudo defendeu as potencialidades do Vale do Rio Salitre e de todo o Submédio São Francisco para o desenvolvimento da agricultura irrigada, mas também enfatizou suas limitações relacionadas aos recursos hídricos.

De acordo com dados da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e da Secretaria de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (2010), além do relatório de fiscalização das obras de implantação do Perímetro de Irrigação Salitre, os estudos de pré-viabilidade para a implementação do Projeto Salitre só foram efetivamente concluídos 23 anos depois de realizados os estudos conduzidos pela FAO/SUDENE, em 1989. Segundo essas mesmas fontes, os estudos de viabilidade

foram iniciados em 1990, com sua conclusão oficialmente confirmada quatro anos depois, em 1994.

Antes dos estudos conduzidos pela CODEVASF, entre as décadas de 1980 e 1990, o Projeto Salitre havia sido contemplado, em 1975, por um Plano Diretor elaborado por um consórcio constituído pela Agência de Desenvolvimento para a América Latina (ADELA) e pelo grupo inglês Twig do Brasil (TCU/Secretaria de Controle Externo — BA, 2009). A presença do grupo inglês Twig e da ADELA, empresa e banco de desenvolvimento multinacional, em uma das etapas de retomada dos estudos de viabilidade das obras de implantação do Projeto Salitre, reintegra-o aos projetos de desenvolvimento agrícola e de gerenciamento hídrico mundial.

Conforme anteriormente aludido, o primeiro estudo de viabilidade agrícola do solo do Vale do Rio Salitre para a implementação do Projeto Salitre foi conduzido pela SUDENE e pela FAO, que atualmente dá nome a uma das quatro porções de área agrícola definida pelo consórcio JP/Enco/Tahal. Foi esse consórcio que, em 1989, concluiu os estudos de pré-viabilidade do Projeto Salitre. Os demais nomes atribuídos às outras três áreas agrícolas são: Chesf, Salitre e Aluvião. Além da FAO, ADELA, Twig e Tahal, instituições financeiras internacionais e agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), também atuaram nas inacabadas etapas de implantação do Projeto de Irrigação Salitre.

O estudo realizado pelo consórcio ADELA/Twig do Brasil integrou um programa de desenvolvimento agroindustrial abrangendo uma área de 50 mil hectares irrigáveis. Esse programa foi conduzido pela Sociedade Anônima do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SADEVAL), uma empresa constituída por iniciativa da ADELA e Twig do Brasil e que recebeu recursos financeiros do governo federal por meio do Banco do Nordeste (BNB). No ano subsequente, em 1976, concomitantemente aos estudos da SADEVAL, teve início o Projeto de Irrigação FAMESF-Salitre. Em 1979, um grupo de estudantes do Programa de Capacitação da Agricultura Irrigada, integrado ao Convênio IICA/MINTER-Ministério do Interior/SUDENE, retomou os estudos iniciados pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF). Essa etapa, sediada no

escritório da CODEVASF em Juazeiro, complementou o Projeto de Irrigação FAMESF-Salitre e contou com a participação de estudantes de agronomia da própria Faculdade, além de profissionais especialistas em irrigação e drenagem.

Sob a coordenação de Enrique Matute Bregante, engenheiro agrônomo peruano, o projeto tinha como objetivo introduzir na região do médio São Francisco um método de regularização de terras para irrigação, similar ao que havia sido implementado em áreas agrícolas do Peru, em 1960. Ademais, visava desenvolver um estudo sobre a viabilidade de um sistema de drenagem para tornar a agricultura irrigada na região uma prática adequada.

Denominado “Nivelación por Emparejaaduras”, esse método de regularização de terras foi experimentado pela primeira vez no Projeto Piloto de Irrigação e Colonização de San Lorenzo-Piura/Peru, com o propósito de comprovar sua viabilidade e estender sua aplicação para áreas mais extensas (IICA, 1980). Endossado pelo IICA como eficiente no território peruano, tanto no processo de regularização de terras em pequenas áreas de irrigação com recursos econômicos limitados como em grandes projetos de irrigação que demandavam tempo relativamente curto para seu desenvolvimento, o método foi incorporado aos objetivos do Projeto de Irrigação FAMESF/Salitre em 1979. Conforme registros em boletins publicados pelo IICA, o intuito era comprovar a viabilidade econômica de sua utilização nas áreas irrigadas dos projetos que se estabeleciam na região (IICA, 1980).

Enquanto a FAMESF desenvolvia seu projeto de irrigação em parceria com o IICA, a CODEVASF, reconhecendo a potencialidade agrícola do Vale do Rio Salitre e considerando a produção positiva do Polo Juazeiro/Petrolina, estendeu suas ações para a região do Baixo Salitre, da foz à comunidade de Junco. Cabe ressaltar que, em 1979, o Polo Juazeiro/Petrolina já era considerado um dos mais importantes componentes do cinturão verde do Submédio São Francisco e exemplo de desenvolvimento da agricultura irrigada do Nordeste.

O levantamento de dados acerca dos estudos, planos, programas, planejamentos, tomadas e retomadas das obras do Projeto Salitre será importante para sustentar,

metodológica e teoricamente, a tese defendida neste estudo de que o Projeto de Irrigação Salitre é marcado por uma retórica desenvolvimentista de obras inconclusas e de promessas que se renovam a cada etapa, anunciadas às populações atingidas para um futuro que nunca chega, mas que exige sempre sacrifícios locais. O levantamento e análise desses dados são também fundamentais para sustentar o argumento de que o Projeto Salitre é um claro exemplo de descaso planejado que se confirma nos processos de implementação de projetos de desenvolvimento agrícola, assim como ocorre em grandes projetos de construção de barragens, tal como defendido por Parry Scott (2009; 2012; 2022).

Dando sequência ao processo de implantação do projeto de irrigação agrícola no Vale do Salitre, em 1979 a CODEVASF faz um estudo minucioso da realidade rural das comunidades localizadas no Baixo Salitre, entre a foz e o distrito de Junco. Defendendo a necessidade de um plano de integração entre diferentes órgãos e instituições estatais que favorecesse o desenvolvimento do aludido estudo, inicialmente a CODEVASF engendrou a criação de um Núcleo do Projeto, cuja finalidade era preparar a área estudada para a implantação de uma Cooperativa Agrícola que, em tese, deveria envolver e engajar agricultores familiares moradores do Vale do Rio Salitre. A cooperativa deveria, da mesma forma, engajar-se às ações da Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Mandacaru (CODEVASF/MINTER, 1979). Com a realização desse estudo, a estatal conseguiu arrolar um conjunto de dados sobre diferentes aspectos socioeconômicos da região demarcada para o empreendimento. Segundo consta em documentos da estatal (1979), os dados foram usados como subsídios para as políticas de desenvolvimento previstas para o “promissor Vale do Rio Salitre”. As políticas de desenvolvimento defendidas, que, se implantadas, transformariam o Vale do Rio Salitre em um grande celeiro abastecedor de alimentos na região, seriam colocadas em prática a partir do envolvimento de diferentes órgãos e entidades de âmbito nacional, estadual e municipal (ibid.).

Um dos aspectos mais marcantes observados nos estudos sobre as potencialidades agrícolas do Vale do Rio Salitre, tanto nos mais antigos quanto nos mais recentes, é a ausência de dados sobre os processos históricos de povoamento da região, as origens étnicas e os elementos identitários das populações que habitam o seu entorno. Essa

negligência fica mais acentuada quando analisados dados sobre as populações que estão no entorno do Perímetro Irrigado. Atualmente dispomos de uma documentação robusta que comprova a presença de povos indígenas na região. Esses povos, em conflito com os colonizadores, foram vítimas de violentos assassinatos, como mencionado anteriormente. Os vestígios das heranças étnicas do povo salitreiro estão por toda parte: nos nomes dos povoados; nas pinturas rupestres que ainda podem ser vistas em lajedos e grutas que formam as paisagens da região; mas, principalmente, nas memórias e narrativas dos salitreiros.

Outra informação relevante que não foi identificada nos estudos mencionados anteriormente é o reconhecimento de que algumas comunidades localizadas às margens do rio Salitre são consideradas comunidades quilombolas. O Mapa Municipais, publicado pelo IBGE em 2020, também identifica a existência de comunidades de quilombos ao longo do Vale do Salitre, classificando a região como Território Quilombola. Moradores dessas comunidades estão mobilizados para obter a certificação quilombola junto à Fundação Cultural Palmares.

Unidos, em sua maioria, por laços de compadrio e parentesco, os moradores do Vale do Rio Salitre usufruíram por muito tempo de áreas sem cercamento, ou de *cerca caída* (expressão local para designar terras que são usadas coletivamente), para abrir roças, construir suas casas, criar pequenos animais (caprinos e bovinos) e fazer deslocamentos de um lugar a outro. Praticava-se a forma compartilhada do território. Essa prática sofreu significativas transformações ao longo do inconclusivo processo de implantação da agricultura irrigada no Vale do Rio Salitre. Mais recentemente, conforme relataram interlocutores do Baixo Salitre, agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA visitaram comunidades localizadas no Baixo Salitre para cadastramento dos moradores e conseqüente reconhecimento da região como território de fundo de pasto. Nesta região, o uso tradicional de *terras de cerca caída* para o pastoreio comunitário e de *terras secas* para o cultivo agrícola caracteriza-se como uma prática de territorialização da terra e marco importante dos modos de produção e reprodução social locais. Interlocutores ouvidos durante o trabalho de campo desta pesquisa demonstraram-se informados da importância dessa tradição para o reconhecimento do território onde

habitam como território de fundo de pasto. No entanto, entre os moradores das comunidades as discussões acerca dessa identidade ainda são tímidas.

Nos estudos elaborados para a implantação do Projeto de Irrigação Salitre, analisados nesta pesquisa, não foram identificadas referências acerca da existência de comunidades de pasto e quilombolas na região. Apenas um registro, realizado no início da década de 1940 pelo economista D. Duque Catão (1943), que viajava pela região, ressalta a formação étnica dos habitantes do Vale do Rio Salitre, ainda que superficialmente. O registro realizado por Catão destacava, já naquela época, a potencialidade agrícola do Salitre.

Na década de 1980, os conflitos decorrentes do avanço da agricultura irrigada se intensificam no Vale do Rio Salitre. Além do longo período de pouca precipitação, aumentava significativamente o número de produtores exógenos que, atraídos pela publicidade da potencialidade agrícola do solo da região, chegavam com financiamento de capital e com potentes bombas hidráulicas usadas intensivamente na irrigação de grandes áreas cultivadas.

Recorrente na retórica política da região, principalmente em períodos em que a população ribeirinha sofria com a falta de água devido à longa estação seca, a promessa de retomada do Projeto Salitre ressurgia em 1982, ano de pouca precipitação na região. Nos últimos dias do mês de dezembro daquele ano, o Instituto Nacional de Meteorologia anunciava que os meses seguintes seriam de muita precipitação (A Tarde, 29.12.1982), o que, de resto, era comum em todo o semiárido baiano. Contrariando essas expectativas, o Centro Aeroespacial de São José dos Campos-SP afirmava que um dos mais longos ciclos de estiagem se acentuaria ao longo de 1982 (Ibid.).

Nesse contexto de escassez hídrica, surgem os primeiros conflitos entre grandes produtores exógenos e agricultores locais que, impedidos de ter acesso à pouca água que ainda fluía no rio Salitre, retida pelos primeiros em suas áreas de cultivo, dependiam do precário abastecimento feito pela Prefeitura com a utilização de carros pipa. Diante dessa situação, despontam promessas de retomada do Projeto Salitre e perenização do rio. Assim fez em 1982 o então eleito Deputado Federal Etelvi Dantas que, “sensibilizado”

com o drama vivido pelos salitreiros, prometeu que o primeiro trabalho do seu mandato seria a reivindicação da conclusão “do mais importante projeto de desenvolvimento da região, o Grande Projeto Salitre” (A Tarde,30.12.1982). A situação do Salitre nos anos subsequentes seria noticiada, criticamente, na imprensa nacional, mesmo com as chuvas registradas em determinados pontos da região.

Em 1986, a população salitreira enfrentava os desafios da estiagem e do aumento do uso de bombas hidráulicas na agricultura irrigada. Além disso, conforme noticiado pela imprensa (A Tarde,1986), a distribuição de água, realizada por políticos da região durante o período eleitoral, havia sido suspensa desde o encerramento do pleito em 15 de novembro, agravando ainda mais o sofrimento dos ribeirinhos.

Nesse contexto, e com as sucessivas retomadas de estudos, implantação e execução das obras do Projeto Salitre, a CODEVASF ofereceu à Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF uma área localizada à margem direita do rio Salitre, equivalente a aproximadamente seis mil hectares. Conforme consta no Relatório de Fiscalização nº 135/2009 do Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Controle Externo – BA, na área oferecida pela CODEVASF à CHESF foi realizado um estudo de viabilidade para o reassentamento dos atingidos pela Hidrelétrica de Itaparica. No entanto, devido à oposição dos salitreiros, as duas estatais abandonaram o projeto (TCU/2009, p. 2).

Os dramas ainda vividos pelos reassentados de Itaparica são amplamente tratados por Parry Scott em suas pesquisas e publicações (2009; 2012). Em "Negociação e resistências persistentes: agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado" (2009), por exemplo, Scott evidencia, a partir da noção de descaso planejado, diversas situações de negociação e resistência que persistem nas relações estabelecidas entre as populações afetadas pelas obras da hidrelétrica de Itaparica. A resistência do povo salitreiro ao reassentamento dos atingidos de Itaparica em área oferecida pela CODEVASF à CHESF foi apenas mais um capítulo das histórias de prejuízos e sofrimentos daqueles que habitam comunidades e povoados às margens do rio São Francisco, em áreas que, situadas nos estados de Pernambuco e Bahia, foram destinadas à instalação de grandes hidrelétricas, como as de Itaparica e Sobradinho.

Conforme argumenta Parry Scott, o conceito de descaso planejado reconhece que, frequentemente, projetos de tamanha magnitude prejudicam aqueles que residem próximos aos locais destinados à sua implementação, criando um padrão de prejuízos maior para os mais fracos, independentemente de quão bem organizados e apoiados possam estar.

O estudo aqui desenvolvido utiliza o referido conceito, subsidiado pelos conceitos de violência administrada (Scott, 2009) e inconcludência (Almeida, 2022, 2020; Farias Júnior, 2022, 2016), para abordar os prejuízos e aflições vividos pelos habitantes do vale do Rio Salitre, direta ou indiretamente atingidos pelo Projeto de Irrigação Salitre.

Essas situações criaram distintos prejuízos que, por mais de seis décadas, repercutem sobre suas vidas cotidianas. A noção de situação de descaso planejado integra o campo conceitual das práticas administrativas que constituem o campo de ação e de intervenção estatal sobre as populações atingidas pelas obras do Projeto, colocando o Projeto Salitre na teia dos grandes projetos que, sob uma gestão pautada na moralidade técnica do Estado (Scott, 2022), submetem abrupta e violentamente populações inteiras a uma permanente sensação de insegurança estrutural e administrada (Ibid.).

A oferta da CODEVASF à CHESF para reassentar os atingidos da barragem de Itaparica no vale do Salitre, ocorreu dois anos após um embate entre salitreiros e produtores, na comunidade de Campos dos Cavalos, Baixo Salitre. Desde os últimos anos da década de 1970 e início de 1980, esses produtores concentravam a escassa água do rio Salitre em suas grandes plantações, a montante. O embate, definido por Dom José Rodrigues (na época bispo da Diocese de Juazeiro) como “o confronto do capitalismo selvagem com explorados”, em carta datada de 19 de agosto de 1986, destinada à antropóloga Ana Maria Bianchi dos Reis, resultou na morte de dois produtores e na massificação midiática de que teria havido em Campos dos Cavalos uma chacina.

O motim, designado como chacina pela mídia e instituições estatais, ainda hoje repercute nas memórias locais como um ato de resistência e enfrentamento dos salitreiros contra a violência a que estavam sendo submetidos pelos grandes produtores que os impediam de ter acesso à água do rio Salitre. Ocorrido em 1984, depois de seis anos

consecutivos de seca na região, o conflito acarretou sérias consequências para as comunidades salitreiras do Baixo Salitre, principalmente para as famílias envolvidas diretamente no confronto, que passaram a conviver com a massificada acusação de culpados pela “chacina do rio Salitre”.

Jornais como o Correio da Bahia, de propriedade da família de Antônio Carlos Magalhães, o ACM, estampavam em suas capas matérias que acusavam o Bispo Dom José Rodrigues de liderar a chacina que havia traumatizado a população juazeirense (Acervo Dom José Rodrigues). Neste estudo, esse caso não será tratado em capítulo específico, mas acionado sempre que necessário para contextualizar os argumentos então em curso.

Gudula Maria Boland, em "*Farmers Organizations, Poverty and the Environment in the Sertão, North-East Brazil*" (1997), destacou que o uso excessivo da água do rio Salitre na agricultura irrigada, juntamente com outros dois afluentes do São Francisco, os rios Verde Grande e Gortuba, no norte de Minas Gerais, contribuía para a redução do volume de água. Referindo-se a um estudo de 1982 que indicava que o rio Verde Grande poderia fornecer água para apenas 6% de todas as terras irrigáveis, não para sua totalidade como vinha ocorrendo, a autora ressalta que essa situação anunciava possíveis conflitos hídricos. Boland reporta-se às mortes ocorridas, em 1984, no vale do Salitre para ilustrar os perigos da agricultura irrigada em áreas com escassos recursos hídricos.

Com a construção de seis pequenas barragens que transportavam água do São Francisco para o Salitre, a CODEVASF tentava demonstrar, segundo Boland, a possibilidade de mitigar e prevenir novos conflitos. O desmatamento das margens dos rios, o subsequente assoreamento e o amplo uso de *motobombas* na agricultura irrigada (1997, p. 86) são apontados como fatores determinantes para a escassez hídrica da região.

No ano seguinte, 1987, representantes das comunidades afetadas pelas reiteradas formulações e reformulações da retórica de retomada e de conclusão do Projeto Salitre declararam, em documento destinado à estatal gestora do projeto, CODEVASF, que gostariam de continuar vivendo da criação de cabras, ovelhas e outros animais, mas também da plantação em suas roças e recebendo ajuda do governo para melhorar a

produção local. O documento, assinado pelos representantes das comunidades atingidas e áreas adjacentes, foi uma clara tentativa das comunidades de participar das tomadas de decisão naquela etapa de execução do projeto: já que se pretendia implantar um grande Projeto de Irrigação no vale do Rio Salitre, declararam os atingidos, em tom de lamentação, “fazemos algumas exigências”<sup>1</sup>. As exigências foram divididas em dois grupos: um elencou as demandas daqueles que estavam dentro da área de implantação do Projeto Salitre, ou seja, os diretamente afetados; e outro elencou as exigências daqueles que estavam na periferia da área de implantação do Projeto. Entre as reivindicações feitas para os primeiros, destaca-se a exigência da entrega de lotes agrícolas com toda a estrutura necessária para o cultivo da terra, conforme prometido pelos gestores do projeto de irrigação. No segundo grupo, sobressai a exigência de abastecimento de água para os animais e para todas as populações humanas residentes na área considerada parcialmente afetada.

Ainda neste documento, as comunidades questionam e confrontam os dados apresentados pela empresa Projetos Técnicos LTDA – PROTECS em relação às famílias de pequenos produtores proprietárias de terras localizadas na área de execução da obra do Projeto<sup>2</sup>.

Dentre outras questões, questionou-se a omissão no levantamento feito pela PROTECS em relação ao número de famílias que habitavam os lotes, ou as roças (porções de terra ocupadas por cada unidade familiar) então catalogados. Em três casos específicos, os representantes das comunidades apresentaram dados sobre lotes que, apontados pela empresa como sendo de propriedade de três agricultores atingidos, cada lote pertencente a uma unidade familiar da qual o agricultor era membro, pertenciam, ao contrário dos dados oficiais, a mais nove famílias, além daquela catalogada.

---

<sup>1</sup> Elaboração e Implantação do Projeto Salitre/1987 encontra-se no Acervo Dom José Rodrigues. Formado por livros, revistas, jornais e diversos documentos arrolados na sua maioria pelo Frei Dom José Rodrigues, falecido em 2012, o acervo pertencia à Diocese de Juazeiro antes de ser doado para a Universidade do Estado da Bahia, em Juazeiro. O Acervo Dom José Rodrigues está instalado no interior da biblioteca do Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Juazeiro-BA. Uma cópia do documento pesquisado para este trabalho, intitulado Proposta das Comunidades para

<sup>2</sup> A PROTECS foi responsável pelo levantamento cartográfico da área irrigável e pelo cadastramento dos proprietários residentes na mesma área. Entre os anos de 1989 e 1990, a empresa também foi responsável pelos estudos de solo para reconhecimento das áreas irrigáveis.

Com detalhes, os atingidos relatam os três casos: no primeiro, lote/roça 668, consta apenas o nome de José Almeida Sobrinho como proprietário, quando, na verdade, a área pertencia a mais nove famílias; no segundo caso, lote 666, consta apenas o nome de Edvaldo Alves dos Santos, quando, na verdade, são doze as famílias proprietárias; no terceiro caso, lote 672, registrado em nome de um único proprietário, Grispiniano Teodoro dos Santos, existiam nove famílias.

Em relatório assinado naquele mesmo ano por representantes das comunidades do Baixo Salitre, denuncia-se que seria possível citar vários outros exemplos que confirmariam ser incompleto o cadastramento feito pela empresa contratada pela CODEVASF. Essas informações podem ser conferidas na Proposta das Comunidades para Elaboração e Implementação do Projeto Salitre, lida e assinada pelas populações atingidas no dia 29 de dezembro de 1987, na comunidade de Carnaíba de Dentro, Juazeiro/BA.

A situação descrita acima é apenas uma das várias estratégias utilizadas pelo Estado para desterritorializar as comunidades tradicionalmente presentes na área de implementação do Projeto de Irrigação Salitre, caracterizando-se como uma das diversas formas de descaso planejado pelo Estado para restringir a liberdade de movimentação dos salitreiros na região ocupada pelo Perímetro Irrigado, dominado por grandes empresas.

Duas situações se destacam nessa estratégia de atribuir a uma família um conjunto de oito, nove ou mais propriedades que, na verdade, pertencem a várias famílias: remoção de barreira de impedimentos locais e planejamento estatal que teve por finalidade impor limites à liberdade dos salitreiros no processo de construção de suas territorialidades. Essa liberdade que, por tanto tempo, foi subtraída aos salitreiros pelo Estado, é, no contexto das discussões suscitadas neste estudo, tal como em "O Cidadão", de Thomas Hobbes, definida como a ausência de obstáculos externos que dificultem a realização dos desejos ou ações das pessoas. Em outras palavras, é entendida como a falta de impedimentos e obstáculos ao movimento, ou seja, ao direito de ir e vir dos cidadãos (HOBBS, 2002, p. 148).

O filósofo inglês usa a água represada para exemplificar a situação experimentada por quem está submetido a uma situação de impedimento por restrições à sua liberdade. Diz Hobbes: *a água represada num vaso não está em liberdade, porque o vaso a impede de escoar; quebrado o vaso, ela é libertada* (ibid.148-148). A água represada no vaso não está em liberdade porque o vaso a impede de fluir livremente. Neste caso, o vaso simboliza a autoridade ou o governo que, para o contratualista Hobbes, é necessário para manter a ordem na sociedade. Da mesma forma que o vaso restringe a liberdade da água, o governo restringe a liberdade individual e coletiva dos salitreiros em prol da ordem social, ou seja, da realização de seu projeto de desenvolvimento agrícola atrelado aos estratos dominantes. A quebra do vaso, na metáfora, representa a ausência de governo ou autoridade. Quando as amarras do Estado são arrebentadas pela luta do povo, o resultado é o mesmo da água quando o copo é quebrado, i.e., a água é libertada. Na perspectiva do filósofo, isso sugere que, na ausência de um governo forte, as pessoas podem agir de maneira desordenada e caótica, o que resulta em um estado de natureza no qual a vida é "solitária, pobre, sórdida, bestial e curta".

A liberdade é concebida com base nas características das leis naturais que a governam, sendo definida como a ausência de impedimentos externos (Hobbes, 2003, p. 108). Ele ressalta que, muitas vezes, os impedimentos tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas, alerta-nos, não podem obstar que cada um use o poder que lhe resta, conforme o que o seu julgamento e razão lhe ditarem (ibid). Um homem livre, afirma Hobbes, é aquele que, capaz de agir graças à sua força e engenho, não é impedido de fazer o que tem vontade de fazer (ibid).

Em 2014, reunidos na comunidade de Alfavaca, Baixo Salitre, os salitreiros declararam que o Projeto Salitre não lhes trouxera a redenção prometida. Avisaram às instituições responsáveis pela sua gestão que, apesar de tudo, não fugiriam de suas lutas e se organizaram de diversas formas (Carta Política, 2014). Indignados por terem se tornado mão de obra barata para os grandes proprietários ou arrendatários de suas próprias terras, anunciaram que se organizariam para fortalecer a luta e melhorar o modo de vida e a permanência das unidades familiares nas comunidades atingidas pelas obras do projeto.

A história dos salitreiros tem sido, desde as primeiras etapas de implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre, uma narrativa de descaso planejado e de violência administrada, conforme será descrito e refletido neste estudo. Invisibilizá-los em um levantamento de dados cartográficos para favorecer o processo de implementação de um projeto de desenvolvimento evidencia o que estamos definindo como descaso planejado. Esse conceito descreve a “sensação que persistentemente acompanha a experiência de interagir com agricultores” (Scott, 2014, p. 9) no contexto dos efeitos do Projeto Público de Irrigação Salitre.

Ademais, podemos identificar nas estratégias adotadas pelo Estado para invisibilizar os habitantes locais o que Bertha Koiffmann Becker (2012) definiu como "remoção de obstáculos materiais e ideológicos". Para instrumentalizar o espaço, o Estado, por meio de suas agências, remove o que considera serem obstáculos materiais e ideológicos à expansão do capitalismo (p. 140). Para limpar a área definida para a implantação do projeto e garantir a livre transação com as empresas interessadas, suprimiram, da cartografia do território, os agricultores e suas famílias, atribuindo a um único agricultor a soma de dez lotes/roças pertencentes a dez unidades familiares. Com essa estratégia, o Estado, por meio das ações de sua estatal, a CODEVASF, gestora do projeto, ampliou e se apossou, muito provavelmente, das terras ambicionadas para o empreendimento.

Nos anos seguintes, apesar da escassez de água e dos conflitos que surgiam ou ameaçavam surgir, o Grande Projeto Salitre, como salientado por Gudula Maria Boland em publicação de 1997, entrava em sua fase final de pesquisas, com a promessa de irrigar mais de 80.000 hectares, tornando-se assim o projeto de irrigação mais importante do Vale do Baixo-Médio (1997, pp. 86-87). A etapa de retomada de estudos que viabilizaria a implementação do Grande Projeto Salitre, à qual a autora se refere, seria financiada com recursos do governo húngaro. Desde 1987, a imprensa local vinha noticiando o crescente interesse do governo húngaro pela agricultura irrigada no médio São Francisco. Em 1993, os jornais destacaram a visita de uma missão húngara à região do Polo Agrícola Petrolina/Juazeiro, com o propósito de, em colaboração com o governo brasileiro, iniciar um programa de cooperação técnico-científica para promover o desenvolvimento da agricultura na área.

Na década de 1990, os estudos sobre o Projeto Salitre foram reativados, visando a retomada das obras. Em uma matéria publicada pelo jornal *A Tarde* em 10 de abril de 1990, Júlio Barbalho, então diretor de engenharia da CODEVASF, anunciou que as obras do Grande Projeto Salitre seriam retomadas a partir do Projeto Salitrinho<sup>3</sup>. Ele também destacou o acordo financeiro firmado entre o governo húngaro e a CODEVASF<sup>4</sup> como um ponto fundamental para a reinicialização do projeto.

Para que essa etapa retirasse o Projeto Salitre da condição de projeto inconcluso, faltava apenas que a CODEVASF apresentasse ao Ministério da Fazenda um estudo de viabilidade socioeconômica, o que não aconteceu. Devido a esse impasse, as negociações com o governo húngaro foram inviabilizadas, pois a estatal não recebeu autorização do Ministério da Fazenda para formalizar a negociação. A não liberação dos recursos para o início das obras caiu como uma bomba sobre as expectativas dos agricultores do Vale do Rio Salitre. Muito bem articulado na região, Júlio Barbalho, o diretor de engenharia da CODEVASF e responsável pela gestão do Projeto Salitre, difundiu, mais uma vez, a promessa de que o problema de natureza técnica do projeto seria solucionado e garantiu o andamento das etapas seguintes.

Sem a liberação dos recursos financeiros do governo húngaro para a retomada dos estudos e, finalmente, para reiniciar as obras de instalação do Projeto Salitre, mais uma vez "o sonho de redenção dos salitreiros" foi adiado para a próxima etapa de um projeto que se consolidava como inconcluso e causador de irreparáveis prejuízos ao povo salitreiro, por muitos anos impedido de planejar o próprio futuro. Conforme palavras de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2022) sobre os efeitos da inconclusão de projetos de desenvolvimento sobre os povos e comunidades atingidas, vive-se sob a incerteza de uma conclusão que, até prova em contrário, não ocorrerá jamais ou, num sentido

---

<sup>3</sup> Em 2014, as populações do Baixo Salitre, através de suas associações e lideranças locais, discutiram, em seminário realizado na comunidade de Alfavaca, a longa espera pelos benefícios do Projeto Salitre e as promessas que se renovavam com a retomada da implantação do Projeto Salitrinho. Apresentado pela CODEVASF, em 1990, como ensaio de retomada do processo de implantação do Projeto Salitre, o Salitrinho já está em funcionamento. Por não contemplar a questão de acesso à terra, é considerado um projeto exclusivamente hídrico.

<sup>4</sup> Diferentemente do Grande Projeto Salitre, que tinha vocação empresarial e atendia aos interesses do agronegócio, o Salitrinho foi concebido exclusivamente para atender às demandas dos trabalhadores sem-terra do município de Juazeiro. Não se tratava, cabe ressaltar, de assentar membros do movimento de trabalhadores sem-terra, o MST, mas pequenos agricultores que não possuíam a propriedade na área de implantação do Perímetro Irrigado.

diametralmente oposto, poderá ocorrer a qualquer momento (Apud. Farias Júnior, 2022, p. 14).

Ao longo das muitas vezes em que os estudos para a implantação do Projeto Salitre foram retomados, mistificava-se uma realidade que nunca se materializou. Os efeitos podem ser observados na Carta Política aberta à sociedade divulgada pelos salitreiros em 2014. Na Carta, indagando-se sobre de *onde vieram e para onde vão*, eles lamentam que a redenção por muitos anos prometida tenha se constituído em tristeza e dor, decepção e indignação; que tenham se tornado mão de obra barata para os verdadeiros beneficiados com a inacabada implantação do Projeto Salitre. A retórica da continuidade, assegura Almeida (2022), tem efeitos objetivos sobre as unidades sociais atingidas, porquanto provoca medo, apreensão, incertezas e sofrimento, alterando profundamente suas decisões sobre que rumo tomar com seus grupos familiares (2022, p. 14).

De todo modo, em 1995 foram introduzidas novas modificações na dimensão da área de implementação do Perímetro Irrigado. O projeto de engenharia, segundo dados disponíveis no portal/site da CODEVASF e no Relatório de Fiscalização da Secretaria de Controle Externo – BA/TCU (2009), abrangeu uma área de cerca de 34 mil hectares, que, parcelada, foi integralmente destinada à agricultura irrigada. Ainda de acordo com as fontes pesquisadas, na elaboração do projeto básico que contemplaria mais uma etapa de conclusão das obras do Projeto Salitre, a referida área destinar-se-ia ao uso coletivo, compreendendo toda a estrutura necessária para a execução de um sistema de captação, adução e distribuição de água para o desenvolvimento da agricultura irrigada nos lotes agrícolas. Estes seriam destinados aos grandes e, principalmente, aos pequenos agricultores da região.

A rede de drenagem, que futuramente afetaria significativamente a vida dos salitreiros residentes nas comunidades localizadas no entorno do Perímetro Irrigado, também aparece, nessa etapa, como uma das ações previstas para a implementação do projeto. Sobre a rede de drenagem, discorro com mais detalhes no último capítulo desta tese, na Parte II, onde trato da espera, perspectiva e da luta dos salitreiros pelo direito de acesso aos lotes e do sofrimento experimentado devido aos danos sociais, morais, materiais e culturais causados durante e depois de iniciadas as obras de abertura do canal

de drenagem, assim como do processo de desmatamento agrícola dos lotes que, ao contrário do que fora prometido, não foram ocupados por agricultores locais atingidos pelas obras do Projeto Salitre.

Muito provavelmente, uma das etapas mais bem elaboradas e conclusivas da proposta de implantação da agricultura no vale do Salitre, o projeto básico previa a abertura de vias de acesso e a implementação de rede de distribuição de energia. De acordo com relatos de interlocutores, conforme pode ser lido em vários pontos desta tese, mas com mais detalhes no capítulo que trata da rede de drenagem e da licitação de lotes, o que ocorreu foi o contrário do prometido, principalmente em relação às vias de acesso. Muitas estradas foram interditadas devido à abertura do canal de drenagem, ao cercamento das *terras de cerca caída* e de *terras secas* pelas empresas contempladas para explorar o Perímetro Irrigado, e ao fechamento de vários caminhos e veredas por onde os salitreiros se deslocavam de uma comunidade para outra, da casa para a roça, e etc. Essas interdições causaram dor, desconfiança e medo, o que defino como insegurança estrutural e administrada, sobre as quais trato ao longo de todos os capítulos.

O Projeto Público de Irrigação Salitre tem claras características de intervenção estatal na gestão dos recursos hídricos disponíveis na região do semiárido baiano. Desde os primeiros estudos produzidos no vale do Salitre para a implantação de um empreendimento agrícola irrigado, o rio Salitre foi apontado como insuficiente para suprir a demanda hídrica necessária à produção planejada. Mesmo que muitos empresários tenham migrado para o vale ao longo das várias etapas de estudos de implementação e de retomada das obras do projeto, usando intensivamente os recursos hídricos da Bacia do Rio Salitre, a ponto de esgotá-lo, os estudos sempre apontaram para a necessidade de um bem elaborado e estruturado sistema de captação, adução e distribuição de água para tornar viável a exploração agrícola das férteis terras do vale do Salitre. A proposta para superar essas limitações hídricas sempre foi a transposição das águas do rio São Francisco para o trecho do rio Salitre que atravessa o Perímetro Irrigado. Portanto, o Projeto Salitre é um projeto de intervenção hidráulica do Estado sobre as vidas de um grupo que tradicionalmente vivia, e ainda vive, em um contexto de relações étnico-culturais, sociais e econômicas com o rio, suas águas e as terras que o margeiam.

Assim, seguindo as estratégias e práticas ideológicas que fundamentam os grandes projetos hidráulicos intervencionistas, bem como as novas formas de organização social e demais processos sociais locais, os estudos de 1995 que por mais um tempo sustentariam a retórica da próxima etapa de implementação e execução do Projeto propunham o parcelamento da terra salitreira em lotes, destinando parte dos 34 mil hectares reservados para a implantação da agricultura irrigada. Para tornar viável o empreendimento, os lotes agrícolas foram divididos em setores hidráulicos, isto é, em agrupamentos de lotes de diferentes tipos de usuários (empresas e pequenos produtores), de acordo com o método de irrigação a ser empregado (CODEVASF; SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO – BA/TCU, 2009).

Depois do controverso estudo realizado na etapa protagonizada pela PROTECS, o Projeto Salitre avançou para mais uma fase na escalada desenvolvimentista da agricultura do Submédio São Francisco, empreendida pelo Estado. Reiterando as promessas de um futuro melhor, pano de fundo otimista-desenvolvimentista sob o qual transcorre um processo que pode ser identificado como recorrente no decurso do projeto (Scott, 2009, p. 94), em 1997 são realizados os estudos de impacto do Projeto sobre o meio ambiente. Conduzido pela CODEVASF via contrato com a JP-ENCO-TAHA, o relatório apresenta algumas observações e medidas que deveriam ser adotadas para a implantação do Projeto, destacando-se o desmatamento gradual da vegetação nativa. Essa medida, conforme registrado no Modelo Específico Para Otimização e Promoção do Projeto de Irrigação Salitre, elaborado com o apoio do Banco do Nordeste, em 2001, teve como finalidade evitar "choques ambientais".

No capítulo em que discorro sobre os danos morais e ambientais causados aos salitreiros durante o longo processo que envolveu as obras de implantação do Projeto Salitre, destaco também os procedimentos de supressão da vegetação nativa que, na retórica eufemística da CODEVASF, foi grifada como desmatamento agrícola. No mesmo capítulo, onde questiono este conceito, evoco também as falas dos salitreiros que denunciam os danos causados com a abertura dos drenos por onde fluem os excessos de água e os resíduos dos produtos químicos sintéticos (agrotóxicos) usados nos solos das áreas irrigadas.

O estudo elaborado pelo consórcio JP-ENCO-TAHAL parece ter sido o mais conclusivo sobre os procedimentos que deveriam ser adotados pelos gestores do Projeto nas etapas de implementação do Perímetro Irrigado, visando a preservação de espécies animais e vegetais nativas. No relatório final, apresentado em 1997, o consórcio recomendava que, durante a operação do Projeto, as instituições gestoras tomassem todas as medidas necessárias à preservação das áreas naturais não-irrigadas (Banco do Nordeste, 2001, p. 49). Outra recomendação feita pela JP-ENCO-TAHAL diz respeito ao assentamento e reassentamento das populações atingidas pelo Projeto. Assim, são recomendados o desenvolvimento e a implantação de um plano de reassentamento dessas populações que, morando dentro da área do Projeto, seriam desapropriadas e/ou desalojadas de suas moradias e roças. Segundo Parry Scott (2009), é no reassentamento das populações atingidas que a violência administrada ocorre com mais evidência (p. 95). Essa violência, cabe explicar, corresponde ao longo período de implantação do projeto, onde a desorganização e a morosidade reinam (Scott, 2009, p. 94), e as perspectivas negativas para as populações atingidas são, a cada etapa, reafirmadas, causando-lhes, conforme relatam os próprios salitreiros, decepção, indignação e frustração.

Sem dúvida, a inconclusão tem sido a característica marcante do Projeto Salitre, que, mesmo sem ter sido totalmente paralisado, consolidou-se como uma ameaça constante e renovada (Almeida, 2022, p. 14) ao modo de viver e fazer do povo salitreiro. Enquanto os agricultores ribeirinhos do vale do Salitre aguardavam pelos benefícios e o término das obras propagados pela CODEVASF, a FAO, SUDENE, PROTECS, IICA, FAMESF, ADELA-Twig do Brasil e o consórcio JP-ENCO-TAHAL reavivavam essas expectativas com a repetição de novos estudos, planos, programas e relatórios.

O consórcio JP-ENCO-TAHAL foi, certamente, a empresa que mais estudos realizou ao longo das mais de seis décadas de implantação do Projeto Salitre. Por meio desse consórcio, foram realizados: 1. Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico e Estudos de Mercado – 1995; 2. Levantamento da malha fundiária e cadastro socioeconômico para a elaboração do Projeto Básico de aproveitamento hídrico do rio Salitre – 1996; 3. Estudos de impacto no meio ambiente – 1997; 4. Estudos e Análise Econômico-financeira do Estudo de Pré-Viabilidade do projeto – 1998; 5. Projeto Básico - Relatório do Projeto e Síntese, 1998.

Em síntese, esses estudos apresentam, com raríssimas exceções, condições sempre favoráveis para a implantação do Projeto Salitre. Os seus resultados estão sempre de acordo com os planos de implementação e desenvolvimento de grandes projetos que, invariavelmente, correspondem a duas ordens de objetivos, conforme indicou Parry Scott (2012): a primeira contempla objetivos de ordem maior, aqueles que envolvem os interesses do empresário empreendedor e do capital por ele empregado, e é consolidada com o discurso do desenvolvimento que beneficiará um grande contingente da população; a segunda ordem, apresentada de forma enviesada, diz respeito aos cuidados que as instituições gestoras de grandes projetos de desenvolvimento devem dispensar às populações diretamente atingidas na tentativa de amenizar suas perdas e o sofrimento social prolongado pela inconclusão, morosidade, desorganização e retórica permanente da "conclusão da próxima etapa" (Scott, 2012, p. 122).

Os estudos acerca dos possíveis impactos ambientais do Projeto Salitre sobre a região e os modos de vida dos moradores locais revelam a intenção do Estado em atenuar esses impactos. No entanto, como observado anteriormente, em projetos dessa natureza prevalecem os objetivos de ordem maior. Nesse caso, atenuar não significa evitar os efeitos devastadores de um grande projeto de irrigação em uma região habitada por agricultores com identidades tão diversas, definidas e estabelecidas a partir de suas relações com o lugar e suas realizações produtivas. Num contexto de descaso planejado, atenuar significa simplesmente não comprometer os resultados financeiros das empresas envolvidas. Atenuar os impactos socioambientais sobre as populações atingidas significa conduzir as atividades de forma a não comprometer o lucro.

No caso específico das comunidades salitreiras diretamente atingidas pelo Projeto Salitre, a distribuição dos custos ecológicos, ou seja, dos investimentos feitos pelas instituições gestoras para atenuar os impactos ecológicos, foi desigual, pesando mais sobre os salitreiros que, organizados em diferentes associações e organizações políticas, passaram a debater os prejuízos socioambientais provocados pela forma capital-intensiva de produção agrícola que se instalou no Vale.

Duas ordens de perspectivas emergem na discussão sobre a distribuição dos custos ecológicos. A primeira gira em torno das questões sociais que surgem dessa relação conflituosa entre desenvolvimento econômico e manutenção dos modelos tradicionais de produção, buscando resguardar os modos locais de realização produtiva. Trata-se de uma perspectiva social e identitária, com a qual o projeto de desenvolvimento cria um campo conflituoso entre o crescimento, a distribuição (Enrique Leff, 2009, p. 171) e a preservação das identidades locais, historicamente estabelecidas de acordo com as formas produtivas tradicionais (Ingold, 2015, p. 31).

A segunda perspectiva gira sobre os impactos ambientais e as contradições entre as políticas de conservação e as estratégias de implementação de grandes projetos de desenvolvimento. No relatório do estudo de impacto ambiental do Projeto Salitre realizado pelo consórcio JP-ENCO-TAHAL e apresentado à CODEVASF em 1997, destaca-se uma recomendação notável que ilustra bem essa perspectiva. Refiro-me à medida que recomenda "desmatar gradualmente a vegetação natural, para evitarem-se choques ambientais". O texto não fala em evitar o desmatamento, mas sim fazê-lo gradualmente, adotando estratégias que atenuem os danos socioambientais. Essas estratégias se repetem desde que, atraídos pelas propagandas oficiais, empresários do agronegócio migraram para o vale do Salitre equipados com suas bombas hidráulicas para implementar, na região, a grande agricultura irrigada, antes mesmo de oficializado o início das obras do Projeto Salitre, que só ocorreriam em maio de 1998. Atualmente, a degradação ambiental no Vale do Salitre é progressiva e afeta a vida dos moradores de todas as comunidades localizadas nas três sub-regiões do vale, i.e., Baixo, Médio e Alto Salitre.

Em maio de 1998, após trinta e dois anos de sucessivas tomadas e retomadas dos estudos de viabilidade do Projeto Salitre, foi oficialmente anunciado o início das obras de sua implantação. Este marcou o início de mais uma etapa que não se concluiria dentro dos prazos anunciados. Planejado para ser implantado em cinco etapas, os trabalhos iniciais foram conduzidos pela Construtora Norberto Odebrecht S/A. Ela começou implantando as instalações de infraestrutura que favoreceriam a irrigação de uso comum da Etapa I, que abrangeria 5.084 hectares. Inicialmente, essa área irrigada seria dividida em 75 lotes para empresas e 255 para pequenos irrigantes (CODEVASF; TCU/BA -

Secretaria de Controle Externo – BA, 2009). Mantendo sua história de paralisações e inconclusões, as obras propriamente ditas, iniciadas em 1998, foram, no entanto, paralisadas em janeiro de 2001. Como já alertado, a inconclusão de um grande projeto não significa a paralisação absoluta das atividades previstas (Almeida; Farias Júnior, 2022). Dessa forma, seguindo os caminhos da incerteza, o Projeto passou por mais dois períodos de paralisação: janeiro/2001 a maio/2001 e fevereiro/2003 a janeiro/2004 (CODEVASF; TCU/BA, 2009). Em 2004, as obras foram dadas como encerradas pela CODEVASF, sendo retomadas em 2007.

Incluído no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), lançado em janeiro daquele mesmo ano de 2007, o Projeto Salitre teve suas obras beneficiadas com recursos orçamentários abundantes que se estenderiam entre os anos de 2007 e 2010, o que permitiria que a CODEVAS retomasse as obras de implantação do Projeto e, conseqüentemente, sua inauguração e funcionamento.

Iniciada em 2007, esta fase do Projeto culminaria com situações de impedimento planejados, expressos em um Edital de licitação que inviabilizaria o acesso dos salitreiros aos lotes que, na retórica estatal, seriam reservados aos pequenos agricultores diretamente afetados pelas obras de implantação do Perímetro Irrigado. Tal como anunciado, eram destinados 255 lotes aos agricultores familiares e 67 lotes aos empresários agroindustriais. Impedidos de participar do processo licitatório para se tornar proprietários dos lotes agrícolas, por não atenderem aos critérios de seleção prescritos no Edital 19/2009/CODEVASF, os salitreiros foram, mais uma vez, atingidos pelo princípio da desigualdade que regeu as diversas etapas de implantação do Projeto Salitre. O estudo de viabilidade realizado pelo consórcio JP-ENCO-TAHAL, em 1991, e no qual foram definidos os tamanhos dos lotes agrícolas destinados às populações afetadas, se confirmou, diante dessa situação de impedimento, como mais uma etapa da retórica desenvolvimentista. O levantamento dos planos de assentamento dos irrigantes e de reassentamento da população afetada pelo Projeto Básico de Irrigação do Rio Salitre, elaborado pelo mesmo consórcio na etapa de 1995/1997, criou uma aura de expectativa entre os salitreiros que foi violentamente desconstruída com a publicação do Edital, que listava uma série de exigências que os excluía do pleito licitatório. Esses eventos, ocorridos entre 2007 e 2010, envolvendo a demarcação dos lotes e as estratégias do

Estado para evitar que os salitreiros os adquirissem, remontam às nossas memórias do levantamento feito pela PROTECS sobre as famílias proprietárias de roças no vale do Salitre. Naquele levantamento de 1987, conforme já visto, a uma única família era atribuída a posse das terras (roças) de outras dez famílias. Essa situação, questionada pelos salitreiros, pode ter sido a origem dos impedimentos interpostos pela CODEVASF para que os salitreiros tivessem acesso à terra. O Edital e as exigências impostas aos salitreiros para adquirirem os lotes agrícolas, assim como o levantamento de 1987, constituem-se como parte das estratégias de instrumentalização do espaço pelo Estado. Conforme mencionado anteriormente, são ações que buscam remover obstáculos materiais e ideológicos à expansão do capitalismo e à centralização do poder (Becker, 2012). No curso das duas partes desta tese discorreremos sobre o conjunto dessas situações que, por mais de sessenta anos, prejudicam as vidas dos agricultores do Vale do Rio Salitre.

## **O problema**

Na tradição das políticas intervencionistas do Estado e dos megaprojetos de desenvolvimento que mais vezes do que nunca chegam sem ouvir as vozes das populações locais, espoliando ambientes e causando rupturas irreparáveis às comunidades, o Projeto Salitre tem sido responsável por graves problemas para as populações do Vale ao longo de mais de seis décadas. Essas comunidades, diretamente afetadas pelo projeto desde os primeiros estudos realizados ainda na década de 1960 para sua implantação, têm enfrentado a espera e a desilusão em relação às promessas divulgadas pela CODEVAS, a entidade estatal responsável pela gestão do projeto.

Os impactos desse projeto sobre as comunidades do vale do Salitre abrangem uma série de questões sociais, econômicas, ambientais e culturais: perda de terras tradicionalmente ocupadas; destruição dos meios de subsistência tradicionais; assoreamento do rio Salitre e rompimento da conexão entre as comunidades; abertura de lotes e canais de drenagem; desmatamento e danos à vegetação nativa; redução e poluição do fluxo de água, afetando negativamente a qualidade de vida das comunidades locais. Além desses problemas, evidenciados ao longo desta tese, as comunidades do vale do Salitre aguardam há anos uma distribuição equitativa dos benefícios anunciados pelos

gestores do megaprojeto. Atualmente, as comunidades lamentam sua exclusão do processo de distribuição de lotes e incentivos agrícolas, econômicos e sociais em comparação com os grandes produtores, que, ao receberem lotes agrícolas, se beneficiam do projeto e da fértil terra do Vale.

Ao destacar que as intervenções desenvolvimentistas não ocorrem em um vácuo político, mas estão intrinsecamente ligadas às estruturas de poder, influências políticas e tomadas de decisão locais, Michael Herzfeld (2014) sustenta que o único caminho viável para qualquer compreensão desse tipo de interação repousa na etnografia cuidadosa in loco (p.196). Nessa perspectiva, compreende-se que os estudos sobre projetos de desenvolvimento não devem se restringir à análise apenas das narrativas oficiais acerca de seus potenciais benefícios econômicos, propagandeados por seus executores de forma incisiva, mas também, e principalmente, devem incidir sobre os impactos sociais, culturais, morais e ambientais que surgem no curso dos inúmeros processos que envolvem suas execuções. Nesse sentido, a abordagem desenvolvimentista, historicamente promovida por instituições como o Banco Mundial, tem suscitado inúmeros e intensos debates devido aos problemas socioambientais, econômicos e culturais que são recorrentemente causados.

## **O objetivo**

O propósito desta tese é apresentar ao leitor um conjunto de elementos etnográficos respaldados por narrativas locais e por uma ampla investigação de dados documentais, que evidenciam que o Projeto Público de Irrigação Salitre foi um dos mais prolongados e excludentes do Nordeste Brasileiro. Sob essa ótica, e embasada teoricamente nos conceitos de descaso planejado e violência administrada elaborados por Parry Scott (2009), a tese sustenta a hipótese de que o referido projeto teve um impacto direto sobre o ambiente e as vidas das populações locais, resultando em uma série de eventos caracterizados por experiências dolorosas de espera, exclusão, desilusão, inseguranças e perdas, materiais e imateriais, irreparáveis.

## **O método**

Merleau-Ponty (1999), no prefácio do seu livro "Fenomenologia da Percepção", argumenta que "tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada". Essa declaração enfatiza a importância da experiência e da percepção pessoal na compreensão do mundo. Metodologicamente, essa perspectiva tem orientado o presente estudo sobre o vale do Salitre, os salitreiros, o rio e o Projeto Salitre.

Optei por seguir essa abordagem metodológica alinhada à antropologia das linhas de Tim Ingold, que concebe o mundo como constituído por linhas entrelaçadas e interconectadas, e a vida como vivida ao longo de trajetórias que, por sua vez, são sempre mediadas pela experiência vivida e pela maneira única de cada indivíduo perceber e interagir com o mundo ao seu redor.

Ao longo de todos os capítulos, abordo, de forma detalhada, as técnicas e metodologias empregadas no curso da pesquisa. Cada capítulo, por sua vez, apresenta uma análise minuciosa das etapas de inserção ao campo, dos métodos utilizados na coleta e registro das narrativas locais, análise e interpretação dos dados etnográficos e documentais entrelaçadas com reflexões teóricas e críticas sobre os fenômenos estudados. Em um contexto específico, exploro as reflexões críticas sobre os desafios enfrentados durante a pesquisa, especialmente durante o período mais dramático da pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, e as estratégias adotadas para superá-los. Isso deverá proporcionar uma compreensão clara do rigor científico aplicado no estudo.

### **Estrutura e alinhamento com o método**

Esta tese está organizada em duas partes complementares. Na primeira parte, intitulada "Vale do rio Salitre: histórias, memórias e trajetórias de vidas", explorei o vale do Salitre, o próprio rio, as comunidades e os salitreiros por meio de suas narrativas sobre experiências, percepções e memórias ao longo de suas trajetórias. Através de quatro capítulos que compõem o corpo principal da tese, enfatizei, de maneira etnográfica, a relevância das experiências e percepções individuais e coletivas dos salitreiros na

compreensão do seu mundo, com destaque para suas relações com o rio, o Projeto Salitre e os impactos nos modos de vida locais. Metodologicamente, cabe ressaltar, essa abordagem orienta todo o estudo. Inspirada por uma perspectiva antropológica alinhada à teoria das linhas de Tim Ingold (2017; 2022), que concebe o mundo, tal como já referido, como um tecido de linhas entrelaçadas e interconectadas, onde a vida é vivida ao longo de trajetórias que, por sua vez, geram novas linhas, a tese discorre sobre os elementos que compõem o mundo habitado pelos salitreiros, com o objetivo de destacar os aspectos que caracterizam a experiência local com o Projeto Salitre como claros exemplos de descaso e violência praticados pelo Estado no contexto de suas intervenções desenvolvimentistas.

Na segunda parte, intitulada "Projeto Público de Irrigação Salitre: o 'desenvolvimento que se desenvolveu demais'", e organizada em dois capítulos, continuo metodologicamente seguindo as linhas traçadas pelas narrativas e histórias contadas pelos salitreiros sobre suas trajetórias, o rio e suas relações com o Projeto. No entanto, o foco nesta parte incide sobre o Projeto Salitre no contexto da política e da ideologia desenvolvimentista, que, como observado por Héctor Alimonda (2010), chegou aos latino-americanos a partir de meados do século XX, estabelecendo-se em lugares de desejo das populações locais.

Nesta parte das reflexões propostas, retorno a uma das minhas primeiras leituras etnográficas para abordar os processos históricos que envolvem o Projeto Salitre. Refiro-me ao livro "O Pensamento Selvagem", de Claude Lévi-Strauss (1989), no qual o autor, contrapondo-se à noção de uma vocação universal para a história, argumentou que, mesmo quando uma narrativa importante para a constituição do fato histórico é apresentada como universal, ela, na verdade, consiste em uma coleção ou justaposição de narrativas locais (1989, p.285). É nessa perspectiva que a segunda parte da tese é concebida.

A abordagem histórica no capítulo, que discorre sobre os acontecimentos políticos e econômicos que envolveram os megaprojetos desenvolvimentistas no período Pós-Guerra, tanto a nível internacional como nacional e regional, tem como propósito transcender a simples narrativa oficial de acontecimentos, evidenciando que a história

nunca é apenas "a história", mas sim uma "história-para" (Lévi-Strauss,1989). Ou seja, normalmente relatada de acordo com os interesses dos grupos dominantes e consagrada em documentos oficiais, livros escolares e na mídia, a história é usada nas narrativas do Estado para justificar ações presentes, ensinar lições e moldar a identidade coletiva.

A tese segue o fluxo dos elementos que compõem o vale do Salitre, com destaque para o rio, as comunidades e os salitreiros, que se definem pela sua estreita relação com o rio, o local e suas paisagens. Essa abordagem é importante porque o lugar dos salitreiros no mundo, ou seja, o seu próprio mundo, não foi determinado pelos planos dos engenheiros do desenvolvimento. A partir da década de 1960, esses engenheiros chegaram ao vale do Salitre com a agenda desenvolvimentista do Estado e das instituições bilaterais internacionais, ansiosos para promover, a qualquer custo, iniciativas que servissem aos seus interesses de curto prazo (Herzfeld, 2014). No entanto, apesar de terem impactado o curso do rio, não conseguiram deter os movimentos e as transformações produzidas pelos salitreiros.

O movimento antropológico e etnográfico desta tese segue também a linha de pensamento de Michael Herzfeld (Ibid.), que salienta a necessidade de considerar não apenas o impacto do desenvolvimento, mas também suas interações com as realidades políticas locais e, acrescento, as relações identitárias e culturais das populações afetadas. Para abordar essa proposta etnográfica que envolve um grande projeto de desenvolvimento agrícola, um lugar definido por um rio e as populações locais afetadas ao longo dos diversos processos de implementação do referido projeto, recorro a conceitos elaborados pelo antropólogo Parry Scott (2009;2022) para analisar as histórias das populações ribeirinhas do sertão nordestino. Essas populações habitam os territórios que margeiam o rio São Francisco e foram impactadas por obras de grandes projetos de desenvolvimento hídrico, especialmente aquelas localizadas nas proximidades da barragem de Itaparica (Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga), em Petrolândia, Pernambuco.

Assim, a tese tem como objetivo demonstrar que o Projeto Público de Irrigação Salitre constitui um claro exemplo do que Parry Scott definiu como descaso planejado e violência administrada. Essas duas perspectivas teóricas, conforme explica Scott (Ibid.), englobam as sensações persistentes que acompanham a interação com agricultores

prejudicados pelos efeitos de megaprojetos de desenvolvimento ao longo de todo o processo de sua implantação; e o longo período de espera pelos benefícios prometidos, como a entrega de lotes agrícolas aos agricultores residentes na região afetada pelo projeto.

A desorganização e a lentidão observadas ao longo do processo de implantação do Projeto, que serão apresentadas ao longo das duas partes desta tese, constituem, de acordo com o pensamento de Scott (2009, p. 94), um conjunto de práticas persistentes que incidem diretamente sobre a vida dos agricultores. Eles foram excluídos do acesso aos lotes agrícolas e tiveram seus interesses ignorados nos diversos estudos de viabilidade do projeto, como serão detalhados tanto na primeira quanto na segunda parte da tese. Além disso, outros conceitos elaborados por Scott, assim como por outros pesquisadores que investigaram os fenômenos socioambientais, políticos, econômicos e culturais gerados por grandes projetos de desenvolvimento, serão abordados ao longo deste estudo.

Embora a metodologia da pesquisa tenha sido delineada nesta introdução, com o objetivo de orientar o leitor pelos caminhos traçados a partir das narrativas locais até a trajetória do desenvolvimento e da insegurança estrutural e administrativa imposta pelo Projeto Salitre aos salitreiros (Parte II), cada capítulo começa revisando e contextualizando esses caminhos metodológicos. Além disso, esses aspectos são evocados ao longo dos capítulos, sempre que se mostrem pertinentes para proporcionar uma compreensão abrangente e contínua do processo investigativo.

Dessa forma, iniciando-se com uma Apresentação detalhada do Campo, do Tema e do Problema, a Parte I da tese é composta pelos seguintes Capítulos:

O Capítulo 1, "A vida ao longo do rio", explora as trajetórias dos salitreiros ao longo do vale do Salitre. Através das narrativas e histórias compartilhadas durante minhas imersões no campo, discorro sobre o Salitre (rio e lugar), os salitreiros e suas relações com os elementos e o ambiente que os cercam. Essa abordagem abre caminho para uma entrada etnográfica no mundo vivido pelos salitreiros. Neste capítulo, onde também me identifico como salitreiro, compartilhando relatos de experiências vividas por mim e por parentes, adoto uma perspectiva inspirada em Merleau-Ponty (1999), sugerindo que todo

o meu entendimento sobre o campo e o problema desta pesquisa emerge da visão dos meus interlocutores ou da minha própria experiência no mundo. Sem essa vivência, os conceitos da ciência acionados neste estudo não poderiam ser plenamente compreendidos.

No Capítulo 2, intitulado “No Tempo das Tapagens: conflito, insegurança e enfrentamentos”, amparado nas narrativas locais e em registros documentais dos séculos XIX e XX, discorro sobre uma prática tradicional nas comunidades do vale do Salitre que, a partir da década de 1980, se tornaria motivo de grandes conflitos entre agricultores locais e grandes produtores que migravam para a região, instalando-se às margens do rio e abrindo grandes plantações de tomates e cebola, culturas que exigiam o uso intensivo da água do rio Salitre e a utilização de bombas hidráulicas elétricas. Trata-se das “tapagens”, uma estratégia de represamento do curso d’água de um rio que, no contexto das tradições dos povos indígenas do Brasil, servia para capturar peixes e alimentar, de forma sustentável, as comunidades. Conforme veremos no desenvolvimento deste capítulo, a prática da tapagem, ou barramento, estendeu-se para o campo da agricultura, constituindo-se em motivo para a eclosão de conflitos em diferentes contextos e períodos da história. No vale do Salitre, os conflitos surgem com a intensificação da agricultura irrigada, motivada pelo avanço do Projeto Salitre. Este capítulo, além de descrever e historicizar as tapagens, discorre sobre o conflito ocorrido em 1984, que culminou na morte de dois empresários do agronegócio na região do perímetro Irrigado do projeto. Destaca-se também a forma como os órgãos oficiais do governo abordaram o conflito e a culpabilização atribuída aos salitreiros e ao Bispo da Arquidiocese de Juazeiro, Dom José Rodrigues.

Ainda neste capítulo, o rio Salitre é explorado por meio das percepções e experiências dos agricultores salitreiros. Esse enfoque remete à descrição do agricultor Antônio de Alonso, residente na comunidade de Baixa Grande, no Médio Salitre, que caracteriza o rio como a "estrada da vida". Ademais, faço, neste capítulo, uma breve apresentação da trajetória do meu pai, que atualmente reside na comunidade de Baixinha, também localizada no Médio Salitre. Com base nas narrativas compartilhadas, o rio é compreendido aqui como lugar de memórias, paisagem em constante transformação e

uma fonte de vida essencial para as comunidades do Salitre, que ainda dependem dele e de suas margens para suas atividades agrícolas e de subsistência.

No Capítulo 3, intitulado "A Estrada da vida nas pranchetas do Estado", abro uma discussão sobre a ação intervencionista do Estado como prática cultural que, seguindo as premissas do desenvolvimento a qualquer custo, cria lugares e institucionaliza territórios tradicionalmente habitados, deixando essas populações alienadas de suas próprias territorialidades. Neste capítulo, tento, etnograficamente, a partir das narrativas locais, desconstruir o simbolismo estatal atribuído aos lugares atualmente ocupados pelo Projeto Salitre. Esses lugares são, neste estudo, compreendidos como pontos de conexão dos salitreiros com o entorno habitado, locais de ocorrência de suas histórias, trajetórias, movimentos. Na Bacia Hidrográfica do Rio Salitre, BHRS, que atende aos interesses do Projeto Salitre, estão, para os salitreiros, conforme apresentado neste capítulo, seus modos de produção, suas ancestralidades e paisagens, evidenciando, assim, porque eles não se identificam, nem compreendem plenamente, as localidades criadas pelo Estado à sua revelia.

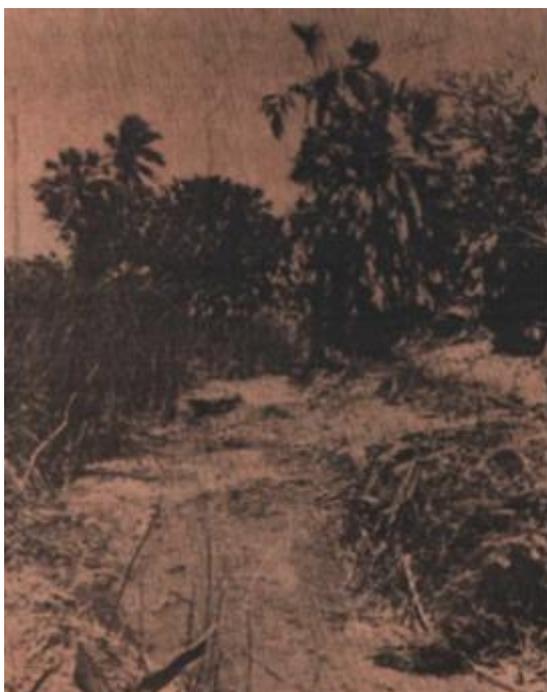
O Capítulo 4, intitulado "Excluídos da terra e atingidos por profundas desigualdades: o fluxo do desenvolvimento", caracteriza-se como uma introdução à descrição das desigualdades perpetuadas pela ação do Estado no âmbito de um projeto defendido nos bastidores políticos pelo próprio Estado como de vocação empresarial. Trata-se de uma discussão que explora a insegurança vivida pelos salitreiros, que por mais de sessenta anos sonham com a porção de terra prometida pelos gestores do Projeto Salitre. Apoiado na narrativa de autodefinição de *arrendatários de suas próprias terras*, este capítulo discorre sobre a ação da CODEVASF no levantamento de dados para a elaboração dos planos de assentamento dos irrigantes (agricultores familiares) e reassentamento das populações afetadas pelas obras do Projeto Básico de Irrigação do Salitre. Promessa que nunca foi cumprida e que contribuiu para aumentar a desconfiança e a sensação de que as práticas do Estado são voltadas para a exclusão dos benefícios por parte das populações locais.

A Parte II inicia-se com o Capítulo 5, intitulado "Projeto Salitre: desenvolvimento, descaso e exclusão". São retomados inicialmente alguns aspectos acerca do contexto

histórico que envolve a criação do Projeto Salitre. São destacadas questões históricas e políticas que envolvem seus financiadores e as diversas agências que se mobilizaram para sua execução. As discussões se desenvolvem a partir de pontos específicos: exposições sobre as atuações do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e do Programa Aliança para o Progresso nas políticas desenvolvimentistas pós-Guerra no Brasil, especialmente na região Nordeste; e apresentação do Projeto Salitre a partir de suas referências iniciais, remontando aos anos de 1959 e 1960.

O Capítulo 6, que conclui a Parte II da tese, é intitulado "Edital nº 18/2009: Usurpação da Terra, Exclusão e Perpetuação da Desigualdade". Trata-se de uma reflexão não conclusiva dos efeitos desastrosos do Projeto Salitre sobre as populações salitreiras. Mais especificamente, trata-se dos efeitos diretamente relacionados à usurpação da terra tradicionalmente habitada por essas populações. O Edital nº. 18 de 2009, que tratou dos critérios de seleção para ocupação dos lotes agrícolas no Perímetro Irrigado do Projeto Salitre, é, neste capítulo, além das narrativas e histórias contadas pelos salitreiros, uma referência basilar que revela as estratégias empregadas pela estatal CODEVASF para excluir os salitreiros do processo seletivo para aquisição dos lotes agrícolas, a estes prometidos desde os primeiros contatos da estatal. O contexto de insegurança, esperança e desconfiança que os envolveu neste processo seletivo é compreendido na perspectiva dos conceitos de descaso planejado e violência administrada, conforme esta tese vem defendendo desde a sua Introdução.

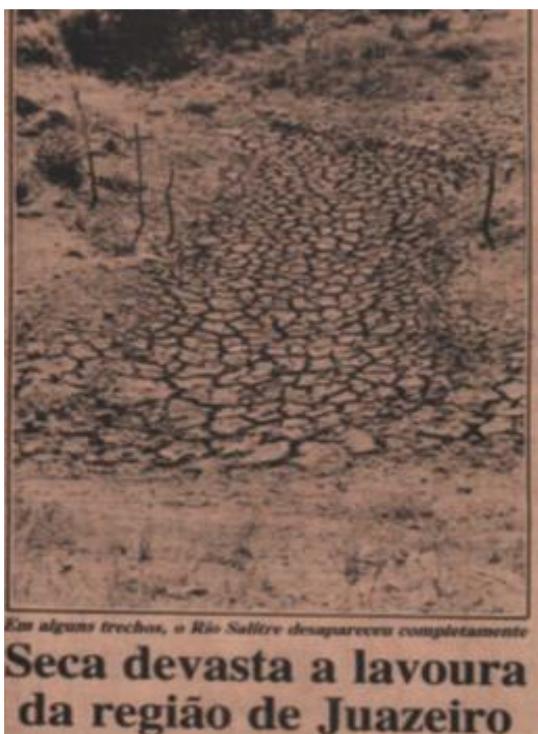
## CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA



(1) Água do Rio Salitre começa a secar após dez meses de inverno. Jornal A Tarde. Salvador, 18 de outubro de 1985. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA



(2) Bombas agravam seca no rio Salitre. A Tarde. Salvador, 02 de setembro de 1986. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA



(3) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 27 de agosto de 1986. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA



(4) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 17 de agosto de 1987. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA

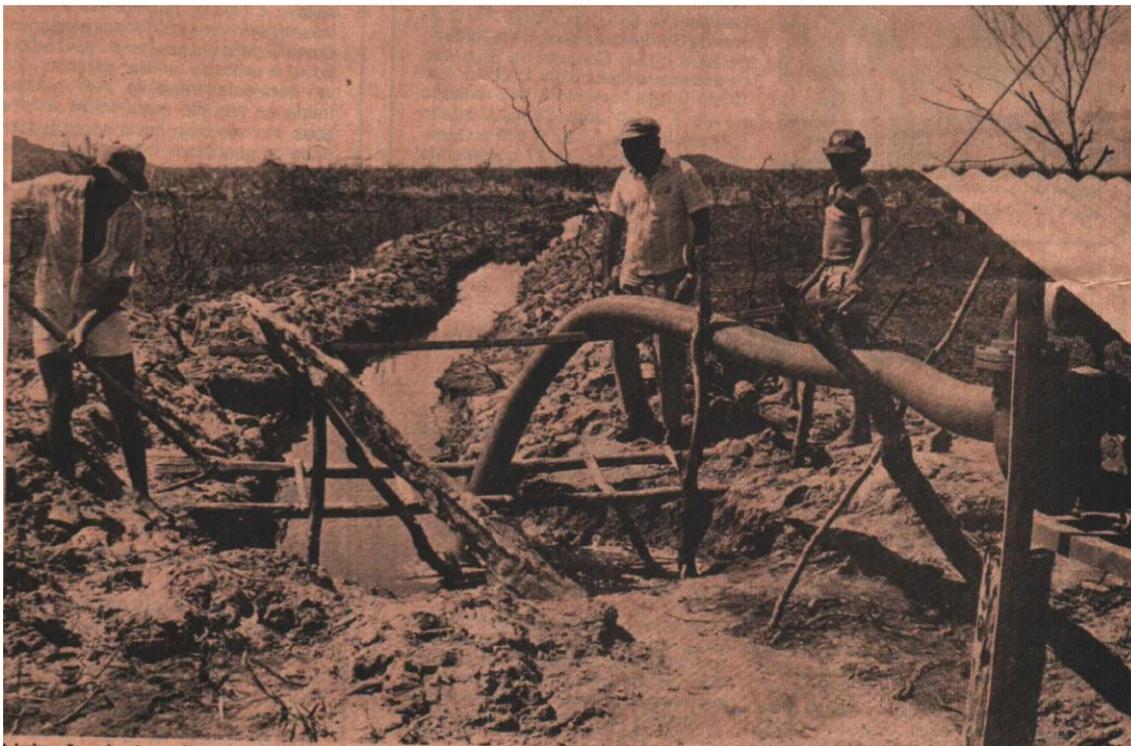


(5) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 25 de agosto de 1987. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA

(6) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 07 de outubro de 1989. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA



(7) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 08 de maio de 1987. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB – Juazeiro/BA



(8) Aspecto da irrigação privada no Vale do Rio Salitre. Jornal A Tarde, 01 de maio de 1987. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB, Juazeiro/BA

A Tarde: 01/03/88

## Fome, sede e miséria no Vale do Salitre

Texto: Erni Ferrari Magalhães

O Rio Salitre tem sua nascente no município de Matro do Chapéu, de onde desce para Campo Formoso e chega ao município de Juazeiro, no local denominado Passagem do Sargento, percorrendo mais de 70 quilômetros até desembocar no São Francisco.

### UM OÁSIS NA CAATINGA

O Vale do Salitre sempre foi para o município de Juazeiro considerado como um verdadeiro oásis na caatinga, por onde ele passa.

Desde o tempo da escravidão, floresceu ali o plantio de cana para a fabricação de rapaduras. Cachaça não podia ser feita com a cana ali plantada, porque o caldo era salgado, como salgadas eram as rapaduras salitreas. No vale, também, foram plantados coqueiros, mangueiras e limoeiros, que abasteciam Juazeiro e Petrolina.

A agricultura era então incipiente: os salitreiros plantavam hortifrutigranjeiros para comercialização em Juazeiro nos dias de feira. E assim, durante longos anos, viveu o Vale do Salitre com a água do rio, comendo abundantemente, levando fartura para as vazantes, onde crescem os coqueiros, mangueiras e limoeiros.

### A EXPLOSAO DA AGRICULTURA IRRIGADA

No fim da década de 1970 começou uma verdadeira corrida em busca de terras no Vale do Salitre, com preferência para as áreas de caatinga, pois as terras de várzea eram estreitas e não permitiam que se implantassem grandes áreas para irrigação. E as terras da caatinga, já devidamente estudadas pela Codevasi, eram amplas e constituídas de riquíssimas manchas de lacto e grunho, solos de qualidade especial. Em busca dessas terras, chegaram pernambucanos procedentes dos municípios do submédio São Francisco, sendo o maior número de Cabrobó e Belém, onde as terras de aluvião estavam completamente esgotadas pelo contínuo plantio de cebola.

Aqueles que tinham recursos financeiros compraram logo áreas dos proprietários salitreiros e os mais pobres arrendavam as terras e, dessa forma, com a experiência

esperança de chuvas. O prefeito João Khoury visitou a área e, sensibilizado, decretou estado de calamidade pública e regulamentou a utilização da água, estabelecendo uma tabela de funcionamento de bombas. A medida chegou a dar resultado e a água desce, chegando até a Tapera, porém, numa extensão muito grande, a fiscalização tornou-se difícil, pois o seu custo era muito alto e a prefeitura não dispunha de recursos para mantê-la permanentemente.

Os grandes plantadores do alto Salitre, com todo esse poder econômico, aproveitaram-se disso e novamente começaram a ligar as bombas quando bem queriam, ficando o desespero para quem tinha suas roças no baixo Salitre. Revoltados, eles fizeram o absurdo meio de ligar arame na rede elétrica, provocando circuitos e consequente desligação das bombas por falta de energia. E, sem bombas ligadas, a água fluiu para o médio Salitre. Esse foi novo tropeço para a Codeva, um trabalho difícil, pois, mal terminava de reparar o trecho, já recebiam denúncia de outros troços sem luz, chegando mesmo os lavadores do médio Salitre ao desespero extremo de Usamir, postes da rede.

No momento, a situação agrava-se a modo terrível, pois as plantações estão ficando no ciclo final de amadurecimento do milho, melancia e cebola. Sem estudo está murchando e o prejuízo para muitos plantadores é irreversível.

Desde novembro, começou a falta de água até para beber, e, não fossem os carniões da prefeitura e do estado que estão trazendo água, os moradores do baixo Salitre já teriam emigrado ou morrido de sede. A situação tende a agravar-se, pois chover, agora, só em março, e até que elas cliquem para encher o rio, se realmente choverem, muita coisa pode acontecer no rio Salitre.

Alfonso José de Jesus, 56 anos, nascido e criado no médio Salitre, proprietário de uma área de terra nas proximidades do povoado Junco, onde planta culturas diversas e cria ovinos e caprinos. Barão, como é mais conhecido na região, diz que a situação terrível, que o médio Salitre está vivendo, é por culpa única dos grandes plantadores, que têm suas roças do Matro e Belém, que armazenam a água para molhar suas roças, deixando o rio seco.

Diz Barão que não acredita nas me-

(9) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 01 de agosto de 1988. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB, Juazeiro/BA

# Agricultores revoltados

## Seca pode provocar démortes no vale do Salitre

### Juazeiro revive efeitos da polongada estiagem

**JUAZEIRO** (Do Correspondente Antonio Carlos) — Continua o drama dos agricultores do Vale do Salitre, que estão em desespero com suas lavouras sendo devastadas pela longa estiagem. O rio Salitre secou e os agricultores do trecho compreendido entre o Horto e a localidade de Alvaça perderam totalmente suas plantações por falta de água para a irrigação. Grupos de homens se reunem e sobem o rio quebrando barragens e escavando poços, fazendo uma limpeza em todo o leito do caudal para que as águas possam descer livremente no seu leito.

A ação dos agricultores do trecho seco deixa os proprietários das áreas da parte alta do rio Salitre revoltados, gerando assim um problema social, podendo acontecer até morte, segundo o agricultor Alcides Alexandre da localidade sítio Desejo. "Ele disse que possui 14 hectares e os três hectares plantados estão perdidos por falta de água no leito do rio Salitre.

Os agricultores do Salitre, que nunca viram o rio seco, estão sem água até mesmo para o consumo humano, sendo abastecidos por carros-pipa fornecidos pelo Cerin. Os produtores dessa região estão endividados, devendo aos bancos e comprando fiado nos armazéns. Em razão da falta de água, a maioria dos salitreiros retirou suas bombas da beira do rio, colocando-as dentro de casa e outras abandonaram suas terras.

O "jorinho", situado na localidade Campos dos Cavalos, de propriedade da senhora Santana, está praticamente desativado, por falta de água para os momentos de labor. Ela disse que a palhaça funciona apenas nos sábados e domingos, precariamente, com uma furadeira por dois carros pipa de propriedade do douto Eteval Dantas, assim mesmo com a cota de cerca de 90 por cento do movimento, na maioria dos agricultores do Vale Salitre, a senhora Santana disse que abandonando sua propriedade, por que não ela, sem água o jorinho não funciona mais, pois não tem com quem comprar a água para tomar banho, e como falta água, nada feito — concluiu.

**"O SALITRE MORREU"**  
A afirmação de que "o Rio Salitre morreu", é do secretário dos Transportes e Comunicação do governo do estado, engenheiro Adolfo Vianna, em entrevista concedida à A TARDE, em Casa Nova. Ele disse ter lamentado muito, ao sobrevoar a região do Salitre "e me comovi em ver o Rio Salitre todo cortado, transformado em poços. A situação do Salitre é lamentável e urge uma ação do governo federal para salvar essa rica região

**Juazeiro (Da Sucursal. O comércio de Juazeiro sofre com os efeitos da polongagem, que castiga o mico desde 1979. Com a queda do mimento comercial, várias lojas e comércio seus funcionários, Rio Salitre o manancial de água subterrânea São Francisco sendo cortado em vários pontos, a água até mesmo no consumo doméstico, as lavouras agrícolas foram queimadas pelo e o rebanho do município sendo dizimado pela falta de água.**

**A TARDE TERÇA-FEIRA**

**7 DE JUNHO DE 1983**

(10) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 01 de agosto de 1988. Acervo Dom José Rodrigues/UNEB, Juazeiro/BA

## Fazendeiros mortos na luta pela terra na Bahia

A violência agitou o meio rural baiano entre 7 e 15 de fevereiro. A luta pelo direito à água e pela posse da terra causou duas mortes e vários feridos no vale do rio Salitre, em Juazeiro, e a prisão de nove posseiros no município de Carinhanha. A Fetag reuniu-se dia 19, prestou solidariedade aos trabalhadores e pediu providências à Justiça.

Em Campos dos Cavalos, município de Juazeiro, cerca de 130 pequenos lavradores envolveram-se num conflito que resultou em duas mortes. O vale do rio Salitre, com um solo muito fértil, atraiu grandes fazendeiros e empresas agrícolas, que expulsaram vários posseiros. Devido à estiagem de cinco anos, o rio Salitre está quase seco e a sua pouca água sendo utilizada totalmente pelas bombas de irrigação dos fazendeiros, prejudicando centenas de pequenos agricultores.

No dia 7 de fevereiro, os lavradores cortaram o fornecimento de energia elétrica às grandes fazendas. Os fazendeiros Otacilio Nunes Souza, subgerente do Banco do Brasil em Juazeiro, e Joaquim Armando Agra chegaram armados onde estavam os trabalhadores e tentaram ligar as bombas, dando vários tiros. "Ai o pau cantou — conta João Miranda, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Juazeiro —. Eu nunca tinha visto nada igual aqui na região. Otacilio foi morto quando tentava ligar o carro. Joaquim nem chegou a alcançar o veículo. Quatro lavradores saíram feridos pelos tiros dos fazendeiros". Logo após o incidente, foram efetuadas várias prisões, deixando a população local muito apreensiva.

### PRISÕES EM CARINHANHA

Quatorze policiais fortemente armados, sob os ordens do grileiro Valdemar Teixeira de Moura, prenderam nove trabalhadores rurais em Carinhanha, no médio São Francisco. Dentre os presos estava o presidente do STR de Carinhanha, Pedro de Sena Dourado, uma liderança respeitada na região por sua luta contra os grileiros e latifundiários.

O grileiro Valdemar de Moura quer expulsar cerca de 80 famílias que trabalham às margens do rio São Francisco, em Três Ilhas. O grileiro possui quase 30 quilômetros das margens do São Francisco (100 mil hectares) e na sua ganância vem perseguindo os trabalhadores desde 1969, quando jogou o gado nas plantações e expulsou os posseiros. Com a seca os trabalhadores decidiram voltar definitivamente àquelas terras.

A prisão ocorreu em 15 de fevereiro, o segundo dia em que os lavradores plantavam sua roça. A detenção foi violenta, com ameaças de matar e jogar no rio, tapas e riles apontados contra os trabalhadores. Para prender Pedro Dourado, presidente do Sindicato, utilizaram carros, lanças e até avião.

Na delegacia os nove presos foram interrogados na presença dos quatro filhos do grileiro. O delegado os ameaçou de morte, caso não saíssem da terra e ainda chegou a dizer que iria castrar o sindicalista Pedro Dourado. O Sindicato e os trabalhadores continuam na luta pelas terras e aguardam o resultado do processo na Justiça. (da sucursal)

## Unidade e Luta na Fetag

Numa assembleia com a presença de 82 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da Bahia, realizada neste fim de semana, foi aprovada a composição da chapa **Unidade e Luta** que disputará a eleição para a próxima diretoria da Fetag (Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura). A chapa é liderada por Aloizio Carneiro, Edeltrudes Martins de Souza e Aurelino Bastos e obteve o apoio de 78 dos STRs presentes.

Apesar do clima de unidade, outras propostas de chapas foram apresentadas, inclusive uma da corrente petista que teve apenas quatro votos. Um fato que mereceu o repúdio dos sindicalistas rurais foram as provocações feitas pelo presidente do STR de Santo Antônio de Jesus, o China, conhecido pelego e representante do PDS. Ele tentou tumultuar a reunião, insistindo nos elogios ao atual presidente da Fetag, Estêvan Nunes, que também é do partido governista e foi excluído da chapa.

Por outro lado, alguns sindicalistas mostraram seu prestígio, como Wilson Martins, presidente do STR de Correntina, indicado para suplência da chapa. Seu nome foi apresentado e defendido em diversas propostas de composição, evidenciando o respaldo do provado líder sindical do oeste baiano. Agora os 78 STRs que lançaram o **Unidade e Luta** se lançaram no trabalho em busca do apoio das outras entidades com direito a voto na Fetag para garantir a vitória na eleição de junho. (da sucursal)



Wilson Furtado: na chapa

(11) Jornal Tribuna Operaria, 27 de fevereiro a 04 de março de 1984, Ano VI, pg. 5, n. 157.



(12) Concentração de terra no perímetro irrigado do Projeto Salitre. Fonte: Érica Daine, 2013.



(13) Vista aérea do projeto de irrigação do Salitre – Perímetro Irrigado. Fonte: CODEVASF, foto divulgação, 2011.



**PARTE I**  
**VALE DO RIO SALITRE**  
**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS DE VIDA**

## CAPITULO I

### 1. VIDAS AO LONGO DO RIO



Narrativa de vida. Na narrativa, as ocorrências passadas são atraídas para a experiência presente. O presente vivido, no entanto, não é definido a partir do passado da história. Ao contrário, passado e presente são contínuos. (Ingold, 2017, 237) - \* Ilustração – Trajetória Dona Beta – elaborada por Renato Nascimento.

“A gente nunca lembra de tudo, aí cada um conta um pouco da história”. (Maria Bernadete, a Dona Beta, 2018)

“Em um mundo assim, podemos compreender a natureza das coisas apenas assistindo suas relações, ou em outras palavras, contando suas histórias”. (Ingold, 2014, p.236)

“Trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guiados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisa- dor/informante. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação.” (Oliveira, 1996, p. 21)

Diferentemente da memória, defendida por Pierre Nora como um absoluto devido à sua natureza subjetiva e pessoal, fundamentada nas experiências individuais e coletivas de um determinado grupo, comunidade ou sociedade, a história surge como uma narrativa que pertence a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém, assumindo, assim, uma vocação para o universal (1993, p.9). Nas palavras de Nora, a história, que é de natureza relativa e que busca uma compreensão mais objetiva do passado, está ligada às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas (Ibid.). A continuidade temporal da história, por sua vez, de acordo com Tim Ingold (2010), é compreendida como o “movimento pelo qual as pessoas criam seus ambientes e, portanto, a si mesmas”, sendo nada mais do que uma extensão do processo evolucionário (p. 17).

Contrariando a noção de uma vocação universal para a história, Claude Lévi-Strauss (1989, p.285) argumentou que, mesmo quando uma narrativa importante para a constituição do fato histórico é apresentada como universal, ela, na verdade, consiste em uma coleção ou justaposição de narrativas locais. Ele sugere, nesse sentido, que as histórias que consideramos universais, aquelas que segundo Pierre Nora são pertencentes a todos e a ninguém, são, na realidade, compostas por elementos provenientes de diversos contextos culturais e locais. Em seus argumentos, Lévi-Strauss destaca que entre as

histórias locais e os contextos nos quais elas estão inseridas, ou seja, em seu interior, há lacunas ou vazios mais numerosos do que os espaços (contextos) preenchidos. Isso implica, como veremos, mais adiante, nas narrativas e histórias relatadas pelos moradores do vale do Salitre, que os contextos (ou espaços) vazios e o que não é explicitamente contado são igualmente cruciais na compreensão de suas narrativas. Nesse sentido, na pesquisa etnográfica, as omissões e silêncios também desempenham um papel importante no processo de construção de significados.

Mesmo uma história que se diz universal ainda não é mais que uma justaposição de algumas histórias locais, dentro das quais '(e entre as quais) os vazios são muito mais numerosos que os espaços cheios. E seria vão acreditar que multiplicando os colaboradores e intensificando as pesquisas obter-se-ia um resultado melhor: pelo fato de a história aspirar à significação, ela está condenada a escolher regiões, épocas, grupos de homens e indivíduos dentro desses grupos e a fazê-los surgir, como figuras descontínuas, num contínuo suficientemente bom para servir de pano de fundo. Uma história verdadeiramente total neutralizar-se-ia a si própria; seu produto seria igual a zero. O que torna a história possível é que um subconjunto de fatos tem, num dado período, aproximadamente a mesma significação para um contingente de indivíduos que necessariamente não viveram esses fatos e que podem mesmo considerá-los a vários séculos de distância. Portanto, a história nunca é a história, mas a história-para. (Lévi-Strauss, 1989, p. 285).

Jorge Mattar Villela (2004), sugerindo que “aquilo que se denomina em geral conhecimento histórico” é resultado de práticas que buscam objetividade, impondo interpretações como se fossem fatos objetivos e indiscutíveis, ressalta que, mesmo quando os historiadores tentam apresentar fatos, esses fatos são frequentemente moldados por suas próprias interpretações e inclinações culturais. Assim, o que é apresentado como um fato objetivo na história é, na verdade, uma interpretação sujeita a influências e perspectivas específicas. Assim, defendendo a necessidade de se considerar a perspectiva local, bem como o contexto e as influências envolvidas na construção do conhecimento histórico, o autor dirá que a posição do antropólogo frente à história “deveria ser ou abster-se ou incorporar todas as diferentes descrições e interpretações à sua análise (ibid. p. 9).

Na sequência desse argumento, Villela, recorrendo a Lévi-Strauss, evoca o que chama de “*uma posição clássica da antropologia*” para destacar a influência da interpretação e perspectiva na construção da narrativa histórica. Essa compreensão é

sustentada com uma célebre expressão de Lévi-Strauss, segundo Vilella, dificilmente superável em termos de concisão e precisão: “a história nunca é a história, mas a história-para” (Leví-Strauss, 1989, p. 286; Vilella, 2004, p. 9). A história, nessa perspectiva, não é uma simples descrição objetiva e imparcial dos eventos que acontecem em determinado contexto. A história é a interpretação feita por e *para* grupos específicos de indivíduos que vivem em um determinado contexto sociocultural. Portanto, trata-se de uma "história-para" um determinado grupo, contada de acordo com os interesses de quem tem o controle do que deve ser contado.

Essa perspectiva crítica sobre as "*práticas objetivantes que buscam impor uma série de interpretações como fatos supostamente objetivos e indiscutíveis*" (Vilella, *ibid.*), está diretamente relacionada à percepção de Pierre Nora sobre a relatividade da história. A história compreende interpretações e análises que podem variar conforme o ponto de vista do historiador, das fontes disponíveis e das abordagens metodológicas utilizadas.

As perspectivas em relação à história, memórias e à forma como são narradas têm implicações diretas nas reflexões desta pesquisa, que pesquisa a vida dos agricultores que habitam o vale do Salitre. Além de examinar seus modos de vida, a investigação aborda os impactos do Projeto Público de Irrigação Salitre tanto nas comunidades agrícolas quanto em seus arredores. Por meio de narrativas locais, relatos históricos e análise contextualizada de documentos oficiais, nesta parte do estudo procura-se compreender, de maneira integrativa, os impactos provocados pelo Projeto Salitre na vida dos agricultores que habitam o Vale.

Esses impactos serão apresentados e analisados de maneira mais sistemática na Parte II da tese. Através da leitura, análise crítica e comparativa de relatórios, estudos e documentos produzidos pelo Estado e agências financiadoras durante a implementação do projeto, serão evidenciadas as distorções de uma prática cultural intervencionista, fundamentada no discurso do desenvolvimento. Esta prática, qual um espectro, tem percorrido toda a América Latina desde meados do século XX, anunciando as supostas vantagens dos programas de desenvolvimento, ao mesmo tempo que se disfarça sob a roupagem bondosa da ajuda (Herzfeld, 2014; Alimonda, 2010; Escobar, 2010).

O desenvolvimento era também, conforme observado por Alimonda, um sistema de controle, uma espécie de panaceia universal que prometia não apenas resolver os problemas dos então chamados países do terceiro mundo, mas também ditava quais eram esses problemas (Alimonda, 2010, p. 9). Historicamente, essas práticas ocultaram as reais intenções e os inúmeros prejuízos causados por grandes projetos desenvolvimentistas às comunidades locais. Ao examinar as narrativas oficiais que compõem o projeto e seus impactos no vale do Salitre, considerando-as como parte das práticas objetivantes do Estado, que procuraram impor interpretações como fatos supostamente inquestionáveis, esta tese busca compreender a intervenção desenvolvimentista como uma prática cultural. Historicamente, como será tratado neste capítulo, assim como nas duas seções subsequentes, essa prática ocultou os reais objetivos de controle, dominação e perpetuação de uma prática colonial que insinua que essas comunidades estavam confinadas a uma espécie de eterna infância tecnológica (Herzfeld, 2014, p. 195). Essa concepção, vale lembrar, foi entusiasticamente promovida pelos colonizadores e pelos evolucionistas sociais do século XIX.

Portanto, neste capítulo discorre-se sobre as memórias dos moradores do vale do Salitre, as quais foram compartilhadas ao longo de minhas imersões ao campo, que tiveram início em 2017, quando realizei a primeira inserção exploratória para desenvolver o projeto de pesquisa. Essas interações se repetiram nos anos subsequentes, após o início do meu doutorado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO).

As narrativas aqui analisadas, contextualizadas com notas de campo, registros documentais e históricos destacam os principais problemas abordados na pesquisa, consolidados nos conceitos de descaso planejado e violência administrada. Intrinsecamente entrelaçados ao universo experimentado e cotidianamente vividos pelos salitreiros, às margens do rio Salitre, os problemas evidenciados nas narrativas locais são aqueles que denunciam as experiências de enfrentar os efeitos de um grande projeto de desenvolvimento agrícola, que desde os seus primeiros passos esteve alheio aos projetos de vida locais. Nesse contexto, as memórias evocadas e narradas pelos salitreiros não são simples recordações de coisas que ficaram em um tempo que passou, elas são ocorrências, um mundo de movimento e devir (Ingold, 2014). A narrativa de vida, pode-se dizer, é

uma construção ativa, onde o passado é reinterpretado à luz do presente, que não é simplesmente moldado pelo passado. No presente há uma continuidade dinâmica entre esses dois tempos. Essa perspectiva nos permitirá compreender a natureza fluida e interpretativa da experiência dos salitreiros ao longo do vale, do rio e do tempo. Dona Maria Bernadete<sup>5</sup>, salitreira que vive na comunidade de Bebida, às margens do rio Salitre, será, a partir de suas memórias e narrativas, o caminho vivo que nos conduzirá em nossa jornada etnográfica pelo vale do Salitre, inspirada na concepção de linha de vida de Tim Ingold.

Partindo do objetivo de construir uma história das linhas, Ingold (2022; 2017) sugere que o ato de criar linhas não se limita a uma atividade isolada, mas permeada por todos os aspectos da vida cotidiana. No método descritivo da antropologia por ele pensado, a vida não é definida por eventos ou pontos específicos, mas por um processo contínuo que se desenrola ao longo de trajetórias ou linhas. Nessa perspectiva teórica e metodológica, vamos seguir a trajetória de vida de Dona Beta ao longo do vale do Salitre, acompanhando os movimentos das linhas do tempo por ela evocadas em suas memórias.

Tim Ingold propõe uma abordagem que destaca a importância das relações dinâmicas e contínuas entre diferentes elementos da vida, ao invés de focar em eventos isolados. Ele sugere que as linhas, como metáfora ou representação, são fundamentais para compreendermos a complexidade e a interconexão da experiência humana. Ao considerar a vida como algo que se move e se desenvolve ao longo de linhas, ele promove uma perspectiva mais holística e fluida da existência.

No mundo narrativo, conforme ele aponta, *as coisas não existem, elas ocorrem: onde as coisas se encontram, as ocorrências se entrelaçam na medida em que uma se torna ligada à história da outra* (apud, pp. 227 e 236). No mundo dos salitreiros, as narrativas são testemunhos de uma estreita relação que se estabelece entre eles, o lugar habitado, o território, o ambiente e os inúmeros processos que transcorrem na passagem do tempo, no "corpo do mundo". No vale do Salitre, no emaranhado de caminhos que circundam o rio, onde vivem os salitreiros, caracterizado por constante movimento e

---

<sup>5</sup> Nas próximas páginas, Dona Maria Bernadete será referida como Dona Beta, apelido pelo qual é carinhosamente conhecida entre os salitreiros e salitreiras.

transformação, a compreensão da natureza das coisas ocorre ao se observar suas relações, ao narrar suas histórias.

Nesse contexto, a ideia que sustenta este capítulo é que, estando os salitreiros em um contexto dinâmico de entrelaçamentos com o rio, a água, a terra, o projeto Salitre, seus efeitos e etc., a compreensão das coisas não pode ser estática, objetivante, impondo uma série de interpretações como fatos supostamente objetivos e indiscutíveis, mas sim revela-se através das interações e narrativas que envolvem esses elementos em constante devir. Assim, sigamos com as narrativas salitreiras, pois, seguindo as palavras de Ingold, “*em um mundo assim, podemos compreender a natureza das coisas apenas assistindo suas relações, ou em outras palavras, contando suas histórias*” (ibid.).

Porém, antes de avançarmos, é relevante tecer algumas considerações que não apenas esclarecem os objetivos deste capítulo e dos subsequentes, mas também delineiam os procedimentos teóricos e metodológicos que nortearam a pesquisa: (1) Primeiramente, neste estudo também são consideradas as histórias contadas sobre os salitreiros, uma vez que, conforme Lévi-Strauss, essas histórias são indispensáveis para inventariar a *integralidade* dos elementos de qualquer estrutura, seja ela humana ou não-humana (1989, p. 290); (2) Segundo, é importante esclarecer que a história não é nem ponto de chegada, nem ponto de partida em nossas análises sobre os salitreiros, o projeto Salitre e suas repercussões nos modos de vida desse povo. Distintamente da perspectiva de Lévi-Strauss, que apontou a história como ponto de partida para toda busca de inteligibilidade de um povo, contradizendo a ideia de que tal busca nos leva à história como ponto de chegada (ibid. p. 291), neste estudo partimos das narrativas das pessoas sobre como percebem e interagem com o mundo. Portanto, não se trata de um estudo *de*, mas de um estudo *com* (Ingold, 2014, 340); (3) Terceiro, e em acordo com Lévi-Strauss, não se trata de contar uma *história-para*, pois, seja entre os salitreiros ou entre nós, pesquisadores, seria egocêntrico e ingênuo crer que a totalidade da humanidade *está toda inteira refugiada num só dos modos históricos ou geográficos de seu ser, ao passo que a verdade do homem reside no sistema de suas diferenças e de suas propriedades comuns*” (Lévi-Strauss, 1989, 277).

Para concluir, também não é o objetivo produzir um conhecimento sobre o mundo, uma vez que o mundo não é o objeto desta pesquisa, mas o seu meio (Ingold, 2019, p. 11). Mantendo o compromisso com o conhecimento, mas sem usá-lo para *solidificar as coisas em conceitos e categorias de pensamento* (ibid. p.), e sem abordar a história em si mesma, pois, como afirma Ingold, história é relação, é relacionar (ibid. 236), avancemos para as histórias dos salitreiros sobre o seu mundo.

### **1.1. Vivências, percepções e saberes**

Os moradores do vale do Salitre expressam uma preocupação notavelmente distinta ao compartilharem suas narrativas sobre suas trajetórias de vida e relações com o lugar, com as pessoas, com o rio, com o projeto Salitre e todos os elementos que compõem o ambiente local. Ao se apresentarem, enfatizam, de maneira incisiva, seus vínculos e pertencimentos ao lugar onde vivem, como se estivessem, a partir de suas narrativas, delimitando o território habitado e confirmando suas identidades e territorialidades. Esse impulso na afirmação da identidade constitui uma das estratégias discursivas por eles empregadas para garantir o reconhecimento de seu território e tradições agrícolas em uma região que, por décadas, enfrenta os efeitos desastrosos das intervenções do Estado no desenvolvimento da agricultura irrigada em grande escala, desde os primeiros anos da década de 1960. Dizer que são "salitreiros", muitas vezes intensificando seu significado com o advérbio "mesmo", representa uma forma de legitimação dessa identidade.

Dentre os diversos encontros dialógicos ocorridos durante minhas incursões no campo, a conversa com Dona Beta destaca-se como uma das experiências mais significativas. Tive a oportunidade de conversar com ela em três ocasiões distintas. O primeiro encontro ocorreu em 2018, na comunidade de Bebida, onde reside com seu esposo, Seu Mané, responsável pela roça da família, que fica nas proximidades da casa, às margens do rio Salitre, na parte baixa. Este momento marcou minha primeira imersão no campo como doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), naquele mesmo ano. No ano seguinte, em 2019, nos encontramos novamente durante a III Feira de Agricultura Familiar e de Caprinos e Ovinos do vale do Salitre, organizada pelas lideranças locais com apoio dos órgãos municipais, na comunidade de Junco. Em 2020, visitei Dona Beta em sua residência, em

Bebida, acompanhado de Dona Ana Maria, sua amiga e moradora da comunidade de Tapera. Nestes três encontros obtive informações que, até então, escapavam ao meu olhar de pesquisador, mesmo tendo uma perspectiva teórica domesticada pelas vivências acadêmicas e pelas vivências com familiares que residem no vale.

Analisando esses encontros a partir da perspectiva etnográfica de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), pode-se dizer que foi *trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, que ambos igualmente guindados a interlocutores, abriram-se a um diálogo fluído em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante* (p. 21). Nessa perspectiva, durante esses encontros, compartilhei com Dona Beta minhas origens e experiências no vale do Salitre, Sobradinho, Juazeiro e Salvador. Informei-lhe sobre o tempo que morei com minha família em Sobradinho, entre a década de 1970 e início dos anos 1980, quando meu pai trabalhava na construção da barragem (Usina Hidrelétrica de Sobradinho). Nesse período, passávamos as férias escolares na comunidade de Baixinha, onde residem parentes tanto da parte paterna quanto materna. Expliquei que meu pai retornou ao vale do Salitre, estabelecendo-se em Baixinha, onde cultiva uma roça e cria pequenos animais, como cabras, porcos e peixes. Dona Beta ouvia atentamente e, em um rompante, exclamou: "*então tu também é salitreiro*". Essa declaração criou um ambiente confortável para nossa conversa. No campo, o ato de ouvir, conforme Oliveira nos instrui, *ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação* (ibid.).

"*É muita história, viu! A gente nunca lembra de tudo, aí cada um conta um pouco da história*", disse-me Dona Beta antes de compartilhar sua história e trajetória no vale do Salitre. Ela inicia identificando-se como salitreira, "*nascida e criada no Salitre*". *Sou salitreira, mesmo!* E esclarece que "*os salitreiros são os nativos daqui, que nascem aqui* (no Baixo Salitre, em Juazeiro) *até o alto Salitre* (parte do vale que compreende o território de Campo Formoso, de acordo com a classificação do Estado)". Seguindo nas suas narrativas, Dona Beta ativa os signos culturais locais, socialmente diferenciadores, para contextualizar quem é considerado salitreiro e quem não o é, referindo-se aos colonos como não sendo salitreiros, pois são "*peessoas que já possuíam terras em outros projetos, mas migraram para o Salitre em busca de mais terras, sendo, portanto, considerados gente de fora*".

## 1.2. A vida em Cercado: quando o rio era outro

Dona Beta nasceu em 1949, "numa roça chamada Cercado, perto de onde fica a roça de Zaú, pegado no Bedouro Grande. Antigamente, chamava-se Cercado". Naquela época, sua família morava nessa roça, que ficava sob os cuidados de seu pai. De maneira enfática, reafirma sua identidade salitreira -- "Aí eu nasci lá em Cercado. A roça Cercado era, inclusive, de um povo ali de Placindo, em Sento Sé, desse povo de lá. Não era salitreira daqui, não era". Dona Beta recorda-se do nome do dono da roça -- "Era do Demostenes". Naquela época, seu pai mantinha uma relação de compadrio com o Sr. Demostenes, um tipo de acordo vertical entre quem possuía terra e quem trabalhava nela. Esse contrato caracterizava-se por uma dinâmica segundo a qual aquele que não detinha a propriedade estabelecia com quem a tinha uma relação de submissão ao ocupar-se e zelar pela terra, sem, contudo, ter direito de posse sobre ela. Sobre essa relação, Dona Beta declarou -- "Meu pai era quem cuidava dessa roça. Aí, eu nasci lá. Depois, em 1960, fui morar ali, em Bebedouro Grande. Os primeiros moradores dali foram a gente [nós]. Aliás, lembro agora, minha tia já morava lá. Foi no tempo das enchentes de 1960".



Povoado Roça Cercado – Vale do Rio Salitre (Renato Nascimento)

Nos anos de 1960 choveu muito na região, “*desde as cabeceiras do rio Salitre*”, provocando inundações em vários pontos do rio, conforme contou-me Dona Beta e muitos dos interlocutores desta pesquisa.

Quem também registrou esses relatos foi a antropóloga Ana Maria Bianchi dos Reis, que entre 1981 e 1984 fez pesquisa, na região, sobre os modos de produção camponesa dos salitreiros. O rio, registrou Reis, encheu e por muito tempo não voltou ao seu curso normal. Naquele ano, as vazantes, que são as porções de terra descobertas pela água no período de estiagem e onde ficam localizadas as roças dos agricultores, foram inundadas, o canal quase todo coberto, as roças todas perdidas (Reis, 1986, p. 45).

Quando foi em 1960 já não deu mais cana. Naquele ano a enchente foi tão grande que matou o canal todinho. Ficamos dois anos com os canais debaixo d'água. Foi tão grande a enchente que o rio Salitre não suportou.

Com as enchentes, a água do rio Salitre (que é afluente do RSF) vinha e a do São Francisco ia, era uma que descia e outra que subia, que vinha empurrando a que vinha. Aí as águas se encontravam e a que vinha não descia, aí ia represando. Aí matou o canal todinho.

Aí foi a hora que começou o progresso de plantar o tomate. Nessa época era o tomate. Mas já estavam plantando outras culturas. Aí mudou, porque a cana não produziu mais. (Dona Beta, 2019, comunidade de Bebida, Vale do Rio Salitre/Juazeiro)

Os agricultores entrevistados por Reis durante sua pesquisa, alguns deles também participantes da pesquisa ora em curso, como é o caso de Dona Ana Maria, que a acompanhou em suas incursões ao campo, também compartilharam suas histórias e percepções sobre as enchentes de 1960: “*foi um nunca visto de água atravessando aquela caatinga*”; “*O rio era outro*”; “*O canal morreu*”. Essas histórias relatadas a Reis, em 1982, revelam o quanto a vida dos salitreiros está intrinsecamente entrelaçada com o rio e com todas as formas de vida que compõem o ambiente do vale, em um processo contínuo de crescimento e movimento.

Em uma das declarações feitas pelos interlocutores de Reis, essa relação se destaca quase como se compreendida na perspectiva da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty: “*Tudo ficou suspenso. Não foi só o engenho que parou... parou tudo... a vida toda parou. Mas as coisas nunca ficam como estão, elas têm que partir para melhor ou pior*”. Como que atribuindo ao avanço da agricultura irrigada na região a culpa pelas grandes

enchentes de 1960, um dos interlocutores de Reis afirmou: "*O modo de vida mudou... A civilização veio chegando...*".

Se o observador, situado em um barco, segue a corrente, pode-se dizer que com a corrente ele desce em direção ao seu porvir, mas o porvir são as paisagens novas que o esperam no estuário, e o curso do tempo não é mais o próprio riacho: ele é o desenrolar das paisagens para o observador em movimento. Portanto, o tempo não é um processo real, uma sucessão efetiva que eu me limitaria a registrar. Ele nasce de *minha* relação com as coisas. Nas próprias coisas, o porvir e o passado estão em uma espécie de preexistência e de sobrevivência eternas; a água que passará amanhã *está* neste momento em sua nascente, a água que acaba de passar *está* agora um pouco mais embaixo, no vale. Aquilo que para mim é passado ou futuro está presente no mundo. (Merleau-Ponty, 1999, pp. 551-552)

Os salitreiros costumam usar as expressões "*aquele tempo*", "*no tempo dos engenhos*", "*no tempo do rio cheio*", "*no tempo da invernoada*", "*no tempo dos canaviais*", "*no tempo de meus pais*" etc., para historicizar suas experiências, vivências de lutas e resistências cotidianas. O tempo ao qual eles se referem não pode ser aqui compreendido como uma simples sucessão de eventos ocorridos independentemente das vidas que se movem ao longo do vale. O tempo dos salitreiros diz respeito às suas temporalidades, construídas a partir das relações estabelecidas com as coisas, com todas as coisas que habitam o vale, inclusive as enchentes. Esse tempo, conforme sustenta Merleau-Ponty na referência acima, não é um processo real e objetivo, mas algo que surge da interação subjetiva que estabelecemos com o mundo. Foi no decorrer das entrevistas com os interlocutores desta pesquisa que, ouvindo-os e sendo ouvido numa *verdadeira interação*, que percebi como o passado e o futuro estão constantemente presentes nas histórias relatadas, entrelaçadas no movimento contínuo do mundo que os rodeia, nos rodeia.

Ao apontar o rio e as enchentes para historicizar suas experiências e relações com o lugar onde habita, Dona Beta está considerando como parte de seu presente tudo aquilo que, de um modo ou de outro, possui relação de sentido com as atividades que atualmente desenvolve e que a envolvem. Desse modo, ela está implicitamente nos revelando a relação entre o tempo e o sentido na percepção que tem do mundo. Ou seja, a compreensão que os salitreiros fazem do tempo (dos canaviais, das enchentes, das roças de vazantes etc.) é influenciada pelos significados que eles atribuem às suas experiências, vivências e relações com o rio, a terra, a água e etc no momento presente, quando vivem a experiência dos efeitos do projeto Salitre, "*a civilização que veio chegando...*".

### 1.3. No tempo das enchentes: água e vidas em movimento

A ocorrência de enchentes afetava diretamente a vida dos salitreiros, alterando suas rotinas porque todo o cotidiano estava intrinsicamente vinculado ao rio. Ao ouvir suas narrativas sobre as trajetórias ao longo do vale, torna-se evidente que o ritmo de vida, o desempenho e a intensidade de suas atividades cotidianas encontram-se vinculadas à presença do rio e à habilidade de organizar o aproveitamento agrícola de suas vazantes, conforme já havia sinalizado Ana Maria Bianchi dos Reis em seu estudo. Essas áreas alagáveis eram estratégicas para os processos de reprodução biológica e social das comunidades. Nelas eram *abertas* roças destinadas ao cultivo de lavouras voltadas para a subsistência das famílias, principalmente durante o período de estiagem. Este intrincado entrelaçamento entre a vida e os recursos provenientes do rio revela a profunda interdependência que define a relação entre a população salitreira e o ambiente ao seu redor. *Naquele tempo*, disse-me meu pai em uma de nossas conversas, *quando tinha as enchentes, as pessoas sabiam quando elas iam acontecer. Demorava, mas vinha*".

Conforme aponta Ingold (2014), habitantes experientes sabem como ler a terra como um registro íntimo do vento e do tempo (p.185). Durante um dos encontros, Dona Beta recordou que *"no tempo de seus pais as pessoas sabiam até o dia que era de chuva, porque era o vento que avisava, e a lua também"*. Lembrei-me de uma conversa que tive alguns dias antes com meu pai, morador da comunidade de Baixinha, no Médio Salitre. Enquanto estávamos no quintal, onde ele tem uma cozinha com fogão a lenha, conversávamos sobre a tradição de colher umbu na caatinga, uma tarefa ainda muito atribuída às mulheres, às várias iguarias que podem ser feitas com este fruto, típicas da região. Por um instante, percebi que a fumaça que saía pela chaminé do fogão se movia sinuosamente, subindo ao céu desconcertadamente, mas seguindo uma direção específica. Meu pai, então com 78 anos, exclamou *"-- É chuva. Se não chover amanhã, dessa semana não passa"*. Dito e certo, dois dias depois, a comunidade de Baixinha estava umedecida pelas águas das chuvas. Compartilhei essa experiência com Dona Beta, que, sem surpresa, disse *"-- É assim mesmo. Basta saber"*.

Sobre essa sabedoria local dos salitreiros, reporto-me mais uma vez a Tim Ingold, que, para explicar as habilidades de habitantes experientes, evoca a sabedoria do povo Koyukon do Alasca, que gosta muito de suas histórias e tem o hábito de contá-las,

semelhantemente aos salitreiros. Ingold explica que eles podem sentir a aproximação de uma tempestade na súbita explosão de chamas de uma fogueira. Como descrito por um ancião Yup'ik, eles podem ler a direção do vento predominante na direção dos tufo de grama congelada saindo da neve ou as "ondas" de neve em lagos congelados (Nelson, 1983; Bradley, 2002; apud Ingold, 2014, p. 185).

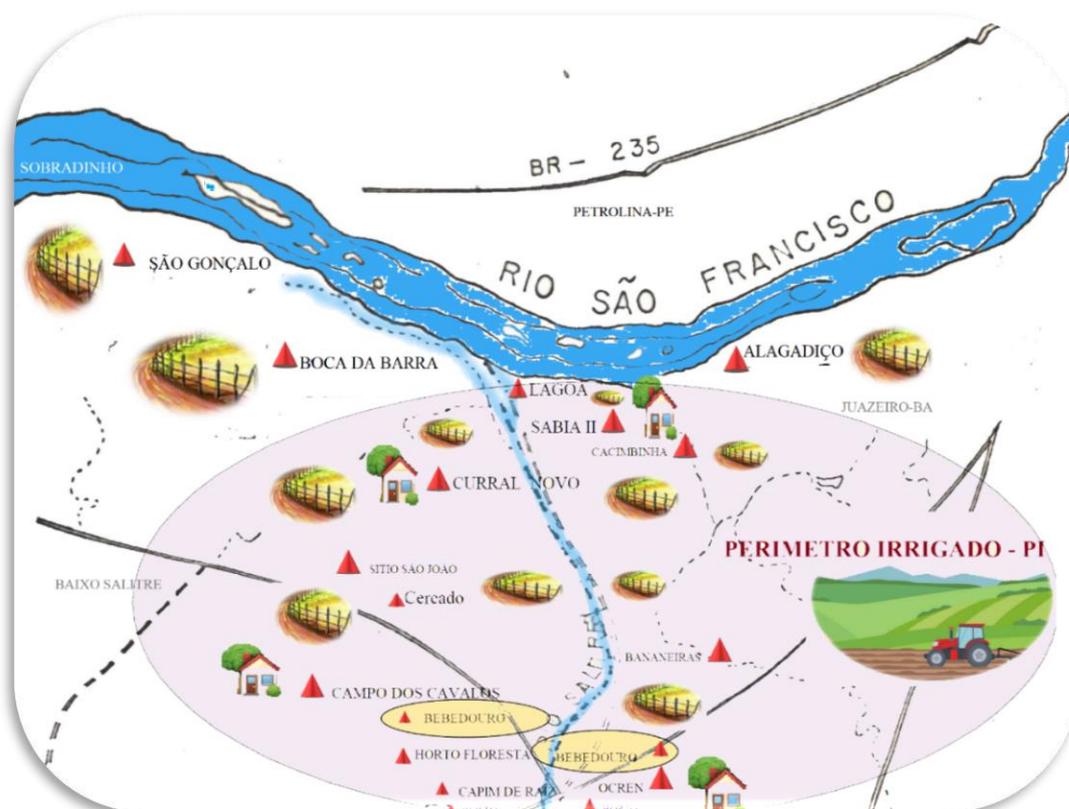
Ao desenvolver as percepções dos salitreiros em relação ao tempo e aos diversos elementos que influenciam as condições climáticas e, por conseguinte, suas rotinas, observamos que essas percepções desempenham papel significativo em sua interação com o mundo e em suas experiências, caminho que nos conduz à subjetividade, onde todas as nossas experiências, enquanto são nossas, se dispõem segundo o antes e o depois (Merleau-Ponty, 1999, 549). Do ponto de vista cultural, essas percepções podem ser consideradas, conforme as reflexões em andamento nesta pesquisa, como o primeiro contato desse grupo com os elementos que constituem seu ambiente, bem como suas relações interpessoais (entre salitreiros e não salitreiros) e eventos como o projeto Salitre e seus efeitos. Desse modo, as narrativas compartilhadas por meu pai e Dona Beta, assim como os demais interlocutores desta pesquisa, revelam a maneira como os salitreiros vivem e se relacionam com o ambiente ao seu redor, e como interagem com o mundo à sua volta.

Dona Beta evocou as memórias das enchentes para falar sobre sua trajetória ao longo do vale do Rio Salitre. Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1960, intensas chuvas atingiram a região, resultando na inundaçã do rio. O transbordamento de seu leito obrigou ao deslocamento de muitas famílias que habitavam em áreas muito próximas das margens do rio.

#### **1.4. Bebedouro: enchentes e canaviais**

Algumas casas, como a da família de Dona Beta, foram inundadas, e outras corriam o risco de ser invadidas pelas águas do rio. Sobre as enchentes de 1960, ela comentou, enfatizando as expectativas formadas entre os moradores mais próximos do rio de que o fenômeno se repetiria nos anos seguintes: "*Aí, quando ocorre uma enchente, todo mundo fica com medo. Quando tem uma enchente, todo mundo acha que vai se*

*repetir todo ano". Naquele ano, Dona Beta tinha apenas 11 anos, mas ela se recorda, detalhadamente, das circunstâncias: " Aí meus pais fizeram uma casinha no alto do Bebedouro, próximo do rio também, mas no alto. Tem um bebedouro aqui. Chamam de Bebedouro Grande. Aí nós passamos (permaneceram em Bebedouro) até 1966, quando fomos morar lá na beira do rio São Francisco, na Boca da Barra, onde desagua o rio Salitre".*



Comunidades de Bebedouro Grande. (Renato Nascimento)

As enchentes que afetavam o volume d'água do rio Salitre até meados da década de 1980 são descritas não apenas como eventos físicos ou simples desastres naturais. Elas surgem como elementos ligados às interações entre as comunidades locais, influenciando profundamente suas vidas. Um exemplo marcante desse entrelaçamento é evidenciado na experiência da família de Dona Beta, que, ao desenvolver estratégias<sup>6</sup> de enfrentamento e adaptação diante dessas adversidades naturais, optou por construir uma nova casa em um local diferente, mas mantendo-se próxima ao rio. Esse movimento, denominado por Tim Ingold como peregrinação, um modo fundamental de existir no mundo (2014, p.

<sup>6</sup> Em sua sociologia da teoria da prática, Pierre Bourdieu conceitua *estratégia* como o resultado do senso prático dentro de um determinado jogo social, historicamente definido, no qual os indivíduos se envolvem desde a infância, aprendendo suas dinâmicas. (Bourdieu, 2004, p. 81)

224), não apenas destaca a resistência da comunidade diante das enchentes, mas também revela a intrincada teia de relações entre os habitantes locais e o ambiente. Ao permanecer em proximidade com o rio e seus elementos, esse modo de existir no mundo indica a relação entre a comunidade e todo o conjunto que compõe e envolve o ambiente.

Ainda hoje, é comum encontrar bebedouros nas comunidades e povoados do vale do Rio Salitre, os quais podem ser construídos escavados no solo ou formados naturalmente pela força da chuva. Muitas vezes dispostos nas proximidades das casas ou do próprio rio, esses bebedouros serviam, e ainda servem, para dessedentar os animais de criação e, durante períodos de seca, também os seres humanos.

Meu pai destacou a importância da escavação de bebedouros nos povoados, especialmente naqueles distantes das margens do rio. Conhecidos também como açudes, esses bebedouros eram abertos em áreas cultivadas dentro da caatinga. Essas áreas são denominadas, na parte baixa do rio que é o *locus* desta pesquisa, de "*terras de posse seca*" (quando cultivadas) e "*terras de cerca caída*" (*quando utilizadas como pastagem*).

Os bebedouros serviam, como ainda hoje servem em muitas comunidades, não apenas para a referida dessedentação dos animais e, em algumas situações, da população. Eles também servem para saciar a sede de espécies nativas da região, como as arribaçãs. Segundo as narrativas de meu pai, assim como de muitos moradores antigos da região, a presença dessas aves anunciava períodos de seca iminente, orientando-os nas suas rotinas, principalmente nas atividades de cultivo da terra. Ao revisitar esses registros, lembrei-me de já ter lido sobre as revoadas de arribaçãs e suas relações com as condições climáticas do sertão. Foi em Graciliano Ramos, romancista alagoano, autor de "Vidas Secas": "*O mulungu do bebedouro cobria-se de arribaçãs. Mau sinal, provavelmente o sertão ia pegar fogo. Vinham em bandos, arranchavam-se nas árvores da beira do rio, descansavam, bebiam e, como em redor não havia comida, seguiam viagem para o sul*" (Ramos, 1994, p. 108). Habitantes experientes, parafraseando Tim Ingold, como mencionado anteriormente, sabem como ler a terra como um registro íntimo do tempo, das migrações das aves, das revoadas e dos dias abrasadores do sertão. Eles conseguem perceber a iminência das chuvas e o prolongamento dos períodos de seca na súbita movimentação de pássaros, que abandonam seus habitats em busca de água e alimento.

Mulungu, espécie de árvore nativa do sertão, conhecida na literatura de Graciliano Ramos como local de descanso das arribações, também empresta seu nome a uma das comunidades próximas de Bebedouro Grande, lugar para onde a família de Dona Beta se deslocou para se proteger das enchentes dos anos de 1960. Dona Beta esclarece: "*O nome Bebedouro Grande é porque lá tinha um bebedouro onde os animais bebiam água*". Esses lugares, como argumenta Tim Ingold, são delineados pelo movimento, e não pelos limites exteriores ao movimento (2014, p.220). Caminhando, os salitreiros se movimentam pelo vale, tecendo suas histórias.

Em Bebedouro Grande, a família de Dona Beta morou por um período de seis anos, de 1960 até 1966. Durante esse tempo, ainda na infância, ela e seus irmãos colaboravam com os pais nas plantações da roça, uma prática comum entre as famílias de agricultores da região. Ela relata que eles, assim como muitas outras famílias salitreiras, cultivavam cebola e também se dedicavam à colheita de palha de carnaúba. A carnaubeira, palmeira típica da região nordeste, é destacada por Dona Beta como algo essencial na vida dessas famílias, especialmente durante os períodos prolongados de seca. Ela descreve essas atividades com uma expressão nostálgica, voltando-se para o mundo e reconhecendo-se nele: – "*De manhã cedo a gente levantava, quatro horas da manhã. Aí a gente ia molhar os canteiros, na lata. A gente plantava tomate, também. Depois fazia um cafezinho e ia para a carnaúba. A gente também tinha parreira, a uva. Naquele tempo todo mundo tinha um estaleirinho de uva que levava também para o mercado*".

Dona Beta explica como era o processo de colheita e extração do fubá das folhas da carnaúba, que, após o cozimento, se transformava em uma cera comercializada por seu pai, em Juazeiro, para a fabricação de vinil.

Outra coisa importante em nossa vida foi a palha da carnaúba. A carnaúba serve para muita coisa... A gente corta ela e bota para secar. Depois que ela seca solta um fubá. Aí a gente rasgava ela todinha. Meus pais enchiam sacos com aquele fubá. Aí depois ia fazer a ceira.

Quando botava a carnaúba no fogo.... Olha, meu pai tinha assim uns arubés<sup>7</sup> grandes de barro onde ele botava aquele fubá. Com a quentura do fogo ele ia

---

<sup>7</sup> O "arubés", também chamado de "urubé", é um recipiente circular fabricado artesanalmente em barro, caracterizado por ter um diâmetro na boca maior do que na base, assim como um prato, porém significativamente maior, suficiente para armazenar grande quantidade de alimentos. No passado, era

derretendo. Aí ele pegava duas palhas, da chamada palha rachada, aquela da carnaúba... para rachar a palha já tinha os trabalhadores que trabalhavam com ele, que rachavam. Rachavam com uma faca. Aí ela ficava bem rachadinha. Aí ele pegava a geleia... juntava essas duas palhas botava e abria, assim, uma conchinha e ali botava aquele mel, porque virava um mel. Coava naquela palha. Depois dela seca, não vê como faz o sabão? Ficava aquele mel cremoso, depois secava. Ficava parecendo o disco, igual ao material do disco. Só que meu pai colocava naquelas bacias grandes e aí ela endurecia. Ele fazia de um dia para o outro para poder levar para a feira. Tinha gente que ia entregar na feira. Mas a gente entregava lá em um escritório, dos Siqueira. Aqui tem muita gente que viveu da palha da carnaúba. (Comunidade de Bebida, 2019, Baixo Salitre – conforme classificação da Codevaf – Médio Salitre conforme classificação dos salitreiros)

Durante interações no campo, ouvi relatos de outros salitreiros sobre suas experiências na colheita da palha de carnaúba. Nas comunidades de Sabiá I e Sabiá II, também ouvi relatos de agricultores sobre o período em que a sobrevivência das comunidades dependia da colheita da palha de carnaubeira. Semelhante ao relato de Dona Beta, os moradores dessas comunidades relataram que realizavam a atividade para extrair o pó da palha, que era posteriormente cozido para a produção da cera. Seu Lôu, agricultor da comunidade de Sabiá I, compartilhou que, antes do Projeto Salitre e dos agricultores se dedicarem à agricultura como boias-frias nas plantações irrigadas dos grandes produtores, a subsistência das famílias estava diretamente ligada às carnaubeiras. Ele afirmou: -- "*A sobrevivência da gente aqui era derrubar palha de carnaúba, fazer vassoura, fazer esteira, fazer a cera de carnaúba, pescar.*" Seu Lôu destacou uma vantagem desse tempo, dizendo: -- "*Todos se amavam e havia respeito mútuo entre todos.*"

Dona Beta, assim como Seu Lôu, enfatizou em suas histórias a diversidade da agricultura na região do Salitre, naquele tempo, destacando que as famílias cultivavam uma ampla variedade de produtos. As roças eram diversificadas e policulturais, o que contrasta com o que aconteceria, posteriormente, com a introdução da agricultura irrigada. Essa mudança foi desde o início dos anos de 1960 anunciada pelo Estado e pelos entusiastas do projeto Salitre como a redenção dos salitreiros.

---

amplamente utilizado pelas famílias de agricultores do vale do Salitre. Encontrava aplicação nos engenhos para a produção de rapadura, nas casas de farinha e nas residências dos agricultores para diversas funções relacionadas às atividades domésticas.

Como podemos perceber, a percepção do tempo nas narrativas dos salitreiros está entrelaçada com os significados que eles atribuem aos diferentes momentos de suas trajetórias ao longo do vale. Seu Genivaldo Gomes da Silva<sup>8</sup>, morador da comunidade de Recanto, por exemplo, como que concedendo ao tempo o sentido de sua vida, durante nossas conversas evocou, com certa frequência, o tempo das enchentes e dos engenhos. Dona Beta, assim como seu Lôu e outros entrevistados, destacou não apenas a passagem do tempo durante as enchentes, mas também como esse tempo está carregado de significados em relação à sua vida, lutas, atividades e ocupações atuais. Mas, como argumenta Merleau-Ponty, não poderia ser de outra maneira se somos temporalidade, já que a dialética do adquirido e do porvir é constitutiva do tempo (1999, p. 578). Mirian Rabelo e Paulo César Alves (1999, p. 193), argumentando que em uma narrativa sujeito e ação se constituem mutuamente, ressaltam a importância dessas narrativas como um processo por meio do qual os indivíduos atribuem significados às suas vidas, enfatizando que é nesse processo que as experiências são transformadas em uma história coesa e compreensível. Nessa perspectiva, ao recordar suas experiências de infância na roça, trabalhando com sua família, enfrentando enchentes e deslocamentos ao longo do vale, lidando com as palhas de carnaúba para delas extrair a cera que fabricava vinil e testemunhando a chegada do “progresso”, representado pelo projeto Salitre que introduziu na região a agricultura irrigada, Dona Beta tece uma teia de relações de eventos significativos de sua vida com pessoas e lugares que compõem o ambiente local como pontos que se movem em uma linha do tempo.

Seu Nival, morador da comunidade de Recanto, nascido e criado no Salitre, como costuma se apresentar, compartilhou suas memórias das enchentes de 1960 ao relatá-las e às de sua família nas terras que margeiam o rio Salitre. Ele começou lembrando que, assim como Dona Beta, começou a trabalhar desde muito cedo, quando ainda era criança, ajudando seu pai nas plantações de cebola, tomate, uva e outras culturas em roças próximas ao rio -- *"Desde pequeno, trabalhei na agricultura, acompanhando meu pai. Naquele tempo, a irrigação era feita na lata, com aquelas latas de querosene"*. Devido à

---

<sup>8</sup> Nas próximas páginas, Seu Genivaldo Gomes da Silva será mencionado como Seu Nival, nome pelo qual é conhecido entre os salitreiros e salitreiras.

falta de recursos, a família não podia adquirir equipamentos modernos considerados naquela época adequados para a irrigação das plantações. Assim, as latas de querosene usadas nos candeeiros para iluminar as casas à noite, pois naquela época ainda não havia energia elétrica na região, eram reutilizadas pelos pequenos agricultores para regar os canteiros de cebola, as parreiras, os pés de melão e os pés de tomate.

A família do agricultor de Recanto era composta de sete membros, ele, seus pais e mais quatro irmãos, todos homens. Como a família não possuía uma plantação própria, eles trabalhavam como meeiros em propriedades localizadas no vale. Ele explica: -- "*A gente trabalhava como meeiros, sabe? aqui na região. Era assim, um ano trabalhávamos na roça de uma pessoa, depois no ano seguinte na roça de outra pessoa..., mas tudo aqui nas proximidades. Sempre como meeiros, meu pai e os cinco filhos*". Seu Nival destaca que a família passou a viver como meeiro<sup>9</sup> após o ano de 1960, lamentando que, devido às enchentes, a produção de cana foi perdida e o tempo dos engenhos foi perdendo força. Ele acrescenta que, naquele tempo, "*a região tinha muitos engenhos até o final da década de 1960, com uma grande produção de cana e de seus derivados. Foi quando a agricultura irrigada chegou... E os japoneses também, logo depois.*"

Devido às enchentes, os canaviais permaneceram submersos por mais de dois anos, impactando significativamente a vida dos agricultores e de suas famílias. Dona Beta, evocando essas lembranças, se move em uma narrativa que nos leva a compreender essa experiência como uma parte de um processo em movimento ao longo do rio, como continuidade de processos que envolvem inúmeras transformações nos mais diversos campos de sua vida. "*A enchente matou todo o canavial. Ficamos com os canaviais debaixo d'água por mais de dois anos. O que acontecia era que o rio São Francisco enchia e impedia o rio Salitre de desaguar nele, fazendo com que suas águas represassem no rio perene.*"

---

<sup>9</sup> O termo "meeiro" refere-se ao agricultor que trabalha em terras de propriedade de outra pessoa. No sertão nordestino esse é um tipo de contrato de trabalho ainda muito comum. Geralmente, o agricultor meeiro, juntamente com sua família, é responsável por todas as atividades agrícolas e compartilha com o proprietário da terra os frutos da produção. O dono da terra disponibiliza a habitação, quando o meeiro é um migrante e, ocasionalmente, uma pequena parcela para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Posteriormente, em um capítulo que aborda a transição dos salitreiros, de agricultores com terras próprias para arrendatários de propriedades controladas por grandes produtores locais, desenvolvo, de maneira mais detalhada, esse tipo específico de contrato de trabalho.

### 1.5. Boca da Barra: prenúncios da agricultura irrigada

Tim Ingold afirma que o ato de peregrinar representa nossa forma mais fundamental de existir no mundo (2014, p. 224). Dessa maneira, como peregrina sem destino final, Dona Beta continua sua trajetória pelas margens do rio Salitre, tecendo caminhos, construindo paisagens e moldando temporalidades. Assim como uma peregrina, que, onde quer que esteja e enquanto sua vida perdurar, sempre encontrará algum outro lugar para onde pode ir, Dona Beta e sua família deixam Bebedouro Grande, onde viveram por seis anos, e se mudam para Boca da Barra, o ponto de encontro entre o rio Salitre e o São Francisco. -- "*Em Bebedouro Grande permanecemos até 1966, quando fomos morar à beira do rio São Francisco, em Boca da Barra, onde o rio Salitre deságua*". Nesse movimento, o porvir não é posterior ao passado e este não é anterior ao presente (Merleau-Ponty, 1999, p. 563), eles se entrelaçam em uma rede ascendente de caminhos que invade o território habitado à medida que as pessoas, interagindo com todas as coisas do ambiente, se movimentam, vivem. Assim, a temporalidade se temporaliza como porvir-que-vai-para-o-passado-vindo-para-o-presente (ibid.).

Nesse movimento por caminhos dispersos ao longo do vale do Rio Salitre, os salitreiros seguem suas trajetórias, tecendo, povoando e dando vida a diversos lugares. À medida que narram suas trajetórias, compartilham também histórias dos lugares por onde passaram, descrevendo os diferentes tempos desses lugares entrelaçados ao próprio fluxo temporal. Até aqui, parece evidente que os entrevistados desta pesquisa compartilham suas histórias relacionando-as às distintas fases ou etapas de suas vidas, sempre as identificando com relação a eventos que, no contexto de suas experiências com o mundo, são relevantes. Assim, ao narrar essas experiências e considerar essas fases da vida como inseparáveis do seu presente, incorporam tudo o que possui alguma relação com suas atividades cotidianas.

As histórias contadas por Dona Beta vão sendo compreendidas em seus movimentos ao longo do vale do Rio Salitre. No entanto, é importante ressaltar que para compreendê-las imersas nesses movimentos, não basta apenas localizá-las nos caminhos e lugares por onde a narradora passou, habitou e estabeleceu relações afetivas. Entrelaçado a esses lugares e caminhos, como ela mesma destacou, existe um elemento

essencial: o tempo. Este é o tempo dos percursos e de tudo aquilo que Dona Beta aprendeu no curso de sua trajetória, tornando-se assim uma referência fundamental para ela compreender o presente. Ou seja, o tempo não é simplesmente uma medida quantitativa, mas algo intrínseco às distintas experiências de Dona Beta.

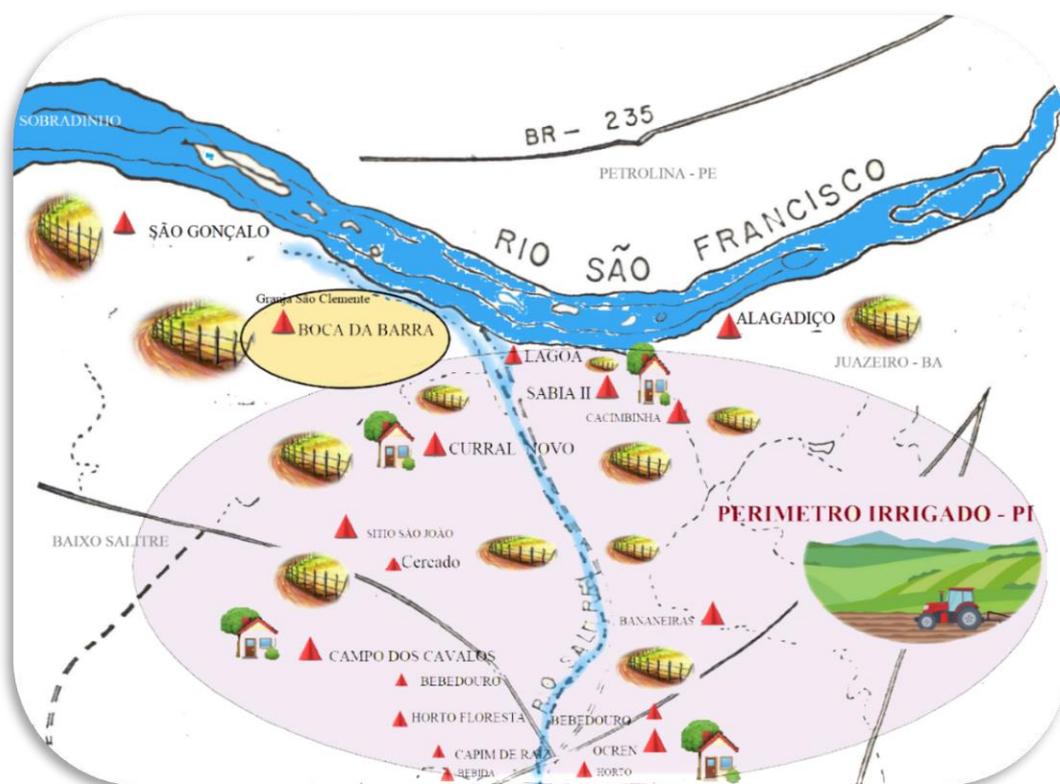
No tempo em que a sua família se deslocava de Bebedouro Grande para Boca da Barra, em 1966, Leonice Rocha da Silva (Dona Leonice), moradora da comunidade de Recanto, recordou, em uma de nossas entrevistas, de um cenário peculiar no vale do Rio Salitre: -- "*Andava por aqui um povo falando umas línguas diferentes. Era inglês, francês, japonês... umas línguas assim, diferentes*", relembra ela. Naquela época, entre os anos de 1960 e 1966, além dos salitreiros atingidos pelas fortes chuvas, agentes do Estado também percorriam o sertão nordestino, dispersando-se pelos territórios habitados às margens do rio Salitre. Esses agentes, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), realizavam um amplo levantamento dos recursos de terra e água na Bacia do rio São Francisco (BHRS), visando inventariar dados para o planejamento do desenvolvimento econômico da região, por meio da irrigação em larga escala.

Em outubro de 1960, ano das grandes enchentes que afetaram as famílias ribeirinhas do vale, levando muitas a se deslocar para outras localidades, foi assinado um acordo entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas (ONU) denominado Plano de Operação. Esse plano tinha como objetivo o desenvolvimento econômico da região semiárida nordestina e o fortalecimento da agricultura irrigada em grande escala. Como agência brasileira parceira o governo do Brasil nomeou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Assim, entre os anos de 1960 e 1966, período em que foram executados, concluídos e divulgados os estudos conduzidos pela FAO e SUDENE, o vale do Salitre escolhido para a implementação do Perímetro Irrigado do Projeto, foi "invadido" por técnicos da SUDENE e agentes estrangeiros da FAO. Munidos de pranchetas e do discurso desenvolvimentista, eles delineavam os rumos que os agricultores salitreiros deveriam seguir para garantir o desenvolvimento econômico e social local<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A Parte II desta tese concentra-se exclusivamente nas políticas desenvolvimentistas que atingiram seu apogeu após a Segunda Guerra Mundial. Nos capítulos que a compõem, abordo a influência do Banco

É nesse período que o "*chamado progresso*" chega ao vale do Salitre, causando impactos significativos na vida dos salitreiros e em seus modos de produção e reprodução social. Esse foi o tempo que marcou a região com a introdução de técnicas agrícolas irrigadas, o uso intensivo de bombas hidráulicas e fertilizantes, correspondendo ao período conhecido como Revolução Verde, que se intensificaria nas décadas de 1970 e 1980, conforme esclarece Mineia Clara, moradora da comunidade de Alfavaca.



Comunidade de Boca da Barra, onde os rios Salitre e São Francisco convergem - (Renato Nascimento)

Essa revolução, que surge no Brasil com a promessa da modernização do campo, erradicação da fome e aumento da produção, resultou no aumento da concentração fundiária e na dependência dos agricultores em relação às sementes geneticamente modificadas, o que afetou a cultura dos pequenos proprietários, os quais enfrentariam dificuldades para se adaptar a esses novos modelos de produção. Segundo Mineia Clara,

---

Mundial no financiamento de megaprojetos de desenvolvimento no Brasil e em países em desenvolvimento, na primeira metade do século XX. Além disso, exploro os processos envolvidos na elaboração do Projeto Salitre e suas relações com o Programa Aliança para o Progresso, uma iniciativa de influência política e econômica das potências ocidentais sobre a América Latina, lançada pelo presidente John F. Kennedy em 1961, camuflada sob o discurso benevolente de ajuda econômica e social.

que também é líder comunitária das comunidades da parte baixa do vale, o uso intensivo de fertilizantes destacou-se como um dos principais problemas da Revolução Verde na região. Embora tenha aumentado significativamente a produção agrícola, esse modelo privilegiou os monocultivos em grande escala, o que resultou na perda da diversidade de cultivos e contribuiu para a diminuição da biodiversidade local.

Além desses desafios, esse modelo de produção agrícola em larga escala gerou impactos sociais nas comunidades, especialmente aquelas envolvidas compulsoriamente no Perímetro Irrigado. A dependência dos agricultores ao uso de insumos químicos caros tornou-se um problema devido às condições financeiras da maioria. Outra questão relacionada aos desafios sociais surgidos com a "modernização agrícola" foi a mecanização dos meios de produção. Embora a introdução de novas tecnologias tenha aumentado a produção das grandes lavouras, também resultou na precarização da mão de obra tradicional, causando repercussões negativas às condições sociais, econômicas e culturais da comunidade.

Foi nesse tempo que começou o progresso de plantar o tomate. Nessa época era o tomate que a gente plantava. Mas já estavam plantando outras culturas. Quem não tinha suas roças, ia trabalhar de meia nas roças dos outros.

O veneno chegou já na década de 1960, porque quem plantava tinha que aplicar.

Foi aí que vieram os japoneses plantar. A gente trabalhava de diária, para os japoneses, amarrando tomate. Isso já depois de 1960. Foi com os japoneses que a gente aprendeu usar veneno. Os japoneses plantavam esse tomate de vara<sup>11</sup>, tinha muita gente trabalhando. Foi a partir daí que a gente viu os homens com as bombas nas costas aplicando veneno, porque tinha que aplicar. Não era como hoje, mas eles aplicavam.

Aí depois veio a cebola.... Veio o povo do Cabrobó também. E esse rio Salitre dava conta. Cabrobó<sup>12</sup> era a terra da cebola. Naquela época veio uma epidemia, uma praga chamada rola, ela enrolava a folha da cebola e não encabeçava. Sei que essa praga atingiu eles lá (em Cabrobó-PE) e correram para cá. Aí naquele período veio muita gente de fora. Aí ajuntara-se no Horto (comunidade), que era roça muito grande. Aí foi onde eles se instalaram. Isso já depois dos anos 1960. Nessa época a gente já era ... eu já trabalhava. Eu tinha entre 13 e 14 anos e já mudava muita cebola. (Dona Beta, comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019).

---

<sup>11</sup> Refere-se ao uso de estacas com aproximadamente dois metros de altura no cultivo do tomate tipo *Salada* ou *Gaúcho*.

<sup>12</sup> O início do cultivo da cebola no Vale do São Francisco é atribuído a Cabrobó, município do estado de Pernambuco. Naquela localidade, nos primeiros anos da década de 1960, a introdução do cultivo teria marcado os primeiros passos para o avanço da agricultura irrigada na região do Médio São Francisco.

Essas situações, conforme apresentadas ao longo desta tese, estão diretamente ligadas ao que definimos aqui como *descaso planejado*, e que conforme já enfatizado na Apresentação, tem o mesmo significado utilizado por Parry Scott (2009; 2013; 2013; 2014) em suas análises sobre os procedimentos administrativos que orientaram os programas de reassentamentos da CHESF para as populações impactadas pela construção de barragens (2009, p. 125). Portanto, trata-se de um conceito que "destaca a marginalização dos interesses da população local, que historicamente ocupa o território em questão e que ainda depende dos recursos hídricos locais" (ibid.).

Relacionados a ele também são aplicados, de forma complementar, os conceitos de *insegurança* e *violência administrada*. O primeiro abrange as ações do Estado que, ao longo de mais de seis décadas dos processos de implantação do Projeto Salitre, sistematicamente impuseram às comunidades atingidas uma política de exclusão de acesso à água, à terra e aos benefícios historicamente prometidos, justificada por ações forjadas e amparadas legalmente<sup>13</sup>. O segundo, a *violência administrada*, é utilizado para descrever as limitações à aplicabilidade imediata do termo "*beneficiados*" (2009, 94) aos salitreiros diretamente afetados pelo projeto de irrigação. Esse é um período no qual, segundo Parry Scott, predominaram a desorganização, a morosidade e o não cumprimentos das promessas anunciadas (ibid. 137).

As narrativas dos entrevistados, circunscritas e imersas às suas percepções do local habitado e aos impactos do Projeto Salitre em suas vidas, delineiam um longo período de lentidão e exclusão promovidas pelas práticas desenvolvimentistas das agências responsáveis pela implementação do projeto. Revelam, assim, um conjunto de práticas que passaram a influenciar a vida dos agricultores e suas famílias no contexto de sua experiência nesse programa de desenvolvimento.

As primeiras experiências da família de Dona Beta com o projeto Salitre, conforme suas narrativas, começaram em Boca da Barra. Nos anos 1960, o seu avô

---

<sup>13</sup> Na Parte II desta tese discorro sobre o Edital nº 18 para Seleção de Irrigantes Familiares do Projeto Salitre - CODEVASF, publicado no Diário Oficial nº 59 de 27 de março de 2009, Seção 3, página 80. Contextualizo o resultado final do processo seletivo, destinado à seleção de irrigantes familiares para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais no Projeto de Irrigação Salitre, com as narrativas dos salitreiros que denunciavam que o processo foi excludente e planejado exclusivamente para contemplar grandes produtores, os empresários do agronegócio.

materno morava nessa comunidade. Nessa mesma época, iniciaram-se os estudos sobre a qualidade agrícola do solo e dos recursos hídricos do Médio São Francisco, conduzidos pela FAO em parceria com a SUDENE<sup>14</sup>. Esses estudos visavam à implementação de políticas econômicas e sociais consideradas necessárias pelo Estado para acelerar o desenvolvimento na região.

Os resultados desses estudos foram publicados em 1966, sendo o projeto "interpretado desde o início como um empreendimento longo e difícil, sem resultados previsíveis" (FAO, 1966, p. 7). Naquele mesmo ano, Dona Beta e sua família chegaram à comunidade de Boca da Barra, região que compreenderia o Perímetro Irrigado do Projeto Salitre, anunciado como uma política de desenvolvimento que promoveria melhorias na qualidade de vida dos nordestinos daquela região.

[...]fomos morar lá na beira rio São Francisco, na Boca da Barra, onde desagua o rio Salitre.

Meu avô tinha um conhecimento, um conhecimento assim, um conhecimento e uma vida. Meu avô era vaqueiro do finado Aprígio Duarte. E aí ficou com aquela intimidade com os filhos. Aí levou a gente pra lá, para essa roça (Granja São Clemente) que era deles. Já era dos filhos, pois o Aprígio Duarte já não existia mais. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019)

A roça à qual Dona Beta se refere é a Granja São Clemente, que pertencia ao coronel Aprígio Duarte Filho, falecido em 1956. Localizada no vale do Salitre, a cerca de 30 Km da cidade de Juazeiro, a Granja São Clemente era, conforme descrito por Aroldo de Azevedo (1952), "um exemplo do que pode realizar a irrigação nessa áspera zona sertaneja" (p. 80). Azevedo, que visitou a região do Salitre no início dos anos de 1950, destaca em seu livro "Regiões e Paisagens do Brasil", publicado em 1952, que o coronel Aprígio Duarte Filho decidiu, três anos após sua expedição pela região, explorar as possibilidades agrícolas do vale, construindo um sistema de canais de irrigação em sua

---

<sup>14</sup> No final de março de 1959, o governo brasileiro solicitou ao Fundo Especial das Nações Unidas, atualmente Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, assistência para realizar o levantamento dos recursos de terra e água na bacia do rio São Francisco. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) foi escolhida como Agência Executora do projeto após a assinatura de um Acordo Básico em 16 de setembro de 1960, referente às operações do Fundo Especial no Brasil. O Plano de Operação para a realização do estudo foi assinado em 7 de outubro de 1960, nomeando o Governo do Brasil a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como órgão de contrapartida e fazendo aporte financeiro conforme abaixo. (FAO, 1966, p. 3)

propriedade (ibid.). No sistema de irrigação implementado pelo coronel em suas terras, as águas do rio Salitre, impulsionadas por bombas, eram conduzidas a uma rede de canais que irrigavam as terras ressequidas da caatinga (Azevedo, 1952).

Na Granja São Clemente a família de Dona Beta viveu a primeira experiência de trabalho na agricultura irrigada. Não era mais apenas ouvir falar do projeto de irrigação; a percepção tornou-se real e a lógica da agricultura irrigada vivida, estabelecendo o acesso dos salitreiros ao mundo delineado pelos idealizadores do Projeto Salitre, cujos primeiros estudos de viabilidade foram iniciados em 1960, como mencionado anteriormente. Foi nas terras do Coronel Aprígio Duarte Filho que muitos salitreiros tiveram as primeiras percepções dos impactos de um grande projeto de desenvolvimento agrícola sobre suas vidas, atribuindo-lhe significado como uma verdade implícita em suas novas vivências e experiências com a terra, o rio e suas águas. Dona Beta, como vimos anteriormente, recordou-se de que foi nessa época que também chegaram os japoneses e os defensivos agrícolas, os quais eram utilizados no controle de pragas que representavam ameaça às plantações: -- *“O veneno chegou já na década de 1960, porque quem plantava tinha que aplicar. [...] Aí vieram os japoneses plantar”*.

Seu Lôu, primo de Dona Beta, também recordou, ao longo de nossas conversas, do tempo em que trabalhou na Granja São Clemente. Nascido na comunidade de Curral Novo, mudou-se para Boca da Barra quando ainda era criança. Ao atingir a juventude, deslocou-se de Boca da Barra para Lagoa, comunidade também próxima aos rios Salitre e São Francisco. Em Lagoa, casou e formou uma família. Após o casamento, estabeleceu-se em Campo dos Cavalos. Seu Lôu não menciona os anos exatos dessas mudanças. Assim como os salitreiros mais antigos, tem o hábito de marcar o *tempo* em suas narrativas, que se constituem em relatos de suas vivências nos diversos espaços e lugares por onde passou. Descreve o *tempo do rio cheio*, quando ainda não havia atingido níveis capazes de prejudicar o curso do rio; fala do tempo dos canaviais e da época em que as chuvas, a cada estação, eram regulares -- *“Era um tempo bom. Ai foi que cheguei aqui, no Sabiá. Ai tô aqui até hoje”*.

Eu nasci em Curral Novo. Fui morar na Boca da Barra. Da Boca da Barra fui para a Lagoa. Em Lagoa me casei e fui morar em Campo dos Cavalos. Foram vários lugares que morei. Mas tudo atrás de trabalho. Sempre no Salitre. Na beira do rio.

O Projeto (Salitre) veio e a gente não teve participação, é boia fria. Mas todo mundo está sobrevivendo.

O rio Salitre tá morto, acabou. Eu digo que foi o desenvolvimento que foi demais. Se desenvolveu demais. O Projeto não está trazendo tanto progresso assim, como prometeram. (Seu Lôu, comunidade de Sabiá I, Baixo Salitre – Juazeiro/BA, 2022).

As narrativas de Seu Lôu sobre o projeto Salitre deixam entrever uma crítica que, latente, remete a uma prática comum em grandes projetos de desenvolvimento. Sua observação sugere que, apesar das promessas de progresso, o projeto não está cumprindo as expectativas criadas entre os moradores do Vale. Ao contrário do prometido, o projeto teria causado mais prejuízos do que eventuais benefícios para as comunidades afetadas pela sua implementação. Esta perspectiva indica uma preocupação com os impactos negativos que não é exclusiva de seu Lôu, mas de todos os salitreiros que vivem nas proximidades da região onde foi implantado o Perímetro Irrigado. Os prejuízos causados por grandes projetos de desenvolvimento sobre as áreas locais sugerem a presença de um descaso que negligencia as reais necessidades e o bem-estar das comunidades envolvidas.

Seu Lôu lamenta que atualmente não seja mais possível realizar as caiçaras, também conhecidas, localmente, como agricultura de cercas caídas e posse seca<sup>15</sup>. Com o avanço da agricultura irrigada sobre suas terras, os salitreiros foram impedidos de manter uma de suas tradições agrícolas mais importantes, as caiçaras, explica Seu Lôu. – “Só que não tem mais terra para fazer as caiçaras, porque nessas terras agora tem as roças de mangas. Não tem mais como fazer a terra seca e a cerca caída”. Isso representa uma violação simbólica e material da vida das comunidades afetadas, evidenciando o que estamos designando práticas de descaso planejado e de violência administrada. Hoje em dia, afirma Seu Lôu:

---

<sup>15</sup> Em áreas distantes das regiões cultivadas, conhecidas como "posse seca", os salitreiros ocupavam terras que não faziam parte da faixa próxima ao rio Salitre. Essas terras, embora não fossem consideradas sem dono, em sua maioria pertenciam à União ou a herdeiros de latifúndios estabelecidos desde o século XVII. Os habitantes do vale do Salitre utilizavam essas áreas para pequenos cultivos e pastagem de pequenos animais, como ovinos, caprinos e jumentos.

Faço um pouco de tudo. Sou pescador, agricultor, ex-pescador, ex-agricultor e, acima de tudo, guia de São Gonçalo para sempre. Sou o representante da cultura de São Gonçalo nessas comunidades<sup>16</sup>. (Ibid.)

Em Boca da Barra<sup>17</sup>, Dona Beta morou entre os anos de 1966 e 1970. Sempre aludindo aos seus trajetos como o tempo de eventos que se desenrolaram ao longo de sua vida, ela revela quão intrinsecamente suas histórias estão entrelaçadas às paisagens que compõem o vale do Rio Salitre. Suas narrativas evidenciam os engajamentos diários dos salitreiros com o lugar e com todos os elementos que o constituem, conferindo-lhes vida e movimento. No plano de suas percepções, o tempo não é mais do que a temporalidade de suas experiências, possibilitando-lhes preservar suas memórias e historicidade. Portanto, o tempo nas narrativas salitreiras não deve ser confundido com uma "cronologia, uma sucessão regular de um tempo vazio e quantitativo" (Bailão, 2016).

E aí foi lá, onde a gente morou um tempo, em Boca da Barra. Quando foi em 1970 a gente foi morar em São Gonçalo do Salitre, onde meu pai tinha propriedade. São Gonçalo do Salitre fica nas margens do São Francisco, para cá de Sobradinho, às margens do São Francisco, antes de Sobradinho. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019)

## 1.6. São Gonçalo do Salitre: às margens do São Francisco

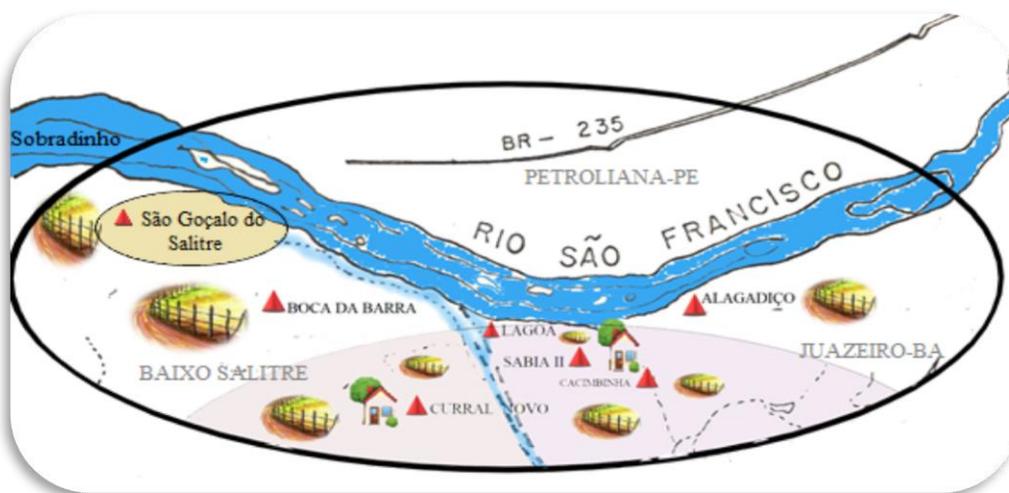
Ao longo da sua trajetória, Dona Beta viveu e trabalhou por alguns anos nas terras da família Duarte antes de continuar trilhando caminhos pelo vale do rio Salitre. Após o tempo vivido em Boca da Barra, sua família mudou-se para a comunidade de São Gonçalo do Salitre, próxima à foz. Nesse local, seu pai possuía uma pequena roça às margens do rio principal, onde a família se dedicava à agricultura de subsistência. Ela lembrou esse período: --"E aí, lá em Boca da Barra a gente viveu por um tempo... Foi em 1970 que nos mudamos para São Gonçalo do Salitre, onde meu pai tinha propriedade. São Gonçalo do Salitre está às margens do São Francisco, deste lado de Sobradinho, às margens do São Francisco, antes de Sobradinho"

<sup>16</sup> É muito comum, em várias partes do interior baiano, a devoção a São Gonçalo por meio de cânticos e danças liderados por pessoas mais velhas.

<sup>17</sup> Em 1654, as terras na área agora chamada de Barra do Rio Salitre foram concedidas como sesmaria a um dos membros da Casa da Torre, o renomado Padre Antônio Pereira. Ele era cunhado do primeiro Francisco Dias D'Ávila e exerceu grande influência sobre a família, ao longo de sua vida. (Nantes, 1979)

Esse deslocamento não apenas implicou uma mudança de localização e ocupação territorial da família, mas também sinalizou uma passagem temporal entre diferentes pontos e lugares concebidos pelos movimentos que delinearão a trajetória de vida da família. A propriedade em São Gonçalo do Salitre não foi apenas um lugar físico, onde a família viveu por um tempo; foi um ponto de referência temporal repleto de histórias e significados que mantêm Dona Beta ligada a outros caminhos e modos de vida às margens dos rios Salitre e São Francisco, que, assim como todas as vidas ali encontradas, também se entrelaçam. As narrativas locais que descrevem os movimentos dos salitreiros ao longo dos rios revelam a interseção recorrente entre a história pessoal, as paisagens locais e a geografia temporal e espacial das comunidades ribeirinhas do vale do Salitre.

A percepção e compreensão de Dona Beta em relação aos lugares por onde passou ao longo de sua trajetória no vale do rio Salitre não ocorrem de maneira isolada em relação aos desafios enfrentados atualmente por ela, sua família e pelos demais moradores do vale, diante dos impactos do projeto em suas vidas. Tal como evidenciado ao longo deste capítulo, sua percepção é moldada pelas vivências e experiências que se desdobraram ao longo do tempo. Ativados em suas memórias, o rio, as roças, as enchentes, os canaviais e outras referências desempenham papéis significativos nos diversos processos transcorridos. A subjetividade não é, como já destacamos anteriormente, senão uma manifestação da temporalidade, que se temporaliza como porvir-que-vai-para-o-passado-vindo-para-o-presente (Merleau-Ponty, 1999, p. 563). No contexto das nossas reflexões sobre as vivências dos salitreiros ao longo do vale do Salitre, é essa conexão que nos possibilita compreender a historicidade do sujeito da percepção.



Comunidade de São Gonçalo do Salitre - (Renato Nascimento)

Nesse movimento do porvir, que se desloca em direção ao passado vindo para o presente, Dona Beta percorre o caminho de volta nos arredores do povoado da Roça Cercado, a montante do rio Salitre, onde se estabeleceu em um pequeno povoado conhecido como Horto, *onde tinha uma roça, que era roça muito grande*.

Aí depois tornei a voltar para o Salitre (região onde se situava a Roça Cercado). Me casei, aí tornei a voltar para o Salitre. Aí, quando foi em 1973 eu voltei. Meus pais ficaram lá, meu irmão morava aqui no Horto e eu vim plantar mais ele. Vim plantar cebola. (Dona Beta, comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019)

Esse movimento de ida e volta é uma prática que ainda hoje define o modo de habitar dos salitreiros. Engajados ao longo do rio Salitre até seu encontro com o São Francisco, são esses movimentos que dão origem aos mundos por eles construídos e vivenciados. Nesses contextos, o desenvolvimento das suas atividades cotidianas, percepções, atitudes e interpretações, e de todos os elementos com os quais se entrelaçam, combinam-se em um emaranhado de movimentos e formas: caminhos, trilhas e veredas, cercas, casas, roças, comunidades, povoados e currais.

A trajetória de Dona Beta, sem dúvida, oferece uma excelente ilustração para essa perspectiva. O ato de caminhar, seja por seres humanos ou animais, ao ser sistematicamente repetido, cria uma rede de relações ao redor daqueles que percorrem esses caminhos – os lugares, as roças, os currais e os quintais dispersos no território habitado. Esse ato não apenas molda as paisagens, mas também estabelece uma estreita relação com a temporalidade, a qual, segundo Merleau-Ponty, é crucial para a formação da ipseidade. Em outras palavras, diferenciar uma pessoa de outra se dá através do tempo, pois é nele que as experiências se acumulam, modelando e definindo a identidade de cada indivíduo (Merleau-Ponty, 1999, p. 570-571). As paisagens, inextricavelmente ligadas ao tempo, contam histórias mais profundas sobre o mundo, oferecendo-nos uma perspectiva única para narrativas enraizadas na experiência e na jornada de cada interlocutor.

### 1.7. Horto: entre cebolas e estaleiros

No Horto, os salitreiros trabalhavam nos campos de cebola, ocupando-se durante todo o dia. Ao cair da noite, ao invés de acomodarem-se em suas casas, iniciavam uma nova etapa do processo de produção: era chegada a hora de transportar as cebolas colhidas para o estaleiro. Essa era a tradição que remonta a tempos passados, quando os trabalhadores se reuniam para preparar as cebolas para o armazenamento. O estaleiro tornava-se o lugar onde a colaboração e união entre os membros das comunidades se estabeleciam. Ao ser ali depositada, a cebola não representava apenas um produto da agricultura irrigada que começava a se estabelecer no Vale. Ela era também parte integrante de um campo de relações que se formava e se consolidava entre os salitreiros e todas as coisas que compunham aquele mundo, o mundo da agricultura irrigada. Nesse contexto, os salitreiros mantinham a tradição da solidariedade recíproca, essencial aos seus modos de viver e produzir.

De noite a gente trabalhava o dia todo arrancando a cebola. Quando era de noite a gente carregava a cebola e botava no estaleiro. Antigamente era diferente, né, a cebola a gente botava no estaleiro e aí todo mundo vinha ajudar. [...]. Primeiro a gente ia esteirar. Pegar e colocar ela toda estiradinha para ficar fácil dela secar para não queimar a cabeça. Aí, quando ela ficava seca a gente ia fazer as tranças. (Dona Beta, comunidade de Bebida, Juazeiro-BA, 2019).

A plantação intensiva de cebolas teve origem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) estabeleceu na região o Horto Florestal. Essa iniciativa visava conduzir experimentos para verificar a viabilidade econômica da agricultura irrigada em larga escala no Submédio São Francisco (Dourado, 2015, p. 278).

Conforme vimos anteriormente, Dona Beta recorda-se de que juntamente com a introdução da cultura da cebola, também chegaram ao Vale do Rio Salitre os Cabrobós, agricultores do município de Cabrobó, Pernambuco, que nos primeiros anos da década de 1960 migraram para a região, com o intuito de trabalhar nas plantações irrigadas de cebola. – “*Veio a cebola... Veio o povo do Cabrobó também*”, afirmou.

Aí foi onde eles se instalaram. Isso já depois dos anos 1960. Nessa época a gente já era ... eu já trabalhava. Eu tinha entre 13 e 14 anos e já mudava muita cebola. Aí os cabrobós vieram.

Eles vieram para o Horto e produziam utilizando o motor. O motor já tinha no Horto, que antes era do Aprígio Duarte. (Dona Beta, comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019).

Minéia Clara, que em 2019 me acompanhou em uma visita à comunidade de Bebida, onde conversei pela segunda vez com Dona Beta, destacou que foi na década de 1960 que a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF) chegou ao vale do rio Salitre. Conforme suas narrativas, embasadas nas histórias relatadas pelos moradores mais antigos e confirmadas em documentos encontrados nos arquivos pesquisados, a chegada da FAMESF trouxe consigo também a introdução de defensivos agrícolas, os quais foram amplamente empregados na agricultura irrigada. Dado que a agricultura irrigada na região estava voltada para a produção de cebolas, as condições propícias para a proliferação de pragas e doenças tornavam-se inevitáveis, podendo afetar significativamente as lavouras. Assim, seguindo a cartilha da Revolução Verde, o uso de defensivos agrícolas tornou-se uma prática incorporada à rotina dos salitreiros que trabalhavam no Horto.

Aí veio a universidade com as cartas agrícolas, que ajudaram muito para a entrada do veneno. A universidade ajudou muito no uso do veneno. Veio a tal da Revolução Verde. Dava a qualquer uma carta agrônômica para poder aplicar o veneno. (Mineia Clara, comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019)

Conforme relato de Dona Beta, as terras onde o Horto foi estabelecido, e onde ela viveu a partir da década de 1973, originalmente pertenciam à família do Coronel Aprígio Duarte. Na época em que Aprígio Duarte era proprietário dessas terras, predominava o cultivo de fruteiras. Ela destaca que naquele período, *“só se plantava fruteira”* no local. --*“Lá era cheio de manga. Até café tinha no Horto. Havia laranja e coco. Eles não utilizavam produtos químicos”*. Dona Beta menciona que a prática de aplicar veneno na plantação não era comum naquela época.

Aí, como ele tirou um dinheiro no banco para plantar e depois parece que não tirou o dinheiro que botou, teve que passar o Horto para o governo do estado. Foi então que a agronomia tomou conta. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco/Juazeiro-BA, 2019)

Eliete Leite Paixão (Dona Eliete), professora e moradora da comunidade de Curral Novo, observa que naquele tempo estava chegando ao vale o Projeto Salitre. Assim como outros salitreiros, a família de Dona Eliete também se mudou para o Horto, para trabalhar na produção irrigada de cebolas e, posteriormente, de tomates. *Era nos anos 1970, recordou-se. – “Lembro porque que meu pai morava aqui (em Curral Novo), e naquele período foi morar no Horto”.*

Antigamente, naquele tempo, andavam nas comunidades aquelas pessoas que eram pessoas estrangeiras, que diziam ser alemães. O povo chamava de os alemães.

Olha, os alemães estão andando aqui no Salitre, é sobre o Projeto. Eles não falavam português. Vinham acompanhados de outras pessoas. Eles vinham nuns carros que tinha o nome SUDENE. Esse povo andava mesmo. Eles perguntavam as coisas e as pessoas respondiam, mas tinha outras pessoas passando para eles, tradutor. Vieram aqui, e não foram poucas as vezes. E o tema era o projeto de irrigação do Salitre. As pessoas diziam assim “olha! É sobre o projeto Salitre”. Eu ficava pensando, vai sair, não vai sair.

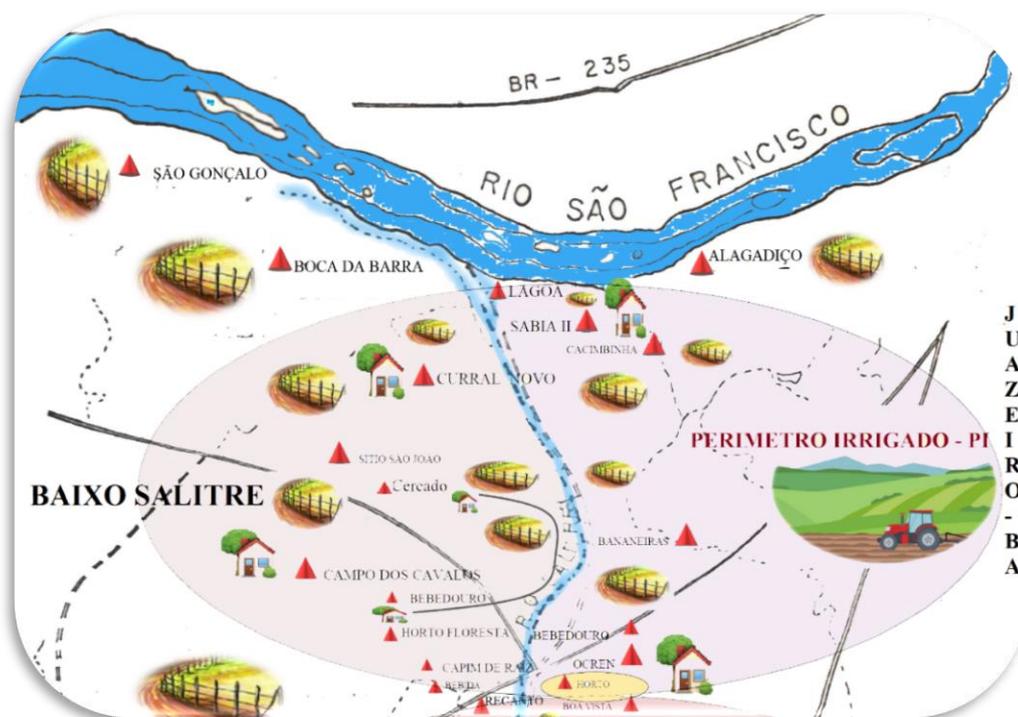
E naquele período eles já andavam por aqui, em Curral Novo. E o povo dizia assim: são os alemães que estão vindo. De repente vinha outro e dizia: esses aí são da Holanda. Eles não falavam português, mas tinha tradutor. (Eliete Leite Paixão, Curral Novo, Junco/Juazeiro-BA, 2021)

Dona Eliete afirma que desde a criação do Horto, ocorrida no início dos anos 1960, o projeto Salitre já estava em andamento na região. Contudo, os salitreiros não tinham conhecimento do seu real propósito, uma vez que os verdadeiros objetivos do projeto estavam ocultos aos olhos dos agricultores locais. – *“Esse longo período de Projeto Salitre esteve oculto aos olhos do povo, mas todo esse tempo foi administrado por eles”.*

Nesse período que esteve oculto, onde o povo só achava que o projeto Salitre era um sonho... Era um sonho (para os salitreiros), mas na realidade, na caneta, já estava acontecendo. Só que com o povo à margem, os salitreiros ficaram à margem. Não teve essa inclusão. (ibid.)

Seu Nival, agricultor da comunidade de Recanto, também recordou o período em que os salitreiros se deslocavam de suas comunidades para trabalhar no Horto, em terras que pertenciam a outras pessoas, encarregando-se de todas as tarefas e dividindo com os proprietários da terra os frutos da produção:

Era aqui direto, nessas comunidades. Até no Horto a gente trabalhava de meia. Naquele tempo era tomate que a gente cultivava, tomate de vara (*tomateiros que atingem certa altura e precisam ser sustentados com vara*). Toda semana a gente pegava os brotos e amarrava nas pontas das varas. Naquele tempo a gente plantava uns pimentões, mas era pouco. (Seu Genivaldo Gomes da Silva, comunidade de Recanto, Junco/Juazeiro-BA, 2021)



Comunidade do Horto - (Renato Nascimento)

### 1.8. Bebida: os primeiros sinais dos efeitos da irrigação

No Horto, Dona Beta conheceu Seu Manoel, com quem se casou. Mais tarde, o casal se deslocou para a comunidade de Bebida, onde adquiriu uma roça e construiu uma casa às margens do rio Salitre. – “*Aí no casemos e viemos morar aqui em Bebida. A nossa casa era lá onde fica aquela casinha, na frente da roça*”.

No ano em que Dona Beta e Seu Mané decidiram unir seus destinos em matrimônio, o rio começou a apresentar sinais de saturação devido à intensificação da prática da agricultura irrigada na região. Fonte de vida dos salitreiros, começou a secar. A escassez de água rapidamente se tornou um problema para os habitantes locais, especialmente para aqueles cuja subsistência dependia das atividades diretamente

relacionadas ao cultivo da terra e criação de pequenos animais. O fenômeno começou na Boca da Barra, e aos poucos se estendeu, atingindo as localidades a montante.

Depois que eu casei, que a gente se casou, eu e Mané, que a falta da água veio. Foi...

Começou lá da Boca da Barra, onde eu falo, onde o rio desagua, foi chegando aqui, depois na Alfavaca...

Depois que chegou energia foi que o rio começou a secar. Aqui tinha zero de motor, nem todo mundo podia comprar. Aí começou pelos grandes produtores. Quem era grande tinha condições de comprar. E aí o rio foi secando. (Dona Beta, Comunidade de Junco, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

Com a chegada da eletricidade à região, as atividades irrigadas ao longo das terras que margeiam o rio Salitre também se intensificaram. A instalação da rede de energia elétrica, que mudou as paisagens com postes e fiações no meio da caatinga, trouxe mudanças relevantes para a vida das comunidades. Antes dessas mudanças, não havia disponibilidade de motores movidos a energia elétrica nas áreas cultivadas; em vez disso, os produtores, assim como aqueles salitreiros que tinham alguns recursos, utilizavam motores a diesel e cata-vento.

O cata-vento representava uma estratégia de produção adotada pelos agricultores do vale do rio para mitigar os desafios durante períodos de escassa precipitação. Essa tecnologia permitia que os agricultores continuassem cultivando suas pequenas culturas sem prejudicar o rio e todo o ambiente circundante. No entanto, poucos deles tinham acesso ao sistema de cata-vento e aos motores a diesel em suas roças, sendo seu uso mais comum entre os grandes produtores que chegavam ao vale atraídos pelas promessas do Projeto Salitre.

Eu alcancei o cata-vento na roça de meu avô. Enchia o tanque para poder molhar o limão e as plantas. Quem não tinha condições de comprar a bomba tinha o cata-vento. Só que o cata-vento ele foi ter muito tempo depois, antes molhavam era com a lata d'água.

Tinha uma vantagem: não tinha gasto, pois quem movimentava ele era o vento. E o motor quem comprasse tinha que comprar muito óleo. (Minéia Clara, Comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2019)

Conforme relato de seu Lôu, morador da comunidade de Sabiá e primo de Dona Beta, os grandes produtores, que vieram de fora, contribuíram para o declínio do rio Salitre. Ele ressalta que essa situação se agravou quando os salitreiros começaram a alienar suas terras para os grandes produtores japoneses. O agricultor de Sabiá destaca que os conflitos, denominados pelos salitreiros como enfrentamentos, começaram quando o rio passou a secar devido à intensificação da agricultura irrigada e uso dos motores movidos a eletricidade. Foram os grandes produtores, especialmente os japoneses, que, segundo Seu Lôu, introduziram no vale do Salitre as "grandes bombas". Segundo Dona Zizi, que participava da roda de conversa em Sabiá, os grandes produtores compravam terras e bombas elétricas porque possuíam recursos financeiros e o respaldo do governo. A partir desse ponto, relata seu Lôu, o rio começou a secar.

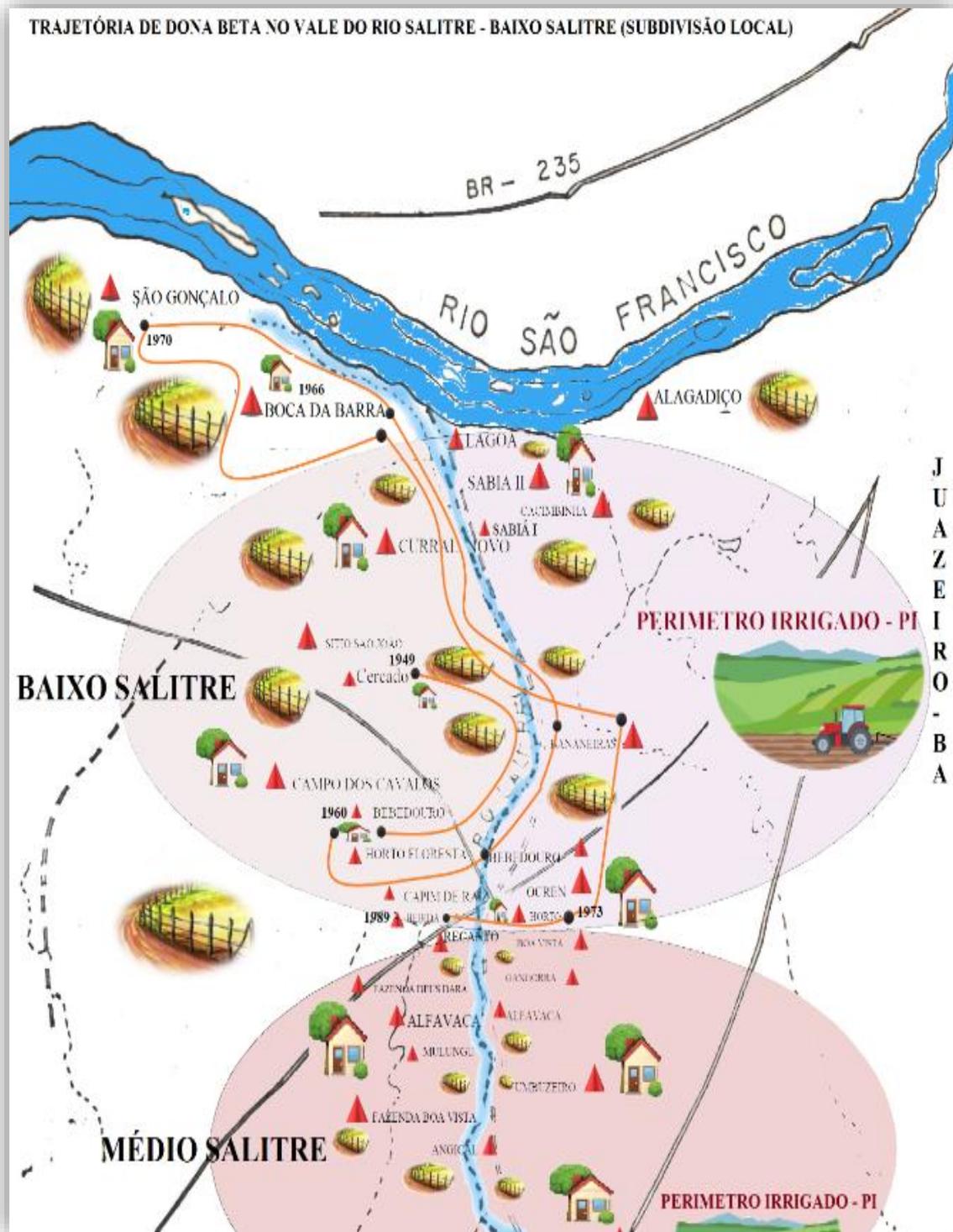
Quem acabou naturalmente o rio Salitre foram os próprios produtores do Salitre, quando começaram a vender as roças para os grandes, principalmente para aqueles japoneses. Foi nesse tempo que começaram as brigas. Depois botaram aquelas grandes bombas, porque eles tinham dinheiro. E foi a partir daí que o rio começou a secar. (Seu Lôu, comunidade de Sabiá I, Junco–Juazeiro/BA, 2022).

Nos anos 1970 o banco começou a liberar dinheiro para plantar cebola, aí os grandes produtores chegaram. Esqueceram a cana de açúcar. Então veio o assoreamento. Acabou... Você não vê cana de açúcar no rio de forma nenhuma. (Dona Zizi, comunidade de Sabiá I, Junco–Juazeiro/BA, 2022).

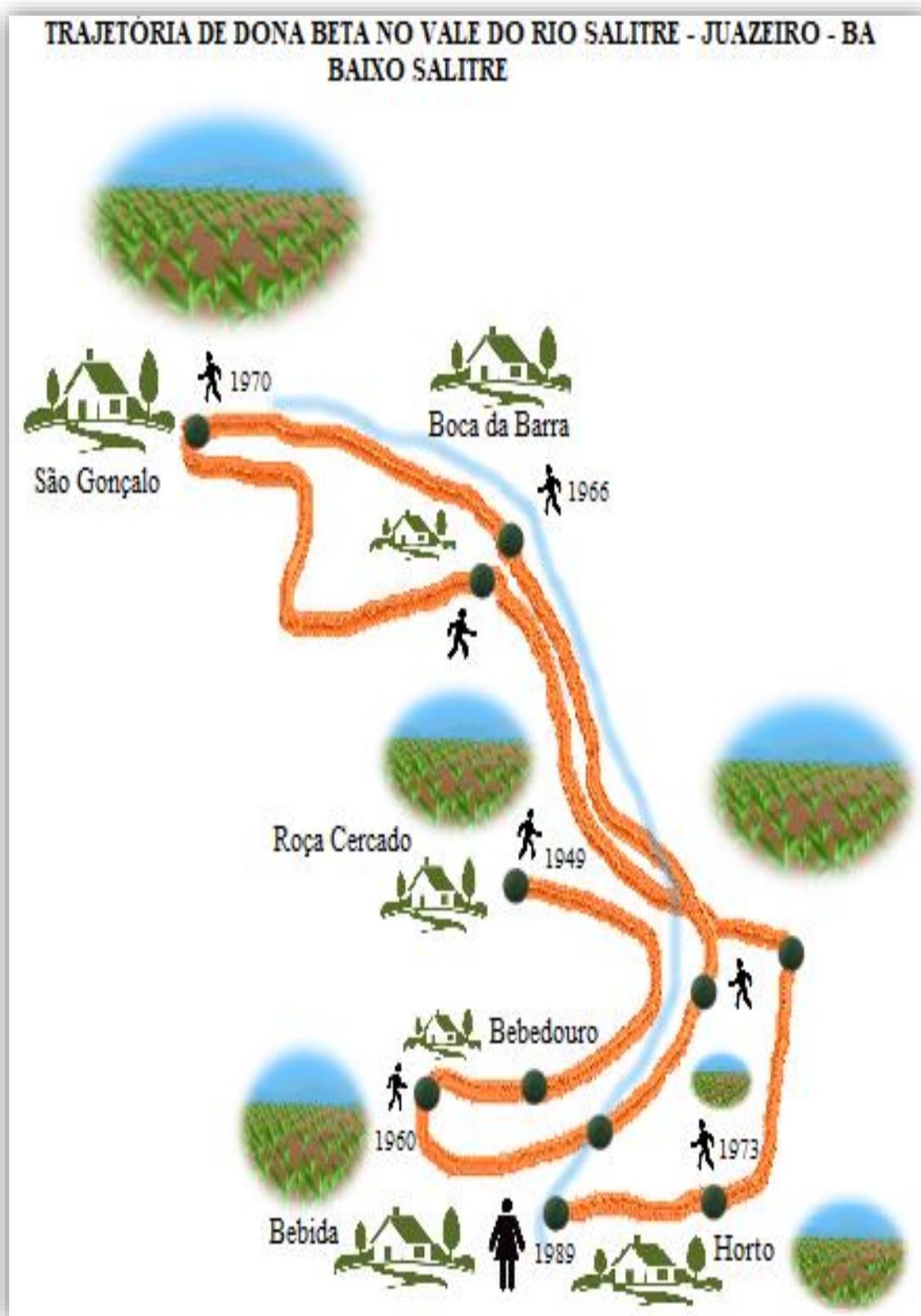
Naquela época, a vida dos agricultores salitreiros ainda transcorria sem a utilização das tecnologias elétricas empregadas na produção agrícola. Com a introdução da eletricidade, os motores também alteraram as paisagens do vale e das terras às margens do rio. Embora não estivessem ao alcance de todos, especialmente dos salitreiros, eles estavam em toda parte. O acesso limitado a esses recursos resultou na formação de dois tipos de agricultores, os salitreiros e os empresários, aqueles que chegavam de fora, ocupando extensas áreas nas comunidades. Assim, aqueles considerados "grandes" tinham volumosos recursos financeiros para adquirir terras e motores, enquanto os salitreiros não podiam obter nem os motores elétricos, nem os movidos a diesel, nem mesmo os cata-ventos, e ainda eram compelidos a alienar suas terras.

A história dessas comunidades reflete não apenas as complexidades da vida rural, mas também como mudanças aparentemente positivas podem ter consequências

negativas inesperadas. O rio, outrora símbolo de abundância e vida, tornou-se uma testemunha silenciosa das transformações que afetariam profundamente a vida das comunidades à sua volta.



Trajétória de Dona Beta no Vale do Rio Salitre – Cercado/Bebida - (Renato Nascimento)



Trajatória de Dona Beta no Vale do Rio Salitre – Cercado/Bebida - (Renato Nascimento)

## 1.9. O rio Salitre é vida

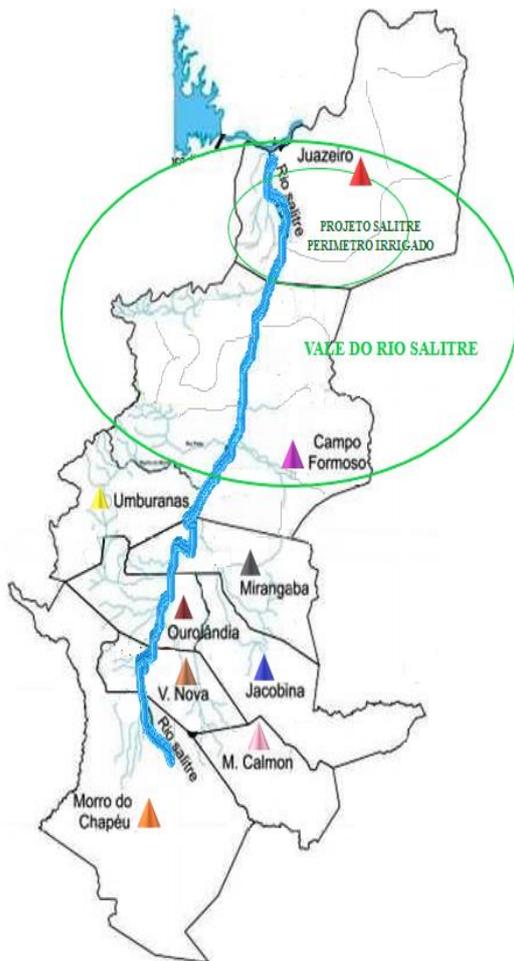
“O rio Salitre é vida! Porque sem o rio a comunidade salitreira não sobrevive. Aqui é uma área onde as pessoas vivem da agricultura e da criação de pequenos animais, não tem visão de outras coisas. É a agricultura, é o que está no sangue das pessoas daqui. Então, o rio Salitre para o salitreiro é vida. Sem ele a situação da vida aqui se complica”. (Comunidade de Recanto, Dona Leonice Rocha da Silva, Junco-Juazeiro/BA, 2021)

De acordo com Pierre Nora (1990), a memória está entrelaçada em elementos que fazem parte da vida cotidiana das pessoas, grupos e comunidades, nas formas reais e concretas de nossas vidas. Os lugares, as paisagens, as ações e acontecimentos sociais, por exemplo, servem como pontos de referência para lembranças e experiências significativas que envolvem ou envolveram pessoas, o indivíduo e o coletivo. A memória, diz Nora, emerge de um grupo que ela une, está enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (1990, p. 9).

No vale do Salitre, o rio é lugar de memórias, evocadas pelos salitreiros para narrar suas trajetórias e as histórias que as envolvem. No decorrer do trabalho de campo ouvi muitas narrativas sobre as suas relações com o rio, tanto dos mais jovens como dos mais velhos. Percebi que, quando entrevistados individualmente, em suas casas ou roças, eles evocavam memórias pessoais, específicas de suas experiências individuais com o rio e com o ambiente em seu entorno. À medida que os encontros foram acontecendo, percebi que, conforme observado por Maurice Halbwachs (1990), cada uma das memórias individuais registradas em minhas notas de campo ou gravadas em meu gravador *é um ponto de vista sobre a memória coletiva* (p. 52). Evidentemente, os pontos de vista dos agricultores salitreiros sobre o rio mudam conforme o lugar que ocupam no território e, também, conforme suas experiências pessoais. Aliás, os próprios lugares por eles habitados mudam conforme as relações que estabeleçam com outros meios e com todo o conjunto de fenômenos, naturais ou antrópicos.

Nesse contexto, volto a lembrar ao leitor que esta pesquisa sobre o vale do rio Salitre, os salitreiros e o Projeto Salitre foi metodologicamente inspirada na perspectiva antropológica de Tim Ingold (2022), concebendo-os como parte de um mundo no qual tudo é composto por linhas que se entrelaçam em crescimento e movimento contínuos.

Nossa reflexão se alinha à ideia de que a vida não se desenrola em locais específicos, mas sim ao longo de caminhos ou linhas. Partimos, assim, da concepção de que à medida que uma pessoa ou qualquer entidade se move, ela se transforma em uma linha. O rio, por exemplo, é uma linha que se entrelaça à vida da comunidade do vale do rio Salitre, formando uma sequência intrincada de linhas que se conectam a outras linhas.



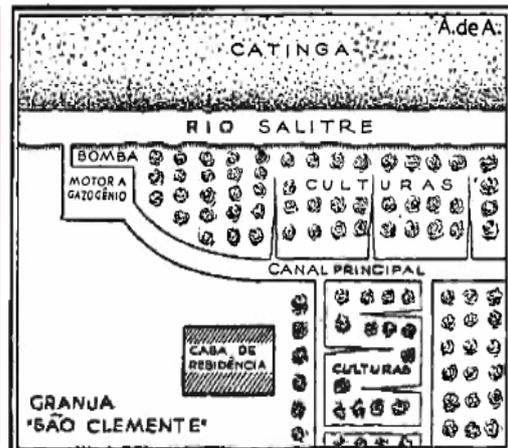
Vale do Rio Salitre – Campo/Formoso-BA

Fonte (foto): CODEVASF

## CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA



(13) Campo - Comunidade de Bebida. Dona Beta, sua irmã, e Dona Ana Maria, mãe de Érica Daiane – 2018. Fonte: Renato Nascimento



(14) Granja São Clemente ilustrada por Aroldo de Azevedo, 1952. "As águas do rio Salitre, impulsionadas por bomba, são conduzidas a uma rede de canais e vão irrigar as terras ressequidas da catinga".



(15-16) Campo – Comunidade de Bebida. Dona Beta, Seu Manuel e Mineia Clara- 2019. Fonte: RN



(17) Paisagem da roça da família de Dona Beta e Seu Manuel, espaço dinâmico e interativo onde estão imersos e envolvidos em sua criação e transformação. Plantação de mandioca, 2019. Fonte: RN.



(18) Campo na comunidade de Recanto, com Ana Maria e Dona Leonice, 2016. Fonte: RN



(19) Campo na comunidade de Recanto, com Minéia Clara e Dona Leonice, 2019. Fonte: RN



(20-21) Campo na comunidade de Ocren, 2020. Fonte: RN



(22) Campo no povoado de Julião, entre Junco e Tapera, com Érica Daiane e Givanildo Mendes, 2020. Fonte: RN

(23) Campo no povoado de Julião, com Érica Daiane. Ao fundo, roça arrendada pelo agricultor Josimar Neto, natural de Cabrobó/PE, 2020. Fonte: RN



(24) Campo na comunidade de Umbuzeiro, com Seu Rogaciano, 2023. Fonte: RN



(25) Paisagem do rio Salitre abastecido com água do São Francisco no entorno da casa e da roça de Seu Rogaciano, 2021. Fonte: RN



(26) Paisagem da roça de Seu Rogaciano, espaço dinâmico e interativo, onde ele e sua família estão constantemente envolvidos em sua criação e transformação, 2021. Fonte: RN



(29) Campo na comunidade de Sabiá I, com Seu Lôu, Dona Lili e o agricultor Fagner, 2022. Fonte: RN.



(30) São Gonçalo do Salitre - Minéia, seu filho João Vitor e um jovem agricultor da comunidade de Alfavaca. Visita ao cemitério identificado pelos salitreiros como Cemitério dos Índios, 2020. Fonte: RN



(31-32) Campo na comunidade de Tapera, 217. Fonte: RN



(33-34-35) Campo no entorno das comunidades de Baixinha e Abreus, 2021. Fonte: RN



(36) Fogão a lenha da casa onde mora meu pai, Rosalvo Alves, na comunidade de Baixinha, 2018. Fonte: RN

(37) Cata-vento em uma roça familiar na comunidade de Baixinha, 2020. Fonte: RN

(38) Roça familiar na comunidade de Baixinha. Utilização de técnicas de irrigação, 2020. Fonte: RN

## CAPITULO II

---

### 2. NO TEMPO DAS TAPAGENS: CONFLITOS, INSEGURANÇA E ENFRENTAMENTOS

Na região do vale do rio Salitre, os agricultores costumavam adotar práticas tradicionais de agricultura de vazante e sequeiro. Essa prática não envolvia técnicas de irrigação e dependia exclusivamente das chuvas e da cheia do leito do rio para o cultivo. Com o recuo da água, depois das chuvas e das enchentes, os solos do entorno do rio ficavam descobertos e úmidos. Durante certo período, os agricultores cultivavam a terra descoberta umedecida pelas águas da chuva. Porém, devido ao agravamento dos efeitos dos longos períodos de estiagem, ou seca, como eles chamam, o fluxo do rio foi diminuindo, a terra perdeu a umidade e o cultivo tornou-se quase impossível. Para enfrentar essa situação, garantir a produtividade das roças, sustentar suas famílias e fornecer água para o rebanho durante a estiagem, construíam pequenas barragens, que eles chamam de tapagens.

Em 2017, na sede do IRPAA, em Juazeiro, tive uma conversa com Haroldo Schistek sobre os salitreiros e suas relações com o Salitre. Ele trouxe à tona memórias de eventos passados para narrar as experiências atuais dos salitreiros, lembrando vivências compartilhadas com os agricultores locais. Ele lembrou o período em que os salitreiros realizavam os primeiros plantios do ano durante as vazantes. Contudo, expressou pesar ao mencionar que, mais tarde, os agricultores passaram a represar a água, construindo pequenos barramentos. Naquela época, esses barramentos eram feitos principalmente de troncos de carnaúba e pedras. Schistek destacou que, com essas construções, a elevação mínima do nível do rio era suficiente para permitir que a água fluísse, por gravidade, através de sulcos, irrigando pequenos plantios localizados nas proximidades da margem. Essas mudanças na prática dos agricultores ao longo do tempo refletiram-se na transformação das técnicas de plantio e no manejo da água na região. Empregadas de maneira descontrolada em várias regiões do Brasil para irrigação agrícola, as técnicas de barramentos ou tapagens, que têm origem indígena, eram usadas, muito eficazmente, como técnicas de pesca. (Leonel, 2020)

Durante muito tempo, os agricultores do vale do Salitre adotaram o uso da tapagem, represamento construído com paus e barro para elevar o nível da água e inundar áreas de plantações e roçados localizados às margens do rio Salitre, como já mencionado. Essa prática tornou-se uma tradição entre as famílias agricultoras que vivem em comunidades que circundam o rio São Francisco. No vale do Salitre, como referido anteriormente, algumas pequenas propriedades utilizavam o cata-vento no cultivo da terra. Como essa tecnologia era financeiramente custosa para a maioria dos agricultores, optava-se pela continuidade da tradição das tapagens e da molhação das plantações transportando a água do rio em latas. Na prática da tapagem, esses agricultores mantinham acordos entre si para evitar conflitos, seguindo uma prática cooperativa e solidária na gestão da água para benefício mútuo. Essa solidariedade se estendia a outras atividades, como a limpeza do rio, que ocorria sempre que plantas invasoras e assoreamento das margens avançavam sobre o rio. Dona Rosenildes, moradora da comunidade de Tapera, relatou que, naquela época, entre os anos de 1960 até início dos anos de 1980, era comum os agricultores “*subirem em caravana para limpar o rio*”.

No início do século XIX, as práticas de tapagem ao longo do vale do São Francisco foram proibidas pelas autoridades provinciais. Essa proibição fazia-se acompanhar por multas de valores considerados altíssimos para a época, além de penas que, na Bahia, podiam chegar a até oito dias de prisão, com o dobro para reincidências (BAHIA-BRASIL, Leis e Resoluções da Província da Bahia, 1883) e, na Província das Alagoas, de um a seis meses (Galvão, 1874). Essa medida era particularmente rigorosa durante os tempos secos e de longas estiagens na região nordeste, quando o fluxo de água do São Francisco e seus afluentes era significativamente reduzido.

Conforme estabelecido pelas leis provinciais de Alagoas, em particular pela Resolução nº 2 de 10 de abril de 1835, as práticas de tapagem no rio São Francisco, seus riachos e várzeas foram oficialmente extintas e proibidas em toda a sua extensão. Os infratores dessas leis enfrentavam penalidades rigorosas, que incluíam tanto penas de prisão quanto multas que variavam de 30 a 100 "s" (unidade monetária da época), conforme documentado por Olimpio Euzébio Arroxellas (1874, p. 439). Além disso, os infratores também tinham seus lucros confiscados, os quais eram recolhidos ao cofre municipal.

A Resolução mencionada, que extinguiu e proibiu as tapagens no leito do São Francisco, seus riachos e várzeas, foi revogada em 1843 pela Lei Municipal número 11, datada de 4 de abril do mesmo ano. Essa nova legislação concedia autorização às câmaras municipais de Penedo, localizado ao sul do estado de Alagoas, às margens do São Francisco, e Porto da Folha, município do estado de Sergipe, situado na Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, para realizar a venda pública e a arrematação das mencionadas tapagens. Durante esse processo, as câmaras deveriam determinar as distâncias entre as madeiras usadas na construção da esteira da tapagem e o padrão da malha da rede, garantindo espaço suficiente para a passagem do peixe pequeno (ibid. p. 439). Além disso, conforme estipulado na mesma lei, metade do produto dessas arrematações seria destinada às rendas provinciais e a outra metade às municipais (ibid.).

(...) pôr em hasta pública e arrematação as ditas tapagens, em cujo acto as mesmas camaras marcarão as distancias das madeiras de que se tece a esteira da tapagem e o padrão da malha da rede, havendo espaço sufficiente para a passagem do peixe pequeno (ibid. p. 439)

De acordo com o artigo 10 da Resolução número 202, de 28 de junho de 1852, a receita proveniente das tapagens em Penedo seria especialmente aplicada para reparos e construção das pontes e estradas do município, bem como para o conserto do prédio pertencente à câmara (Galvão, 1874, p. 40).

As "tapagens" construídas no leito do rio São Francisco, assim como em suas vazantes e riachos, situadas entre as regiões de Penedo e Porto da Folha (hoje correspondentes aos municípios de Alagoas e Sergipe, respectivamente), durante o século XIX foram submetidas a um processo que abrangeu desde a proibição até a sua legalização. Inicialmente, essas práticas foram objeto de punição para os infratores. No entanto, a partir de 1843, houve uma mudança significativa, com a incorporação dessas atividades como fonte de receita pública. Isso contribuiu para o aumento dos recursos nos cofres governamentais. Assim, o que antes era considerado um ato criminoso passou a ser formalmente reconhecido como um componente essencial da renda do Estado.

Conforme estipulado pelo Artigo 5º da Resolução número 340, de 6 de maio de 1858, os arrematantes das tapagens do São Francisco teriam direito à pesca do peixe somente até 30 de junho de cada ano, sendo que as câmaras poderiam prorrogar esse prazo, conforme registrado (ibid. p. 440).

Como mostrado anteriormente, a técnica da tapagem, inicialmente desenvolvida pelos povos indígenas como um dos seus métodos de pesca, foi incorporada tanto pelos primeiros sertanejos que habitaram as áreas circundantes do Sertão do São Francisco quanto pelos colonizadores portugueses que exploraram a região, estabelecendo currais e administrando províncias. Eles compartilhavam, portanto, o mesmo objetivo dos indígenas: capturar peixes.

Na Bahia, assim como na província de Alagoas, alguns municípios promulgaram leis que tanto proibiam quanto legitimavam a prática da tapagem, fosse para a captura de peixes ou para a irrigação das plantações. Conforme o Artigo 18 da Resolução datada de 14 de maio de 1883 e aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial por proposta da Câmara Municipal de Vila do Riacho de Santana, ficava estritamente proibida a retenção das águas dos rios ou riachos por meio de açudes ou barragens de qualquer natureza, sem exceção (BAHIA-BRASIL, 1883, p. 15). A Resolução ressaltava que essa proibição seria especialmente rigorosa durante os períodos de estiagem, e qualquer indivíduo que violasse essa norma estaria sujeito a uma multa de 20.000 (vinte mil réis) ou a oito dias de prisão, com a pena dobrada em casos de reincidência (Ibid.). Entretanto, dentro da mesma resolução, no Artigo 19 (Ibid.), há uma disposição que aparentemente contradiz a proibição inicial. Esse artigo autoriza a construção de açudes ou represas de qualquer tipo nos rios ou riachos locais. Essa lacuna na legislação concedia a qualquer interessado o direito de realizar tais construções, desde que obtivesse uma licença prévia da Câmara Municipal.

De acordo com a legislação vigente no século XIX, na província da Bahia, as práticas de tapagem para a lavragem de solos agrícolas eram tratadas de maneira distinta em comparação com a legislação aplicada na Província das Alagoas. Enquanto esta última, como mencionado anteriormente, se limitava a impor restrições a essa técnica no que diz respeito à captura de peixes, na Bahia as regulamentações eram mais abrangentes.

O Artigo 20 da mencionada Resolução assegurava a todos os lavradores do município da Vila de Riacho de Santana o direito de utilizar açudes ou sistemas de tapagem nos rios ou riachos exclusivamente durante o período de inverno. Sob essa disposição, que poderia ser estendida a toda a Província, o uso das águas retidas estava limitado a um período contínuo de oito dias. Após esse prazo, os lavradores eram obrigados a restaurar o curso natural do rio e permitir que as águas fluíssem livremente por mais oito dias consecutivos. Para usufruir desse direito, o lavrador precisava obter uma licença concedida pela Câmara Legislativa Provincial. A falta dessa licença acarretaria em uma multa de 208.000 Réis ou oito dias de prisão, com a pena dobrada em caso de reincidência (Ibid. p. 15).

No Vale do Salitre os agricultores tradicionalmente recorriam à técnica da tapagem no curso do rio para irrigar suas plantações, especialmente durante períodos de escassez de chuvas e conseqüente redução do fluxo de água. Ana Maria Bianchi dos Reis, pesquisadora que investigou a reprodução camponesa no vale do Salitre nos primeiros anos da década de 1980, observou que, de acordo com a extensão dos cultivos, os salitreiros recorriam à molhação com lata ou à tapagem. A antropóloga descreveu a prática da tapagem como uma espécie de barragem rústica feita de pau e barro (Reis, 1986, p. 39). O propósito da tapagem não era, portanto, capturar peixes, mas sim elevar o nível da água do rio para inundar as terras cultivadas nas roças próximas às margens do rio. Reis observa que naquela época poucos salitreiros utilizavam cata-ventos para captar água do rio.

Dona Beta, que retornou da comunidade de São Gonçalo do Salitre para o Horto, em 1973, próxima à antiga Roça Cercado, onde sua família trabalhou e morou até início dos anos de 1960, compartilhou suas lembranças do tempo das tapagens e de testemunhar seu pai construindo-as no leito do rio, para irrigar suas plantações. Como mencionado anteriormente, Dona Beta nasceu em Cercado, em 1949. Aos 11 anos, em 1960, sua família foi obrigada a migrar para Bebedouro, onde seu pai construiu uma pequena casa em uma área elevada, acima das margens do rio, para proteger a família das enchentes sazonais.

Ela expressou o medo das enchentes, afirmando: "*Depois de uma enchente, todo mundo fica com medo. Todo mundo acha que vai acontecer todo ano*". Por isso, seus pais

decidiram se deslocar de Cercado para Bebedouro. Após mais de quarenta anos de vivência e muitas experiências ao longo do rio Salitre, Dona Beta retornou à região próxima Cercado. Ela trabalhou por um período no Horto, naquela época uma fazenda com experimentos agrícolas de irrigação, hoje conhecida como um povoado. Foi durante esse tempo que Dona Beta se casou com seu Manoel e os dois se deslocaram para Bebida, onde haviam construído uma casinha na parte baixa da comunidade, às margens do rio Salitre. Em 1989, outra enchente obrigou a família a abandonar a casa onde vivia para, mais uma vez, se proteger das enchentes. Eles permaneceram em Bebida, onde ainda residem hoje, mas em uma área elevada na comunidade.

Aí teve outra enchente em 1989 e aquela casa foi para dentro da água. Aí nós viemos para aqui. Fizemos a casa aqui nesse alto. Correndo da enchente. Fizemos aquela casinha na frente da roça e depois fizemos essa.

Daqui não saímos mais... e nem quero sair. Se vir uma enchente para me tirar daqui não tenho para onde ir. Tenho que ficar aqui mesmo, porque o lugar mais alto aqui é esse. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2019)

Na década de 1980, as tapagens já não eram uma prática exclusiva dos salitreiros, que as mantinham conforme as regras de camaradagem e solidariedade estabelecidas por eles. O pai de Dona Beta também construía tapagens para irrigar suas plantações, um exemplo das práticas tradicionais utilizadas ao longo das suas vidas, às margens do rio.

Ali todo mundo entrava no corte da cana para fazer o mel e depois a rapadura. Tinha gente que guardava os tambores de mel, durava de um ano a outro. Me lembro que minha avó guardava para adoçar café e comer. Ele açucarava...

Aí quando terminava a moagem, tocavam fogo na cana para ela brotar. Aí era a debanda. Todo mundo tinha uma tapagem no rio para represar a água e entrar na vazante para chegar até o pé da cana. Era o Salitre todinho assim.

Eu lembro que meu pai fazia aquelas pontes, botava um bocado de tábuas, botava umas palhas e aí mandava barro para fazer uma parede para a água represar. Um pouco mais chegava um e dizia: Ô homem, solte que minhas canas estão precisando de água. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2019)

Para regular a construção e o uso das tapagens, os salitreiros não seguiam uma legislação específica criada pelo Estado, mas sim uma lei que eles chamavam de "Lei Salitreira" (Reis, 1986). Essa lei, elaborada pelos próprios moradores das comunidades do vale, estabelecia regras de uso das tapagens para evitar conflitos entre os agricultores

locais. A "lei salitreira" fazia parte do sistema de organização entre os lavradores, tanto para a irrigação quanto para a limpeza do rio.

Mas aí tinha uma combinação. Tinha um acordo, porque já sabia que todo mundo precisava. Era lá de cima, do Alto Salitre, até aqui. Aí todo mundo tinha as suas tapagens. Aí quando molhava abria para outro molhar sua plantação. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2019)

Antes da implementação desse ordenamento local, "havia muita confusão, com muita gente querendo resolver o seu trabalho no mesmo dia" (Reis, 1986). Durante o trabalho de campo, os interlocutores mais antigos recordaram-se do tempo em que foi necessário criar uma tabela de uso da água para evitar conflitos entre os próprios salitreiros. Conforme descreve a antropóloga Ana Maria Bianchi dos Reis em seu estudo, tomando como referência as narrativas do agricultor Mestre Aníbal, antigo morador do vale, a tabela estava organizada da seguinte forma: durante o período da manhã, até o meio-dia, os moradores de uma determinada comunidade tinham permissão para reter a água do rio e fazer a molhação de suas plantações; ao término do tempo de uso estabelecido pela licença, a tapagem era retirada e a água liberada. Depois que as comunidades da parte mais alta do Baixo Salitre cumprissem o período estipulado, a água deveria continuar a ser liberada até chegar às comunidades próximas à foz, que também retinham a água para irrigar suas plantações, liberando-a em seguida até desaguar no São Francisco, em Juazeiro.

O modelo de ordenamento do uso da água adotado pelos salitreiros, ainda aplicado em muitos trechos do rio, remonta à província da Bahia do século XIX, conforme estipulado no Artigo 21 da Resolução de 14 de maio de 1883, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. Segundo esse dispositivo legal, caso houvesse diversos lavradores com açudes ou tapagens em rios ou riachos, todos aqueles que habitassem a montante deveriam irrigar suas lavouras dentro de oito dias, de modo a não prejudicar os que estivessem rio abaixo. Em situações de conflito ou perturbações causadas pelo uso inadequado da água, ou ainda pelo descumprimento da Resolução, o lavrador estaria sujeito a multa e às penalidades previstas na legislação anterior. Isso incluiria aqueles que desviassem as águas para criar pastagens ou pântanos (BAHIA-BRASIL, 1883, pp. 15-22).

A Resolução número 14 de 1983 da Província da Bahia, utilizada aqui para fornecer contexto histórico sobre o uso de tapagens pelas populações que habitaram as terras às margens do rio São Francisco e seus afluentes, não aborda especificamente o uso das tapagens para fins pesqueiros. No entanto, em seu Artigo 23, parece haver uma certa preocupação do Estado com possíveis contaminações da água dos rios e do solo em seu entorno, caso os lavradores utilizassem e lançassem “imundícies” nos rios, riachos, tanques e áreas circundantes. O uso de plantas tóxicas como a tingui, comum no Nordeste, e o timbó, bem como quaisquer outras espécies venenosas que pudessem contaminar as águas dos rios, riachos e açudes, era expressamente proibido. Essas medidas visavam evitar os efeitos drásticos sobre esses recursos, que poderiam afetar negativamente a biodiversidade local, as redes alimentares e os ecossistemas aquáticos e terrestres da região banhada pelo rio.

Art. 23. E' prohibido lançar se immundicias nos rios, riachos, tanques e logares, assim como tingui, timbó e quaesquer outras especies venenosas que possam infeccionar suas aguas, sob multa de 20\$000 ou oito dias de prisão e o duplo nas reincidencias aos infractores. (BAHIA-BRASIL. Resolução número 14 de 1883, p. 20)

A partir dos últimos anos da década de 1970, a intensificação da agricultura irrigada e a construção indiscriminada de tapagens no leito do rio Salitre, especialmente em grandes propriedades de empresários do agronegócio estabelecidas na região do Perímetro Irrigado do projeto Salitre, desencadearam uma série de conflitos entre os agricultores locais (os salitreiros) e esses empresários, chamados localmente de grandes produtores. Além disso, o uso generalizado de adubos químicos e fertilizantes, estratégias empregadas na produção agrícola em larga escala para aumentar a produtividade do solo, teve consequências drásticas para as comunidades salitreiras. Elas tiveram impactos negativos sobre a biodiversidade local, as cadeias alimentares e os ecossistemas aquáticos e terrestres da região banhada pelo rio Salitre.

### **2.1. No tempo dos conflitos: o povo foi lutando, os homens, os trabalhadores...**

Durante nossas entrevistas, Dona Beta destacou o surgimento, no vale do Salitre, de um fenômeno que passaria a afetar a vida dos salitreiros e que ainda é muito presente em suas memórias, narrativas e histórias relatadas. Diretamente ligado aos impactos do

Projeto Salitre, esse fenômeno, que deixou marcas de sofrimento e dor na vida das populações ribeirinhas, diz respeito ao surgimento dos primeiros conflitos por água entre os salitreiros e os grandes produtores, ocorridos no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. De acordo com as narrativas dos primeiros, entrevistados ao longo desta pesquisa, naquele tempo de conflitos por água, também referida por eles como tempo de enfrentamento, a luta salitreira era pela preservação de seus modos de vida naquela região, onde a água e o rio Salitre desempenhavam papéis fundamentais. Eles lutavam pelo direito de manter suas relações de movimento e vida com o território onde historicamente habitam. Essas relações não apenas modelam as suas identidades, mas também influenciam seus modos de produção, reprodução social e percepções de tempo, temporalidades e paisagens que se formam no entorno do rio.

A luta da gente começou nos anos 80. Aliás, começou foi nos anos 70 mesmo. O povo foi lutando, os homens, os trabalhadores.... Foi quando começou a faltar água. Foi faltando por etapa: faltou aqui (Bebida), depois em Alfavaca, foi ficando fraca. Onde a água chegava os trabalhadores faziam aquelas tapagens.

Aqui tinha um grupo de trabalhadores, agricultores pequenos que saia limpando o riacho. Aí já era motivo para conflitos porque quando chegava na roça de um já tinha lá uma tapagem... Era com tabuas, né. Eram tapagens feitas com madeira e às vezes também usavam zinco. Aí os trabalhadores tiravam tudo. Ali já era um conflito porque eles tiravam e jogava lá longe para o dono daquela roça quando chegar não tapar a água para ela não descer. Isso acontecia naquela época com os pequenos lavradores também. Havia conflitos entre os pequenos trabalhadores também. Eles faziam isso também, as tapagens, eram uns pequenos produtores que tinham as roças maiores. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

Iniciava-se o tempo das extensas plantações de tomate na vazante. Foram os *Bones*, uma família local, que iniciaram essa prática no povoado de Bananeiras, em Junco. Segundo relatos dos entrevistados, foi com a introdução do cultivo de tomates que as comunidades salitreiras começaram a sentir os impactos do desenvolvimento agrícola no vale do Salitre. Esses impactos, também conhecidos localmente como sacrifício e herança maldita, começaram a despertar nas comunidades uma sensação de incerteza em relação às promessas de melhoria feitas pelos idealizadores do projeto Salitre. O medo, a insegurança e a desconfiança passaram a fazer parte do dia a dia dos salitreiros, que começaram a experimentar, de forma mais intensa, os efeitos negativos do programa de desenvolvimento e intervenção do Estado, o qual era imposto de cima para baixo, sem consultar os próprios salitreiros sobre a viabilidade do projeto de irrigação. Dom José Rodrigues, Bispo da Diocese de Juazeiro, denunciava, nos boletins mensais "Caminhar

Juntos" e em seu programa semanal na Emissora Rural de Juazeiro, a falta de diálogo e discussão sobre os benefícios e malefícios que um grande projeto de desenvolvimento poderia trazer para as comunidades locais. Foi em 1976, em meio a um período de intensas lutas sociais e o deslocamento compulsório (Magalhães, 2007) das famílias que residiam às margens do rio São Francisco, durante a construção da barragem de Sobradinho, que o bispo Dom José Rodrigues idealizou o informativo "Caminhar Juntos", da Diocese de Juazeiro-BA (Barros; Nascimento Rosa, 2020).

Diante dos impactos dos grandes projetos de desenvolvimento na região, como a construção da barragem de Sobradinho e a implementação dos Perímetros de Irrigação, onde riqueza e miséria, abundância e fome se confrontavam (Pater, 1992, p. 156), o bispo enfatizava a importância de enfrentar essas dificuldades em conjunto e de forma comunitária, para superá-las (Ibid., 2020).

Já há muito tempo que se fala, em Juazeiro, do Grande Projeto Salitre, já apelidado de "Projeto Salitrão", que será implantado no Vale do Rio Salitre, único riacho perene em nossa região. Já foi concluído o "mapeamento" através de aerofotogrametria. Em breve começarão os serviços de topografia e de cadastramento das propriedades. Serão feitos estudos numa área de 86 mil hectares, mas se espera que os solos aproveitáveis para irrigação fiquem entre 50 e 60 mil hectares. Os lavradores bem se lembram das injustiças e arbitrariedades da CODEVASF na implantação dos Projetos Curaça e Maniçoba, lá por 1975-76. Por isso vem resistindo e fazendo suas reivindicações. (...). Nenhum Projeto será elaborado ou executado sem a anuência e participação das comunidades. (ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO VALE DO RIO SALITRE, Juazeiro-BA, 1º. de Abril de 1987)

Meus queridos irmãos (ãs) em J.C: Aqui estou para nossa conversa de toda sexta-feira. Nesta tarde, quero falar do Projeto Salitre, que vai atingir muitos lavradores no Município de Juazeiro. Como o Projeto Rio Verde (Baixio do Irecê) e tantos outros, também esse vem de cima para baixo, sem perguntar se os lavradores querem o Projeto, sem discutir com eles os benefícios e malefícios que o Projeto vai trazer. (Emissora Rural de Juazeiro, Programa Semear a Verdade – Projeto Salitre, 09.12.1988)

Meus queridos irmãos (ãs) em J.C: Aqui estou para nossa conversa de toda sexta-feira. No programa passado, começamos a falar sobre o projeto Salitre, que vai ser implantado no Vale do Rio Salitre, no Município de Juazeiro, e que tem duas realidades distintas: a) uma que vai ser implantado o SALITRÃO, com 84.960 hectares irrigados; b) outra em que vai ser implantado o SALITRINHO, com 34.000 hectares irrigados, e cuja população tem tradição de agricultura irrigada, mas que vive constantemente o drama da falta d'água no rio Salitre. (Emissora Rural de Juazeiro, Programa Semear a Verdade – Projeto Salitre, 16.12.1988)

De acordo com os interlocutores desta pesquisa, foi entre os últimos anos da década de 1970 e o início dos anos 1980 que surgiu no vale do Salitre uma "*busca desenfreada pelo dinheiro*". Como observado, a construção de tapagens já era uma prática entre os salitreiros, intensificada um pouco antes da década de 1960 devido ao surgimento de engenhos e grandes plantações de cana-de-açúcar. No entanto, a partir dos anos de 1960, a situação se tornou insustentável para os engenhos, especialmente devido às enchentes que destruíam os canaviais. Em seguida, surgiram grandes plantações de tomate, cebolas, manga, melão, entre outras, impulsionadas pela técnica de irrigação. É nesse contexto que surgem os primeiros conflitos por água.

Os entrevistados apontaram as tapagens e a subsequente redução do fluxo de água do rio como decorrentes do avanço do Projeto Salitre na região. Os conflitos que surgiram nesse período foram atribuídos à demanda excessiva de água com a chegada dos grandes produtores, além do envolvimento de alguns moradores locais com a prática da irrigação em suas pequenas plantações de tomate. Isso se dava pelo fato de que o cultivo de tomates requer irrigação diária, como ressaltado pelos salitreiros. Nesse contexto, nas terras da família *Bones* eram construídas barreiras para reter a água e garantir a irrigação da extensa plantação de tomates. Com a água retida, o nível do rio aumentava, aproximando-se das plantações e facilitando a irrigação das plantas de tomate. No entanto, isso resultava em comunidades a jusante sem acesso ao recurso hídrico.

Agora a irrigação deles, dos Bones, eu não sei como era. Só ouvia dizer: Os Bones plantaram tomate e veio pedir a meu pai para abrir a tapagem para molhar as plantas dos outros para somente depois chegar até ele, porque ele tinha roça lá embaixo. (...). Aí foi chegando a ambição pelo dinheiro. (Dona Beta, Comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2019)

Nos primeiros anos da década de 1980, "*a seca atingiu com força total*", afirmou Dona Beta durante uma de nossas conversas. Em 1982, o Governador eleito da Bahia, João Durval Carneiro, descreveu a situação das populações afetadas pelas secas como "*terrível e desoladora*". Em 1985, os jornais relatavam que o rio Salitre estava secando, gerando preocupação entre os moradores locais e os produtores que dependiam da água da região. Naquele mesmo ano, a prefeitura municipal de Juazeiro, ciente da necessidade de alertar as comunidades sobre a realidade do rio Salitre devido ao longo período de

estiagem e para prevenir conflitos, emitiu uma nota que foi veiculada repetidamente pelas rádios locais.

Na comunicação, a prefeitura expressava sua preocupação com o potencial aumento de conflitos por água no vale do Salitre, temendo uma possível repetição do confronto ocorrido no ano anterior entre salitreiros e grandes produtores, que resultou na morte de dois destes últimos. Recomendava-se que as tapagens e captações de água fossem feitas exclusivamente para a irrigação de áreas cultivadas, sempre durante o dia. Aos sábados e domingos, eram recomendadas a suspensão total das atividades de irrigação e represamento das águas, com o objetivo de equilibrar a vazão do rio.

Para garantir o acesso à água pelas comunidades a jusante, a prefeitura também orientava os agricultores e produtores a evitar o armazenamento e bombeamento de água para irrigação durante a noite, uma prática comum nas grandes propriedades de tomate, cebola, pimentão e melão. As tapagens, designadas como barramentos artesanais, estavam proibidas, e a orientação era deixar o leito do rio livre (A Tarde, 1985). A fim de prevenir novos conflitos, a prefeitura enfatizava que o não cumprimento dessas recomendações acarretaria em medidas mais rigorosas. A nota concluía com um apelo, conforme publicado no Jornal A Tarde, em 18 de outubro de 1985: "*Evitem conflitos*".

Em 1986, a seca continuava a afligir a população sertaneja do Médio São Francisco. Os veículos de imprensa seguiam noticiando os dramas enfrentados pelas famílias agricultoras do vale do Salitre. A prolongada ausência de chuvas na região do município de Juazeiro gerava preocupação tanto entre as autoridades locais quanto estaduais, especialmente devido à concentração de agricultores e ao grande volume de produção agrícola, prejudicados pela escassez de precipitações. Na comunidade de Junco, sucessivas reuniões eram realizadas com as populações afetadas pela estiagem e pela diminuição do fluxo de água do rio. Além dos representantes das comunidades, participavam também representantes da Prefeitura, Polícia Militar, Companhia dos Portos, CODEVASF, entre outros.

A agricultura praticada no vale já não se baseava mais na vazante e no sequeiro, como tradicionalmente ocorria nos anos anteriores à introdução das técnicas de irrigação

e das promessas do Projeto Salitre. A falta de chuvas resultava na escassez de água no leito do rio, que, após ser amplamente explorado pelos grandes e pequenos produtores nas partes mais altas do seu curso, chegava às proximidades de sua foz, no São Francisco, com uma vazão próxima de zero.

Os jornais continuavam noticiando a angústia dos salitreiros e a agonia do próprio rio Salitre, que sofria com a seca e com o aumento significativo do número de bombas elétricas instaladas ao longo de suas margens. Paralelamente, crescia o temor de um novo conflito social, semelhante ao ocorrido em 1984. Naquela ocasião, os salitreiros, em um ato de resistência e luta pela vida e pelos direitos que estavam sendo violados, como o livre acesso à água do rio, entraram em confronto com grandes produtores que cultivavam na parte alta do curso d'água. Estes últimos represavam suas águas e utilizavam bombas elétricas, sem seguir as normas estabelecidas pela gestão municipal. O confronto resultou na trágica morte de dois produtores que chegaram à comunidade de Campos dos Cavalos armados e acompanhados de jagunços, ameaçando a vida dos salitreiros. Este conflito foi amplamente divulgado pela mídia e pelos órgãos do Estado como uma chacina, assassinatos. Dois anos depois, o jornal A Tarde, em sua edição de 2 de setembro de 1986, manteve essa versão ao destacar que havia um temor crescente entre as autoridades locais de que tal confronto se repetisse. Os salitreiros foram, mais uma vez, rotulados de assassinos pela imprensa: "pequenos agricultores assassinaram dois fazendeiros cujas terras eram dotadas de bombas que - segundo afirmavam - impediam o curso normal do rio Salitre" (A TARDE, 2 de setembro de 1986).

## **2.2. Mortes, chacina, enfrentamento e ato de defesa: a história dos conflitos**

Dada a importância da experiência e da percepção pessoal dos salitreiros para entender o mundo em que vivem e os conflitos hídricos que enfrentam, retomo, em atenção à estratégia metodológica adotada nesta pesquisa -- que se baseia nas histórias e relatos compartilhados pelos próprios salitreiros sobre suas trajetórias ao longo do vale do rio --, minhas conversas com Dona Beta sobre os conflitos ocorridos em 1984.

O conhecimento científico, embora precioso, não pode ser separado da experiência humana. Compreendemos que as representações do conflito ocorrido em

1984 só ganham significado quando ancoradas nas narrativas dos próprios salitreiros sobre suas experiências sensoriais e vivências no mundo, e não apenas nas narrativas oficiais. Em outras palavras, o conhecimento antropológico buscado neste estudo está sendo construído com base nas percepções e experiências dos próprios atores sociais, os salitreiros, e não nos discursos produzidos pelo Estado, pela mídia ou pelas instituições estatais responsáveis pela gestão do projeto.

Em 2020, durante uma visita de campo às comunidades do Baixo Salitre, tive a oportunidade de reencontrar Dona Beta. Meu objetivo era compartilhar suas lembranças sobre os conflitos que ocorreram no início da década de 1980, culminando na trágica morte dos dois produtores, conforme mencionado anteriormente. Já havia escutado relatos de outros moradores locais sobre esse evento. Dona Rosenildes, residente na comunidade de Tapera, abordou questões delicadas relacionadas a esse acontecimento durante uma entrevista realizada em 2018, sobre as quais discutiremos mais adiante. Além dela, Dona Eliete, Seu Nival, Seu Lôu, Dona Zizi e outros salitreiros compartilharam suas memórias da fatídica tarde de 7 de fevereiro de 1984.

Dona Beta me questionou se estaria interessado em conhecer os conflitos ocorridos em 1984. Esses eventos, amplamente divulgados pela mídia como "a chacina do Salitre", representaram o ponto mais crítico de uma série de confrontos desencadeados no final da década de 1970, como mencionado por ela. Assenti, e ela prosseguiu, rememorando os trágicos acontecimentos – *“É a história do conflito que chamam de chacina, a chacina do Salitre. O povo ainda chama assim”*.

Dona Beta revela certo desconforto ao definir o conflito como uma chacina. Ao discutir o termo "chacina", oficialmente usado para caracterizar o que os salitreiros chamam de enfrentamento e ato de defesa, ela expressa sua indignação e levanta questionamentos enquanto compartilha suas lembranças. Para ela, o termo “chacina” corresponde a um evento com um número significativo de vítimas, o que não corresponde à realidade do conflito que resultou na morte de apenas duas pessoas.

Dona Renildes, moradora na comunidade de Tapera, também compartilhou suas memórias e percepções acerca dos eventos ocorridos no vale do Salitre, em 1984. Assim como Dona Beta, ela manifestou inquietação ao abordar o conflito, enfatizando que o

ocorrido foi um ato de defesa, não uma chacina". Ela acrescentou: "*Vamos dizer que foi a violência que gerou outra violência. Mas foi algo que ninguém queria fazer, ninguém planejou aquilo. Não foi uma chacina*".

Em 2022, durante uma roda de conversa na comunidade de Sabiá, Dona Zizi também esclareceu a sua percepção sobre o conflito, afirmando que o que aconteceu em Campo dos Cavalos foi um enfrentamento, um ato de defesa. Ela justificou essa afirmação: -- "*Eu vejo como uma defesa, porque não é fácil você nascer e crescer em um lugar, como o Seu Antônio Dominginho, um homem de 80 e poucos anos, um senhor, ser ameaçado como ele foi... Eu vejo como uma defesa*".

Imagine você levantar e não ter uma gota de água para você beber, para fazer um café...

Quincas e Otacílio, a mando dos grandes produtores lá da cidade, prendiam a água para não descer para os salitreiros de baixo, os pequenos, os salitreiros. (Dona Zizi, comunidade de Sabiá, Junco-Juazeiro/BA, 2022)

Durante nossas conversas, Dona Beta lembrou que nos primeiros anos da década de 1980, logo após se casar com Seu Mané e se mudar para Bebida, ocorreram os primeiros conflitos relacionados à água.

Naquele tempo já não tinha água nem para os animais. Para as plantas a gente já sabia que não tinha mais solução porque a beterraba, o pepino e essas coisas pequenas não aguentam muita sede, muita falta de água. Então, naquele tempo já não tinha água, não estava chegando nem para os animais. Aí foi quando eles, os pequenos agricultores, resolveram derrubar as canelas dos postes. Naquele tempo chamavam de canelas, não sei como é que se chama hoje, acho que as canelas são os fuzis. (Dona Beta, comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

Seu Nival também recordou esse período e os trágicos eventos envolvendo a morte dos dois produtores, no confronto de 1984. Naquela época, ele tinha pouco mais de 30 anos. Em suas narrativas, ressaltou que tudo começou quando as pessoas passaram a derrubar os postes.

Conforme os empresários chegavam, o fluxo de água diminuía, já que eles retinham a água em trechos do rio que cruzavam suas propriedades, prática conhecida como tapagem ou barramento aqui no Salitre. Os empresários subiam para cultivar as terras mais altas e se apropriavam do rio e da água, enquanto nós, os moradores locais, testemunhávamos nossas plantas morrendo por falta

de água. (Seu Genivaldo Gomes, comunidade de Recanto, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

A única solução encontrada pelos salitreiros foi derrubar os postes para cortar a energia dos grandes produtores, tal é a conclusão de Seu Nival. Sem energia, aqueles que dependiam de bombas elétricas não conseguiriam irrigar.

A maioria de nós recorria a motores a diesel. Então, íamos e derrubávamos os postes, interrompendo o fornecimento de energia deles, o que resultava na liberação da água para todos.

Era sempre assim: a turma derrubava as canelas, a Coelba vinha e religava. No dia seguinte, derrubava novamente. E assim a raiva foi crescendo. As plantas estavam passando sede... porque derrubávamos hoje, a Coelba vinha e religava. No dia seguinte, o pessoal jogava de novo. E isso acontecia desde a parte baixa até o Alto Salitre. Mas eu mesmo nunca vi quem derrubava, era um mistério. (Ibid.)

Difícilmente alguém derrubava um poste. O que realmente acontecia era o arremesso de um arame na rede. Embora Seu Nival afirme que nunca testemunhou pessoalmente alguém realizando essa ação, sua descrição sobre como agiam os salitreiros nessa estratégia de defesa revela técnica e habilidade. Segundo ele, os responsáveis pela ação arremessavam uma porção de arame, de modo a que se prendesse aos três fios da rede. Prevalencia, entre os moradores das comunidades, um pacto de silêncio sobre quem praticava essas ações, registradas desde os primeiros conflitos, no início de 1980, e parte do conjunto de estratégias de luta e resistência adotadas pelos salitreiros contra o avanço do agronegócio e das tentativas de dominação impostas pelos grandes produtores que chegavam ao vale do Salitre.

O ato de lançar arames sobre a fiação elétrica para interromper a transmissão de energia no alto curso do Salitre era apenas uma das muitas estratégias utilizadas pelos agricultores para deter as mudanças impostas pelo "progresso", que, segundo Mineia Clara, foi a causa do avanço imprevidente da agricultura irrigada na região. Para todas essas ações, havia um acordo de silêncio entre os salitreiros: ninguém sabia, ninguém via. Hoje, em relação às interrupções na transmissão de energia para o alto curso do Salitre, nos primeiros anos da década de 1980, e que incomodavam os grandes produtores, persiste o silêncio: ninguém sabe, ninguém se lembra, ninguém participou. Até hoje ele é

justificado por meio da violência moral à qual essa população foi submetida pelo Estado e pela mídia política.

Seu Nival não é o único a afirmar não ter participado dessas ações; outros entrevistados também disseram não se lembrar ou se recusaram a falar sobre o assunto. São discursos que continuam ocultos como estratégias de defesa e resistência e que devem ser considerados no contexto das particularidades locais (espaço social) e especificidades das experiências e trajetórias de vida dos atores sociais.

### **2.3. Dom José Rodrigues, São João Batista e os salitreiros: reuniões de comunidades**

Dona Beta recorda-se que no dia do conflito que resultou na morte dos produtores, em Campo dos Cavalos, ela estava em reunião em sua casa, em Bebida: -- *“Naquele tempo a gente fazia uma reunião de comunidade mesmo, rezando, discutindo os problemas da comunidade e toda a situação que a gente estava vivendo”*. Por coincidência, no dia do enfrentamento *“a gente até leu uma leitura, a leitura de João Batista”*.

Era uma leitura daquele tempo, do tempo da bíblia... era uma história bíblica. Era a História bíblica da prisão de João Batista. A história conta que depois da prisão de João Batista os outros se reuniram e foram lá. No resumo da leitura, João Batista estava preso. É uma história bíblica e a gente se inspirava na bíblia. Essa luta, que era no nosso tempo, era inspirada na bíblia, e falava dos primeiros cristãos. Aí a gente se inspirou no João Batista, nos companheiros de João Batista. Por que João Batista foi preso e aí eles se reuniram e disseram: --- vamos lá! Naquela época João Batista estava preso e aí os outros apóstolos se reuniram. (Dona Beta, comunidade de Bebida, Junco-Juazeiro/BA,2020)

A história bíblica compartilhada por Dona Beta é uma passagem marcante de nossas conversas, que, de acordo com a sua percepção e experiências vividas, se assemelha ao contexto dos conflitos por água no vale do Salitre. Ela destaca a ocasião em que João Batista, estando na prisão, ouviu falar das obras realizadas por Cristo e enviou alguns de seus discípulos para perguntar se Ele era aquele que estava para chegar ou se deveriam esperar por outro. A resposta de Jesus foi reveladora: "Voltem e contem a João o que vocês estão ouvindo e vendo".

Essa narrativa, considerando-se a mediação produzida por Dona Beta, converge com a situação então vivenciada pelos salitreiros, que enfrentavam ameaças constantes por parte dos grandes produtores que se apropriavam da água do rio para retê-la em suas propriedades. Assim como João Batista buscava confirmar a identidade de Cristo, os salitreiros, em meio às lutas pela sobrevivência em uma região árida, buscavam identificar estratégias de defesa passíveis de solucionar a iminente crise, acirrada com o longo período de estiagem na região de Juazeiro. Nesse sentido, a mensagem de Cristo para que os seus apóstolos observassem e relatassem o que ouvissem e vissem é transposta para o contexto dos conflitos por água no vale do Salitre e para a defesa pelos seus direitos. Sob a condição de homens e mulheres salitreiros, subsistia uma identidade de católicos populares praticantes, entre os quais os ensinamentos da bíblia eram compartilhados e, sempre que se mostrassem adequados, aplicados. Nesse contexto, assim como João Batista buscou entender o significado das ações de Cristo, os salitreiros buscaram compreender e enfrentar os desafios impostos pela ação de grandes produtores e a consequente escassez de água em sua região por meio de uma similar chave interpretativa, que, ademais, tinha no bispo da diocese de Juazeiro um bom profeta local que desnaturalizou, com força, a pobreza, e colaborou, decisivamente, para conscientizar os pobres acerca da sua capacidade de mudar o curso da história.

Aí tinha uma companheira vai e diz assim: Tinha um grupo lá que tinha derrubado as canelas e que não ia deixar ninguém consertar enquanto não chegasse a água aqui, porque eles derrubando não tinha energia lá para cima, assim os produtores não ligavam os motores e aí a água descia chegava até aqui.

Aí os trabalhadores diziam que enquanto a água não chegasse aqui, a Coelba não ligava as canelas. Aí essa companheira disse assim: já que os companheiros de João Batista foram até lá, porque nós não vamos lá dar uma força para eles?

Aí a gente disse: Vamos!

E tinha um agricultor daqui da comunidade, morava no Recanto, que tinha um caminhão e que estava indo para lá (Campo dos Cavalos) levar uma mercadoria para um homem. Aí todo mundo subiu em cima do caminhão e fomos para lá.

Aí ficamos lá até um pouco. Lá tinha uma igrejinha e o poste ficava perto da igreja. Aí abrimos a igreja e a gente ficou lá. Quando foi mais tarde a gente foi embora e veio um grupo de homens. Aí no outro dia foi que reforçaram.

Por isso (não sei se você sabe dessa história, sobre Dom José Rodrigues, que naquela época era o bispo de Juazeiro), culpavam dom José. Dom José era um bispo que incentivava as pessoas a se organizarem. Ele era um bispo que era do lado dos pobres e incentivava o povo a se organizar. Foi então, através dele mesmo e da igreja, que a gente foi fazendo aquela história de reunir nas casas e comunidades. Ele dizia que era para a gente se organizar para buscar os direitos da gente, porque naquele tempo o povo não se organizava (ênfases adicionadas).

Hoje o povo está mais organizado, já sabe buscar seus direitos. Naquele tempo ainda não tinha associação, a gente era só um grupo de pessoas. Ainda não tinha associação naquela época. (Dona Beta, comunidade de Bebia, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

Dona Beta ressalta que a inspiração na história bíblica de João Batista foi consequência dos ensinamentos de Dom José Rodrigues.

A nossa inspiração em João Batista era resultado dos ensinamentos e do José Rodrigues, porque ele era o pastor da igreja e ele incentivava a gente a se reunir. Os livros que tinha na igreja já vinham falando da história dos grandes fazendeiros que massacravam os trabalhadores e cercavam tudo. Naquele tempo tinha aquela história nos livros, inspirados no que o povo vivia no mundo. Falava das terras que eram cercadas, onde o povo não podia entrar e não tinha direitos. Falava dos grandes que tomavam a água e deixavam os pequenos sem... O pequeno não tinha acesso a água. Então já era inspirado em João Batista e nos ensinamentos de Dom José Rodrigues. Já era inspirada na coisa bíblica, mesmo, e que tinha a ver com a vida do povo, porque a gente sabe que a vida dos primeiros cristãos não foi diferente da vida de hoje. (Dona Beta, comunidade de Bebia, Junco-Juazeiro/BA, 2020, ênfase adicionada)

Depois de compartilhar essas histórias, ela me questionou: -- “Você nunca ouviu falar dessa história? ”. Eu respondo que sim, já ouvi falar, mas muito pouco. Ela sorri como quem duvida da minha inocência sobre o assunto e continua a falar sobre o fatídico dia 2 de fevereiro de 1984.

Hoje aqui está bom, apesar de tudo está calmo. Mas naquele tempo, não! Eles (refere-se aos órgãos do governo) não ouviam as pessoas daqui, não. Eles só chamavam os trabalhadores de vândalos, vagabundos...que mataram dois produtores. Eles chamavam de chacina.

Eu sei que foi um rebuliço muito forte. Mas a luta pela água ainda hoje continua. A luta ainda hoje continua. A luta continua porque os agricultores não desistiram da luta.

Aquela era uma época que não tinha água no rio... que já estava faltando água no rio. Em algumas comunidades já não tinha água era de jeito nenhum.

Para colocar água no Salitre o prefeito de Juazeiro fez umas barragens. Eles chamam de barragens sucessivas. De três em três quilômetros eles faziam uma barragem e também botavam um bombeamento (ou seja, instalavam um sistema de bombeamento).

Aí, com o tempo, a prefeitura viu que também não ia aguentar cobrir os gastos. Naquele tempo os agricultores não pagavam nada. Depois surgiu que tinha que pagar essa água. Aí tinha que ter uma organização. Foi aí que foi formada a União das Associações do Vale do Salitre - UAVS, para administrar essa água. (Dona Beta, comunidade de Bebia, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

Conforme reiterado pelos salitreiros, o ocorrido em 1984, em Campos dos Cavalos, não constituiu uma ação condenável, tal como alegado pelo Estado e pela imprensa, mas, ao contrário, um ato de legítima defesa. Para eles, que lutavam pelo direito básico e essencial de acesso à água, aquela ação foi um ato legítimo de resistência ativa contra o opressor e para proteger o território e os pequenos agricultores. Nessa chave de compreensão, tratou-se de um ato de proteção e resistência às várias modalidades de violência às quais diversas comunidades estavam sendo submetidas.

Seu Lôu, com sua perspicácia habitual, ressalta que "tudo isso é consequência do desenvolvimento que se desenvolveu demais". Dona Zizi, concordando, destaca que "é difícil viver sem a água do rio". Ela continua afirmando: -- "*O que aconteceu, segue afirmando, foi uma defesa, porque a reação vem proveniente de uma ação. Naquele dia o povo estava na Igreja, no colégio, quando eles chegaram já atirando. Ninguém vai ficar de braço cruzado, ninguém vai morrer de braços cruzados*", reitera Dona Zizi. Na percepção de Seu Lôu, o que os dois produtores fizeram aos salitreiros naquele dia foi "*mais uma humilhação, e das grandes*". Já para Dona Zizi, os salitreiros estavam irritados, pois "*não é fácil você não ter uma gota d'água para beber e saber que a água do rio está presa*". -- "Até os animais iam até o rio e voltavam porque não encontravam água para beber", conclui Seu Lôu.

Assim como nas narrativas de Dona Beta, observamos que entre os salitreiros é comum a rejeição à maneira como os órgãos oficiais e a imprensa retrataram o conflito ocorrido em 1984. Rotular o evento como uma chacina, quando os salitreiros o veem como um enfrentamento e um ato de defesa da vida, da água e do rio, é visto por eles como algo ultrajante, que contradiz suas percepções, experiências e memórias.

O termo "chacina" é equiparado a "assassinato em massa", geralmente perpetrado com crueldade, configurando uma matança ou mortandade (Houaiss; Villar, 2001). Em essência, trata-se do ato de ceifar vidas em grande quantidade. Em outras palavras, uma chacina é definida como uma ação humana deliberada de extinguir múltiplas vidas simultaneamente, representando uma forma de assassinato cruel e brutal, frequentemente caracterizado como um massacre, e que não guardaria correspondência com os fatos, sob a ótica dos moradores locais.

No livro "Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil" (2019), Uvanderilson Vitor da Silva salienta a escassez de reflexões acadêmicas sobre chacinas no Brasil. Segundo Silva, os poucos estudos existentes abordam o tema de maneira periférica ou concentram-se em análises de questões correlatas à ocorrência das chacinas, como o tráfico de drogas, a violência policial, os grupos de extermínio e as taxas de homicídio (2019, p. 6). No contexto brasileiro, "chacina" não é uma categoria jurídica formal; é, ao invés disso, uma expressão corrente que se refere a um tipo de violência extrema, ou seja, a execução coordenada de múltiplas pessoas em uma mesma localidade.

Utilizadas pelo Estado como ferramenta para manipular a opinião pública contra os salitreiros e mergulhá-los ainda mais em um clima de medo e insegurança que se alastrava pelo vale do Salitre, as chacinas podem ser compreendidas, conforme ressaltado por Silva, como uma espécie de espetacularização da morte, um momento dramático no qual as intrincadas teias de poder responsáveis pelos elevados índices de violência tornam-se mais evidentes (Silva, 2019, p. 15).

Os salitreiros rejeitam veementemente a maneira como a mídia e os órgãos estatais rotularam o conflito, o que consideram uma tática para culpabilizá-los e expô-los perante a opinião pública. De acordo com a sua percepção, o que ocorreu foi um ato de enfrentamento, termo que abarca uma série de ações que precederam o trágico dia das mortes em Campo dos Cavalos. Essas ações incluíram as caravanas de trabalhadores das comunidades que subiam pelas margens do rio, removendo as tapagens e adentrando as grandes e pequenas plantações que faziam uso desse método de represamento. Além disso, salientam como ápice das estratégias de enfrentamento a derrubada de postes para interromper a transmissão de energia elétrica para as regiões a montante, e, conseqüentemente, impedir o uso das bombas hidráulicas na irrigação das lavouras.

Nesse sentido, o termo "enfrentamento" é o que melhor descreve o que o Estado retratou como a "chacina do Vale do Rio Salitre". O enfrentamento é uma ação coletiva, podendo ser tanto silenciosa quanto estrepitosa, dependendo da repercussão das ações. Ele se forma a partir da convergência de estratégias cognitivas e comportamentais, acionadas em situações de conflito pelos indivíduos que, organizados socialmente e

motivados por sentimentos de insegurança e desconfiança suscitados pelo entorno social adverso, utilizam-nas para defender seus direitos e vidas. O enfrentamento tornou-se, no caso sob exame, uma estratégia importante para o controle das demandas internas e externas dos salitreiros frente ao descaso e à violência do Estado e dos órgãos gestores do projeto Salitre. Estes priorizaram os interesses de dominação, exploração e exclusão, típicos das políticas desenvolvimentistas, em detrimento dos interesses e demandas locais.

#### **2.4. Comunidade, memórias e percepções: o curso das identidades salitreiras**

Nas entrevistas era comum que, à medida que os salitreiros revisitavam suas trajetórias no vale do Salitre, reestabelecessem conexões com os lugares onde habitaram em diferentes momentos de suas vidas. A partir de suas memórias, desenhavam mapas, descreviam com detalhes os caminhos percorridos, os passos de suas trajetórias, indicando e historiando cada ponto de lembrança ao longo do vale: as rotas por onde se deslocavam, os caminhos, veredas, as roças, rios e riachos, assim como as casas de taipa e adobe que já não existem mais. Além disso, conforme mencionado anteriormente no tocante às narrativas de Dona Beta, revisitam as relações sociais que prosseguem sendo sumamente relevantes em suas vidas.

A singularidade presente nas narrativas dos habitantes do vale do Salitre em relação às suas trajetórias se contrapõe à abordagem empirista, que simplifica a percepção a um mero conjunto de impressões. Conforme veremos no curso desta tese, as suas memórias, à medida que são evocadas e narradas, destacam a relação sensível que estabelecem com as coisas, as pessoas e o mundo ao seu redor. A percepção que revelam em relação ao Salitre (rio e lugar) não é, neste estudo, reduzida a uma simples representação de mundo e de suas expectativas e experiências com o Projeto e seus efeitos, mas sim compreendida como uma maneira singular de existir e perceber o entorno. Nesse contexto, torna-se evidente a importância da percepção que esses indivíduos têm de seus corpos, dos lugares, de suas trajetórias e das experiências relacionadas ao projeto de desenvolvimento e à intervenção do Estado. A percepção, portanto, desempenha papel fundamental nas interações das pessoas com as coisas e o

mundo. Segundo Merleau-Ponty, é durante essas interações que nossa consciência, entrelaçada com nosso próprio corpo, se abre para o mundo e o seu entorno. Ele destaca:

"[...] não me é essencial apenas ter um corpo, mas até mesmo ter este corpo aqui. Não é apenas a noção do corpo que, através da noção do presente, está necessariamente ligada à noção do para si, mas a existência efetiva de meu corpo é indispensável à existência de minha 'consciência'" (1999, pp. 577-578).

Vale ressaltar que, ao mencionar corpo próprio, Merleau-Ponty não está se referindo à perspectiva de sua extensão esgotada pela física, fisiologia e química, mas sim a esse corpo que está imerso no mundo, sendo intrínseco ao indivíduo como o lugar onde ele vive, se relaciona e experimenta o mundo.

Dona Beta, evocando lembranças do lugar onde nasceu, destaca a importância de suas percepções sobre o mundo que habita, sobre as relações que estabelece com as coisas que o compõem. Do ponto de vista da abordagem teórica aqui proposta, podemos entender essa relação sensível estabelecida com o lugar onde se nasce como a base dos vários processos de construção de significados culturais, psicológicos e sociais, no contexto das interações com o ambiente e com outras pessoas que, como ela, também habitam o vale.

Seu Nival, agricultor da comunidade de Recanto, também nasceu no vale do rio Salitre: -- "*Sou salitreiro nascido e criado aqui, em Recado, povoado do vale do Salitre. Nunca sai daqui*". "Para mim", diz o agricultor, *o Salitre é muito importante*. Em seguida justifica porque o Salitre é tão importante na sua vida: -- *pois nasci e me criei aqui*. Esse sentimento de pertença e representação identitária é partilhada por um coletivo que habita as margens do rio Salitre, no trecho localizado entre Campo Formoso e Juazeiro, no vale do rio do mesmo nome. -- Quem nasce e vive aqui é salitreiro porque mora às margens do Salitre e onde tem rio Salitre tem salitreiro. Mineira Clara, que me acompanhava e me guiava no campo, ressaltou que "*o nome do distrito é Junco, mas ninguém diz que é Junqueiro, todo mundo só se considera salitreiro*".

As memórias salitreiras, podemos concluir, estão nas paisagens, nos locais onde foram construídas e onde estão resguardadas, mas em continuo movimento. Os lugares habitados estão, por sua vez, articulados às memórias e também às identidades, uns e

outros intimamente ligados às histórias étnicas, sociais e culturais. A etnicidade é aqui compreendida na perspectiva de Barth, ou seja, como uma forma de organização social que, conforme observamos nas narrativas locais, se baseia na atribuição de categorias através das quais os salitreiros se identificam e são identificados pelos outros (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998).

É importante também notar a influência do contexto social, por meio dos lugares, pessoas e paisagens na formação da memória individual de Dona Beta e demais salitreiros. As memórias individuais, moldadas pelas interações sociais, revelam-nos o sentimento de pertença dos moradores do vale em relação ao entorno habitado e por eles significado. Isso quer dizer que as identidades locais podem, de modos distintos, influenciar como as pessoas evocam suas memórias e interpretam eventos que se entrelaçam, como temos registrado nesta pesquisa, e constitui bom exemplo a sua interpretação dos conflitos que surgiram a partir das intervenções do Estado nos modos de produção local.

Estas narrativas ilustram, por sua vez, como a relação entre a identidade local e o sentimento de pertencimento está enraizada em fatos pessoais e na história compartilhada das comunidades. O rio Salitre, no contexto dessa história, atua como um marcador simbólico e territorial importante na construção da identidade coletiva dos habitantes do vale, transcendendo, conforme veremos, as fronteiras administrativas formais que separam as suas três sub-regiões, i.e., Alto, Médio e Baixo Salitre.

Em todas as conversas que estabeleci com os habitantes das comunidades do Médio e Baixo Salitre, registrei a ênfase sobre o local de residência. Quando dizem "salitreiro mesmo", eles estão reafirmando que aquele lugar é também o seu local de nascimento, o ponto de origem ou de interseção de suas trajetórias de vida. Isso tem servido como uma distinção em relação aos salitreiros que não nasceram no vale do Salitre, mas que se identificam como tal. Geralmente, os salitreiros não nativos do vale são migrantes que chegaram à região em épocas passadas, fugindo das secas que afetavam o submédio São Francisco, ou, motivados pelas promessas do projeto Salitre, estabeleceram-se e organizaram-se socialmente na região.

Dessa forma, ao compartilhar dos mesmos valores étnicos e culturais e se engajar nas lutas políticas contra o descaso do Estado e de agências atuantes, na gestão do projeto Salitre, as duas categorias étnicas se encontram e se organizam social e politicamente no vale do Salitre. À luz dos termos utilizados por Fredrik Barth para definir grupos étnicos, essas duas categorias compõem um campo de interação, no qual os atores acionam suas identidades étnicas para categorizar a si próprios e aos outros, visando facilitar a interação e, conseqüentemente, fortalecer os grupos étnicos no sentido organizacional (Barth, 1998, p. 193-194).

Estrategicamente, partindo dessa perspectiva do engajamento político e pertença com o lugar, o reconhecimento como salitreiro tende a manifestar os laços comuns de sangue, língua, costumes, etc., entre os agricultores e o local. Essa estratégia, configurando-se como uma forma de reprodução social do grupo (Bourdieu, 2004), afigura-se como o *primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida, bem como da atividade que as reproduz e lhes confere expressão material, tornando-as objetivas* (Marx, 1991, p. 66) no contexto de suas atividades cotidianas: seja pastoreando nas terras de *cercas caídas*, cultivando a terra em roças localizadas às margens do rio ou em áreas de *posse seca da terra*, entre outras atividades.

## **2.5. Rio, paisagens e memórias**

No período compreendido entre outubro de 2021 e março de 2022, dediquei-me à imersão etnográfica nas comunidades do baixo e médio Salitre, região integralmente vinculada ao município de Campo Formoso, Bahia. Destaco, dentro desse território do vale, a comunidade da Baixinha como um ponto essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao longo de toda a fase de pesquisa de campo, que abrangeu os anos de 2018 a 2022, optei por ali estabelecer-me, onde criei um pequeno espaço de trabalho. É importante ressaltar que meu pai, após residir fora do vale desde 1981, retornou em 2011, estabelecendo-se na Baixinha, nas proximidades do rio Salitre, onde nasceu e viveu até casar-se com minha mãe. O casal permaneceu no vale, porém na comunidade de Queixo Dantas, onde cultivava mamona. Entre as décadas de 1970 e 1980, com quatro dos seus doze filhos mudaram-se para Sobradinho, onde meu pai também trabalhou no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Antes desse retorno, e até sua aposentadoria,

ele viveu na cidade de Salvador, Bahia, onde trabalhou na construção civil. Atualmente, aos 80 anos, dedica-se ao cultivo de uma pequena roça e aos cuidados de alguns animais, realizando visitas esporádicas à capital.

O contexto que envolveu o retorno do meu pai ao vale do Salitre e sua reintegração à comunidade de Baixinha não apenas descreve a minha experiência pessoal com o local, mas também indica a escolha e a definição do objeto desta pesquisa. Ele influenciou na seleção e na formulação do problema, orientando a escolha das localidades de condução da pesquisa e estabelecendo os contatos necessários para minha entrada no campo. Em última instância, sinalizou os caminhos que optei por seguir para me inserir, com destaque para as relações de reaproximação que desenvolvi com o lugar, parentes e amigos ao longo da pesquisa. Dentro dessa perspectiva, a comunidade de Baixinha desponta como ponto importante para minha conexão efetiva, e especialmente afetiva, com os habitantes locais.

Uma outra comunidade visitada foi a de Baixa Grande, situada a montante, onde tive a oportunidade de conhecer Antônio de Alonso, agricultor bastante lembrado nos relatos de interlocutores das comunidades do Baixo Salitre. Sua atuação agrícola ali, onde se encontra o perímetro irrigado do projeto Salitre, compreendeu as décadas de 1980 e 1990, estendendo-se pelo território entre as comunidades de Junco e Horto. Desde o final da década de 1990, Antônio de Alonso reside no médio curso, mais especificamente na comunidade de Baixa Grande. Antes desse encontro mais recente, tive a oportunidade de encontrá-lo em 2019, durante uma mobilização de agricultores na comunidade de Casas Velhas, também no médio Salitre. Nessa ocasião, havia protestos contra os grandes produtores agrícolas que, ao cultivarem terras no alto curso, represavam as águas do rio por meio de tapagens, privando os pequenos produtores a jusante do acesso à água. Naquela oportunidade, optei por não interpelá-lo, limitando-me a ouvir, da mesma forma que fiz em relação aos demais agricultores presentes.

Alonso, conforme mencionado, é frequentemente lembrado pelos interlocutores da comunidade do Baixo Salitre, sobretudo ao revisitarem as memórias dos conflitos ligados à água que caracterizaram os primeiros anos da década de 1980. Sua atuação como agricultor encontra-se relacionada às narrativas locais, evidenciando sua importância

como testemunha e participante ativo nos históricos enfrentamentos com os grandes produtores.

Conforme os depoimentos daqueles com quem tive a oportunidade de conversar, durante o período marcado por intensos conflitos hídricos Antônio de Alonso figurou como membro das comunidades do vale do Salitre que testemunharam as primeiras repercussões dos efeitos dos discursos e práticas desenvolvimentistas sobre as vidas cotidianas locais dos médios e pequenos agricultores. Em conversas reservadas, alguns interlocutores mencionaram que Alonso teria testemunhado o conflito

Vale observar que os pequenos agricultores foram acusados não apenas pelas mortes dos dois produtores, mas também pela ocupação de roças e grandes fazendas para desobstrução do rio, bem como pela derrubada de postes para impedir que grandes produtores a montante utilizassem bombas hidráulicas elétricas com potencial de sucção significativo da água do rio.

Durante nosso encontro, ele manifestou pouco interesse em compartilhar suas lembranças sobre os conflitos que transcorreram durante sua permanência no baixo curso do rio Salitre. De forma sucinta, ele descreveu que, do seu ponto de vista, esses conflitos resultaram de uma série de questões, notadamente o que ele denominou de "progresso". Ao dirigir seu olhar na direção do rio Pacuí, afluente do Salitre, enfatizou: "(...) *porque não tem como evitar o progresso, ele vem. Traz muita coisa boa, mas com ele também vêm os problemas. Não tem como evitar o progresso*".

Ele se distingue como uma figura peculiar na comunidade, não sendo, originalmente, um "*salitreiro mesmo*", conforme se autodenominam aqueles que se consideram integralmente vinculados a essa identidade, porque nascidos e criados no Salitre. Ele se integrou à comunidade à medida que participava ativamente das lutas salitreiras, interagindo social e culturalmente com o lugar, suas paisagens e habitantes. Essa imersão contribuiu para que lhe fossem atribuídos traços culturais locais e, da sua parte, para despertá-lo para sentimentos de pertencimento (Barth, 1998) em relação ao vale do rio Salitre. Utilizando a identidade salitreira como meio de categorização, tanto para se autoidentificar quanto para identificar aqueles que não são reconhecidos nem se

identificam como salitreiros, Antônio de Alonso evocou suas memórias para descrever sua trajetória e experiências com o rio, por ele chamado de “estrada da vida”. Ele relata que, em seus primórdios, estabeleceu-se no baixo curso, trabalhando em terras pertencentes a grandes proprietários. Esses, atraídos pela propaganda do Grande Projeto Salitre de Irrigação, deslocaram-se de outras localidades para adquirir terras na região.

Após os conflitos relacionados à água e às mortes ocorridas na década de 1980, Alonso embarcou em uma jornada rio acima, seguindo um movimento de peregrinação que lhe permitisse manter os seus objetivos. Neste contexto, utilizo a concepção de peregrino para descrever as experiências corporificadas dos salitreiros em seus movimentos e deslocamentos no entorno do vale, pelas terras que margeiam o rio. Essas descrições estão apoiadas na ideia de *que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares* (Ingold, 2015;219), configurando-se como um movimento de peregrinação. Dessa forma, a peregrinação deve ser compreendida não como uma atividade isolada ou um evento separado, mas como parte de um movimento contínuo da vida. No vale do Salitre, a mobilidade é constante na vida cotidiana de seus habitantes, sendo o percurso pelos povoados e comunidades que margeiam o rio um aspecto fundamental das experiências de vida local. Nesse movimento, os habitantes do vale vão se envolvendo com o ambiente, estabelecendo uma relação de memória e identidade com a paisagem e com o mundo ao redor. A perspectiva de Ingold destaca que a tarefa do peregrino não consiste em encenar um roteiro recebido dos antecessores, mas sim, literalmente, em negociar um caminho através do mundo (Ibid.).

As vozes dos sujeitos etnográficos revelam a importância do rio em suas vidas e a profunda relação que mantêm com os lugares onde habitaram ou ainda habitam, sempre próximos às suas margens. Alonso, por exemplo, enfatiza que “-- *O rio é a estrada da vida*”, enquanto Dona Beta, moradora da comunidade de Bebida, declara que “sem o rio não seria possível viver no Salitre”. Ao compartilhar suas próprias experiências de vida ao longo das margens do rio, ela detalha: “-- *Sempre morei perto do rio, às vezes subindo, outras descendo. Tudo começou quando nasci, em 1949, lá no baixo, em uma roça chamada de Cercado*”. Essas narrativas evidenciam não apenas a importância prática do rio como fonte de sustento, mas também a dimensão simbólica e afetiva que o enlaça às

trajetórias de vida dos habitantes locais. O rio transcende seu papel meramente geográfico e econômico, como compreendido pelos planejadores do Projeto Salitre, tornando-se uma linha que tece histórias, memórias e identidades, tal como nas experiências distintas e significativas de Alonso e Dona Beta.

Seu Nival falou com exaltação sobre a dificuldade de conceber a vida sem a presença do rio, sublinhando sua importância na vida de todos: "*Sem o rio, é difícil pensar a vida*". Ele ressalta que o entendimento da história de seu povo requer, inevitavelmente, a compreensão do rio como fonte de vida e lugar de suas memórias: "*Não é possível pensar nossa história sem o rio, sem o Salitre. Pois somos salitreiros!*". Nos seus relatos, Seu Nival não apenas destaca a importância prática do rio para a subsistência local, mas também a estreita relação entre a identidade do "seu povo" e a presença do Salitre como algo vital no mundo que habitam, e a interdependência entre a comunidade local e o ambiente ao seu redor. O rio não é meramente um curso d'água, mas um elemento que integra os processos históricos locais, sendo intrínseco à narrativa histórica e à identidade coletiva.

As narrativas também revelam as transformações ocorridas ao longo do tempo. Antigamente, conforme contou-me meu pai, alguns salitreiros se deslocavam sazonalmente ao longo do vale, estabelecendo-se em diferentes lugares, mas sempre na região do Salitre. Dona Beta, por exemplo, menciona essa experiência: "*Hoje moro por aqui, em Bebida, mas antes, quando tinha as roças e a gente vivia só da agricultura, era aqui e ali. E ainda tinha as enchentes do rio, que fazia a gente mudar de lugar. Agora estou aqui em Bebida. Daqui só para o cemitério*". Esse modo de habitar dos salitreiros, atualmente praticado por aqueles que ainda não dispõem de nenhum tipo de benefício do Estado, não apenas contorna o ambiente e suas paisagens, cria também realidades, registros duradouros de vidas e de atividades de gerações de seres, humanos, animais, plantas (Ingold, 2022, 2014; Bailão, 2016). Nesse movimento do habitar ao longo do rio, abrem-se caminhos, o chão fica marcado de rastros, cercas, moradias e etc.

Para aqueles que não são da região e estão acostumados a uma vida itinerante, passando ou detendo-se, brevemente, por diferentes lugares, o rio pode não ter um significado tão marcante. No entanto, para os que nasceram e cresceram no vale, o rio é a estrada de suas vidas. Muitos salitreiros, mesmo tendo vivido, ou ainda vivendo em

outras localidades, sempre retornam ao vale, seja para abrir suas próprias roças ou para trabalhar nas roças de parentes. “-- *Para aqueles que não são daqui -- diz o agricultor Seu Nival -- que são acostumados a estar um dia aqui e depois em outro lugar, o rio não é nada. Mas para nós, os que nasceram e se criaram aqui, os salitreiros mesmo, o rio é a coisa mais importante na vida da gente. Tem muitos salitreiros que já morou em muitos lugares, mas sempre por aqui, abrindo roça ou trabalhando nas roças dos outros*”. Essas narrativas são de suma importância para compreendermos os movimentos e caminhos trilhados ao longo do vale, sua relação com o rio e os processos de construção identitária.

O rio, apesar de ter seu fluxo interrompido em muitos trechos, continua desempenhando papel de grande relevância na vida dos habitantes do vale, configurando-se como lugar de memória, movimentos de vidas, conflitos, confrontos, lutas e resistência. Esses elementos, configurados em paisagens, texturas, contornos, histórias e temporalidades, permeiam a existência dos salitreiros ao longo do vale. As paisagens, entrelaçadas ao longo de diversos processos históricos e dotadas de texturas e contornos específicos, tornam-se – tomando como referência os argumentos de Tim Ingold (2021) – essencialmente efêmeras, testemunhas da dinâmica que envolve o vale do rio.

Na conversa que mantive com Alonso, em 2022, relembrei o que ele havia dito, em 2019, a um grupo de jovens agricultores reunidos na comunidade de Casas Velhas. Eles confrontavam grandes produtores que represavam as águas do rio entre as comunidades de Pacuí e Abreus, no médio Salitre. Como disse anteriormente, naquela ocasião optei por apenas ouvir e observar o comportamento daqueles agricultores, mobilizados para retirar as tapagens e desobstruir o fluxo do rio. Durante nosso encontro etnográfico em 2022, fiz diversas tentativas de questioná-lo sobre o significado dessa afirmação. No entanto, somente quando nos despedirmos foi que ele repetiu a declaração: “*O rio Salitre é a estrada da vida, meu filho. O rio é a vida do salitreiro! E o progresso sempre avança.... Quem poderia impedi-lo? Não pode ser detido, não é mesmo?*”.

Segundo Pierre Bourdieu (2006), *falar de histórias de vida é, pelo menos, pressupor que a vida é uma história e, portanto, está intrinsecamente ligada aos eventos que compõem uma existência individual concebida como uma história* (p.183). Tecendo críticas à metodologia da história de vida, mas sem anular sua importância nos estudos relativos aos fatos humanos, o autor observa que, em relação ao pensamento comum, a

formulação científica do conceito de história de vida não apresenta diferenças significativas. Isso é exatamente o que podemos observar nas histórias narradas por Antônio de Alonso, Dona Beta, Seu Nival e demais agentes do campo desta pesquisa: a sabedoria da experiência, ou seja, o uso de uma linguagem simples para descrever um campo tão complexo de relações, significados, temporalidades, processos históricos, texturas e paisagens.

Obviamente não é propósito desta pesquisa tratar da história de uma dessas vidas, mas compreender, em perspectiva cronológica dos acontecimentos, algumas vidas que testemunharam e agiram nas várias etapas de retomadas das obras do Projeto Salitre ao longo dos últimos 60 anos. Certos episódios narrados pelos sujeitos desta pesquisa estão imbricadas a movimentos no decorrer do tempo, são histórias que, apoiando-nos metodologicamente, permitem-nos trilhar por caminhos marcados pela sabedoria de pessoas comuns. São modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo (Bailão, 2016).

À luz da abordagem científica, essas vidas, ou suas histórias, são delimitadas de acordo com o campo do conhecimento que, de acordo com Tim Ingold, fixa as coisas em conceitos e categorias de pensamento, explicando-as e tornando-as, até certo ponto, previsíveis (2019, p. 11). Na abordagem que valoriza a sabedoria da experiência de pessoas comuns, os caminhos abrem-se para os processos de vida, para os movimentos e engajamentos cotidianos das pessoas com e no mundo. Conforme podemos observar, na narrativa de Antônio de Alonso sobre sua trajetória, no vale do Salitre, prevalece a sabedoria de sua experiência e de sua imaginação. Mais uma vez reporto-me a Tim Ingold:

Sabedoria é (...) compartilhar da presença de outros, prestar atenção, importar-se. O conhecimento fixa e nos tranquiliza; a sabedoria desestabiliza e perturba. O conhecimento arma e controla; a sabedoria desarma e abnega. O conhecimento tem seus desafios, a sabedoria tem seus caminhos, mas, enquanto os desafios do conhecimento se encerram em suas soluções, os caminhos da sabedoria se abrem para um processo de vida” (2019, p. 11).

Ingold sugere que não devemos negligenciar a importância do conhecimento, porém ressalta o valor da sabedoria das pessoas comuns em um estudo que busca ressaltar e respeitar as perspectivas dos outros. Em outras palavras, ele propõe uma abordagem

filosófica que esteja enraizada no mundo e nas pessoas que o habitam. O autor define essa abordagem como a essência da antropologia: uma filosofia que se desenvolve em conjunto com as pessoas, com as pessoas dentro (Ibid., p.8). Portanto, ele enfatiza a importância da sabedoria das pessoas comuns como balizadora do estudo antropológico, presumindo ser tarefa desta ciência *restaurar o equilíbrio, harmonizando o conhecimento transmitido pela ciência com a sabedoria proveniente da experiência e da imaginação* (ibid.p.11).

As pessoas são suas histórias. No Salitre, essas histórias estão estreitamente vinculadas ao rio. Durante o trabalho de campo, tive o privilégio de ouvir os agricultores compartilhando vivências e memórias não apenas relacionadas às suas perdas com a implementação do projeto Salitre, mas também às suas famílias, pais, avós e gerações anteriores. Recordando pessoas que fizeram ou ainda fazem parte de suas vidas, referiram-nas com a experiência de quem conhece bem o lugar onde vivem, discorrendo sobre suas relações com o rio e a terra, antes fértil e abundante. As histórias relatadas abrangeram desde as colheitas até os mutirões para *abertura de novas veredas* (caminhos, trilhas) e áreas de plantio, bem como a construção de casas, que naquela época eram feitas de taipa e cobertas com palha de licuri, palmeira que outrora também crescia abundantemente no sertão do vale. Esses eram tempos considerados bons pelos salitreiros, e essas lembranças foram constantemente evocadas durante as conversas de campo.

Entre uma e outra caminhada pelas comunidades, principalmente no baixo curso do Salitre -- núcleo desta pesquisa -- os salitreiros relembrou os tempos de colheita nas roças, o labor nos engenhos, os extensos canaviais, a extração da palha de macaúbas e a produção de cera, esta última comercializada em Juazeiro para a fabricação de discos de vinil. Além disso, compartilharam narrativas sobre a prática da agricultura de vazante, os conflitos e o início do uso exploratório da água do rio na produção agrícola irrigada. Foi recorrente ouvir relatos sobre períodos mais distantes, marcados por conflitos entre indígenas e colonizadores que expandiam seus currais pelos sertões e exploravam minerais, como o salitre (nitrato de potássio) utilizado na fabricação de pólvora. Os depoentes falaram sobre a invasão violenta do território, o extermínio dos habitantes nativos, e a escravização de mulheres e crianças sobreviventes. Referiram-se aos "*mais*

*de 500 indígenas*" que foram mortos dentro do rio por "*homens armados até os dentes*", conforme narrado por Pe. Martinho de Nantes em sua famosa "Relação de Uma Missão no Rio São Francisco". Compartilharam histórias sobre seres míticos que brilham à noite nas profundezas das cavernas e sobre os mistérios das serras mais afastadas dos povoados. No entanto, a ênfase principal recaiu nos conflitos relacionados à água, na "morte do rio" e no projeto Salitre.

No campo, não existe uma narrativa mais verdadeira do que outra; ao contrário, há um entrelace de percepções que envolvem suas paisagens, texturas e todos os elementos que o constituem. A forma como essas narrativas emergem depende muito das experiências individuais, do ângulo da abordagem, das perspectivas e das pertencas sociais e culturais de cada pessoa envolvida (Le Breton, 2016). Sendo memórias, não são estáticas nem únicas; são dinâmicas e influenciadas pelo tempo e pelos contextos históricos. Assim, o rio, as casas, as roças, as trilhas, a agricultura, os mutirões e o projeto constituem lugares de memória para o povo que habita o vale do Salitre. No entanto, é importante destacar que a maneira como essas memórias são ativadas e compartilhadas pode variar ao longo do tempo, dependendo das dinâmicas e das mudanças que envolvem os modos de produção e reprodução social, das práticas agrícolas, dos arranjos políticos e econômicos, da produção e reprodução do campo das relações sociais.

Nesse contexto, o rio é um lugar de memórias, paisagem situada em constante transformação, uma fonte de vida para as comunidades do Salitre que ainda dependem dele e de suas margens para cultivar, criar animais e construir suas casas. Obviamente, o rio também é palco de disputas, interações conflitivas e inundações que, em tempos remotos, obrigavam os ribeirinhos a migrar para outras localidades. Todos esses elementos se interinfluenciam na forma como a memória coletiva é construída em torno do rio.

Neste capítulo, apresentamos, com base nas narrativas dos salitreiros, suas trajetórias de vida e relações com o rio. O vale do Salitre não é, como temos visto, um mero cenário estático, uma paisagem sem história, mas, ao contrário, um campo dinâmico que se constitui no contexto das práticas cotidianas dos salitreiros. O movimento cotidiano ao longo do vale e suas relações com o rio não são, portanto, apenas

deslocamentos físicos, busca de água para irrigação ou hidratação e eliminação de toxinas no organismo, mas uma atividade que contribui ativamente para a produção social e cultural do espaço. Nesse permanente ir e vir e engajamento, o território é habitado, organizado e categorizado, ganhando significado e dando origem às suas comunidades, povoados e paisagens que gradativamente organizam as experiências vividas dos salitreiros.

Sobre essa questão do movimento, do habitar e da ocupação do espaço/território no mundo, Tim Ingold argumentou, na abordagem que sobre o tema desenvolveu, que a experiência humana no mundo é sempre uma experiência em movimento, e que esse movimento envolve um processo contínuo de criação e construção de lugares e espaços (Ingold, 2019). Nesse sentido, habitar no mundo não é simplesmente uma questão de ocupação de um espaço físico, mas sim de estar sempre em movimento, criando e recriando o mundo, conhecendo e relacionando-o às coisas e pessoas ao nosso redor. E, ele afirma, quanto melhor se conhece, maior a clareza e a profundidade da percepção (Ibid., p. 138). O espaço/território, portanto, não é um objeto inerte, mas um processo em constante mudança, modelado pelas atividades e experiências humanas.

CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO / COMISSÃO DE DEFESA CIVIL / 1987

TABELA DO USO DA ÁGUA DO RIO SALITRE

DIAS	TRECHOS QUE PODERÃO LIGAR AS ELÉTRICAS E MOTOBOMBAS
2ª FEIRA	TAPERNA / <b>MARRUA</b>
3ª FEIRA	<b>MARRUA</b> / PASSAGEM DO SARGENTO
4ª FEIRA	(PROIBIDO LIGAR AS BOMBAS DURANTE TODO O DIA) (DESLIGA ÀS 24:00 HS DA 3ª FEIRA E RELIGA À MEIA NOITE DA 4ª FEIRA.)
5ª FEIRA	TAPERNA / <b>MARRUA</b>
6ª FEIRA	<b>MARRUA</b> / PASSAGEM DO SARGENTO

Obs: NA 6ª FEIRA, A MEIA NOITE NÃO SERÁ PERMITIDA A LIGAÇÃO DE BOMBAS, SÓ VOLTANDO A SEREM LIGADAS NO DOMINGO À MEIA NOITE.

NA PARTE BAIXA DO RIO SALITRE, LOCAIS QUE NÃO ESTÃO RELACIONADOS NA TABELA ACIMA, NÃO PODERÃO UTILIZAR O SISTEMA DE IRRIGAÇÃO, NA 4ª FEIRA, SÁBADO E DOMINGO OBEDECENDO OS HORÁRIOS CITADOS.



(39) MODELO DE TABELA - Em 1987, devido às estiagens e à consequente redução do fluxo d'água do rio Salitre, as associações do Vale, em colaboração com a prefeitura, desenvolveram uma tabela para promover o uso responsável e sustentável da água. O objetivo principal era regulamentar o uso moderado das motobombas.

(40) Jornal A Tarde, Salvador/BA, 24 de novembro de 1986. Arquivo de Dom José Rodrigues, UNEB Juazeiro/BA.



(41) Derrubada de Postes no Alto Salitre – Fonte: Erica Daine, Monografia de 2013 (data específica da ocorrência não disponível).



(42) Jornal Correio da Bahia, 1986.



(43) Leito seco – Pau preto – 2013. Erica Daiane.



(44) Adutora – trecho do Salitre com água do São Francisco Capim de Raiz – 2013. Fonte – Erica Diane.



(45-46) Comunidade de Baixinha, 2019: Mutirão de agricultores do Médio Salitre para remoção das tapagens no curso do rio Salitre.



(47) Comunidade de Baixinha, 2019: Mutirão de agricultores do Médio Salitre para remoção das tapagens no curso do rio Salitre



(48-49-50-51) Comunidade de Baixinha, 2019: Mutirão de agricultores do Médio Salitre para remoção das tapagens no curso do rio Salitre



(52) 2019 - Salitreiros e salitreiras acampados em Passagem do Sargento, Médio Salitre, em protesto contra o represamento da água pelos grandes produtores do Alto Salitre.



(53-54-55) Comunidade de Baixinha – 2019.



(56) Rio Salitre – Vista aérea. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/03/rio-salitre-na-bahia-seca-e-ameaca-sobrevivencia-de-comunidades-rurais.shtml> - 2023.



(57) Rio com água do São Francisco – Comunidade de Tapera – Erica 2013



(58) Rio Salitre transbordando – enchentes de 2016. Baixo Salitre.



(59) Aspectos da relação dos salitreiros com o rio. Fonte – Arquivo pessoal de moradores locais.



(60-61) Aspectos da relação dos salitreiros com o rio. Fonte – Arquivo pessoal de moradores locais.



(62-63-64) Caminhada ecológica em defesa do rio. Registro pertencente ao arquivo dos moradores locais, 2017.



(65) Salitreiros em romaria – Louvor à São José

## CAPÍTULO III

---

### 3. A ESTRADA DA VIDA NAS PRANCHETAS DO ESTADO

#### 3.1. Alto, Médio e Baixo Salitre

O vale do Salitre, localizado entre os municípios baianos de Campo Formoso e Juazeiro, revela-se como um território emaranhado de ocorrências, composto por uma complexa teia de lugares, histórias e memórias entrelaçados ao longo do rio. Mesmo com seu fluxo interrompido em vários trechos devido à construção de barragens e pequenas tapagens utilizadas na agricultura irrigada por pequenos e grandes produtores, o rio continua a desempenhar papel importante nas relações e no fluxo das vidas da população que habita o vale.

Longe de serem apenas pontos de conexão, os lugares, subdivisões e paisagens que compõem o vale são campos de ocorrências que seguem as margens e o curso do rio. Envolvidas no contínuo movimento e relações ao longo dos processos históricos, as ocorrências e memórias resistem aos limites territoriais estabelecidos externamente. As tentativas de confinar o rio aos limites das subdivisões territoriais - alto, médio e baixo Salitre - e na "Bacia Hidrográfica do Rio Salitre", definidos geograficamente nas pranchetas da gestão estatal como área ou região de drenagem do rio e seus afluentes, encontram resistência desde as primeiras tentativas de ocupação da região, no século XVII. Isso ocorre porque, enquanto lugar de memórias, o vale do rio segue um movimento ativo de relações históricas que não se enquadram no contexto das intervenções administrativas.

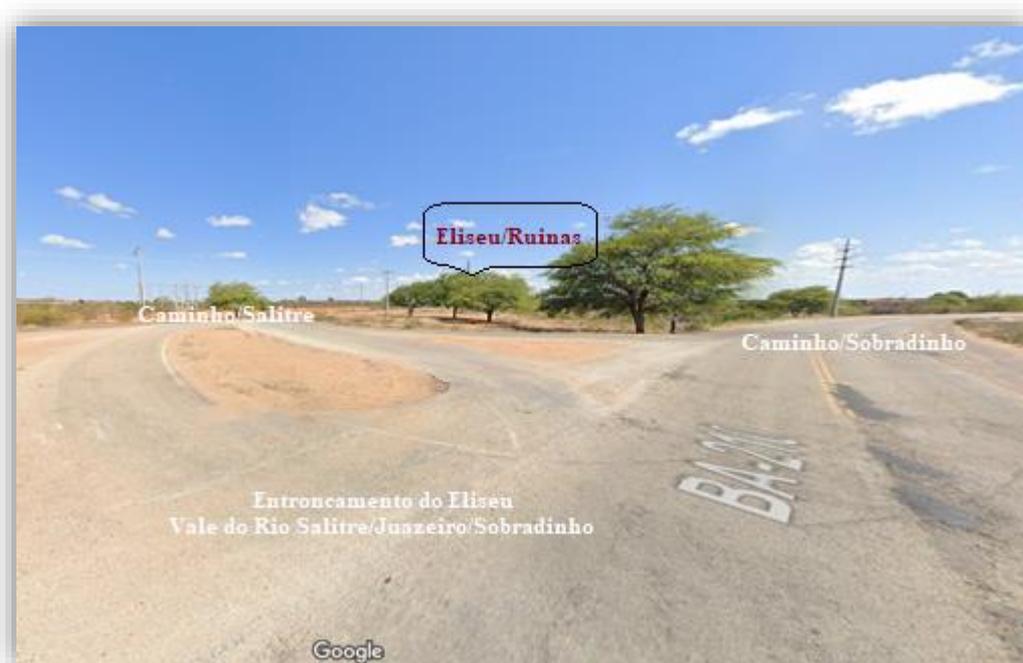
A população que habita essa região autodenomina-se salitreira, uma afirmação concreta da estrutura de sua organização social que, por sua vez, se fundamenta na atribuição de categorias que a classificam com base em sua origem, validada nas interações sociais cotidianas por meio da ativação de signos culturais que funcionam como marcadores socialmente reconhecidos (Barth, 1998). A designação "salitreiro" assume, assim, o papel de dispositivo de resistência e de enfrentamento, conforme descreveu Dourado (2015), perante a expansão do projeto Salitre no território que compreende o baixo Salitre, onde está localizado o perímetro irrigado. Essa resistência se

manifesta contra as recorrentes práticas de descaso planejado e violência administrada que, decorrentes dessa expansão, impactaram, e prosseguem impactando adversamente as vidas dos salitreiros. Nesse contexto, a identidade não apenas reflete uma contínua relação com o ambiente, mas também serve como uma forma ativa de preservação das identidades locais diante das ameaças externas.

### **3.2. Lugar, caminhos e memórias**

No transcorrer do trabalho de campo pude constatar que diversos elementos da paisagem, para além do próprio curso do rio, mantêm uma intrínseca relação com as memórias locais. Cada vereda, caminho, cerca, roça, casa, ruína, área cultivada, dreno e lote agrícola -- praticamente cada componente da paisagem local -- é portador de narrativas individuais e coletivas dos habitantes do vale do Salitre, seja recente ou remota. Observei que é uma prática comum entre eles estabelecer associações significativas entre as paisagens, os lugares e as pessoas. Essa interconexão narrativa se destaca notavelmente no que diz respeito ao rio, às áreas de cultivo, às roças, aos caminhos, às árvores e pastagens.

Assim que iniciei minha pesquisa, fui alertado por interlocutores locais, em Juazeiro, sobre o caminho, ou rota, mais eficaz para alcançar as comunidades atingidas pelo projeto Salitre. Partindo de Juazeiro, a orientação era seguir pela estrada do Elizeu, um caminho cujo nome evoca as lembranças de um lugar onde, até os primeiros anos da década de 1980, se erguia uma casa habitada por um morador homônimo. Ali também se encontrava uma "venda", que não era apenas um ponto comercial, mas um refúgio indispensável para viajantes e caminhoneiros que faziam o trajeto entre o campo e a cidade, e vice-versa. Esta casa/venda encontrava-se situada no ponto de convergência entre as estradas que ligam o vale do Salitre à barragem de Sobradinho. Atualmente, tanto a residência quanto o empreendimento comercial já não subsistem em sua forma material. Elizeu, que não apenas ali habitava, mas também era o retratista da região, faleceu há algum tempo.



FONTE: <https://www.google.com.br/maps>



**Perímetro Irrigado do Salitre (BA)** - Vista aérea do projeto de irrigação do Salitre, na Bahia. Foto: Divulgação CODEVASF (julho 2011)

Agora, Elizeu tornou-se um lugar intimamente ligado às paisagens, memórias e ao cotidiano dos moradores do vale do rio Salitre. Ao percorrermos, na companhia de interlocutores locais, os caminhos que se emaranham neste ponto de acesso ao vale, recordações são evocadas, percepções e vivências são entrelaçadas, "as paisagens físicas se entrelaçam com as paisagens mentais" (Basso, apud. D. Rogers, 2009). Guiado pelas percepções e memórias locais, o lugar transcende a mera observação de um emaranhado

de elementos objetivos (ruínas, árvores, placas, animais, plantações, cercas etc.), deixando de ser apenas um espaço vazio e desprovido de sentido. Não se trata mais de uma “paisagem perdida” à margem de uma estrada que conduz o viajante às comunidades do vale e ao Perímetro Irrigado do Projeto Salitre. Envolvidos nas memórias e no engajamento dos salitreiros com as paisagens, o lugar (Eliseu) adquire significados, transforma-se em um tecido vivo enredado de experiências e histórias que repercutem pelas paisagens que o circundam.

Eliseu, o lugar, se constituiu como construção sociocultural que, inserido(a) nos repertórios culturais locais, abrange história, memórias e ancestralidade, conectando-se à vida cotidiana das pessoas que habitam a região. A construção dos lugares, portanto, implica na criação de tradições e na maneira como nos situamos no mundo e nos relacionamos com os outros. Esses elementos são fundamentais no processo de formação das identidades individuais e sociais (Basso, 1996) e não poderiam ser negligenciados nesta etnografia.

O conceito de lugar, conforme Ingold (2015, p. 220), está indissociavelmente vinculado à ideia de movimento, é delineado pelo movimento, em contraste com delimitações externas. Ele emerge a partir de encontros entre diferentes agentes, conformando-se como ponto de sedimentação material decorrente da acumulação gradual de conhecimentos e experiências ao longo do tempo, gerados por intrincadas interações de trocas, conflitos, negociações, transformações e metamorfoses entre variados modos de vida (Cardoso, 2016, p. 35-36). Desse modo, e sob uma perspectiva etnográfica, os lugares de memória (Nora, 1993) não devem ser compreendidos como entidades estranhas, distantes e desprovidas de significado.

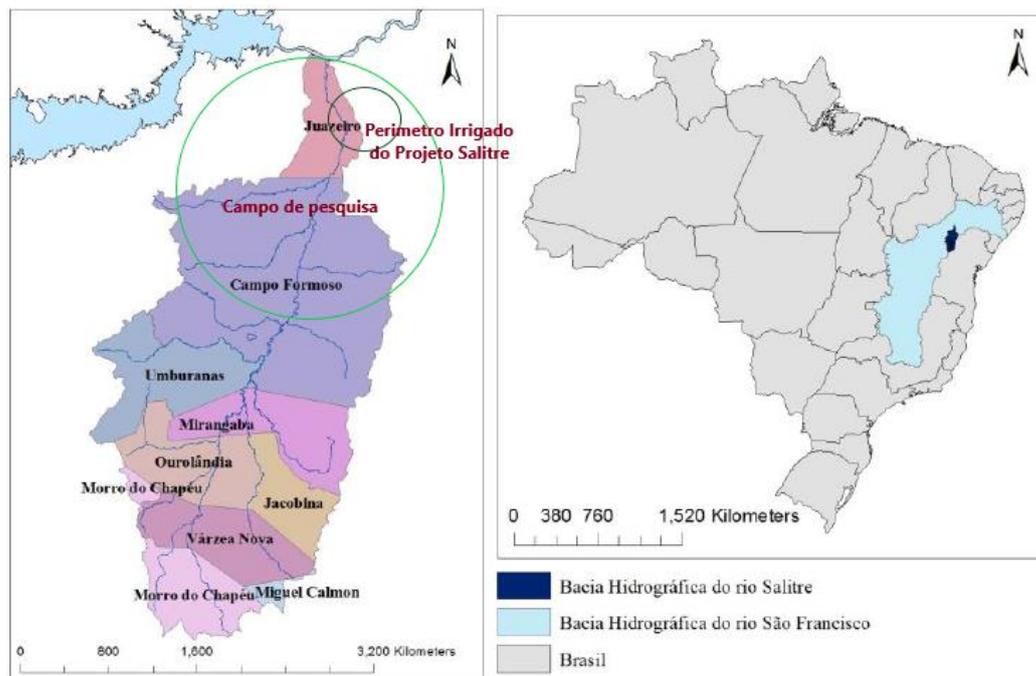
Os lugares são, assim, testemunhos físicos e simbólicos dessas complexas relações. São, ademais, refúgios de memórias que se conectam não apenas a momentos individuais, mas também a experiências coletivas ao longo da história, conforme sustentado por Pierre Nora (1993). Na percepção deste autor, os lugares são depositários de memória, compreendendo lembranças não apenas de eventos singulares, mas também de narrativas coletivas que suportam a identidade de uma comunidade. Assim, a concepção de lugares como espaços de sedimentação de vivências se entrelaça com a

dimensão temporal e histórica, conferindo-lhe uma definição e significação que vão além da simples geografia física e limitações externas.

Os moradores do vale do rio não fazem, no seu cotidiano, uso da terminologia "Bacia Hidrográfica do Rio Salitre" (BHS) para se referir ao rio e à sua comunidade. Nos modos cotidianos de viver e na tessitura das relações estabelecidas, a denominação BHS não se evidencia como parte integrante do léxico local nas descrições que fazem de suas experiências, do curso do rio e dos lugares que ocupam. A BHS não é, portanto, lugar de memórias dos salitreiros, de ocorrências do passado, pois não foi definido por seus movimentos, por seus modos de vida, por suas experiências e vivências cotidianas. As paisagens físicas da BHS, aquelas que estão nos projetos estatais, desenhadas, numeradas, medidas e delimitadas em cartas geográficas, não se entrelaçam com as memórias e paisagens mentais da população que habita o vale do Salitre, por onde passa o rio. Essa denominação é utilizada exteriormente aos seus interesses, vivências e experiências, estando diretamente vinculada ao campo de ação do Estado na gestão do projeto Salitre. Segundo Parry Scott (2022), a promoção institucional de grandes projetos de desenvolvimento segue o princípio da moralidade técnica. De acordo com suas análises sobre a responsabilidade do Estado nos impactos da construção da Barragem de Sobradinho sobre as populações afetadas, observa-se uma dificuldade por parte das agências estatais em assimilar a importância das condições de vida das populações que têm o infortúnio de residir em territórios destinadas à execução de grandes obras (ibid., p. 127). Portanto, a Bacia Hidrográfica do rio Salitre, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF), é uma denominação criada e utilizada pelo governo e pelos órgãos responsáveis pela sua gestão.

Desse modo, delineada pelos limites exteriores aos interesses e movimentos dos salitreiros, e em conformidade com os propósitos de planejamento e administração das águas do Estado, a BHS é composta por territórios, ou partes de territórios, dos municípios de Campo Formoso, Várzea Nova, Umburanas, Jacobina, Mirangaba, Morro do Chapéu, Juazeiro, Ouro-lândia e Miguel Calmon. Além da fertilidade do solo que cobre a superfície terrestre de parte desses territórios, principalmente na região que compreende os territórios de Campo Formoso e Juazeiro, a importância da bacia na logística dos projetos de desenvolvimento agrícola do Estado reside também em sua localização: está situada

em uma região de grande importância hídrica e de fronteira com as regiões que compreendem o campo de Planejamento e Gestão de Águas (RPGA) do Lago de Sobradinho, do rio Itapicuru, dos rios Macurerê e Curaçá, dos rios Verde e Jacaré, e do rio Paraguaçu.



**Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre - BHS**

**FONTE:** *Cássia Juliana Fernandes Torres e Yvonilde Dantas Pinto Medeiros*

O rio Salitre, que é o principal curso d'água da BHS, tem sua nascente na localidade de Boca da Madeira, no município de Morro do Chapéu, e deságua no rio São Francisco, a jusante da Barragem de Sobradinho, na comunidade de Sabiá, município de Juazeiro, após percorrer aproximadamente 333 km. Embora as localidades de Boca da Madeira e Morro do Chapéu sejam de suma importância para a composição geográfica da BHS, elas não fazem parte das histórias, memórias e paisagens dos habitantes do vale do Salitre. Esses lugares, ou espaços geográficos, não são mobilizados no cotidiano dos salitreiros e, por isso, não fazem parte de suas narrativas, nem de suas modalidades de habitar o Salitre. As paisagens desses locais não foram por eles produzidas nos inúmeros processos históricos que os envolveu, e envolvem, passíveis de verificação na passagem do tempo. Não revelam, portanto, nenhuma importância para o reconhecimento e entendimento local, pois são lugares com paisagens desconectadas das memórias

localmente produzidas. Para os salitreiros, os limites territoriais do rio Salitre são definidos entre Campo Formoso e Juazeiro, onde vivem e onde estão os lugares por eles habitados, e significados.



Figura 2. Divisão Intermunicipal e Divisão dos Trechos

Considerando-se que os lugares são delineados pelo movimento das pessoas e suas interações com o ambiente, como suas histórias, modos de produção, ancestralidades e paisagens, torna-se evidente por que os salitreiros não identificam nem compreendem plenamente as localidades de Boca da Madeira e Morro do Chapéu em suas relações com a vida cotidiana local. Isso se deve à percepção de que apreender a paisagem representa um ato de recordação, intrinsecamente ligado às temporalidades locais, ao engajamento das pessoas e à circulação em um ambiente impregnado de passado (Ingold, 2015, 2018; Bailão, 2016). A paisagem que envolve os salitreiros que habitam o vale está intimamente

relacionada à temporalidade e ao seu engajamento perceptivo com o lugar. São as histórias e memórias locais que, mobilizadas, transformam-se em dispositivos de organização social e estratégia política. É nesse processo que os sentimentos de pertença ao grupo se manifestam, levando-os a se identificar, e a serem simultaneamente identificados, como habitantes do vale do rio Salitre.

Inserida na região do Submédio São Francisco, a BHS define-se como uma delimitação geográfica, um território físico dividido estrategicamente pelo Estado nos três pontos fixos já referidos. Ademais de uma unidade física segmentada entre três sub-regiões, a BHS também é uma unidade territorial estatal de planejamento e gestão dos recursos hídricos da região. De acordo com os órgãos governamentais e instituições responsáveis pela sua gestão, a BHS tem por finalidade fornecer as bases necessárias para a implementação de políticas e ações que tenham como objetivo a proteção e o gerenciamento, de forma sustentável, dos recursos hídricos da região (BRASIL/BAHIA, 2017). Esse seria, digamos, o caráter técnico-moral da BHS, ou seja, desenvolver planos de recursos hídricos, estabelecer normas e regulamentos, e promover ações de conservação e uso sustentável da água. Vale ressaltar que a CODEVASF, agência estatal responsável pelo desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Bacia do Rio Parnaíba, “está prioritariamente voltada para a política de irrigação, dedicando-se à implantação de projetos que desenvolvam a agricultura irrigada (Andrade, 1983, p. 102). Segundo Andrade, reforçando a tese de Parry Scott (2022) sobre a moralidade técnica dos grandes projetos de desenvolvimento que sequer *assimilam* a importância das condições de vida das populações locais, cujo infortúnio é residir em territórios alvo de execução de grandes obras (p. 127),

Tendo sido organizada como uma empresa, a CODEVASF visa, naturalmente, à obtenção de lucros, o que faz com que dê maior atenção, em seus projetos, à ação dos grupos empresariais do que à localização de colonos, que são alistados dentre os projetos trabalhadores locais, muitas vezes habitantes das áreas desapropriadas. (Andrade, 1983, p. 103)

Na prática, as bases para a implementação de políticas e ações de desenvolvimento relacionadas às bacias hidrográficas são fundamentadas em discursos que enfatizam a necessidade de progresso nas localidades ou regiões onde grandes projetos são implantados (Silva, 2016, p. 172). Esses discursos fazem parte do campo de atuação do

Estado e têm como objetivo persuadir, justificar e subjugar as populações ribeirinhas a um campo de promessas de um futuro abundante para aqueles que se sacrificam em nome do desenvolvimento. É, talvez, por esse motivo que os moradores das comunidades afetadas pelas obras do projeto Salitre frequentemente se queixam da decepção com o projeto, que deveria ser, conforme prometido, a sua redenção, mas que se transformou em sofrimento e desilusão.

### **3.3. O Baixo Salitre dos salitreiros de baixo**

Sobre as estruturas constitutivas do espaço social, Pierre Bourdieu (2013, p. 138) observa que a distribuição dos grupos no espaço tem sido historicamente utilizada como instrumento de controle, manipulação e dominação. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a maneira como o Estado tem organizado o espaço no processo de construção do campo de ação sob análise, onde suas agências atuam na gestão dos recursos hídricos e na implementação de grandes projetos de desenvolvimento, está intimamente relacionada às práticas de colonização, sob as quais a manipulação do espaço desempenhou um papel significativo no exercício do controle e poder sobre as populações colonizadas.

A dominação do espaço é uma das formas privilegiadas do exercício da dominação, e a manipulação da distribuição dos grupos no espaço foi sempre colocada a serviço da manipulação dos grupos – pensa-se aqui particularmente nos usos do espaço pelas diferentes formas de colonização. (Bourdieu, 2013, p. 138)

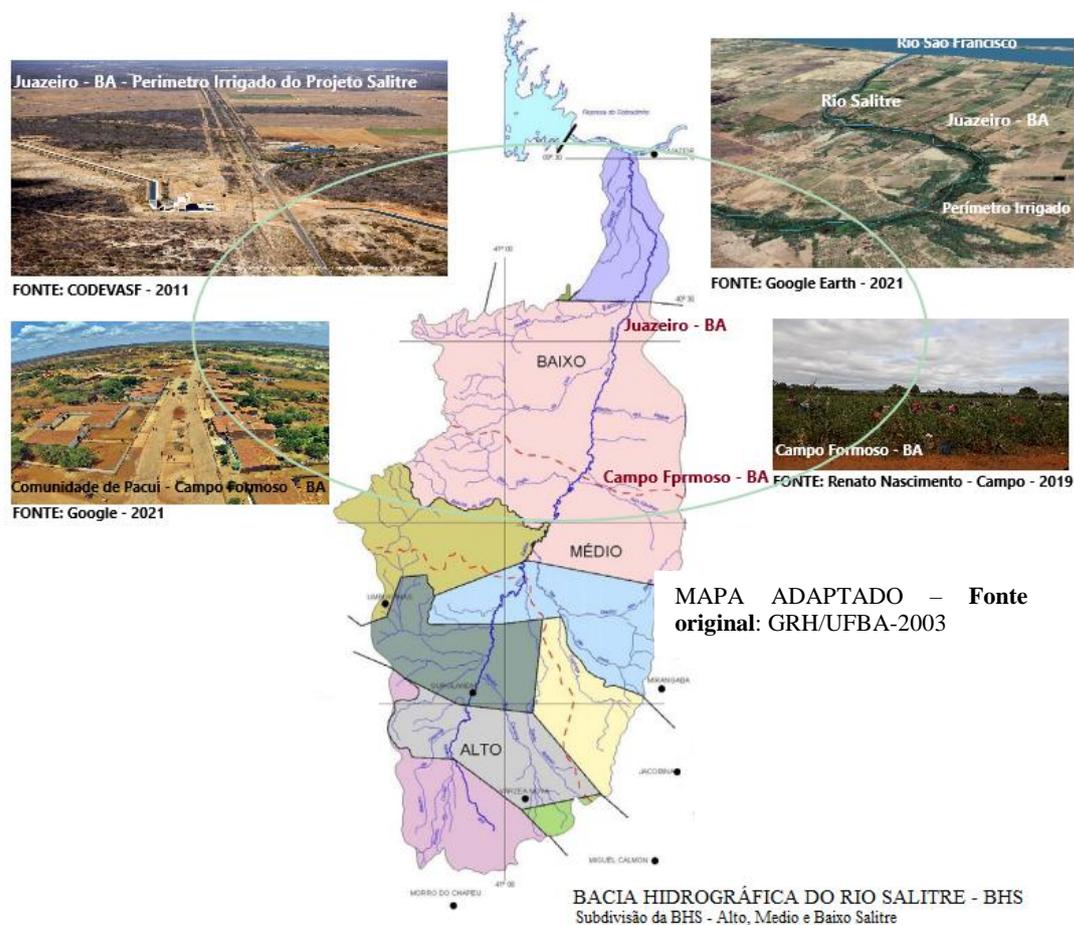
O processo de regionalização dos espaços geográficas empreendido pelo Estado segue essa lógica. Na prática, subdividir o vale do rio Salitre, encapsulando os lugares e territórios tradicionalmente habitados pelos salitreiros em regiões administrativas, sem levar em conta suas percepções e sentimentos em relação a esses lugares, caracteriza-se, parafraseando Pierre Bourdieu, como uma das formas privilegiadas do exercício da dominação do Estado sobre as parcelas mais pobres da população. Organizar o espaço e distribuir os grupos nesse espaço tem sido, invariavelmente, um serviço de manipulação por parte dos grupos (Bourdieu, 2013, 137) dominantes.

Supomos, por outro lado, possível aproximar essa forma privilegiada de dominação do Estado Bourdieusiana do conceito de governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault (2008), que o definiu como um conjunto constituído pelas

instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008, p. 143-144). Nesse sentido, o autor entende por “governamentalidade”, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Ibid., p. 144).

Essas formas estratégicas de dominação estatal do espaço têm servido como base para a implementação de políticas e ações estatais de desenvolvimento agrícola na BHS. No processo de organização e dominação desses espaços, construiu-se o que Parry Scott (2022) tem definido como campo de ação pautada na moralidade técnica, especialmente no âmbito da administração dos recursos hídricos dessas áreas e na implementação de projetos de desenvolvimento de agricultura irrigada. Esse tipo de dominação colonizadora ancora-se em discursos que ressaltam a necessidade de *progresso* nas localidades ou regiões onde esses grandes projetos são implantados (Silva, 2016).

Desse modo, conforme já referimos anteriormente, o vale do Salitre foi subdividido com base em classificações relacionadas às pretensões políticas e econômicas do Estado na região do médio São Francisco, do mesmo modo que o chamado Baixo Salitre passou a abranger toda a extensão territorial compreendida entre os municípios de Campo Formoso e Juazeiro, abarcando, assim, a totalidade do vale do Salitre.



Essa forma de classificação não ressalta, de maneira contextual, a dinâmica contínua de desenvolvimento e mudanças que envolvem os lugares e, muito raramente, considera a influência das ações das pessoas e das relações que se estabelecem entre elas e o ambiente ao seu redor. Partindo dessa perspectiva e considerando-se o conjunto de agências mobilizadas pelo Estado, por décadas, em torno dos objetivos de implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre, entende-se que a maneira como os salitreiros se movimentam, interagem, trabalham e vivem no vale do Salitre, por exemplo, não pode ser compreendida por meio das pranchetas dos técnicos da CODEVASF, das estatísticas, descrições e conceitos estáticos usados pelo Estado em suas compartimentalizações e classificações.

Invocamos as narrativas e memórias locais sobre os lugares habitados e vividos pelos salitreiros, pois consideramo-las fundamentais para a compreensão da maneira como, em seus movimentos de entrelaçamento que os ligam ao mundo, suas identidades são elaboradas, permitindo-lhes que se reconheçam e se localizem em seus territórios. Do

mesmo modo, reciprocamente, entender como, a partir das relações estabelecidas com os lugares por eles habitados, atribuem significados às coisas e se conectam com o ambiente à volta. As histórias por eles narradas revelam uma interação dinâmica com a comunidade, a paisagem e os seres humanos ao longo dos processos históricos. Através dessas narrativas, podemos compreender, tal como mencionado anteriormente, que os lugares que compõem o vale do rio ultrapassam os limites estabelecidos pelas divisões geográficas do espaço social concebidas pelo Estado; os lugares são territórios vivos, movimentados e vivenciados, compostos pelas experiências, memórias e relações entre as pessoas que neles habitam, os salitreiros. São temporalidades de paisagens singulares que se formam e transformam continuamente em inúmeros processos ao longo do tempo, revelados em caminhos, veredas, roças, pastos, terras secas e cercas caídas. A temporalidade desses espaços é consoante com os seus modos de habitação e de uma miríade de modos de vida que se entrelaçam: o rio, os ventos, as chuvas, a terra, os santos de devoção, as roças, os currais, os animais de criação, os drenos, lotes agrícolas e todos os efeitos decorrentes do Projeto Salitre.

Somente ao reconhecermos a importância das perspectivas locais, sejam elas relacionadas ou não ao Projeto Salitre, e dos processos de transformação contínuos dos lugares onde eles vivem, poderemos compreender a complexidade desses lugares, que são únicos e, ao mesmo tempo, diversificados. Trata-se, portanto, de reconhecer o território e a territorialidade do lugar, suas classificações e significados a partir das narrativas de uma população que é diretamente afetada pelo projeto, norteado, desde os primeiros estudos de sua viabilidade, pelo discurso do desenvolvimento, das promessas de distribuição de benefícios, e pela prática de medidas mitigatórias que criam nessas populações a sensação de amenização de suas perdas (Scott, 2012). São pessoas que, conforme estamos enfatizando no curso desta tese, têm experimentado, por décadas, as vicissitudes causadas pela espera, exclusão e inconclusão (Farias Júnior, 2016) de um grande projeto que anunciava o desenvolvimento e a redenção. Além disso, enfrentam o que Parry Scott denomina *insegurança estrutural*, “*que é uma descrição das desigualdades perpetuadas pela própria organização do Estado que mesmo extralocalmente evidencia uma incapacidade repetida de responder a demandas de trabalho, renda, saúde e qualidade de vida para a população toda*” (Scott, 2022; 2012; 2014).

### **3.4. O Vale, o rio e o Salitre nas pranchetas do Estado e do desenvolvimento**

Antes da imersão pouco mais profunda nas narrativas dos salitreiros e de acessarmos os sentidos que eles atribuem às suas experiências no vale do Salitre, bem como à forma como constroem e classificam os lugares onde vivem, vamos nos concentrar sobre outras quatro áreas (CHESF, FAO, ALUVIÃO e SALITRE) idealizadas pelos planejadores do Projeto Salitre. Essas áreas, concebidas nas pranchetas da engenharia da agricultura de irrigação e nos ideais desenvolvimentistas, integram a delimitação espacial do campo de atuação e intervenção estatal na região. São, portanto, espaços estáticos delimitados por fronteiras físicas, esboçados pela régua e pelo compasso do Estado, contrastando substancialmente com as percepções locais acerca dos lugares de aproximação, vivência, expectativa e pertença sociais e culturais. Em outras palavras, diferem dos espaços dinâmicos onde os salitreiros habitam e se reproduzem por meio de suas práticas e experiências cotidianas.

Este estudo não tem a pretensão de realizar uma etnografia centrada nos espaços e classificações estabelecidos pelo Estado no vale do Salitre, no contexto de suas intervenções desenvolvimentistas na região. Contudo, consideramos relevante destacá-los para nos situarmos no contexto do problema de pesquisa. Essa abordagem proporcionará, portanto, uma visão abrangente das situações sociais e territoriais que se desenvolveram e envolveram os salitreiros ao longo do processo de implementação do projeto.

Em 1989, dois estudos foram simultaneamente conduzidos com foco na implantação do projeto Salitre. Um deles foi realizado pelo HYDROEXPORT-Companhia de Comissão Empresarial para Exportação de Obras Hidráulicas, enquanto o outro foi conduzido pelo Consórcio JP-ENCO-TAHAL. O primeiro estudo, solicitado pelo Ministério da Irrigação, tinha como objetivo "apresentar o método de irrigação, concepção, dimensionamento e custo preliminar das obras, máquinas agrícolas e equipamentos" (HYDROEXPORT/CODEVASF, 1989, p. 13) que seriam utilizados no processo de implantação. No diagnóstico da área do empreendimento, constata-se que foram priorizadas questões diretamente relacionadas aos interesses do projeto, como as condições climáticas, a rede pluviométrica (considerada escassa), a relação de poços pluviométricos, os fenômenos térmicos, a umidade, os ventos, a distribuição das chuvas,

as condições geológicas, os domínios geomorfológicos, o comportamento hidrogeológico, entre outros aspectos de natureza técnica própria da engenharia de irrigação. O estudo deixou, por outro lado, de abordar a forma como os salitreiros se relacionavam com esse conjunto de fenômenos (chuvas, ventos, umidade, condições geológicas e comportamento hidrológico etc.).

Não foram encontradas abordagens e análises sociológicas e antropológicas que, no contexto dessas relações, apontassem o foco para como os salitreiros interagem, e ainda interagem, com o espaço e os elementos componentes para a formação de suas identidades, dos lugares e do mundo em que habitam. Essa lacuna sugere que o estudo negligenciou o campo de relações que envolve o ambiente e a comunidade. No vale do Salitre, é relevante destacar que ainda é comum as pessoas definirem suas atividades com base nas condições climáticas e nas indicações provindas do céu: "fechado", quando há nuvens e sombras, indicando a possibilidade de chuva e tempo propício para o trabalho ao longo do dia; e "aberto", quando o céu está limpo, sem nuvens e com sol intenso, determinando o horário de início e a duração da jornada de trabalho na lavoura, e até mesmo o tipo de roupa que se deve vestir.



Um dia de céu fechado, na comunidade da Baixinha – Agricultores trabalhando na colheita de cebola em uma propriedade de médio porte. 2019



Um dia de céu fechado, agricultoras colhendo tomate. Médio Salitre - Comunidade de Baixinha 2019.



Um dia de céu aberto. Baixo Salitre – Comunidade de Alfavaca

Nas pequenas e grandes lavouras da região, homens e mulheres geralmente se dedicam ao trabalho durante a manhã, quando o céu permanece "fechado", com nuvens, considerado o momento ideal para capinar a roça e realizar a colheita. À medida que o meio-dia se aproxima, quando o sol está mais alto e o céu é preenchido apenas com a luz solar, os trabalhadores retornam às suas casas, ocupando-se com outras tarefas. Já em suas casas, à sombra dos avarandados, árvores e plantas frondosas nos quintais e terreiros, executam outras atividades de subsistência, como a criação de pequenos animais e pequenos plantios de subsistência doméstica. Segundo Tim Ingold, um céu sem nuvens é considerado inabitável e não pode ser parte do ambiente de um ser vivo (Ingold, 2017, p. 181). Compreender como os seres conseguem habitar esse mundo, de acordo com o autor, *implica observar os processos dinâmicos de formação do mundo nos quais tanto os*

*observadores quanto os fenômenos que percebem estão intrinsecamente imersos* (Ibid., p. 183).

A análise da HYDROEXPORT aborda, em certa medida, elementos que poderiam favorecer uma compreensão sistemática e contextualizada dos processos de construção e vivência dos espaços sociais pelos salitreiros. O estudo apresenta dados bastante interessantes sobre vários aspectos, incluindo os sistemas de irrigação utilizados pelos agricultores locais e produtores que haviam migrado para a região, destacando três sistemas instalados e adotados às margens do rio Salitre: (1) baixo nível tecnológico - esse sistema, como descrito no relatório, estava distribuído indiscriminadamente ao longo das margens do rio, compreendendo a irrigação de pequenas áreas. A captação de água era então realizada por meio de moto bombas de pequeno porte instaladas às margens do rio; (2) médio nível tecnológico - encontrado ao longo do rio, esse sistema era utilizado para culturas anuais e permanentes em áreas que chegavam a medir até 10 hectares. A captação de água no rio era realizada utilizando-se moto bombas acionadas por energia elétrica; (3) alto nível tecnológico - utilizando um sistema eficiente de captação de água, esse terceiro sistema era adotado por grandes produtores que exploravam a região. Foi avaliado como eficiente e racional na aplicação de água nas áreas agricultáveis (HYDROEXPORT, 1989, p. 79-80). Essas informações fornecem uma visão detalhada das práticas de irrigação na região, permitindo uma melhor compreensão das diferentes práticas agrícolas no vale e dos diferentes níveis de tecnologia utilizados pelos salitreiros e pelos grandes produtores ao longo do rio Salitre.

Além disso, são abordadas informações sobre a pecuária tradicionalmente praticada pelos moradores locais, que é definida como "*desprezível*" devido ao fato de se restringir à criação de pequenos rebanhos de ovinos, caprinos, suínos e aves voltados para o autoconsumo familiar. Também são discutidos aspectos relacionados à habitação, considerada "*precária*", por predominar as construções de taipas, adobes e coberturas de palha. O estudo ainda aponta o perfil socioeconômico do agricultor do vale do Salitre, destacando que havia uma concentração maior de pequenos agricultores habitando os arredores do rio. Nesse contexto, é mencionado que os moradores da região estavam se organizando em associações e sindicatos, contando com o apoio de instituições públicas, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal-EMATER-

BA. O estudo não menciona, talvez intencionalmente, a atuação da Diocese de Juazeiro e do Bispo Dom José Rodrigues, que não apenas mobilizavam as comunidades para se organizar em associações, mas também faziam enérgicas críticas aos projetos de irrigação na região e ao descaso do Estado em relação às populações afetadas.

Apesar de abordar diversos aspectos da região, o que realmente chama a atenção neste estudo é a ausência de referências às narrativas dos salitreiros sobre suas próprias práticas agrícolas, seu modo de habitar, de criar seus rebanhos e suas relações com o rio e seus recursos. Não há referências às vozes locais e suas agendas, o que mostra a natureza excludente dos grandes projetos de desenvolvimento e evidencia a incapacidade do Estado de responder às demandas das populações atingidas por esses projetos (Scott, 2023). Ao não incluir as perspectivas e experiências das comunidades locais, o estudo não descreve as situações socioculturais e a complexidade da relação entre os salitreiros e o ambiente em que vivem. Incluir essas narrativas poderia oferecer uma visão mais completa e contextualizada dos modos de vida locais, evitando, assim, problemas que hoje afetam diretamente os salitreiros, como a degradação ambiental do rio, a distribuição desigual de lotes de terras e a proletarianização da mão de obra dos pequenos agricultores. Permitiria, por outro lado, uma percepção do espaço vivo habitado pelos salitreiros, caso o estudo tivesse enfatizado o entrelaçamento entre as histórias relatadas e suas significativas relações com o lugar.

No tocante à classificação dos três sistemas de irrigação, que não se alinha com a categorização local, o relatório final do estudo justifica essa abordagem com base no nível tecnológico dos agricultores (HYDROEXPORT, 1989, p.79). Para os objetivos desta pesquisa, optamos por direcionar nossa análise exclusivamente para o primeiro tipo de irrigação, caracterizado pelo estudo como de baixo nível tecnológico. Esse método de irrigação é descrito como correspondente às práticas utilizadas pelos pequenos agricultores do vale, na década de 1980, os quais cultivavam áreas de pequena extensão e tinham acesso limitado às inovações agrícolas. Conforme mencionado anteriormente, o estudo define a agricultura tradicional dos salitreiros como "indiscriminadamente distribuída nas margens do rio Salitre", envolvendo a irrigação de pequenas áreas. No âmbito desse sistema de irrigação simples, a captação de água ocorria por meio de moto bombas de pequeno porte instaladas às margens do rio (Ibid. p. 79).

Ao avaliar as conclusões do estudo, é importante ressaltar que esses pequenos agricultores desempenhavam papel importante na preservação das tradições de cultivo da terra e na sustentabilidade local. Suas práticas agrícolas e de criação de animais, definidas, como já referido, como desprezíveis no estudo em análise, foram sistematicamente adaptadas e integradas às técnicas mais modernas, afinal, tudo no mundo é movimento, é ocorrência. Valorizar a sabedoria desses agricultores teria sido essencial para uma análise mais abrangente dos processos de organização dos espaços sociais e do desenvolvimento da agricultura irrigada na região do vale do Salitre, assim como seus efeitos sobre os modos de vida locais.

Ao ouvir os agricultores do vale sobre suas vivências e histórias, fica evidente que as categorizações propostas pela pesquisa da HYDROEXPORT não refletiram a realidade em que eles estavam imersos. A complexidade e particularidades da agricultura tradicional praticada em um ambiente marcado pelo pequeno índice pluviométrico ao longo de todo o ano ultrapassa as descrições simplistas apresentadas no estudo encomendado pelo Estado. Portanto, é importante reconhecer o valor etnográfico e antropológico das narrativas desses agricultores sobre suas práticas tradicionais de cultivo da terra, considerando necessariamente suas perspectivas e conhecimentos que só serão compreendidos se aplicados à miríade de processos que os envolvem e que se desdobram ao longo do tempo.

Em 1986, Ana Maria Bianchi dos Reis conduziu um estudo antropológico detalhado sobre o modo de vida dos salitreiros e suas relações com o rio e as comunidades locais, três anos antes do estudo ora sob análise. Naquela época, os pequenos agricultores do vale ainda praticavam o que eles chamavam de "plantio da troca de cana". Essa prática era uma das várias formas adotadas pelos salitreiros para cultivar suas roças durante o inverno, enquanto os canaviais colhidos e coivados se restabeleciam. Em seu trabalho, Bianchi, preocupada em descrever com detalhes as práticas agrícolas locais, destacou que, dependendo do tamanho das roças e dos plantios, nesse período do ano os agricultores utilizavam técnicas como a molhação com lata ou tapagem (1986, p. 39-40), que consistia na construção de obstáculos para reter a água do rio, a fim de irrigar as plantações. Para evitar conflitos com os moradores das comunidades a jusante, devido à retenção da água,

eles seguiam uma lei própria que regulava os dias e o tempo de duração da retenção (Ibid., p. 39). As narrativas ouvidas, e por mim registradas durante as inserções ao campo, confirmam as práticas descritas por Bianchi e seu estudo. Muitos dos meus interlocutores, foram, vale a pena ressaltar, colaboradores da pesquisa conduzida por Bianchi em 1986.

Naquela época, conforme relatado repetidas vezes por Minéia Clara, moradora da comunidade de Alfavaca e importante colaboradora desta pesquisa, o uso de cata-vento para irrigação de pequenas lavouras era muito comum. No entanto, essa prática ocorria em escala limitada devido ao custo elevado, que ultrapassava as condições financeiras da maioria dos moradores do vale. Durante o trabalho de campo, também ouvi, com frequência, os salitreiros do baixo e médio Salitre mencionarem o "plantio de trovoadas". Essa prática agrícola, também conhecida como sequeiro, representava uma forma tradicional de cultivo por eles utilizada em períodos de escassez de chuvas.

Haroldo Schistek, agrônomo e um dos fundadores do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA, compartilhou comigo, durante uma viagem exploratória a Juazeiro, em 2017, que a agricultura de vazante era uma das práticas agrícolas mais tradicionais no vale do Salitre até o final da década de 1970. Segundo Schistek, posteriormente confirmado por outros interlocutores, essa prática envolvia a exploração da faixa de terra das roças localizadas muito próximas ao rio durante o período de baixa do nível da água. Sobre essa tradição agrícola, recordo-me também do meu avô paterno, Ioiô Eliotério, que até aquela década residia na comunidade da Baixinha, no médio Salitre, conforme classificação geográfica da CODEVASF. Ainda na infância, testemunhei meu avô limpando a área de sua roça, que havia sido descoberta pelas águas, para o cultivo de cana, manga, banana e coco. Portanto, trata-se de uma técnica de cultivo tradicional muito antiga na região do vale.

Em 1986, Schistek e Dom José Rodrigues, bispo da Diocese de Juazeiro, participaram da elaboração de um documento que teve como objetivo descrever as condições socioambientais do vale do rio, a pedido da agência do Banco do Brasil, unidade de Juazeiro. A agência bancária estava preocupada com o contínuo crescimento da área irrigada no Salitre, em grande parte devido aos investimentos do governo por meio do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE). Por isso, foi formada uma comissão composta por técnicos e membros da EMATER-BA, EMBRAPA,

CODEVASF, Prefeitura Municipal de Juazeiro, técnicos do próprio banco e representantes da Associação Comunitária Agrícola do médio Salitre, com o objetivo de diagnosticar a situação do vale e do rio, que já apresentava limitações em seu potencial hídrico.

O relatório menciona que, na década de 1980, embora os salitreiros já dispusessem dos recursos necessários para a prática da agricultura irrigada, isso não ocorria devido à falta de conhecimento técnico, infraestrutura adequada e apoio creditício (1986, p. 1-2). No entanto, destacam-se mudanças significativas nas práticas agrícolas e nos costumes tradicionais dos salitreiros. Entre essas mudanças, destaca-se a substituição do plantio de cana-de-açúcar pelo cultivo de hortaliças e leguminosas, que proporcionavam uma rápida colheita e, conseqüentemente, rendimentos que ajudavam nas despesas das casas. Nesse período, também se iniciou a prática de irrigação por bombeamento (Ibid., p. 1). Essas informações, tanto as descritas no trabalho de Bianchi quanto as que constam no relatório solicitado pela agência do Banco do Brasil, nos permitem compreender os salitreiros, seus modos de produção e a forma como viviam e se relacionavam com o vale para muito além das classificações produzidas no estudo da HYDROEXPORT.

Assim como a pesquisa da antropóloga Ana Maria Bianchi, o relatório solicitado pela agência local do Banco do Brasil, ambos realizados nos anos 1980, valoriza as vozes locais, descrevendo as percepções e desejos dos salitreiros em relação à agricultura irrigada. Bianchi, no contexto de sua pesquisa acadêmica sobre reprodução camponesa no vale, realizada entre os anos de 1981 e 1983, interagiu diretamente com seus interlocutores, visitando roças, casas e lugares construídos e habitados pelos salitreiros, desenvolvendo um estudo antropológico da vida dos agricultores da região. Por sua vez, o Banco do Brasil, que acompanhava com espanto o aumento da área irrigada e a limitação do potencial hídrico do rio Salitre, constituiu uma comissão composta por membros de várias organizações e agências, incluindo as associações que representavam os agricultores do vale e lideranças que atuavam na mobilização política e participativa desses agricultores, como a Associação Comunitária Agrícola do médio Salitre. Com perspectivas e metodologias distintas, as duas abordagens deram ênfase às narrativas locais e às formas como as pessoas percebiam, compreendiam e, naquela época, se relacionavam com o rio e o ambiente local. É relevante destacar que o estudo realizado

pela agência bancária, conforme mencionado no relatório final, tinha como princípio central a preocupação com o aumento significativo da área irrigada, resultado dos investimentos públicos em irrigação no vale do rio. O documento ressalta que o Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE, estabelecido em 1986 com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico na região sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE<sup>18</sup>, estimulava novos investimentos e, conseqüentemente, a atração de grandes e médios produtores para a região. Destaca-se, em particular, a presença marcante dos nipo-brasileiros, que nos anos 1970 e 1980 realizaram vultosos investimentos em produção em larga escala, utilizando técnicas e recursos de alto custo, porém altamente eficientes em irrigação, como os sistemas de infiltração e gotejamento.

Paralelamente ao estudo realizado pela HYDROEXPORT, havia outro estudo em andamento, conduzido pelo Consórcio JP-ENCO-TAHAL, vencedor de uma concorrência internacional coordenada pela CODEVASF. O objetivo do estudo da HYDROEXPORT, como mencionado anteriormente, era avaliar a viabilidade técnica e econômica do Projeto Salitre. Por outro lado, o estudo conduzido pela JP-ENCO-TAHAL não apenas avaliava a viabilidade econômica, mas também tinha como propósito coletar dados sociais e econômicos relacionados às poluições na área de interesse do projeto. O estudo realizado pelo consórcio abrangeu quatro áreas irrigáveis denominadas CHESF, FAO, ALUVIÃO e SALITRE. O relatório final foi apresentado em abril de 1989.

O estudo realizado pelo Consórcio JP-ENCO-TAHAL, bem como o conduzido pela HYDROEXPORT, enquadram-se no âmbito do denominado desenvolvimento global, que, ao penetrar em cenários locais, como as comunidades de agricultores ribeirinhos do vale, perpetuam em seus relatórios o conceito que Michael Herzfeld identificou como a "imagem colonial de povos trancados em uma infância tecnológica" (Herzfeld, 2014, p.195). Em sua obra de 1990, intitulada "A Máquina Antipolítica:

---

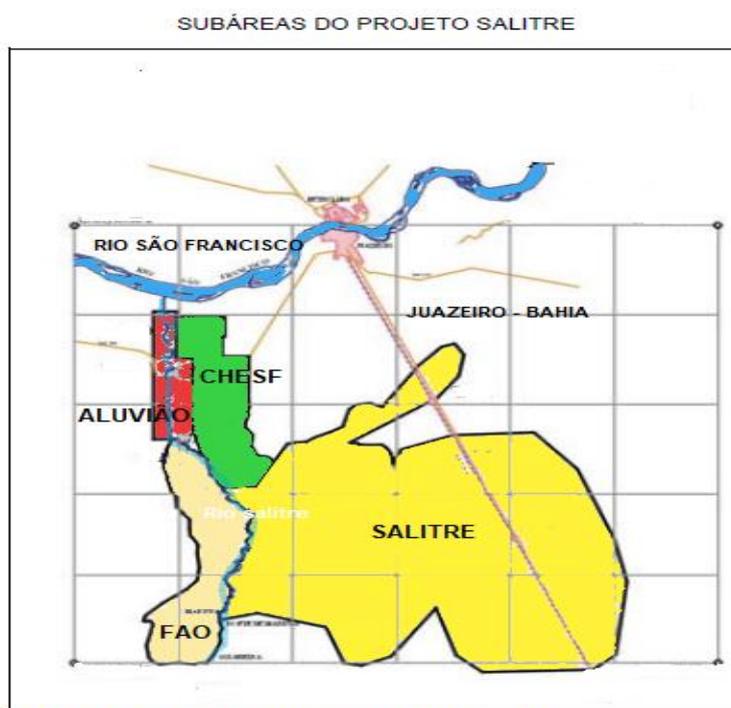
<sup>18</sup> A SUDENE foi criada em 1959 através da iniciativa do renomado economista Celso Furtado, que a liderou até 1964. Essa autarquia marcou a primeira tentativa de implementar um planejamento para o desenvolvimento econômico regional no Nordeste. Seu objetivo principal era unir as forças políticas e econômicas das regiões Sul e Nordeste, visando à implementação de políticas sólidas de industrialização, reestruturação da economia agrícola, da racionalidade da administração pública, além de outros esforços destinados a combater as disparidades econômicas e sociais existentes (Henrique Pinto, 2022).

Desenvolvimento, Despolitização e Poder Burocrático em Lesoto", James Ferguson sustentou que os programas de desenvolvimento internacionais não apenas estimularam, de maneira significativa, o crescimento e a consolidação das estruturas burocráticas (no que diz respeito aos agentes internacionais), mas também minaram a dinâmica política das comunidades que eram as destinatárias dos projetos de desenvolvimento (Ferguson, 1990). Pablo Quintero (2015) ressalta que um dos argumentos mais contundentes de Ferguson em relação a esses programas de desenvolvimento, e a seus impactos nas populações locais, é que eles devem ser analisados a partir dos problemas que desencadeiam no âmbito local, e não nas supostas soluções socioeconômicas que almejam atingir (pp. 57-58). O caminho viável para um estudo que tenha como objetivo compreender os impactos do desenvolvimento sobre as vidas das comunidades atingidas repousa na etnografia cuidadosa *in loco*, conforme destacou Herzfeld, que também afirma que *não se pode considerar o impacto do desenvolvimento sem considerar também os seus envolvimento com as realidades políticas e sociais locais* (2014, p. 196).

Em contraste com as abordagens oficiais, que priorizaram as estratégias de organização e dominação estatal no espaço habitado pelos salitreiros, gerando informações que influenciaram a manipulação e distribuição dessa população na região, este estudo, como sabe o leitor que o vem acompanhando, busca compreender a classificação do vale do Salitre e seus elementos a partir das narrativas locais. A intenção é registrar os conhecimentos particulares das comunidades em relação ao espaço designado pelo Estado como Baixo Salitre, onde está localizado o Perímetro Irrigado do Projeto.

No relatório de 1989, elaborado pelo consorcio JP-ENCHO-TAHAL a serviço da CODEVASF, a área definida para implantação do Projeto Salitre continuou sendo a mesma estudada pela FAO/SUDENE na primeira metade da década de 1960. Por razões estratégicas, visando ao desenvolvimento do projeto de irrigação, conforme registrado no relatório apresentado pelo consorcio, a área foi dividida e classificada em quatro partes: CHESF, ALUVIÃO, FAO e SALITRE. Atualmente conhecida como Etapa I, a Área CHESF, localizada na margem direita do rio Salitre, onde naquela época ainda havia uma grande concentração de roças cultivadas pelos salitreiros, foi, a pedido da CHESF, definida pela CODEVASF para assentar famílias que haviam sido afetadas pela

construção da Barragem de Itaparica. Em 1986 a área chegou a ser estudada para esse fim, mas a ideia foi abandonada devido à manifesta oposição dos salitreiros, que tradicionalmente irrigam roças localizadas no curso inferior do rio Salitre. A Área ALUVIÃO, assim classificada por ser formada por porções de terra acumuladas pela ação das enxurradas, abrange as duas margens do rio. Nessa área, conforme narrativas locais, também havia muitas roças, abertas em sua maioria ainda no tempo dos canaviais e dos engenhos. A parte do território localizada à margem esquerda do Baixo Salitre foi classificada pela CODEVASF como FAO. A maior porção de terra extraída do território salitreiro para atender, estrategicamente, ao Projeto foi classificada como SALITRE. Essa é, também, a área mais afastada do rio São Francisco. O relatório do consórcio é fiel ao projeto padrão de desenvolvimento, deixando clara a finalidade do estudo: garantir informações de engenharia necessárias ao atendimento das requisições do projeto na fase de pré-viabilidade. Fala-se das etapas das obras, das drenagens superficiais do perímetro, dos custos e dos investimentos anuais. Alocados em áreas definidas pela CODEVASF, os salitreiros não tiveram nesse estudo liberdade para colocar suas próprias agendas. É um estudo cujas formas locais de conhecimento foram suprimidas, as pessoas apresentadas em números e seu território classificado em termos técnicos da engenharia irrigada.



As subáreas CHESF e SALITRE foram descritas no Projeto Básico elaborado pelo consorcio JP-ENCO-TAHAL, em 1998, como ocupadas por pequenos produtores, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e empresas (Ibid., p. 8). Em 1990 iniciou-se o estudo de viabilidade do projeto Salitre, concluído em 1994, ficando constituído das porções CHESF e SALITRE, para todas as finalidades, e da porção FAO exclusivamente para suprimento de água, restando por conta dos produtores locais a implantação da rede de distribuição.

Durante o trabalho de campo que desenvolvemos, não foram registradas narrativas dos interlocutores relacionadas às quatro subáreas mencionadas, uma vez que essas categorias existem apenas nas pranchetas, projetos e relatórios da CODEVASF. Portanto, a classificação estatal do território salitreiro em subáreas irrigáveis não reflete a perspectiva dos habitantes, muito menos as suas vivências, movimentos e relações com as histórias e paisagens locais. Ao compartilharem suas experiências no território, eles se referem a lugares e paisagens que incorporam uma variedade de momentos e processos que atuam de forma significativa na definição de suas identidades e modos de viver. Como argumenta Tim Ingold, as narrativas inevitavelmente reúnem o que as classificações tendem a separar (2015, p. 236).

Existe uma estreita similaridade entre conhecer e contar. Alguém que tenha um conhecimento intrínseco de algo é capaz de contar sobre isso com riqueza de detalhes, sentimentos, pertencimento, engajamento (Ingold, 2015). "Contar" não se refere apenas à habilidade de alguém para relatar as histórias do mundo vivido, incluindo também a ideia de uma consciência perceptual apurada em relação às coisas que estão em movimento no entorno. Melhor dizendo, conhecer não é simplesmente acumular informações ou fatos estrategicamente coletados e lançados em pranchetas para esboçar projetos desenvolvimentistas e intervencionistas pretendidos pelo Estado. Conhecer implica, isto sim, em uma relação ativa dos grupos humanos que habitam um lugar ou um território com todos os seres que compõem o ambiente. Essa perspectiva evidencia a natureza dinâmica e participativa do conhecimento. Ou seja, conhecer não é simplesmente acumular passivamente informações, preencher questionários, criar realidades imaginárias conforme interesses externos.

Alguém que conheça bem é capaz de contar. Pode contar, não só no sentido de ser capaz de recontar as histórias do mundo, mas também no sentido de ter uma consciência perceptual afinada de seus arredores. Portanto, conhecer é relacionar o mundo ao seu redor, e quanto melhor se o conhece, maior a clareza e a profundidade da sua percepção. Contar, em suma, não é representar o mundo, mas traçar um caminho através dele que outros possam seguir. (Ingold, 2015, 238)

As regiões do alto, médio e do baixo Salitre ganham novos sentidos, definições territoriais, identitárias e políticas com base em narrativas, histórias e relações sociais estabelecidas pelos salitreiros que habitam as comunidades localizadas entre Junco e Sabiá, em Juazeiro. Neste trecho, oficialmente designado pelo Estado como baixo Salitre e subdividido em quatro subáreas do projeto Salitre anteriormente referidas (CHESF, ALUVIÃO, SALITRE e FAO), vive a população diretamente atingida por esse projeto. Foi durante uma caminhada pelo campo, em companhia de Erica Daiane, Mineia Clara e Dona Ana Maria (mãe de Daiane), que tomei conhecimento dessa classificação territorial local. Mesmo entre meus parentes que moram em comunidades localizadas no médio e alto Salitre, conforme a subdivisão de gestão da BHS, nunca ouvira falar dessas classificações específicas. Aliás, é importante destacar que, nesta região do Vale, não ouvi nenhuma narrativa que fizesse referência a tais classificações durante a imersão no campo. Na região, que fica a montante, as pessoas se referem ao local simplesmente como Salitre, sem subdivisões, em referência, portanto, ao vale e ao rio. Na verdade, os habitantes no alto e médio Salitre simplesmente se identificam como salitreiros e salitreiras.

Entre os agricultores da região onde está situado o perímetro irrigado do Projeto Salitre, essa subdivisão é reconhecida, principalmente entre as lideranças. No entanto, ela é confrontada pela subdivisão local, que emerge das experiências e vivências locais, e que é entrelaçada às agendas políticas de luta e resistência dos salitreiros contra as ações e intervenções do Estado. Evidencia-se, assim, uma intrincada e complexa forma de organização e delimitação do território que envolve as comunidades que vivem na parte baixa do vale do Salitre.

### 3.5. Ligando o que a classificação do Estado e do desenvolvimento separou

Em 2021, durante trabalho de campo na comunidade Tapera, Mineia Clara, moradora e liderança da comunidade de Alfavaca já anteriormente referida, me advertiu de que haveria outra subdivisão na região onde estão localizadas as quatro subáreas agrícolas do Projeto Salitre (Aluvião, Salitre, Chesf, Fao), onde vivem os salitreiros diretamente atingidos, conhecida como Baixo Salitre, conforme delimitação da Agência Nacional de Águas (ANA) e demais agências estatais envolvidas na gestão do projeto. Ela destacou que os agricultores que vivem na área determinada pelo Estado para a implementação do Projeto conceberam uma subdivisão própria. Isso foi feito considerando suas próprias demandas e experiências no local, principalmente aquelas que surgiram com o processo de instalação do projeto, desencadeado na década de 1960.

Na classificação local, os elementos mobilizados e relacionados pelos salitreiros para delimitar e identificar o território por eles habitado foram aqueles que fazem parte de suas memórias e paisagens, e que incorporam as coisas presentes em seu entorno. Diferentemente dos elementos utilizados pelo Estado, tais como rio principal e seus afluentes, precipitação, águas da chuva, escoamento, nascentes e lençol freático, os salitreiros buscaram, em suas histórias de luta, vivências e resistências nos lugares por eles habitados, elementos sensíveis às suas existências. Dessa forma, conseguiram subdividir o território de acordo com suas próprias percepções, que contrastavam com a divisão inicial realizada pelo Estado. Em outras palavras, a partir das histórias locais, os salitreiros encontraram uma maneira de unir o que as classificações do Estado separaram.

Compartilhei com Mineia Clara uma conversa que mantive com Dona Eliete, professora e liderança da comunidade de Curral Novo. Nesse diálogo, também ocorrido em 2021, fui surpreendido ao ouvi-la referir-se às comunidades de Junco e Tapera como alto Salitre, enquanto nos documentos da CODEVASF são designadas como estabelecidas no baixo Salitre. Indaguei-lhe, então, se o local onde estávamos (Curral Novo) também era considerado alto Salitre, ao que ela respondeu, imediatamente, com uma expressão de surpresa: - *“Não! Aqui é Baixo Salitre. O Alto é lá para cima, da região do Junco para lá”*. A conversa prosseguiu com Dona Eliete discorrendo sobre o avanço da agricultura irrigada na região e a intensificação do uso de bombas hidráulicas, que

desencadearam os acirrados conflitos por água aos quais já referimos. Ela fez referência às subdivisões territoriais locais:

Foi quando começou a questão das bombas, e como o rio fluía, mas era com aquele motorzinho a diesel. As pessoas plantavam usando aquele motor a diesel. E não fazia tanta diferença, (em relação ao fluxo do rio). Depois que chegou energia elétrica começaram a montar, colocar o motor bomba. Aí começou, a água passava no rio, mas não era aquele volume de antes que passava para o rio São Francisco. Começava a cortar um pouquinho. Aí foi começando... Começando de baixo, das comunidades do Baixo. Depois foi subindo. Mas aí quando foi lá para 1980, 82, quando começou mesmo essa questão das bombas potentes, porque tinha alguns produtores que plantavam pouco, mas tinha alguns empresários que vinham da cidade e começaram a plantar. Com essa vinda dos empresários foi que começou a afetar mais, os grandes produtores. Aí começou aquela guerra da energia. Eles, os grandes empresários, ligavam as bombas elétricas e os produtores daqui, os pequenos produtores, derrubavam os postes e as correntes elétricas. Era uma forma de defesa. Aí derrubava a energia, parava o motor, aí a água chegava para quem ficava do lado do **Baixo Salitre**. (Eliete Leite Paixão – Comunidade de Curral Novo – Juazeiro, 2021)

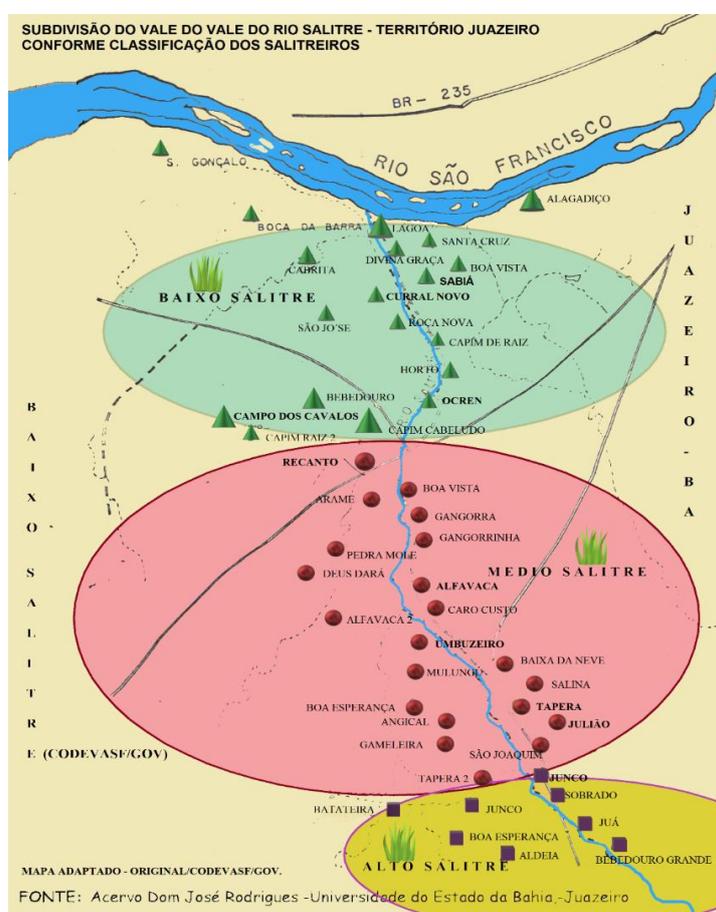
Em 2021, durante pesquisa de campo entre as comunidades de Ocren e Campo dos Cavalos, em companhia de Mineia Clara, discutíamos sobre as associações e seu papel na luta pela água, na perenização do rio e no assentamento dos salitreiros. Estes, há anos, aguardam os lotes prometidos pela CODEVASF como compensação pelas perdas territoriais e socioambientais resultantes das obras do projeto. Em um determinado momento de nossa conversa, fui, mais uma vez, surpreendido pela observação de que os salitreiros possuem uma classificação própria no contexto de suas relações com o lugar. A alusão a essa subdivisão surgiu quando questionei Mineia Clara sobre a formação e as atividades realizadas pela associação da comunidade de Alfavaca. Ela respondeu: "-- A Associação da Alfavaca é a Associação Comunitária Agrícola do médio Salitre." Surpreendido, questionei: -- *médio Salitre?! Mas, conforme a ANA, CODEVASF, INEMA e outros órgãos de gestão da BHS e do Projeto Salitre, aqui é baixo Salitre.*

Mineia Clara, concordando com as informações que utilizei para contextualizar minhas indagações, respondeu: -- "*Não! É que aqui a gente criou outra divisão de baixo, médio e alto Salitre*". O médio Salitre, conforme Minéia, é considerado do Junco até o Campos Cavalos. O baixo se estende do Campos dos Cavalos para baixo, até onde o rio Salitre deságua. Indaguei, então, sobre os limites e delimitações do alto Salitre, segundo a classificação dos salitreiros, e ouvi que "*Alto é do Junco para cima, do Junco até chegar*

para o Sargento”. Preocupada em me situar na complexidade que envolve essa subdivisão, ela prosseguiu, explicando:

É porque o salitreiro, ele dividiu o salitre de Juazeiro entre Alto, Médio e Baixo Salitre. E aí, já para o Comitê de Bacia, nós estamos todos no Baixo Salitre. E é muito interessante quando a gente vai para a reunião do Comitê que eu coloco isso. O povo do salitre soube se dividir, Alto, Médio e Baixo. (Mineia Clara – comunidade de Ocren e Campos dos Cavalos, 2021)

Solicitei à Mineia que fornecesse mais detalhes sobre a divisão territorial local, e ela prontamente o fez: -- “O Médio Salitre é considerado do Junco até ali, em Campos dos Cavalos. O Baixo é do Campos dos Cavalos para baixo, seguindo em direção à foz, até Sabiá”. Inquiri, novamente: e o Alto Salitre, Mineia, onde fica? Ao que ela, sem hesitação, respondeu: -- “O Alto é do Junco para cima. Do Junco até chegar no Sargento (Passagem do Sargento)”. Ela também explicou que essa divisão ocorre “porque os salitreiros dessas comunidades decidiram subdividir o vale do Salitre, na parte de Juazeiro, em alto, médio e baixo Salitre, para se organizarem na luta”.



Adaptado por Renato Nascimento

Dona Eliete, alguns dias antes da caminhada etnográfica com Mineia Clara entre as comunidades de Ocren e Campos dos Cavalos, também me explicou essa segmentação. Ela enfatizou que a subdivisão surgiu das lutas dos salitreiros contra o assoreamento do rio, dos abusos dos grandes produtores que exploravam as águas a montante do rio na agricultura irrigada, além de ser uma reivindicação pelo assentamento dos agricultores impactados pelos efeitos do Projeto Salitre em lotes agrícolas prometidos pela CODEVASF.

Aqui chamamos de alto Salitre a Goiabeira, Pau Preto... aquelas localidades do Junco para cima.

São três “Alto Salitres”. Isso é tão complicado que quando a gente entrou na UAVS, a gente mandou fazer uma logamarca e a gente teve que fazer 3 bonequinhos: o médio, o baixo e o alto. O Baixo Salitre também está dividido em 3 partes: o baixo, o médio e alto Salitre. A gente tem da Barrinha de Conceição até aqui, em Campos dos Cavalos. Essa parte a gente chama de baixo Salitre. Dos Campos dos Cavalos até chegar em Junco a gente chama de médio Salitre – Alfavaca, Tapera faz parte do médio. Aí, lá pra cima até chegar em Passagem do Sargento a gente diz que é o alto, do Junco pra lá. (Eliete Leite Paixão, comunidade de Curral Novo, 2021)

Mineia Clara, durante uma conversa compartilhada em um encontro que tivemos com Dona Eliete na comunidade de Curral Novo, também contextualizou, por meio de suas narrativas sobre a subdivisão do Vale concebida pelos salitreiros, esses momentos de luta. Ela buscou explicar, à sua maneira, os elementos e acontecimentos que, combinados, deram forma e significado a essa subdivisão local, salientando os conflitos por água ocorridos na década de 1984, os quais resultaram nas já mencionadas mortes de dois grandes produtores:

Aqui no Baixo Salitre, quando os homens entraram na comunidade, em 1984, eu só era uma menina, lembro que eu só via as marcas de sangue espalhadas no chão. Eu viajava em um pau de arara, eu tenho essa lembrança. Acho que eu tinha uns 6 anos, 6 para 7 anos. Eu passei e vi que teve a morte dos empresários que haviam saído de Juazeiro, dizendo que iam matar no Salitre. Eles plantavam melão, eram empresários e plantavam aqui mais acima. Para molhar as plantações de melão eles acabavam sugando toda a água, deixando o povo sem nada, sem água. Só que quando foi o enfrentamento de frente, eles acabaram morrendo. Nesse dia os homens tomaram a frente. Ficamos com fama de cangaceiro, acho que você conhece essa história. (Mineia Clara, Curral Novo, 2021)

Mineia destacou que, para órgãos como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre (CBHS), do qual ela era vice-presidenta na ocasião dessa inserção ao campo, os

salitreiros que vivem na região localizada entre a comunidade de Junco e a foz são categorizados como salitreiros do baixo Salitre, conforme a definição do Estado. – *“E aí, quando vamos para as reuniões do Comitê, é muito interessante porque eu coloco isso. Aí eu digo que o povo do Salitre também soube se dividir em alto, médio e baixo, do jeito deles, né.”*.

As contextualizações produzidas por Dona Eliete e Mineia Clara em suas narrativas sobre a percepção dos salitreiros em relação à subdivisão do vale do Salitre revelam que as paisagens habitadas pelos salitreiros são conformadas pelo dinamismo dos processos históricos que os afetam. Esses processos, verificados na passagem do tempo, configuram circunstâncias relacionais decorrentes do encontro entre diversos elementos, vidas e eventos que atravessam gerações. Assim, política e culturalmente engajados, os salitreiros se mobilizam na criação e recriação de seus espaços, roças e caminhos, contribuindo para a construção de um projeto coletivo de mobilidade social, de luta e resistência. Essa ação coletiva foi, do ponto de vista das abordagens acionadas nesta tese, uma resposta ao contexto de violência administrada adotada e caracterizada por promessas não cumpridas, criação de falsas expectativas, desorganização e morosidade, além do já mencionado descaso planejado evidenciado pelo não cumprimento de promessas e reparação dos prejuízos territoriais e socioambientais causados pelo Estado no decorrer do longo processo de implementação do projeto.

Ao longo da pesquisa, outras narrativas conduziram-me à conclusão de que a subdivisão local surgiu no contexto das mobilizações sociais contra as intervenções do projeto. Apoiadas pela Diocese de Juazeiro e por seu Arcebispo, Dom José Rodrigues, essas mobilizações foram cruciais para conter, até onde foi possível, a investida desenvolvimentista sobre o território salitreiro que ganhou força especialmente a partir da década de 1980, quando também eclodiram intensos conflitos por água na região.

A luta dos salitreiros tem sido, ao longo de mais de seis décadas de intervenção estatal na gestão hídrica e no processo de implementação do projeto Salitre, um enfrentamento pelo direito de viver em seu território, estabelecendo relações sociais e atividades diárias necessárias à produção e reprodução das famílias locais, construção de suas identidades e, nas situações adversas, reorganização da vida cotidiana (Saquet, 2009). A luta dos salitreiros por lotes agrícolas, por exemplo, não constitui mera

reivindicação por um espaço no vale do Salitre. Trata-se de um grupo social que luta pelo direito de viver conforme suas tradições como agricultores em seu próprio território, que, conforme define Saquet, é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, sendo, portanto, fruto da dinâmica socioespacial (Ibid., p. 81). Em outras palavras, a luta é pela preservação de sua territorialidade, e para alcançar esse objetivo, eles se organizam em um movimento coletivo que aglutina elementos que compõem o território, ocupando-o, classificando-o, definindo-o, se auto-definindo e se identificando com seu ambiente biofísico.

Nesse sentido e em conformidade com o entendimento de Almeida sobre a territorialidade e os processos que a envolvem, a luta dos salitreiros e suas estratégias de ação e resistência funcionam como fatores de identificação, defesa e força (2004, p. 9), resultantes da produção de laços solidários e de ajuda mútua que informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes (ibid.).

A criação de uma subdivisão territorial local, em contraste com aquela definida pelo Estado, foi uma forma de organização territorial que tem funcionado para manter as comunidades unidas e mobilizadas para reparação das perdas materiais e imateriais. Portanto, o baixo Salitre, que se estende entre a comunidade de Junco e o ponto de confluência entre os rios Salitre e São Francisco, configura-se como um campo de ação e de fortes liames entre as famílias dos agricultores, que prosseguem defendendo direitos negados ou violados durante a implementação do projeto.

## CAPÍTULO IV

---

### 4. EXCLUIDOS DA TERRA E ATINGIDOS POR PROFUNDAS DESIGUALDADES: O FLUXO DO DESENVOLVIMENTO

#### 4.1. Arrendatários de suas próprias terras

Em dezembro de 2020, realizei uma visita ao povoado de Julião, acompanhado por Érica Daiane, ativista, jornalista, historiadora, professora e salitreira da comunidade de Tapera, situada nas proximidades de Julião. Daiane é autora de muitos e importantes trabalhos (2019; 2014; 2013; 2010), que tratam de questões que envolvem o vale do Salitre, como os históricos conflitos relacionados à água, muitos deles já abordados nesta tese.

Sem dúvida, esse foi o campo que mais me suscitou preocupações, medos e, ao mesmo tempo, curiosidade. Enfim, foi o campo que mais me impactou, *afetou* (Goldman, 2005). Havia quase um ano que lá não retornara, devido à pandemia de Covid-19, que, como em todo o país, assolava a região, gerando incertezas e impondo uma série de mudanças comportamentais e medidas de proteção à saúde, sobretudo o isolamento social, o qual me impediu, por certo tempo, de cumprir com a minha agenda de trabalho etnográfico. Destaco que meu retorno ao campo não foi uma ação imprudente. Além de seguir todos os protocolos médicos e sanitários recomendados, estava acompanhado por duas moradoras locais que me orientaram durante meus dias de pesquisa em meio à pandemia. Além de Érica Daiane, Minéia Clara, que também atua como agente de saúde local, acompanhou-me durante as caminhadas pelas comunidades do baixo Salitre. Ela mora na comunidade de Alfavaca, um pouco acima de Tapera, onde moram Érica Daiane, sua mãe, dona Maria, e seu filho, o pequeno Hudá.

No dia 15 de dezembro de 2020, cheguei à casa de Érica, às 07 horas da manhã, conforme tínhamos combinado dias antes. Na noite anterior, havia pernoitado em Juazeiro, onde fiquei hospedado por uma semana na casa de primos que, mesmo em um contexto pandêmico, muito gentilmente me acolheram, tornando minha estadia segura e confortável. Após cumprimentar as anfitriãs e tomar um café, eu e Érica partimos. Embora estivéssemos de carro, optamos por caminhar em alguns trechos, entre um

povoado e outro, buscando sentir o ambiente, perceber e interagir com o lugar e suas paisagens, assim como com sua população.

Ao alcançarmos o povoado de Julião, localizado entre as comunidades de Junco e Tapera, deparamo-nos com duas roças onde alguns agricultores estavam em atividade. Decidimos nos aproximar e com eles interagir. Em uma das roças, um dos agricultores, originário de Cabrobó, Pernambuco, estava arando a terra para o plantio de cebolas, pimentão e feijão. Erica Daiane aproximou-se e perguntou se ele poderia conversar conosco por alguns minutos. Apresentando-me como pesquisador da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), compartilhei informações sobre o propósito da pesquisa. Após ouvir atentamente, o agricultor concordou em conversar.

Na segunda roça, uma dupla de agricultores com idades variadas, compreendendo faixas etárias entre 30 e 60 anos, envolvia-se nas atividades agrícolas. O mais experiente, Seu Josimar Silva Neto, de 60 anos, com quem Erica Daine estabeleceu contato inicial, demonstrou uma notável disposição para o diálogo, ou "prosa", termo nativo utilizado para descrever conversas descontraídas nos momentos de folga. Por meio dos seus traços faciais, podia-se antever as linhas das histórias tantas vezes compartilhadas por outros salitreiros durante minhas incursões pelo extenso e sinuoso vale do Salitre. Suas narrativas, de maneira peculiar, evocaram lembranças do meu avô materno, também salitreiro. Na sequência de um severo período de seca que assolou a região Nordeste, entre 1930 e 1932, ele decidiu migrar do município de Cabrobó (PE), onde morava, para o vale do Salitre. Ainda muito jovem, se estabeleceu na comunidade de Passagem do Sargento, localizada na divisa entre os municípios de Juazeiro e Campo Formoso, acompanhado de sua mãe, minha bisavó, e uma tia.

Nesse encontro etnográfico, pude observar, mais uma vez, como as histórias individuais e familiares estão intrinsecamente entrelaçadas com o contexto mais amplo do vale do Salitre. A narrativa de Seu Josimar ressoou não apenas como um relato individual, mas, como observado acima, como uma linha que, se movimentando ao longo do tempo, segue despertando vivências em diferentes gerações, revelando as complexas dinâmicas culturais e históricas que conformam as identidades das pessoas, das

comunidades e do próprio vale. Assim, o diálogo com Seu Josimar não apenas orientou meu entendimento etnográfico do campo, mas também ressaltou a importância da continuidade das experiências e das histórias na tessitura do tecido social do contexto local. A narrativa do agricultor, como a de tantos outros que ali habitam, possuía suas peculiaridades, e ele não hesitou em compartilhá-las.

Ele migrou de Cabrobó para o vale do Salitre com a intenção de trabalhar no perímetro irrigado do projeto, mas, como isso não se concretizou, acabou trabalhando em roças da região como *meeiro*. O *meeiro*, como é sabido, é o agricultor que aluga uma parte de terra ao proprietário para cultivar produtos de subsistência, remunerando o aluguel com 50% da produção agrícola obtida (Barros, 2018). Trabalhar de “meia” significa, na prática, dividir com o proprietário da terra os resultados da produção, sem que este tenha despesas com a mão de obra e, em muitos casos, com os insumos agrícolas, como sementes, produtos químicos e mecânicos. Dezembro é mês de invernada na região, e os dois agricultores estavam *preparando* a terra para plantar cebolas, pimentão e feijão. A roça, de três hectares, havia sido dividida em duas partes, uma para plantar feijão e outra para plantar pimentão e cebolas.

*"Essa terra -- avisa-nos o agricultor-- é arrendada, não é nossa. Somos meeiro".* Ou seja, trabalham em terra alheia. Meu pai, que mora na comunidade de Baixinha, médio Salitre, e que naquele período também plantava feijão em uma pequena roça, contou-me, dias antes, que, quando adolescente, *“trabalhara de meia”* em muitas roças de parentes e fazendeiros da região. Foi assim que ele juntou dinheiro para, em 1960, migrar para São Paulo, onde permaneceu por dois anos, retornando para o Salitre em 1962. *“Aqui -- disse meu pai --, todo mundo tinha roça, mas nas invernadas muitos iam trabalhar em terras arrendadas ou de meia, lá para dentro dessas caatingas”*.

Os contratos de arrendamento de terras no vale do Salitre são, assim como em todo o território brasileiro, uma prática antiga. Assim foram sendo formadas as comunidades do vale. E continua recorrente em todo o território brasileiro. Nesse tipo de contrato, o arrendador, que normalmente possui muitas terras, aluga sua propriedade, ou parte dela, para outro ou outros produtores, normalmente trabalhadores da agricultura familiar sem terra própria para cultivar. O contrato, em geral celebrado informalmente,

portanto apalavrado, pode ser de meia ou pagamento de um valor estipulado, a depender da produção ou dos lucros com a venda do que foi produzido. Trata-se de um tipo de contrato e de relação com a terra que vêm ganhando expressão como mecanismos de acesso à terra no país, observam Guedes e Cazella (2018, p. 104).

No contexto das questões suscitadas levantadas nesta pesquisa, o arrendamento de terra e o trabalho de meia no vale do Salitre caracterizam-se como claros exemplos de descaso planejado. Vítimas dos efeitos e das promessas desenvolvimentistas do projeto, os salitreiros esperaram por mais de seis décadas pelas recompensas do empreendimento, que incluíam, além da perenização do rio Salitre, a “distribuição” de lotes agrícolas para aqueles residentes nas comunidades diretamente atingidas.

Entre os anos de 1995 e 1997, o Consórcio JP-ENKO-TAHAL, em parceria com a CODEVASF, chegou mesmo a realizar um levantamento para elaboração dos planos de assentamento dos irrigantes (agricultores familiares) e reassentamento das populações atingidas pelas obras do Projeto Básico de Irrigação do Salitre. Sobre esses dois planos, os salitreiros nunca ouviram falar, muito menos sobre seus objetivos de assentar e reassentar os agricultores locais. A retórica desenvolvimentista do Estado, no entanto, criou uma visão distorcida no imaginário dos salitreiros, sugerindo uma realidade que ainda não se materializou: a de que todos os salitreiros afetados pelas obras do projeto seriam contemplados com lotes agrícolas. Essa possibilidade frustrada está também alinhada com a noção de violência administrada concebida por Parry Scott (2009), uma vez que os moradores do vale foram envolvidos em um conjunto de práticas que impactaram, negativamente, suas vidas por um longo período, ao longo das diversas etapas de estudos e planejamento para a implantação do projeto, além de discursos que prometiam melhorias na qualidade de vida, variáveis de acordo com o contexto político e econômico do país, mas sempre fundamentadas na ideia da tecnologia eficiente da modernidade ocidental. A expectativa dos salitreiros em relação aos benefícios do projeto desponta entre os anos de 1960 e 1966, período em que foram realizados os primeiros estudos de viabilidade hídrica e dos solos da região para a implantação da agricultura irrigada em grande escala. Foi nesse período, conforme recordação de Dona Beta, agricultora e liderança da comunidade de Bebida, que chegaram ao Salitre “*um monte de estrangeiros falando francês, inglês, japonês..., um monte de línguas diferentes*”.

O agricultor Josimar, arrendatário do povoado de Julião, não compartilha com os salitreiros a experiência de ter esperado longos anos pelos benefícios e retribuições prometidos pelos gestores do projeto. Ele chegou muito recentemente ao vale, migrando do município de Cabrobó, Pernambuco, como já referido, para trabalhar no perímetro irrigado, inaugurado em 2010, como empregado dos grandes produtores que foram contemplados com os lotes agrícolas, anteriormente prometidos aos moradores locais. Josimar já chegou sem a propriedade da terra. Os salitreiros, por outro lado, perderam o livre acesso que tinham às terras do Salitre para o "desenvolvimento". Antes, praticavam o que chamam de *posse seca*, ou seja, pastagem de animais e cultivo de pequenas roças durante o período de invernada em terras fora das margens do rio Salitre, no interior da caatinga, onde, naquela época, só era possível cultivar com as águas da chuva. Atualmente, as terras onde os salitreiros praticavam a posse seca abrigam os lotes agrícolas com um sofisticado sistema de irrigação, onde, na maioria dos casos, os salitreiros só podem entrar como funcionários ou com autorização prévia de seus proprietários.

Essas terras eram cobertas por uma vegetação nativa símbolo da região, como o umbuzeiro e o pé de umburana, que lhes asseguravam, tradicionalmente, os remédios que curavam as doenças que afetavam a saúde local. Com o "desenvolvimento", essa vegetação foi suprimida e suas madeiras queimadas, conforme descrito na Parte II desta tese. Mas, não obstante o agricultor de Julião tenha chegado à região mais recentemente, isso não significa que não tenha também sido vítima da violência administrada e do descaso planejado que envolveram as várias etapas de implementação do projeto. Assim como os agricultores locais, ele também foi excluído do processo licitatório para aquisição de lotes agrícolas em 2010, pois também não se enquadrava nos critérios estabelecidos pela CODEVASF, por meio de edital específico para ter acesso à terra.

Assim como Josimar, os salitreiros nativos também arrendam terras alheias ou vendem sua mão de obra para os empresários do perímetro irrigado do projeto. Trata-se do que Guedes e Cazella (2019) definem como uma estratégia de reprodução social associada ao ciclo de vida de parcelas de agricultores, tanto daqueles que arrendam terras de terceiros quanto dos que cedem as suas terras para terceiros (p. 1250-1253). É o que

Meyer Fortes (1974) denominou de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico para referir à sequência regular de mudanças durante o ciclo que culmina com a dissolução da unidade original e com a sua substituição por uma ou mais unidades do mesmo tipo. Segundo Welch (1999), esse tipo de contrato é uma maneira de os camponeses permanecerem na terra, mesmo sem a possuírem (apud. Welch *et al*, 2014). Os salitreiros, diante das condições impostas pelo projeto Salitre ao longo do seu moroso processo de implantação, encontraram no arrendamento e na relação de meia na produção agrícola de subsistência possibilidades de permanência no território em que tradicionalmente vivem e trabalham.

Essas experiências podem ser observadas nas negociações, estratégias de adaptação às mudanças impostas por fatores externos, na superação e organização social dos atores sociais diante daqueles que os oprimem. Tais estratégias têm como finalidade, conforme argumenta Scott (2009, p. 09), assegurar um espaço para que aqueles afetados por grandes projetos retomem suas vidas diante das novas situações no ambiente negativamente transformado. No Salitre, além do arrendamento de terra, observa-se uma extraordinária diversidade de atividades praticadas por homens e mulheres pobres, adultos e crianças, a exemplo de fabricação de doces e geleias de frutas nativas, como o tamarindo e o umbu; produção de tecidos bordados comercializados por encomenda nas próprias comunidades; venda de produtos extraídos das roças, como aipim, abóbora, feijão, maxixe, etc. Normalmente, essas atividades complementam as principais fontes de renda das famílias.

O agricultor que cultivava feijão e preparava uma parte da terra para o cultivo de pimentões e cebolas em terras arrendadas na comunidade de Julião, nos explica como a relação entre as partes envolvidas no contrato, o proprietário e o arrendatário, é estabelecida. O arrendador, dono da terra, pode ficar com 10% ou até 50% do que for produzido pelo arrendatário, dependendo muito do grau de camaradagem entre as partes. "*O que tirar daqui fica 10% ou 50% para ele, o dono da roça*", diz o agricultor Josimar. Pergunto-lhe sobre como seria esse acordo caso a produção não seja favorável ou toda a produção seja perdida devido às intempéries da região, ao que o agricultor responde com um sorriso desolador de quem, há poucos dias, perdeu uma plantação em outra roça que margeia o rio, por força de uma forte tempestade e alagamento da área cultivada: "se

*acontecer algo assim, se não tiver produção, perdem nós dois, mas principalmente eu, que arrendou a terra”.*

A roça arrendada por Josimar, onde ele arava a terra para cultivar feijão, pimentão e cebolas, inicia-se às margens da estrada que liga as comunidades de Tapera e Junco, descendo até as margens do rio Salitre e envolvendo uma área de três hectares. Atualmente, todas as roças no vale do Rio Salitre estão irrigadas, utilizando maquinários hidráulicos para levar a água do rio até as lavouras, inclusive as dos pequenos agricultores locais. As terras cultivadas por esses agricultores não fazem parte do perímetro irrigado, nem compõem os lotes agrícolas do projeto Salitre, tampouco foram redistribuídas pelos planejadores e executores do projeto como forma de reparação pelos danos e perdas causados aos salitreiros, conforme anunciado ao longo de mais de cinco décadas. São terras adquiridas ou ocupadas tradicionalmente, utilizadas para suas atividades produtivas e não integradas ao perímetro irrigado.

Atualmente, a maior parte das terras no vale do rio Salitre pertence a pessoas que não são da região. Muitos salitreiros, seduzidos com o discurso do desenvolvimento e com as ofertas aparentemente generosas e honestas feitas por empresários externos, venderam suas terras e hoje vivem do arrendamento ou do trabalho de meia, quando não exclusivamente de aposentadorias e benefícios públicos. É o caso de Seu Rogaciano, agricultor da comunidade de Umbuzeiro, baixo Salitre, a jusante do rio, entre as comunidades de Tapera e Campos dos Cavalos.

Seu Rogaciano foi uma das principais lideranças do vale entre as décadas de 1980 e 1990, sendo responsável pela fundação de muitas das associações que ainda hoje atuam na região. Em 2022, estive na comunidade de Umbuzeiro, desenvolvendo trabalho de campo na companhia de João Vitor, filho da já referida Mineia Clara, moradora da comunidade de Alvacaca e importante colaboradora nesta pesquisa. Naquela ocasião, Seu Rogaciano relatou haver fundado diversas associações nas comunidades para organizar a luta dos salitreiros: *“Fundei várias associações para organizar a mobilização dos agricultores. Uma delas é a de Alvacaca, que fundamos... nem me lembro mais em que ano foi. O avô dele (referindo-se ao meu acompanhante, João Vitor) também participou. Muita gente já morreu... e eu, graças a Deus, ainda estou aqui”.*

O agricultor, em tom de lamentação, destacou que *"o pessoal foi se afastando"*. Segundo ele, os salitreiros começaram a se distanciar das associações principalmente devido ao não cumprimento das promessas feitas pela CODEVASF sobre a distribuição de lotes agrícolas para os associados. Esse afastamento coincidiu com o ano em que Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente pela primeira vez, em 2003: *"Aí que o Lula foi eleito. Aí botou o Ciro Gomes como ministro, com quem eu estive. Foi em um helicóptero bem aqui, dentro do Projeto Salitre"*. Naquele dia, contou Seu Rogaciano, *"entreguei a ele uma carta pedindo para alocar o pessoal do Salitre nos lotes"*. O então Ministro da Integração Nacional do governo Lula, em conformidade com as práticas estatais que orientam situações de descaso planejado e violência administrada sobre populações afetadas por grandes projetos de desenvolvimento, solicitou ao agricultor que aguardasse, assegurando-lhe que daria prioridade àquela situação. *"Ele me disse para não me preocupar, pois incluiria na agenda dele. Seria uma prioridade. Está bem... fiquei aqui esperando, e nada aconteceu"*. – *"O que ocorreu?"*, indaga-nos seu Rogaciano, que responde, prontamente: *"O governo do Seu Lula terminou, entrou outro, e nada foi realizado"*. Eles, meu filho, *"enganaram todo mundo de novo"*, lamentou, indignado, seu Rogaciano.

Entre a sua comunidade e Campos dos Cavalos, conforme nos relatou, apenas um morador foi contemplado com um lote agrícola. A promessa era diferente, adverte o agricultor: *"todos os salitreiros associados receberiam lotes. E muitas pessoas se associaram para garantir o lote. Isso aqui vivia cheio de gente associada. Aqui mesmo, seu Lula só deu um lote para um rapaz, daqui de Campos dos Cavalos. O restante, que recebeu os lotes, eram todos empresários, todos de fora. Tudo o que você vê aí são propriedades de empresários"*.

Prometeram a seu Rogaciano um lote agrícola, mas sob a condição de que ele vendesse parte de suas terras para a instalação do perímetro irrigado. À época, recorda-se, *"queriam me dar um lote, mas a CODEVASF queria comer 31 hectares de minhas terras... e comeram ali 31 hectares da minha terra"*. Ironizando a situação de perda e violência à qual foi submetido, o agricultor afirma que o indenizaram pagando um valor absurdamente inferior ao valor de mercado: *"E eles me indenizaram, me pagaram por 31"*

*hectares... Pagaram 200 e poucos reais o hectare. Na época estavam vendendo por 6.000 o hectare, a CODEVASF. Eles compravam por 200 reais o hectare e vendiam por esse valor”.*

O Estado, por meio de suas agências, atua para promover seus programas de desenvolvimento a qualquer custo, o que implica no uso descomedido de sua autoridade. A ação estatal ocorre, nesse contexto, por meio da prática excessiva da violência, sobretudo simbólica, que assume diferentes formas conforme os interesses estatais sobre determinado território. Resguardado pelo monopólio legal da violência (Weber, 1982), a ação do Estado e das agências que o representam ocorre ao abrigo de um aparente processo de autolegitimação, cuja finalidade é acionar a lógica territorial do desenvolvimentismo capitalista ocidental. Essa lógica chega às comunidades, como as do vale do rio Salitre, impondo aos habitantes uma falsa visão tecnologicamente eficiente e moderna, como já salientado, que os sujeita a todo tipo de violência.

Durante minhas inserções no campo, foi comum ouvir dos salitreiros narrativas que deixam claras as estratégias do Estado para desconstruir os seus direitos territoriais. A prática de impor às populações atingidas a venda de suas propriedades por valores irrisórios é uma forma costumeira de exploração agrária por parte do Estado sobre as populações habitantes em áreas atrativas para a implantação de grandes projetos de desenvolvimento, gerando efeitos e danos culturais e socioambientais que permanecem por toda a vida.

Odnei, agricultor salitreiro que trabalhava no povoado de Julião durante minha visita ao local em companhia de Erica Daiane, em dezembro de 2020, compartilhou sua experiência sobre a atuação da CODEVASF na desapropriação das terras onde residia com sua família. Ele relatou: *"Eles chegaram, vieram aqui na terra, era a CODEVASF. Ela chegou, drenou, fez um dreno e não indenizou ninguém. Dali para cima, onde era Hamilton, essas áreas nunca foram indenizadas. Eles tomaram conta de tudo”*. De acordo com o interlocutor, a CODEVASF havia indenizado algumas famílias que possuíam roças ou residências na área de implantação do perímetro irrigado. Contudo, as terras consideradas pela empresa estatal como tecnicamente impróprias para a atividade agrícola, eram excluídas da relação de terras passíveis de indenização: *"Eles vinham*

*indenizando, mas quando chegaram aqui e viram que a terra tinha muitas pedras e era inviável para a agricultura, só fizeram o serviço, abriram o dreno", afirmou Odnei.*

A questão ligada à estratégia que, via de regra depreciou a qualidade agrícola das terras no perímetro irrigado do projeto, ocupadas e cultivadas pelas famílias salitreiras, remete-nos à análise de Andréa Zhouri (2012) sobre o discurso técnico-científico presentes nos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs). Esses documentos são apresentados como registros objetivos e inquestionáveis da realidade, conforme destacado por Lemos (1999, apud Zhouri, 2012). Zhouri ressalta que a estratégia, ao desempenhar o papel de instrumento para atribuir significado e impor ordem ao mundo, como exemplificada nos casos de construção de barragens, torna-se o mecanismo pelo qual ocorre a desqualificação e deslegitimação do cidadão comum, bem como das populações rurais e étnicas afetadas pelos projetos de infraestrutura (2012, p. 55).

Nesse cenário, a análise técnica que desqualificou as terras onde estavam localizadas as roças dos salitreiros da localidade de Julião, conforme declarações do agricultor Odinei, põe em prática as estratégias do Estado para, de maneira "legal" e fazendo uso do monopólio da violência de que dispõe, marginalizar as percepções e concepções das populações locais sobre o que constitui terras produtivas ou não-produtivas.

Essa aparente legalidade configura o que Parry Scott denomina "*práticas de construção de um campo de ação fundamentado na moralidade técnica durante a intervenção estatal em projetos de administração de água no Brasil*" (2022, p. 121). Conforme argumentado neste estudo, a moralidade técnica impõe uma distância polarizada entre a perspectiva do Estado e as perspectivas locais. Muitas vezes percebida pelos locais como uma forma de crença, decorrente de uma ilusão – a *illusio* faz dos jogos sociais algo tomado como evidente. Ela se liga as leis gerais que governam um campo e contempla tudo aquilo admitido como “sendo assim mesmo” (Bourdieu, 2007, p. 24) - que se apresenta como bem fundamentada, o Estado atribui a si mesmo o poder de organizar a vida social dessas populações ao impor-lhes estruturas cognitivas e consensos sobre o sentido do mundo, desqualificando e deslegitimando as suas tradições. Isso

demonstra que quando o conhecimento técnico dispõe de mecanismos de imposição, há uma propensão para desqualificar, criminalizar e excluir as comunidades atingidas que possam discordar da visão tecno-estatal.

Sob o manto de uma desenfreada modernização que quer se fazer passar simultaneamente por avanço social, proliferam-se e banalizam-se inúmeras formas de violência que acompanham o processo de desenvolvimento, correlatas aos processos de colonização, sobretudo no que tange a subjugação do Outro, a sua desqualificação epistêmica, ao silenciamento, enfim, das alternativas de ver, ser, fazer e dizer (Zhouri, 2014, p. 11-12).

A presença de promessas no discurso dos planejadores de grandes projetos busca criar uma visão desenvolvimentista otimista e que supostamente acena para o futuro (Scott, 2009, p. 94). Essas promessas atuam como dispositivos de esperança lançados sobre contextos vulneráveis e aflitos por melhorias, o que cria um *background* muito favorável à intervenção estatal. No entanto, subjacente ao otimismo há um processo de imposição de diagnósticos compulsórios para as situações e problemas que vão se apresentando, estrategicamente elaborados pelas agências, e com um receituário de soluções consideradas desejáveis. Portanto, sob a aparência bondosa da ajuda, o desenvolvimento se coloca como a resposta para todo tipo de desigualdades, injustiças sociais e desafios econômicos, produtivos e comerciais.

Durante o encontro realizado no povoado de Julião, Odnei expressou profunda desilusão em relação às promessas da CODEVASF de indenizar e reassentar os agricultores afetados pelo projeto em lotes agrícolas dentro do perímetro irrigado. Ele compartilhou sua frustração, destacando a forte ligação que ele, seu pai e irmãos têm com a terra, onde nasceram e foram criados, dedicando-se exclusivamente à criação de animais e cultivos de subsistência. Ele observa que durante o período de indenizações, a verdade veio à tona, uma vez que a CODEVASF indenizou conforme sua própria determinação, sem fornecer terras a ninguém, do que decorreu a apropriação total das terras. Ele rememorou esse acontecimento, situando-o aproximadamente em 1990.

“Eu, pai, meus irmãos, nascemos e nos criamos aqui. A gente não sabe fazer outra coisa na vida, só criar animais e plantar. Aí chega a CODEVASF... olha, na época das indenizações veio a verdade... indenizou pelo porte que quis, não dando terra para ninguém. Pegou a terra toda. Foi mais ou menos em 1990 (1990)”.

Aí chega numa área grande, como a que nós tínhamos aí, 113 hectares, indenizaram (*usa essa expressão no sentido de que a Codevasf não teria dado outra alternativa. Foi à força.*) toda. Não deixaram um lote para nós, nem um pedaço de terra. E nós ficamos aí, sem nada. Hoje não podemos nem vir para casa, pois fizeram esse dreno aí, não indenizaram as pessoas da parte de cá (*da região que margeia o rio Salitre*). Só chegaram aí e invadiram. (Odinei, povoado de Julião/Junco/Juazeiro, 2020)

## 4.2. Um projeto de desenvolvimento com vocação empresarial

Em 2005, o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, declarou publicamente que o Projeto Salitre, assim como o Baixio de Irecê -- uma área de 105 mil hectares, considerada o maior projeto de irrigação da América Latina e localizada entre os municípios de Xique-Xique e Iguaçú da Bahia –, possuíam “vocação empresarial” (BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005, p. 1001).

Parece-me um equívoco próprio de espíritos amesquinçados, que somos nós, empobrecidos, que fazemos a nossa agenda cada vez mais medíocre, mais mesquinha, descrentes de coisas grandes, que tenhamos que antagonizar a conclusão de Salitre e Baixio de Irecê com as obras de integração de bacia. Que tenhamos que antagonizar; não são vocês, eu disse que somos nós. Precisamos garantir que os projetos de Baixio de Irecê e Salitre — isso é responsabilidade minha, quase imediata — tenham que ser viabilizados e concluídos.

Por que foi zerado o orçamento fiscal? Porque estou compreendendo, articulado com o Governador Paulo Souto, que aqueles projetos têm fundamentalmente — estou até enfrentando certos conflitos, especialmente no Salitre, porque houve uma invasão e mandei retirar — vocação empresarial. Paulo Souto disse-me que a vocação daquilo é para a produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar. (Brasil – Câmara dos Deputados, 2005, p. 1001 - Fala do então Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes, em Audiência Pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados)

A declaração do então Ministro de Estado da Integração Nacional, proferida durante audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, respondia às provocações de deputados presentes. Assim, três anos após ter prometido ao agricultor Rogaciano colocar, em sua agenda, o repasse de lotes agrícolas aos agricultores das comunidades do vale do Salitre atingidos pelo projeto, o ministro defendia, alinhando-se ao então governador da Bahia Paulo Souto, "que a vocação daquilo (o projeto Salitre) é para a produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar", portanto vocação estritamente empresarial. Vale notar que desde 1972, a Agroindústrias do Vale do São Francisco S.A. – AGROVALE, explora o perímetro irrigado do projeto com a produção de cana, açúcar, etanol e bioeletricidade. Deputados presentes na audiência destacaram

que, em virtude dessa vocação, o rio Salitre, afluente do rio São Francisco, foi destruído pelos projetos de irrigação na região. O ministro concordou com essa avaliação, declarando que o rio morreu e ninguém fez nada (BRASIL – CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005, p. 40).

Até aqui, as situações às quais os agricultores do vale do Rio Salitre têm sido submetidos – e que temos caracterizado como descaso planejado e violência administrada, para evidenciar a insensibilidade do Estado diante dos dramas por eles vividos -- permitem identificar algumas das características mais singulares da acumulação primitiva tratada por Karl Marx, tais como a usurpação da terra comunal e os efeitos agudos da evolução da agricultura sobre as classes inferiores na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX (Marx, 1984, p. 270). Segundo Marx, *a propriedade privada, como antítese da propriedade social e coletiva, existe apenas onde os meios de trabalho e suas condições externas pertencem à pessoa privada* (ibid., p. 292). A declaração do então ministro sobre a vocação empresarial do projeto Salitre, a proletarianização da mão de obra dos agricultores locais, a expropriação de suas terras e as condições a eles impostas como arrendatários de suas próprias terras remetem a esta tese de Marx. Todas essas características, conforme defende Harvey (2004), permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias (p.121).

A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu. (Harvey, 2004, p. 121)

#### **4.3. “Salitreiros Mesmos”, “Salitreiros Migrantes”**

Seu Rogaciano não nasceu no Salitre, mas desde que, no início da década de 1980, deixou Salvador para morar no vale do Salitre, tornou-se um defensor das causas salitreiras. “*É um defensor do Salitre... Passou a defender o Salitre mais do que muitos*

*salitreiros, aqueles que nasceram aqui*", afirma Érica Daiane. Para defender o povo salitreiro, ele chegou a concorrer a uma vaga de vereador na câmara municipal de Juazeiro. Não foi eleito, mas não desistiu da luta. *"É aquela figura que sempre viveu dentro de uma roça, numa casinha, mas movimentava muito mesmo... mobilizava o povo do Salitre"*, completa Daiane.

Para os salitreiros, aqueles nascidos e criados no Salitre, Seu Rogaciano é um deles por haver se integrado *"à luta do povo do Salitre"*. Ele vive do que cultiva na roça, onde também está localizada a sua casa, na comunidade de Umbuzeiro. *"Na minha memória"*, recorda Erica Daine, *"é muito nítida a cena das reuniões, as associações das pessoas lá na frente, minha mãe que às vezes participava da diretoria, lembro de pessoas de mais referência, como Seu Rogaciano. Ele lutava mesmo"*. Erica, atualmente uma das lideranças mais importantes do baixo Salitre, adota uma perspectiva interacionista para definir Seu Rogaciano como salitreiro. O mesmo ocorre com outros moradores das comunidades que não são nativos do vale, tendo migrado em períodos de seca extrema, como foi o caso do meu avô materno, ou motivados pelas promessas do Grande Projeto Salitre de garantia de lotes agrícolas para os que lá residissem, e que, não tendo sido contemplados, decidiram permanecer no local.

Ele relatou que muitas famílias de fora chegavam e se afiliavam à associação que presidia, na expectativa de receber um lote de terra para cultivar lavoura de subsistência. -- *"Fundei a associação no Junco, foi a primeira associação que nós criamos... foi a Agrosal (Associação dos Agropecuaristas do Vale do Salitre). Depois, fundei várias associações por aqui, sendo que a última foi essa do Umbuzeiro, onde moro, em 1991, parece"*.

O agricultor recorda-se de ter lutado bastante para fundá-las, mobilizar os agricultores e cobrar das autoridades os reparos às perdas e a distribuição dos lotes agrícolas. Ele afirma: *"Mas, rapaz, eu lutei... Lutei com tanta gente, com a CODEVASF e políticos. Cheguei a ter aqui mais de 2.500 sócios, só aqui na associação de Umbuzeiro. E tudo por causa do projeto Salitre"*. Antes do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e das expectativas criadas pelo seu ministro da Integração, Seu Rogaciano disse ter conversado, pessoalmente, com Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil

entre os anos de 1995 a 2003. "*Conversei com ele mesmo sobre o Projeto Salitre. Ele me disse que eu não me preocupasse que ia ser alocado um pessoal para o Projeto Salitre... Aí ele saiu. Não lembro quem entrou (...). Não sei se foi o Itamar Franco... Mas sei que prometeu e não fez. Os outros também prometeram e não fizeram nada. E eu aguentando as pontas com esse povo aí querendo terra para plantar. Todo mundo esperando os lotes*".

O engajamento político e social de Seu Rogaciano com as comunidades do vale do Salitre transformou-o em salitreiro, ao contrário do agricultor que iniciou nossas discussões nesta seção, Seu Josimar, natural de Cabrobó/PE e que cultivava uma roça como meeiro. Ele não se identifica como salitreiro e não é reconhecido como tal pelos moradores locais. Falta-lhe o envolvimento, a interação e a disposição para a luta cotidiana dos salitreiros, características identificadas em Seu Rogaciano.

Essa distinção, vale observar, não se limita a uma qualidade própria à pertença incorporada pelos moradores do vale desde o seu nascimento. Trata-se, na verdade, de um processo contínuo de trajetórias, vivências e experiências que se entrelaçam ao longo das margens do rio Salitre. Pode-se considerar essa identidade como étnica, configurando-se como uma forma de interação social (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998). A identidade salitreira seria, nesse sentido, construída ao longo de um contínuo processo de interação sociocultural entre membros (nativos, insiders, salitreiros *mesmos*, aqueles nascidos no vale) e *outsiders* (os salitreiros de fora, os migrantes, mas envolvidos política e socialmente com as causas salitreiras), e validada nas ações recíprocas dos vários agentes sociais (ibid., p. 11), na luta cotidiana.

Em Julião, conforme nos relatou Josimar, a maioria dos produtores provém de outras regiões, são *outsiders*, oriundos principalmente de Pernambuco, a maioria dos quais do município de Cabrobó. Apontando para algumas roças situadas nas proximidades de onde estávamos, ele afirmou que todos que trabalhavam naquele dia eram "de fora". Indicando uma roça na qual também se avistava uma casa de alvenaria, alertou que ali morava o único agricultor nativo do Salitre, Seu Manoel Mendes, "*salitreiro mesmo*". Pouco antes, tínhamos conversado com o agricultor Givanildo Mendes, filho de Seu Manoel e morador do povoado.

Seu Manoel, conhecido como Neneu, "*salitreiro mesmo*" e com uma roça cultivada em Julião, não estava em casa durante esse dia de trabalho de campo. Então, conversamos com Givanildo Mendes, colega de infância de Erica Daiane e agricultor "*nascido e criado no Salitre*", um verdadeiro salitreiro, assim como Seu Manoel, conforme nos informou Josimar, o salitreiro que não é nativo da região.

Givanildo, acompanhado de seus dois filhos, estava removendo os destroços de uma antiga casa de taipa que desabara devido às fortes chuvas de dezembro de 2020. Mantendo o respeito à distância social recomendada pelas autoridades médicas, devido à pandemia da Covid-19, cumprimentamo-lo e iniciamos uma conversa sobre sua trajetória no vale, privilegiando as memórias relacionadas ao Projeto. O agricultor evocou suas lembranças, compartilhando os sofrimentos e decepções vivenciados por sua família e demais salitreiros do povoado de Julião desde o dia em que os agentes da CODEVASF estiveram lá, cadastrando os moradores e prometendo lotes agrícolas para todos: "*...vieram aqui e conversaram com meu pai, e disseram que todo mundo aqui ia ter direito a um lote. Aí até hoje espero por esse lote*".

Na realidade, a gente tentou ter acesso aos lotes. Porque foi assim, quando eles foram fazer vieram aqui e conversaram com meu pai e eles disseram que todo mundo aqui ia ter direito a um lote. Aí até hoje espero por esse lote. Mas, ninguém daqui foi contemplado com o lote. Acho que daqui só foi contemplado o Jean, que, na realidade, não é nem daqui. Ele é do Marruá. Acho que só foi ele. (Givanildo Mendes, povoado de Julião/Junco/Juazeiro, 2020)

A negligência do Estado em atender às demandas de assentamento e reassentamento das populações direta ou indiretamente afetadas pelas obras do projeto, torna-se evidente, de maneira sistemática, à medida que avançamos nas caminhadas e conversas com os interlocutores. Sejam eles de fora ou os "*salitreiros mesmo*". Essa negligência expõe, por sua vez, as diversas formas de violência vivenciadas pelas famílias e revela que o desenvolvimento capitalista não apenas se apoia, mas continua a depender da atuação do Estado.

A família de Seu Manoel "*é toda do Salitre*", conforme enfatiza seu filho Givanildo, que diz ter planos de comprar terras no baixo Salitre: -- "*Vontade tenho muita*

*de comprar umas terras por aqui, mas falta dinheiro. Tô trabalhando para comprar essa daqui*”, referindo-se à terra arrendada por Josimar, o agricultor pernambucano do município de Cabrobó. No entanto, por estarem localizadas nas proximidades do rio Salitre, no trecho que recebe água das adutoras do Projeto Salitrinho, as terras nesta região são caras e dificilmente acessíveis aos orçamentos dos pequenos produtores que, como estratégia de produção e reprodução social têm no contrato de arrendamento uma forma de permanecer na terra e expandir suas áreas de cultivo.

O Projeto de Irrigação Salitre foi oficialmente inaugurado em 1998, embora os estudos de viabilidade agrícola para sua implantação tenham sido concluídos e divulgados décadas antes, em 1966. Como vimos, trata-se de um projeto de desenvolvimento que surgiu no contexto de grandes investimentos por parte do governo federal, e voltado para a criação de perímetros de irrigação na região Nordeste (Sobel 2006; Ortega e Sobel, 2010; Joaquim, 2014; Martinez, 2016). Alinhado a um modelo de modernização agrícola conhecido na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, como Revolução Verde, o governo federal estabeleceu polos de empreendimentos desenvolvimentistas baseados na agricultura irrigada no Nordeste. Segundo Sobel (2006), o objetivo era introduzir um padrão moderno para a agricultura desenvolvida no interior da região (p. 2). Em 1968, no município de Petrolina (PE), região do submédio São Francisco, teve início o funcionamento do Projeto Bebedouro, pioneiro nesse modelo de produção agrícola e inaugurando, na região Nordeste, a prática da agricultura irrigada. Ortega e Sobel destacam que o Projeto Bebedouro, assim como o Projeto Mandacaru (BA), serviram como laboratórios para a análise da viabilidade econômica desses investimentos no semiárido (2010, p. 90).

Nathália de Fátima Joaquim (2014), que conduziu pesquisa sobre os agricultores do Projeto de Irrigação Bebedouro, observou que os colonos desse projeto de irrigação são cobrados pelas terras, que supostamente teriam sido doadas (p. 113). Os problemas e experiências vividos ali pelos agricultores durante o processo de implementação e desenvolvimento do projeto assemelham-se aos enfrentados pelos salitreiros até os dias atuais. Contudo, no que concerne ao Bebedouro, é a questão relacionada à "distribuição" de lotes que se destaca como problema central.

Em sua tese de doutoramento, na qual analisou as formas de gestão desenvolvidas pelos agricultores no Bebedouro, Joaquim destaca que a CODEVASF, embora praticasse a retórica do desenvolvimento inclusivo, que supostamente priorizava os pequenos produtores na aquisição dos lotes, promovendo e fortalecendo o desenvolvimento local (Carmo, 2010; Ortega; Sobel, 2010; Apud Nathalia, 2014, p. 113), tentou, efetivamente, limitar o acesso às terras pelos moradores locais (Nathalia, 2014, p. 113). A sua tese busca evidenciar as práticas acionadas pela CODEVASF em relação às expectativas geradas nos salitreiros de que todos os atingidos pelo Perímetro Agrícola do Projeto Salitre, como lembrou o agricultor Givanildo, seriam contemplados com um lote agrícola:

Nunca disseram, por que a gente não ganhou o lote. Daqui era para todo mundo ganhar lote. Na realidade, era todo mundo. (...). A expectativa era essa, todo mundo ganhar o lote. Foi tanto que nem venderam as terras por aí, preferiram os lotes. Mas aí... (...). Primeiro eles estiveram aqui, fizeram a lista de todo mundo, de todas as casas. Entraram de casa em casa. Aqui passou o pessoal da CODEVASF. (...). E no encontro com vocês (*sic*) diziam que vocês (*sic*) iriam receber os lotes. Porque vocês iram receber os lotes, segundo eles diziam.

Assim, a atenção deles era assim: se as pessoas não vendessem e quisessem lote, eles não pagavam. Então, meu pai disse: a gente prefere o lote, porque a gente tem família. Mas aí não veio o lote. (Givanildo Mendes, povoado de Julião/Junco/Juazeiro, 2020)

Na Parte II desta tese, a partir da análise que faço do Edital nº 18/2009, elaborado subitamente pela CODEVASF para regulamentar o processo de seleção para irrigantes familiares do projeto, discorro, de acordo com depoimentos dos agricultores e agricultoras do vale do rio Salitre, e considerando as ações movidas pelo sindicato rural e o Ministério Público da Bahia, sobre a exclusão da prioridade que lhes deveria ter sido concedida na licitação dos lotes. As restrições que lhes foram impostas para essa aquisição, expõe a preferência da estatal pelos grandes agricultores e empresas agrícolas, deixando claro que, para o Estado, o projeto tinha uma natureza predominantemente empresarial. Isso reitera a afirmação do ministro da Integração Nacional durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, que considerou o projeto Salitre, assim como o Baixio de Irecê, fundamentalmente orientados para atividades empresariais (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005, p. 101). Apesar de alguns interlocutores mencionarem que “dois ou três salitreiros” e alguns pequenos agricultores externos tenham sido contemplados com lotes no perímetro irrigado do

Projeto Salitre, constatou-se, em muitos casos, como também observado por Joaquim (2014) no projeto Bebedouro, extrema dificuldade para mantê-los e assegurar a produção.

Na primeira experiência de desenvolvimento da agricultura irrigada na região de Petrolina (PE) -- sede municipal ligada, por uma ponte, a Juazeiro, mas localizada no estado de Pernambuco --, em 1968, chegaram os pernambucanos que se juntaram aos salitreiros na luta e adoção de estratégias de resistência para permanecer no vale do rio. O agricultor Josimar Silva Neto, arrendatário de terras em Julião, assim como muitos pernambucanos que o precederam, levou para o Salitre a sua experiência com a agricultura irrigada, seguindo o modelo de modernização agrícola que caracterizou os primeiros perímetros irrigados do nordeste.

Além dos migrantes pernambucanos, é importante ressaltar que os japoneses, tal como já salientado, desempenharam um papel considerável na exploração da agricultura irrigada no vale. Eles introduziram as mesmas técnicas de irrigação utilizadas por seus parentes assentados no projeto Bebedouro, em Petrolina, muito antes da inauguração da primeira etapa do projeto Salitre, que somente ocorreu em 2010. De acordo com Martín Fabreau Martinez (2016), os japoneses começaram a explorar a região do Salitre a partir de 1974, destacando-se principalmente a família Hirata, uma das mais numerosas na área (Martinez, 2016, p. 149).

#### **4.4. Impedidos de participar do Projeto Salitre**

Assim como muitos salitreiros, Givanildo Mendes foi "impedido" de participar do processo de seleção de agricultores familiares para ocupação dos lotes agrícolas no perímetro irrigado devido às exigências estabelecidas pela CODEVASF, que definiu critérios que eles não tinham condições de preencher. Segundo depoimentos recentes de lideranças locais e declarações apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, em um Mandado de Segurança contra a CODEVASF, impetrado em 2009, o Edital elaborado era excludente e, além de violar o princípio da igualdade, também transgredia o princípio da moralidade administrativa, uma vez que os salitreiros, seduzidos pela retórica desenvolvimentista, historicamente lutaram pela implementação do projeto Salitre.

Foi com a integração do projeto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, durante o governo do presidente Lula da Silva, que a esperança de redenção dos salitreiros foi reavivada. As promessas proferidas pelos arautos do desenvolvimento por mais de cinco décadas, como o acesso à terra, água para irrigação, emprego e desenvolvimento econômico para todos, pareciam estar bastante próximas da concretização.

No Mandado de Segurança contra a CODEVASF, em 2009, como reação ao ato de publicação do edital de seleção de agricultores familiares para a ocupação de 255 lotes agrícolas no perímetro irrigado, observa-se o desalento dos salitreiros diante das situações de impedimento impostas à sua participação no processo “... *agora que o antigo sonho pode tornar-se real, vem à tona a realidade crua de que fatalmente passarão a servir de mão de obra barata para os proprietários de terras que virão de fora*” (STRJ-SJJ-BA-TRF1, Mandado de Segurança, 2009). Envolvidos compulsoriamente em um contexto anunciado de desenvolvimento na região do semiárido nordestino, no início da década de 1960, especialmente com a implantação do Projeto de Irrigação Bebedouro (1968, Petrolina/PE), e posteriormente com o Projeto de Irrigação Mandacaru (1971, Juazeiro/BA), ambos no submédio São Francisco, os salitreiros aspiram há mais de seis décadas viver na realidade mistificada pela retórica desenvolvimentista.

Sob a influência de poderosas agências, tais como o Banco Mundial, ONU/FAO, Consórcio JP-ENKO-TAHAL, CODEVASF e Banco do Nordeste, entre outras, que financiam e desempenham papéis fundamentais na gestão de projetos de grandes proporções -- um tema que será abordado com mais detalhes na Parte II desta pesquisa --, a retórica do desenvolvimento se constituiu em uma prática cultural de intervenção, desencadeando mudanças significativas nas paisagens do vale do Salitre. Essas mudanças têm impactado profundamente, como temos visto, a vida cotidiana de todos que habitam a região, seja de forma direta ou indireta. Dos grandes acontecimentos ocorridos no Salitre ao longo dos muitos anos do processo de implementação da modernização da agricultura e da produção em grande escala, dois, muito provavelmente, foram os que mais afetaram essas populações: (1) o assoreamento do rio Salitre e a conseqüente interrupção de seu fluxo d'água; (2) as situações de impedimento à seleção de agricultores familiares para

ocupação de 255 lotes agrícolas que, conforme pregavam o governo federal e a CODEVASF, seriam assegurados aos salitreiros atingidos pelas obras do empreendimento.



**PARTE II**  
**PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO SALITRE**  
**O “DESENVOLVIMENTO QUE SE DESENVOLVEM DEMAIS”**

## CAPITULO V

---

### 5. PROJETO SALITRE: DESENVOLVIMENTO DE DESCASO E EXCLUSÃO

Projetos de desenvolvimento com a estrutura e as pretensões do projeto Salitre envolvem uma ampla gama de interesses, e a mobilização de várias agências para a sua execução. Conforme mencionado anteriormente, as primeiras referências sobre o referido projeto estão registradas no relatório final do estudo realizado pela FAO em parceria com a SUDENE, publicado em 1966, intitulado "Estudos de reconhecimento dos recursos de água e solo" (FAO-SUDENE, 1966). Ele descreve a potencialidade da região para o desenvolvimento da agricultura irrigada e de todo o submédio São Francisco.

No texto de apresentação ao livro "Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales", de Arturo Escobar, (2010), Héctor Alimonda destaca que desde meados do século XX o desenvolvimento tem sido para os latino-americanos um fantasma que poderia colonizar a realidade, pois se instala em lugares de desejo em relação às esperanças e frustrações das pessoas (2010, pp. 10-12). Segundo Alimonda, nesse período, o desenvolvimento era uma espécie de panaceia universal que não apenas resolveria os problemas das populações pobres da América Latina, mas também diagnosticaria, para essas nações, os seus problemas. Era, afirma o autor, uma espécie de gramática geradora das caracterizações das nossas sociedades, um diagnóstico das situações e patologias, livro de receitas de soluções desejáveis (Ibid. p.10).

O projeto Salitre surge exatamente nesse contexto, no início dos anos 1960, quando políticas públicas de irrigação foram concebidas pelo governo militar para o desenvolvimento agrícola e a transformação da questão agrária no Brasil (Viana Junior, 2019). Portanto, o projeto é uma concepção da ditadura civil-militar e historicamente teve suas práticas nocivas disfarçadas pelo discurso do desenvolvimento e da benevolência. Mas que, na prática, sempre foi um poderoso instrumento da hegemonia ocidental, aparentemente definida como assimilação, mas, na realidade, almejando a dominação (Herzfeld, 2014, p. 149).

## 5.1. Os financiadores

Sob a ideologia desenvolvimentista ocidental, o projeto foi concebido no âmbito das políticas de desenvolvimento da agricultura irrigada, no vale do São Francisco, traçadas pelo governo federal, em 1946, e contando com o apoio financeiro e a orientação técnica de agências nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mesmo ano de 1946 o governo federal criou a Comissão do Vale do São Francisco (CVS) com o objetivo de elaborar e executar um plano de desenvolvimento integrado para a região. Subordinada à presidência da república, a CVS não alcançou as expectativas de desenvolvimento de seus idealizadores, que supunham que a Comissão criaria as condições necessárias para sustentar o crescimento econômico da região, por meio da irrigação, então considerada a condição econômica ideal para impulsionar o seu desenvolvimento. Todavia, as políticas de desenvolvimento da agricultura irrigada na região do VSF só foram suscitadas dezesseis anos após a criação da CVS (CODEVASF, 1991; 1982). Os primeiros estudos sobre a viabilidade agrícola foram realizados com a assistência do Bureau of Reclamation dos Estados Unidos da América do Norte. Dessa forma, o Vale do São Francisco tornou-se parte integrante da panaceia universal do desenvolvimento agrícola. Após a conclusão de apenas dois grandes projetos de desenvolvimento, a hidrelétrica de Paulo Afonso e a represa Três Marias, a CVS foi substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE).

Concebida em 1967, durante o auge dos organismos regionais no Brasil, a SUVALE foi o resultado de acordos e convênios firmados entre o governo brasileiro, a agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Bureau of Reclamation (BUREC). Após a realização de estudos sobre a viabilidade agrícola da região do vale do São Francisco, conforme recomendações da USAID/BUREC, teve início o processo de implementação dos projetos de irrigação. Assim, a SUVALE passou a investir em programas de estudos em nível de plano diretor e de viabilidade agrícola, seguindo as orientações dessas instituições internacionais de financiamento. Os primeiros

projetos executivos originados dessa intervenção financeira e ideológica internacional foram apontados no plano plurianual de irrigação (CODEVASF, 1991, p. 5). É importante destacar que nesse período, classificado como desenvolvimentista, a água foi tratada pelo Banco Mundial essencialmente como fonte de desenvolvimento, investindo e apoiando intensamente projetos de energia elétrica e irrigação em países periféricos (Scantiburgo, 2013). No entanto, conforme acentua João Marcio Pereira (2009), até o início dos anos 1960 o programa do Banco Mundial para a agricultura irrigada era modesto e fazia parte de sua ênfase em infraestrutura, resumindo-se a grandes projetos de irrigação e drenagem intensivos em capital (Pereira, 2009, p. 105).

Os estudos realizados sob a orientação e assistência do BUREC tinham, conforme registros em documento publicado pela CODEVASF (1980) sobre a participação da ONU e da FAO no desenvolvimento da agricultura irrigada no vale do São Francisco, qualidade de obras de planejamento global, caracterizando-se como o Primeiro Reconhecimento Geral do Vale (CODEVASF, 1980). Esses primeiros estudos apontaram a existência do grande potencial energético da região, destacando-se 80% no complexo Paulo Afonso, com 7 grandes obras, entre as quais a Barragem de Sobradinho, e o restante em mais 50 barragens nas zonas do médio e alto São Francisco (CODEVASF, 1980, p.5). Para o desenvolvimento da agricultura irrigada, o estudo identificou 26 áreas: Rio Grande, Correntina e Jequitaí; Verde-Jacaré e Rio Verde. Um fato importante desse estudo foi a recomendação da substituição da CVS pela SUVALE, criada pelo decreto-lei número 292 de 28.02 de 1967.

Em 1972, a empresa Development & Resource, contratada pelo ministério do Interior, elaborou um novo estudo de reconhecimento geral do vale, constatando que a SUVALE não havia realizado a construção das obras de irrigação previstas. Da mesma forma que ocorreu com o estudo empreendido pelo BUREC, o Development & Resource recomendou a reestruturação funcional da SUVALE, que argumentou "que não se podia construir sem a existência de projetos e o país em geral não contava com a experiência e o 'know-how' para prepará-los" (CODEVASF, 1980, p.4). Diante da falta de um projeto para a implementação da agricultura irrigada no vale do São Francisco, foi aprovada a ideia de consorciar empresas nacionais com estrangeiras para trazer ao país a tecnologia da irrigação (ibid.).

O estudo elaborado pela Development & Resource propôs, tal como ocorrido no estudo elaborado pelo BUREC, a reestruturação da instituição estatal. Assim, em 1974 foi criada a CODEVASF com a finalidade de promover "o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco [...], promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agropecuários." (Lei nº 6088, de 16 de julho de 1974).

Desse modo, foi-se construindo o campo de ação desenvolvimentista na região do vale do São Francisco, pautado no que Parry Scott (2022) designa moralidade técnica na intervenção estatal em projetos de administração de água no Brasil. Esse campo de ação, como espero ter resultado claro, constituiu-se em intervenções e imposições ideológicas e técnicas por parte das organizações regionais e as agências de fomento internacionais.

## **5.2. História e interpretações: impactos de um projeto de desenvolvimento**

A “história não é, pois, nunca a história, mas a história-para” (Vilella, 2004; Goldman, 1999), nos ensinou Lévi-Strauss. A história e suas narrativas, portanto, não devem ser compreendidas no sentido de uma mera sequência de eventos, datas e fatos, mas como a confluência de inúmeros processos que se verificam na passagem do tempo, sob a forma de registros duradouros de vidas e atividades passadas. Desse modo, compreende-se que as narrativas históricas correspondem às experiências de vida, às visões de mundo e aos objetivos da sociedade que os produzem.

Os processos históricos e seus registros, sejam sob a forma de narrativas locais ou documentos oficiais, contribuem para a compreensão de aspectos importantes sobre o modo como vivem as populações no contexto de suas culturas e sociedades. A abordagem histórica que se faz neste capítulo sobre os acontecimentos políticos e econômicos que envolveram os megaprojetos desenvolvimentistas no período pós-guerra, tanto nos planos internacional como nacional e regional, tem como propósito transcender a simples narrativa oficial dos acontecimentos. Esses eventos marcaram profundamente as vidas de uma população que, por mais de seis décadas, vem sofrendo os efeitos de uma violenta e injusta modernização historicamente administrada e assentada em um campo de ação

excludente, sustentada no descaso estratégica e ideologicamente planejado por seus idealizadores e executores.

Seguindo Lévi-Strauss, empega-se aqui a ideia da "história-para", ou seja, história que não é uma mera narrativa linear de eventos passados, normalmente relatada em conformidade com os interesses dos grupos dominantes e que se encontra consagrada e difundida em documentos oficiais, livros escolares e na mídia. A história oficial sobre o “Grandes Projeto Salitre” foi construída do mesmo modo como foi implementado o projeto no vale do rio Salitre, isto é, sem ouvir as populações atingidas, sem atentar para suas experiências e expectativas em relação ao grande empreendimento. Ao contrário, a história oficial sempre teve um propósito e uma finalidade específicas: anular as vozes das populações atingidas e, a qualquer custo (Scott, 2015), impulsionar a economia e os serviços públicos das nações capitalistas e industrializadas, financiadoras do “desenvolvimento” do Terceiro Mundo.

A sucessão de eventos históricos associada ao projeto Salitre e às populações que ainda hoje são afetadas por suas obras e pelas promessas nunca cumpridas, não é simplesmente um ponto isolado no tempo, mas uma linha (Ingold, 2022a; 2015b) envolvida em uma cadeia de acontecimentos que se combinam e se influenciam mutuamente. Assim, ao explorarmos as conexões entre os registros históricos e os desdobramentos do projeto, somos levados a reconhecer a lógica das relações entretecidas ao longo de mais de seis décadas.

Nesse sentido, as pessoas atingidas no vale do Salitre, o projeto e todos os demais agentes sociais mobilizados no campo de ação e negociação dos interesses do capital, assim como nos organismos e todos os elementos que compreendem o ambiente em que o projeto foi implementado, compõem um mundo aberto em transformação e constante movimento (Ingold, 2022,2015). Os eventos transcorridos nos sessenta anos de planejamento e execução do projeto são aqui concebidos como feixes abertos de linhas (Ibid.), representando um intrincado entrelaçamento de trajetórias que envolvem diferentes agentes. Essas linhas de vida são, por outro lado, atravessadas por um fluxo contínuo de materiais em um espaço dinâmico (Cardoso, 2016).

De maneira geral, o enfoque deste capítulo está voltado para o que comumente denominamos conhecimento histórico, *um conjunto de práticas objetivantes que procuram impor uma série de interpretações como fatos supostamente objetivos e indiscutíveis* (Villela, 2004, p.9). No entanto, é importante destacar que, nesta tese, essa abordagem vai além das interpretações dos autores consultados, quer sejam oficiais/estatais ou não. Isso implica não apenas refutar os fatos como supostamente objetivos e indiscutíveis, mas, sobretudo, explorar as nuances e perspectivas divergentes que permeiam a construção do entendimento histórico.

### **5.3. Na draga do desenvolvimento**

Este subcapítulo tem como objetivo principal realizar uma breve exposição sobre as atuações do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento -- mais conhecido como Banco Mundial (BIRD) -- e do Programa Aliança para o Progresso nas políticas desenvolvimentistas pós-guerra no Brasil, especialmente na região nordeste. Nesse contexto, o Banco Mundial, instituição financeira internacional ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1944, foi financiador e difusor da já referida Revolução Verde, processo que resultou na modernização de novas técnicas de produção agrícola em escala global. Desencadeado na segunda metade do século XX, esse processo alcançou os campos de cultivo do vale do rio Salitre nos últimos anos da década de 1970 e início dos anos 1980, impondo aos produtores locais a substituição dos modos de produção tradicionais então vigentes.

O Programa Aliança para o Progresso (ALPRO), estruturado de acordo com a teoria da modernização, é, neste estudo, compreendido como projeto político e econômico de intervenção e dominação externa dos Estados Unidos, sustentado no discurso da luta pela superação do subdesenvolvimento na América Latina. Seu lançamento, em 1961, impulsionou mudanças significativas no padrão e na quantidade de ajuda econômica norte-americana recebida pelo Brasil (Loureiro, 2020). Nesta tese pretende-se explorar algumas das questões associadas aos motivos subjacentes à criação e às ações posteriores do ALPRO, bem como sua participação na implementação de grandes projetos de desenvolvimento na região nordeste. Suscitar essas questões nos permitirá compreender a conjuntura política, econômica e ideológica na qual despontou o projeto de irrigação

Salitre, esboçado conforme o modelo capitalista de desenvolvimento implementado não apenas por essa agência, mas por diferentes instituições capitalistas ocidentais. Via de regra, essas instituições dissimulavam suas intenções intervencionistas de exploração e dominação, prometendo desenvolvimento econômico e social aos denominados países de Terceiro Mundo. Essas promessas incluíam, além da aceleração do crescimento econômico, o aumento da produção, do consumo e, conseqüentemente, a erradicação da pobreza por meio da promoção da modernização tecnológica e industrial.

Mineia Clara afirma, categoricamente, que o estado atual do Salitre é uma das muitas conseqüências dessa modernização que se intensificou, na região, a partir da década de 1980. Da sua perspectiva, a modernização agrícola, a "*famosa Revolução Verde*", ocorreu onde havia água, implantando e impondo o "*modelo devastador do agronegócio*". Sua crítica incide, especialmente, sobre o uso excessivo de insumos, uma das principais características das inovações tecnológicas da Revolução Verde no campo da agricultura. Destacando que essas práticas persistem no vale do rio Salitre, ela se queixa dos pequenos agricultores das comunidades que também empregam as inovações tecnológicas difundidas para aceleração da produção. E enfatiza que a *famosa Revolução Verde* priorizava locais onde havia água, pois, como destacado por João Márcio Mendes Pereira (2009), o emprego intensivo de fertilizantes químicos para melhorar a produção agrícola e aumentar a oferta de alimentos *requeriam uma hidrologia altamente favorável* (p.123), e o Banco Mundial, enfatiza Pereira, cumpriu um papel de pivô nesse processo (Ibid.).

Ela também observa que tanto os grandes produtores quanto os salitreiros começaram a utilizar agrotóxicos em suas plantações a partir da década de 1980. Nas roças de cultivo agrícola familiar, que também são irrigadas, tornou-se comum o uso de insumos químicos. Imposta aos pequenos agricultores da região pela Revolução Verde, essa prática prometia erradicar a fome e impulsionar o desenvolvimento local. Os efeitos, contudo, foram diametralmente opostos, com a ampliação da disparidade social e a exploração dos grandes produtores sobre os pequenos agricultores locais.

Foi por meio de um conjunto de estudos colaborativos entre organizações brasileiras e a FAO voltados para a tecnologia de agricultura irrigada na região nordeste,

que as práticas da Revolução Verde foram difundidas no Brasil. No final de março de 1959, o governo brasileiro solicitou auxílio ao Fundo Especial das Nações Unidas para desenvolver um levantamento abrangente dos recursos de terra e água na bacia do rio São Francisco, localizada na região semiárida do centro-nordeste do Brasil. O objetivo era planejar o desenvolvimento econômico da área por meio da irrigação em larga escala. Para a realização desse levantamento foi criado um Plano de Operação, assinado em 7 de outubro de 1960, no qual se determinava que ele deveria abranger toda a bacia, desde as partes médias até a inferior do rio São Francisco. Conduzido pela FAO em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ele incluía a região do vale do Salitre.

O segundo objetivo deste subcapítulo é apresentar o Projeto Salitre a partir de suas referências iniciais, remontando aos anos de 1959 e 1960. No primeiro caso, o governo federal e os governadores dos Estados que naquele período compunham a região Nordeste formalizaram a conclusão de um estudo liderado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, também conhecido como GTDN. Com o fim de reduzir as disparidades regionais, considerando-se a possibilidade real e iminente de surgimento de movimentos revolucionários no Nordeste, o GTDN foi coordenado pelo economista Celso Monteiro Furtado. O estudo daí resultante, que recebeu o título de "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", delineou, em linhas gerais, as políticas que, na perspectiva do GTND, seriam essenciais para promover o desenvolvimento econômico e social regional. Entre as propostas, destacava-se a defesa da elaboração de um plano de desenvolvimento de longo prazo. Em um contexto no qual o ALPRO infringia certos dispositivos constitucionais brasileiros, ao estabelecer convênios diretos com os governadores dos estados nordestinos, a proposta delegava a coordenação de todas as atividades às instituições e órgãos federais e estaduais atuantes na região nordestina.

Uma solicitação feita pelo governo brasileiro ao Fundo Especial das Nações Unidas, em dezembro de 1959, pretendia, conforme mencionado anteriormente, receber assistência da ONU para a realização de um levantamento detalhado dos recursos de terra e água disponíveis na bacia do rio São Francisco. O propósito era o provimento de uma base sólida para o planejamento do desenvolvimento econômico da região, especialmente por meio da implementação de um projeto de irrigação em larga escala. A importância

estratégica dessa iniciativa residia na maximização do aproveitamento dos recursos hídricos e terrestres disponíveis, promovendo, assim, o crescimento econômico sustentável na região (FAO, 1966).

Com a aprovação da referida solicitação pelo Conselho Diretor do Fundo Especial, no ano acima referido, a FAO foi designada como a agência executora do projeto. Esse passo, de grande importância para os estudos e o levantamento de dados na região do vale do rio São Francisco, só foi formalizado por meio de um Acordo Básico celebrado em 16 de setembro de 1960, abrangendo as operações do Fundo Especial no Brasil (ibid.). A decisão tomada pelo Conselho Diretor do Fundo Especial durante a sessão de dezembro de 1959 estabeleceu o caminho para a participação ativa da FAO no mencionado projeto.

Em 7 de outubro de 1960, foi assinado o já citado Plano de Operação. O governo do Brasil, por sua vez, oficializou a SUDENE — concebida pelo economista Caio Furtado como uma forma de intervenção estatal no nordeste para promover o seu desenvolvimento econômico — como órgão responsável pela contrapartida e contribuição financeira ao empreendimento. Durante os cinco anos seguintes, conforme registrado no Relatório da ONU/FAO de 1966, intitulado Levantamento da Bacia do Rio São Francisco, o plano de operação passou por duas revisões e duas alterações (ONU/FAO, 1966, p. 03).

Nas décadas iniciais após o fim da Segunda Guerra Mundial, um novo cenário econômico e político global emergiu, caracterizado pelo que ficou conhecido como o período desenvolvimentista. Seguindo os passos dos entusiastas do evolucionismo social do século XIX, o conceito de desenvolvimento, promovido pelas principais potências econômicas do período, retratava os países subjugados como "subdesenvolvidos" ou pertencentes ao "Terceiro Mundo", sob uma ótica colonial que os considerava, tal como referido, encapsulados em uma infância tecnológica (Herzfeld, 2014, p. 195).

Se por um lado a ascensão do projeto desenvolvimentista como uma questão internacional impulsionou, principalmente, a economia e os serviços públicos das nações capitalistas e industrializadas em níveis elevados de satisfação, por outro lado, as nações definidas como pertencentes ao Terceiro Mundo foram submetidas a um processo de desenvolvimento repleto de problemas e dependentes do capital das agências

internacionais. Com base em um pensamento predominante fortemente etnocêntrico, os ideais desenvolvimentistas estenderam-se das experiências históricas dos países capitalistas industrializados para o conjunto dos países dependentes (Pereira, 2009). O objetivo desse modelo de dominação claramente sugere uma tendência que se baseia na aplicação de padrões e conceitos ocidentais de modernização industrial e tecnológica em realidades amplamente diversas, refletindo formas particularmente predatórias de exploração e imposição de necessidades não reconhecidas localmente. Nesse contexto, os impactos de muitas ações que ocorrem sob o pretexto de desenvolvimento, como a espoliação dos recursos ambientais de comunidades afetadas direta e indiretamente e a ruptura de suas vidas (Herzfeld, 2014), são propositadamente negligenciados em documentos e declarações oficiais. De acordo com Flavio José Rocha da Silva, a ideia de desenvolvimento cumpre um ritual de promessas conforme as conveniências dos eventos oficiais: é uma promessa para o futuro que exige sacrifícios no presente (Silva, 2016).

Nos primeiros anos que sucederam ao pós-guerra, os investimentos nos programas desenvolvimentistas foram direcionados principalmente para infraestrutura física, incluindo a construção de barragens, usinas hidrelétricas, termoelétricas, estradas e ferrovias, além de projetos de irrigação e telecomunicações. Durante esse período, a água foi predominantemente considerada pelo Banco Mundial como uma fonte para a geração de energia elétrica e para a prática de irrigação (Scantimburgo, 2013, p.24). Inspirado fortemente pela ideologia ocidental de desenvolvimento econômico e social, esse período teve o Banco Mundial como uma de suas principais agências, concentrando-se, como destacado por André Luís Scantimburgo (2013) e Devesh Kapur (1997), no financiamento exclusivo da infraestrutura necessária para a promoção das novas relações capitalistas de produção, com uma atenção limitada, ou quase nula, para as questões socioambientais (p.23).

O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, conhecido como Polonoroeste e ativo entre 1981 e 1989, desempenhou papel importante na modificação das políticas socioambientais do Banco Mundial. Esse programa tinha como objetivo principal a construção de uma rodovia de 1.500 quilômetros entre a densamente povoada região centro-sul do Brasil e o noroeste da Amazônia, abrangendo os estados de Rondônia e Mato Grosso (Kapur, 1997, p. 638). O projeto consistia na construção de

acessos rodoviários nas extremidades da fronteira entre os dois estados, a revitalização de assentamentos agrícolas já existentes, o estabelecimento de novos assentamentos, a oferta de cuidados de saúde e a criação de reservas ecológicas e terras indígenas (Ibid.). Sendo a única fonte de financiamento estrangeira do programa, segundo Kapur, o Banco considerava o Polonoroeste uma inovação que proporcionaria uma atenção sem precedentes à mitigação dos efeitos adversos de projetos de desenvolvimento sobre o meio ambiente e as populações indígenas (ibid.).

Em seu estudo sobre os primeiros cinquenta anos do Banco Mundial como instituição promotora de grandes projetos de desenvolvimento, Devesh Kapur (1997) esclarece que, enquanto o governo brasileiro buscava o financiamento do Banco para a construção da rodovia, o banco, por sua vez, usava seus recursos para persuadir o governo a concordar com medidas que demonstrassem ao mundo como realizar um desenvolvimento sustentável em regiões de floresta tropical. Nesse âmbito de interesses bilaterais, organizações não governamentais (ONGs) e associações de antropólogos, no Brasil e nos Estados Unidos, exigiam que o Banco se comprometesse com a minimização e reparação dos impactos sociais negativos do programa, apontado como "o maior e mais desastroso envolvimento do Banco na colonização florestal nos trópicos" (ibid. p. 638). O Polonoroeste foi o caso mais extremo de devastação social e ambiental patrocinado pelo banco, reitera João Marcio Pereira (2009, p. 186). Portanto, a pressão sobre ele e sua inobservância a qualquer critério ambiental, em suas operações, ganhou força nos anos 1980, quando surgiram novas formas de luta social e se intensificaram as articulações entre populações atingidas, mediadores locais e ONGs internacionais ambientalistas e ligadas à defesa dos direitos humanos (Bruce Rich, 1994: 148-69, apud Pereira, 2009, 184).

O Brasil, reconhecido internacionalmente como um "milagreiro credor" e burocraticamente competente, foi capaz de constranger o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) a negar-lhe financiamento ao longo da década de 1970, conforme observado por Kapur (1997, p. 639). No entanto, em janeiro de 1985, devido à pressão e às intensas críticas de grupos ambientais nos Estados Unidos e no Brasil, juntamente com as demandas das ONGs para a suspensão do projeto e seu financiamento, e a atuação do Congresso dos Estados Unidos para reduzir suas contribuições ao Banco,

o BIRD vetou a aprovação de empréstimos para um projeto do governo brasileiro que era complementar ao Projeto Polonoroeste. Antes desse evento, o BIRD nunca havia negado financiamento ao Brasil, seu principal país acionista depois dos Estados Unidos, ressalta Pereira (2009, p. 187). No mesmo ano, cinco meses mais tarde, o governo brasileiro, ainda desfrutando de prestígio junto ao Banco, apresentou um Plano de Ação para lidar com os problemas, atestando que os colonos haviam sido removidos das reservas indígenas invadidas. Por cumprir uma de suas exigências, o Banco retomou os desembolsos dos empréstimos (Kapur, *Ibid.* p. 652).

É importante observar que, nos anos 1970, a preocupação do Banco Mundial com os recursos hídricos foi exclusivamente a fim de suprir as demandas de água necessárias para impulsionar a expansão da Revolução Verde. Essa preocupação foi materializada principalmente por meio da construção de barragens e sistemas de irrigação para atendimento às necessidades dos empreendimentos agrícolas. Não havia, conforme destaca Scantimburgo, uma clara preocupação com questões ambientais e, nesse contexto, a água foi considerada um recurso abundante, contrastando fortemente com o discurso adotado pelo Banco a partir da década de 1980 (*ibid.* p. 53), conforme pontuado anteriormente.

A atuação do Banco Mundial não se restringia a ser a agência internacional que emprestava dinheiro aos países pobres para viabilização de grandes projetos desenvolvimentistas, apresentados às comunidades que seriam diretamente atingidas sob o disfarce do vestido bondoso da “ajuda” (Herzfeld, 2014). A intervenção do Banco no desenvolvimento econômico dos países do denominado terceiro mundo era direto e estava, conforme aponta Herzfeld (2014), largamente dominada por preocupações de segurança e imposição de uma visão tecnologicamente eficiente. No comando do poder diretivo dos empréstimos e financiamentos do BIRD estava o governo americano que, preocupado em evitar o avanço da União Soviética sobre o ocidente, investia na garantia da presença capitalista nos países latinos, assim como em parte da Europa, contrapondo-se ao comunismo liderado pelos soviéticos. Em face dessa preocupação com a segurança, o governo americano priorizou as demandas do Brasil, alinhando-as com os objetivos da "Aliança para o Progresso", projeto político executado durante a presidência de John F. Kennedy (1961 a 1963). As ações da Aliança para o Progresso ambicionavam a

integração dos países da América, frente à ameaça soviética, nos planos político, econômico, social e cultural.

A América Latina, na visão do governo americano, havia se transformado em uma região perigosa para a expansão do comunismo, tendo em vista a suposta vulnerabilidade da região às revoluções sociais radicais (Betfuer, 2017). Em resposta a esse suposto “*perigo*”, John Kennedy embarcou em uma campanha de dominação amparada no disfarce e no discurso do apoio à democracia e à promoção do desenvolvimento econômico dos países pobres da América. O governo americano, como o principal credor do Brasil, desempenhou papel decisivo nas negociações (Loureiro, 2012, apud Viana Junio, 2020), comprometendo-se a trabalhar para a concessão de vultosas somas, através de empréstimos e envio de mantimentos, sob o argumento de melhorar a vida da população miserável e de afastar o “fantasma do comunismo” (Pinto, 1964, p. 3, apud Viana Junio, 2020, p.10).

O objetivo desse modelo de desenvolvimento imposto, conforme destacado por Flávio José Rocha da Silva (2016), não era, definitivamente, o bem-estar do maior número de pessoas, mas sim o incremento da produção em larga escala, a conformidade a um padrão de produção e consumo e, acima de tudo, a homogeneização dos grupos sociais afetados por um processo de “modernização” (p.172). O desenvolvimento agenciado pelo Banco Mundial, está claro, não era apenas um símbolo, mas um dos principais instrumentos da hegemonia ocidental disfarçada, tal como mencionado, como assimilação (Herzfeld, 2014).

O Banco Mundial impôs diretrizes específicas aos países de Terceiro Mundo, exigindo-lhes abertura do setor econômico que envolvia projetos de irrigação para a participação do capital privado e, conseqüentemente, a promoção da concepção da água como um bem econômico (Scantimburgo, 2012). Essa transformação implicou, substancialmente, em uma mudança na política global em relação ao papel da água no âmbito dos projetos de irrigação, refletindo uma crescente influência das ideias de mercado e uma abordagem mais orientada para o setor privado no âmbito do desenvolvimento global (Ibid., p. 237-238).

Em termos gerais, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os projetos financiados pelo Banco Mundial buscaram apoiar a disseminação das novas tecnologias que compunham a Revolução Verde. Isso foi produzido por meio da implementação de sistemas de irrigação, concessão de crédito e serviços de extensão. Além disso, houve um esforço para diversificar as práticas agrícolas, incluindo atividades correlatas, como agroindústrias, pecuária, pesca e o cultivo de árvores ou plantas perenes. Dedicaram-se a abordar os desafios da gestão de recursos naturais, como florestas e bacias hidrográficas, e a promover um equilíbrio regional por meio do desenvolvimento de áreas específicas.

No entanto, conforme observado por David Haley (2004), a Revolução Verde, não obstante a sua aparência benevolente, apresentou, ao lado do aumento da produção agrícola, consideráveis concentrações de riqueza no setor agrário e maiores níveis de dependência de insumos monopolizados por países localizados nas regiões Leste e Sudeste da Ásia (p. 110). A agricultura, juntamente com a produção de energia elétrica, liderava as operações de empréstimos do Banco Mundial no Sul da Ásia, representando, segundo Devesh Kapur (1997), cerca de 29% dos empréstimos cumulativos até o ano fiscal de 1990 (p. 351). Kapur acrescenta que,

[...] em termos gerais, os projetos do Banco nas últimas duas décadas (as duas décadas que antecederam 1997, ano de publicação de sua obra) procuraram apoiar a difusão de novas tecnologias (a chamada Revolução Verde) através da prestação de serviços de irrigação, crédito e extensão; diversificar a produção agrícola com atividades afins (agroindústrias, laticínios, pescas e culturas perenes ou arbóreas); e prestar atenção aos problemas de gestão de recursos (de florestas e bacias hidrográficas, por exemplo) e de equilíbrio regional (desenvolvimento regional). (1997, p. 351)

#### **5.4. Planejamento de descaso e violência**

De acordo com Arturo Escobar (2020), o desenvolvimento surgido da experiência específica da modernidade europeia e subordinando outras culturas e conhecimentos às pretensões de seus idealizadores e financiadores, configura-se como um sistema cultural.

O desenvolvimento é concebido como uma construção discursiva que resulta em uma série de dispositivos desenvolvimentistas, assim como em objetos e posições de sujeitos bastante específicos (Restrepo, 2018). Sob essa perspectiva, Michael Herzfeld (2014), ao compreender a intervenção desenvolvimentista como uma prática cultural,

destaca que ela chega aos países periféricos disfarçada no traje bondoso da "ajuda" (p. 194), ocultando seus objetivos de controle e perpetuando a imagem colonial de que as culturas tidas como periféricas permanecem aprisionadas numa infância tecnológica (ibid., p. 195).

Na esfera de atuação do desenvolvimento, onde se combinam complexas relações entre as visões do Estado e as perspectivas locais, é comum que os interesses dos gestores e planejadores do empreendimento prevaleçam. Eles são impulsionados pelos dispositivos desenvolvimentistas e suas agendas, que frequentemente chegam já preestabelecidas. Os agentes envolvidos na administração de grandes projetos operam, como já assinalado, com base na moralidade técnica do Estado e de seus financiadores, impondo uma perspectiva tecnologicamente eficiente e homogênea às populações locais. Dessa forma, perpetuam concepções que se assemelham àquelas fervorosamente defendidas pelos evolucionistas sociais do século XIX (Herzfeld, 2014, p. 195). Essas concepções, como é sabido, pressupõem que as sociedades evoluem ao longo do tempo, algumas se tornando superiores a outras. Isso representa uma dinâmica em que o desenvolvimento opera em um contexto permeado por uma tensão constante entre perspectivas globais e realidades locais, frequentemente resultando na imposição de modelos que, via de regra, não são apropriados e benéficos para as comunidades que recebem megaprojetos de desenvolvimento.

Ainda de acordo com Escobar, o desenvolvimento e a modernidade incorporam uma série de princípios, ou seja, o indivíduo racional, desvinculado de um local ou comunidade específicos; a separação entre natureza e cultura; a economia dissociada do social e do natural; e a supremacia do conhecimento especializado sobre qualquer outro tipo de saber (Escobar, 2010, p. 22). Ele conclui que o desenvolvimento é, de acordo com seu discurso e práticas, um projeto tanto econômico (capitalista e imperialista) quanto cultural (ibid.). Um projeto, ademais, que foi capaz de colonizar e dominar realidades locais, pois se estabeleceu em locais que correspondiam às esperanças e frustrações dos latino-americanos (Alimonda, 2010, p. 12).

Concebidos nesses termos, os megaprojetos de desenvolvimento, como aponta Parry Scott (2009), envolveram, e ainda envolvem, o engajamento de planejadores e

administradores, ao longo de décadas, em torno de objetivos hierarquizados bastante claros. As etapas para a sua implementação são cuidadosamente planejadas e permanentemente negociadas ao longo de todas as operações, desde as primeiras ideias até a concretização e implementação do planejado (ibid. p. 10).

Foi nesse contexto que, em 1959, o Projeto Público de Irrigação Salitre começou a ganhar forma. Nesse ano, o governo brasileiro e os governadores dos Estados da região nordeste aceitaram uma declaração acerca do diagnóstico e de um plano de ações apresentados por um grupo de trabalho especial, liderado por Celso Furtado. Essa declaração foi o ponto de partida das estratégias de planejamento para o desenvolvimento da região. O anteriormente referido GTDN, supervisionado e liderado também por Celso Furtado, apresentou a proposta ao presidente Juscelino Kubitschek, no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1959. A cerimônia, que reuniu parlamentares, ministros e governadores do nordeste, delineou as diretrizes das políticas necessárias para acelerar o desenvolvimento na região, defendendo a elaboração de planos de longo prazo e a coordenação de todas as atividades federais e estaduais na área. Porém, foi no campo das iniciativas de cooperação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil, cujo impulso foi fortalecido no período de 1945 a 1964, que o projeto Salitre efetivamente passou a figurar nas pranchetas.

Ao situar o Projeto Salitre em um contexto mais amplo das políticas desenvolvimentistas, ultrapassando as dimensões geográficas do médio São Francisco, no âmbito das estratégias de desenvolvimento nacional e internacional dos primeiros anos do pós-guerra, somos levados a abordar questões essenciais para a compreensão do desenvolvimento como um projeto que se impõe às comunidades “*de cima para baixo*”, sem questionar se os lavradores atingidos desejam o projeto, sem discutir os benefícios e malefícios que possam advir, conforme denunciado por Dom José Rodrigues (1988), bispo da diocese de Juazeiro/BA, entre as décadas de 1970 e 2012. Segundo o bispo, projetos de desenvolvimento como a construção da barragem de Sobradinho e a implementação de projetos de irrigação no vale do São Francisco promoveram o empobrecimento das populações locais (Pater, 1996). A construção da referida barragem de Sobradinho, no período compreendido entre os anos 1974-1980, deslocou compulsoriamente cerca de 70.000 mil pessoas, obrigando as que resistiram e

permaneceram no entorno do projeto a lutar, diariamente, pela sobrevivência (ibid. p. 80). Já o segundo projeto, o de irrigação, que prometeu desenvolvimento econômico e social para o vale do São Francisco, expulsou pequenos agricultores residentes nas áreas de interesse de seus planejadores e obrigou os que nelas permaneceram a trabalhar na condição de boias-frias, “*recebendo um pagamento ridículo*”, conforme ressaltou o bispo (ibid.). Teve lugar, pois, processos de marginalização e de desconstrução dos direitos territoriais (Rauber *et al.*, 2022) das populações impactadas pelo projeto.

Concebido em um período em que os países capitalistas periféricos adotavam amplamente os paradigmas da modernização agrícola, sob o suposto de que o cultivo irrigado era fundamental para aumentar a produção agrícola na região (FAO/SUDENE, 1966), os seus idealizadores defenderam a substituição dos métodos agrícolas tradicionais por um conjunto moderno de práticas e técnicas importadas, que haviam se mostrado bem-sucedidas em outros países. Do ponto de vista de Viana Júnior (2020), essas mudanças foram estabelecidas ao longo de um processo de expropriação das comunidades rurais, uso extensivo de maquinário e relação de dependência entre água e insumos químicos (2020, p. 7).

Ao concordar com a implementação dessas mudanças, o governo brasileiro lançou o Brasil no contexto de uma rede de caminhos ideológicos tecidos, contínua e globalmente, tendo em vista a defesa da modernização da agricultura, que priorizava a eficiência produtiva em detrimento de questões sociais e ambientais. A expropriação das populações rurais, o uso intensivo de maquinaria e a dependência de insumos químicos suscitaram, nas etapas que se seguiram ao processo de levantamento das possibilidades agrícolas do vale do São Francisco, o agravamento dos impactos sociais e ambientais dessas intervenções, a longo prazo.

A relação intrínseca entre água e insumos químicos, enfatizada por Viana Junior (2020) como uma das características da modernização da agricultura proposta pela Revolução Verde, é evidenciada no contexto do projeto Salitre, que começou a atrair grandes produtores já na década de 1970, muito antes, portanto, de sua inauguração, em 2010. À medida que as primeiras intervenções para a implementação do projeto iam sendo anunciadas pelas agências executoras, a ocupação do território por empresários do ramo

agrícola, que migravam, grilando as terras tradicionalmente ocupadas pelas populações locais, se dispersou pelo vale, invadindo o emaranhado de caminhos de seus habitantes (Ingold, 2022). Em face do exposto, ressalta-se, mais uma vez, que o presente estudo não se limita à compreensão dos objetivos declarados do projeto Salitre, nem dos inúmeros estudos realizados desde o levantamento de 1959 até a inauguração de sua primeira etapa, em 2010, porém, busca, também, examinar as implicações e desafios decorrentes de sua implementação no modo de vida das populações ribeirinhas do vale. Dessa forma, descreve-se uma visão mais abrangente das transformações socioambientais e perdas experimentados pelas comunidades locais.

Considerado o projeto de irrigação mais recente administrado pela CODEVASF, as primeiras obras para sua implantação somente foram iniciadas em 1998, sendo paralisadas em 2001. A retomada das obras ocorreu em 2003, sob o 1º governo Lula da Silva, ganhando grande impulso com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As atividades produtivas do projeto começaram oficialmente apenas em 2010. Os estudos finais para sua implantação foram conduzidos com base no Projeto Baixio de Irecê, anteriormente já referido, com autorização concedida pelo Ministério da Integração Nacional e a CODEVASF, em 1995 (Arrobas, 2009). Portanto, iniciado durante o período democrático, que tinha como foco o desenvolvimento da região nordeste do país (Junior Viana, 2020), o projeto foi posteriormente influenciado, transformado e paralisado durante o período ditatorial (Ibid.), sendo retomado e inaugurado em outro período democrático, pós constituição de 1988, marco da redemocratização da sociedade brasileira.

Vale notar, por outro lado, que desde a década de 1950, o governo do Brasil passou a dedicar atenção especial ao "rápido desenvolvimento do Nordeste", à época considerado pelo discurso desenvolvimentista uma região territorialmente extensa e de grande importância econômica para o país, mas que estava significativamente atrás do centro-sul em termos de taxas de crescimento econômico e renda per capita. Ela foi descrita no Levantamento da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (FAO/SUDENE, 1966) como uma região pobre e incapaz de atender às demandas crescentes por mais alimentos e mais empregos (p. 03). Com esses argumentos, os idealizadores do empreendimento tomaram

a BHSF como uma base para o planejamento econômico da área por meio de um programa de irrigação em larga escala.

Conforme mencionado anteriormente, o Plano de Operação para o levantamento da BHRSF foi assinado em 1960, ocasião em que o Governo do Brasil nomeou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como órgão de contrapartida e aporte financeiro na parceria celebrada entre a ONU/FAO e o governo. De acordo com o contrato firmado, qualquer atividade de desenvolvimento na área do projeto deveria ser compatível com os objetivos do plano diretor da região concebido pela SUDENE. No ano seguinte, foram iniciadas as operações de campo para a produção de dados sobre as potencialidades da bacia do São Francisco. Para essa etapa do empreendimento, a FAO nomeou seus próprios especialistas, prática recorrente de instrumentalização e dominação das agências mentoras e financiadoras de grandes projetos de desenvolvimento em países periféricos. A SUDENE, por sua vez, forneceu à FAO uma equipe de engenheiros brasileiros e outra de profissionais de serviços gerais, além de todas as instalações locais necessárias para a realização do estudo de campo.

O projeto foi concebido desde o início como uma empreitada longa e desafiadora, sem resultados previsíveis. Possivelmente, isso possa explicar o extenso período que compreendeu as várias etapas de estudos e execução do projeto até o início oficial de suas atividades. Durante esse intervalo prolongado, predominou o que neste estudo venho denominando como violência administrada, caracterizada pela desorganização, morosidade e angústia das populações atingidas, o que resultou em um conjunto de práticas que impactaram significativamente a vida dessas populações. Hoje, as comunidades atingidas reivindicam a implementação efetiva dos benefícios anunciados.

A água disponível no rio São Francisco, o principal da região, do qual o Salitre é afluente, era prevista tanto para a irrigação quanto para o desenvolvimento de energia elétrica. Com exceção do Salitre, que já era utilizado para irrigação de uma estreita faixa de terras aluviais na década de 1960, todos os afluentes na região do médio São Francisco eram rios temporários, com fluxo d'água apenas no período de chuvas intensas. De maio a novembro, período de escassez prolongada no abastecimento de água, seus leitos

geralmente ficavam secos, a menos que houvesse alguma represa ou reservatório nas proximidades para liberação de água a montante.

Entretanto, as perdas por evaporação nos reservatórios existentes eram muito significativas, o que inviabilizava um sistema de irrigação para produção agrícola em grande escala. No Volume III do levantamento da FAO (1966), que trata da disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, energéticos e das necessidades de irrigação e drenagem na bacia do São Francisco para a implantação do projeto de irrigação e desenvolvimento agrícola na região, destaca-se que, em média, naquela época, um reservatório fornecia água suficiente para irrigar apenas um hectare por quilômetro na bacia do rio do qual recebia o escoamento. Diante do que o relatório considerou a necessidade de construção de novas represas, principalmente para atender às necessidades da população humana e dos animais de criação.

Em outubro de 1962, ao término dos primeiros 18 meses de operações de campo da equipe técnica da FAO/SUDENE, diversas questões, incluindo a qualidade agrícola do solo, suscitaram sérias dúvidas sobre a viabilidade de implementação de um projeto de irrigação em larga escala na área de estudo do projeto, que abrangia o vale do Salitre, bem como sobre sua continuidade. Contudo, após uma extensa revisão e análise dos problemas hídricos e de solo identificados, conduzidas pelas agências defensoras do empreendimento, foi acordada a continuidade do projeto, embora em uma escala reduzida. O objetivo principal consistia em verificar a viabilidade do sucesso da irrigação nas terras designadas para a implementação do projeto agrícola e estabelecer um núcleo confiável dessa atividade na região. Para atingir esse fim, a FAO/SUDENE e o governo brasileiro contavam com a participação e apoio de empresas privadas para impulsionar o projeto.

No Plano de Operação do estudo, havia uma clara ênfase na seleção, treinamento e estabelecimento da população agrícola na área de implementação do projeto. Entretanto, é importante observar que essa preocupação não se traduzia, necessariamente, em atenção às comunidades locais e, por conseguinte, em sua inclusão nos benefícios do projeto. Ao analisar o texto do relatório de 1966, nos volumes I e III, constata-se que não foram abordadas diretamente questões relacionadas aos interesses das comunidades ribeirinhas

que, posteriormente, seriam direta e negativamente afetadas. De maneira similar, conforme já referido, o texto não faz menção às características étnicas dessas populações nem às suas tradições. Assim, ao mencionar a seleção, treinamento e estabelecimento da população agrícola, claramente fazendo alusão ao empresariado do setor agrícola, o texto destaca que essa é uma das características mais importantes dos projetos-piloto para a implementação do empreendimento, e que esse esforço visava assegurar o sucesso do desenvolvimento da agricultura irrigada em grande escala na região do BHRS (FAO/SUDE, 1966, p. 62).

Havia uma considerável expectativa em relação aos resultados do empreendimento, o qual, conforme mencionado anteriormente, se delineava com vistas à expansão da burocracia desenvolvimentista estatal e sob a perspectiva empresarial. Falava-se em alcançar elevados níveis de produção e diversificação agrícola, visando "melhorar o suprimento de alimentos localmente necessários e fornecer culturas de exportação capazes de atrair a indústria" (ibid., p. 62). Alinhadas a essa perspectiva, as agências envolvidas no Plano de Operação do projeto planejavam a integração deste com a indústria pecuária existente, "a fim de fortalecer esta última e colocá-la em bases econômicas mais sólidas" (ibid.).

De acordo com a equipe da FAO, responsável pela elaboração final do relatório de levantamento da BHRSF, as tentativas anteriores de desenvolvimento econômico e social na região estudada fracassaram devido à falta de atenção adequada a esses aspectos. Ou seja, teria havido ausência de incentivo estatal para a participação e apoio de empresas privadas, assim como para a seleção, treinamento e estabelecimento da população agrícola no perímetro de implementação do projeto. A FAO destaca que à SUDENE caberia realizar as ações necessárias, tanto do ponto de vista financeiro quanto legal, para assegurar uma base sólida ao projeto de desenvolvimento da agricultura irrigada (ibid.) na região do médio e baixo cursos do São Francisco.

Como vimos, coube à SUDENE assegurar a participação e a colaboração de várias organizações governamentais no desenvolvimento e implementação do projeto, tais como o Serviço Nacional de Pesquisa Agrônômica, a Comissão do Rio São Francisco e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, responsáveis pela hidrografia,

hidrologia, engenharia e demonstrações selecionadas em estações experimentais ao longo do rio, incluindo sistemas de irrigação e drenagem (Ibid., p. 72).

A FAO, convergindo com os princípios intervencionistas da ideologia desenvolvimentista ocidental, desempenhou o papel de fornecedora de serviços de assessoria técnica no encaminhamento do projeto. A prática de atribuir às agências financiadoras a responsabilidade pelos estudos de viabilidade e execução de grandes projetos de desenvolvimento caracterizava-se como uma prática cultural ocidental impositiva, submetendo os países a uma visão tecnológica eficiente e única (Ibid.) do que eles definiam como modernidade

O desenvolvimento, em sua essência, tal como sabemos, representa um poderoso instrumento de controle e dominação da hegemonia ocidental. No contexto dos grandes projetos de desenvolvimento que englobam a gestão da água, como evidenciado nos projetos de irrigação, essa prática é recorrente, remetendo-nos ao argumento de Karl Wittfogel (2002) sobre a irrigação e a agricultura irrigada como fundamentos para a formação de sociedades centralizadoras e hierárquicas. Ao se reportar a Wittfogel para sustentar suas análises sobre a intervenção estatal na administração da água no Brasil, Parry Scott observou que essa temática gerou grandes teorias sobre estados centralizadores de caráter despótico e condições internas persistentemente desiguais, refletidas em numerosos estudos sobre a construção de sistemas de irrigação (2022, p. 123).

No período definido como desenvolvimentista, o BIRD atuou em países de diferentes continentes, investindo e apoiando projetos no setor de águas. Segundo André Luis Scantimburgo (2012), a centralidade na administração estatal da água no Brasil ganhou corpo quando a Agência Nacional da Água (ANA), criada em 2000, destacou os instrumentos e mecanismos de gerenciamento das águas da União (Ibid., p. 257). Portanto, é a partir da criação da ANA que a lógica da administração estatal das águas do Brasil se materializa na centralidade estatal da água.

A participação do banco e suas agências de planejamento de gestão de projetos de desenvolvimento hídrico não se traduzia, como podemos observar, apenas em

empréstimos para a viabilização de obras de saneamento, abastecimento e projetos de irrigação (ibid., p. 257), conforme ocorria entre as décadas de 1960 e 1970, período no qual o projeto Salitre foi engendrado. Como forma de aprimoramento do que venho designando práticas norteadoras do descaso planejado e da violência administrada, e que já aparecem esboçados no Plano de Operação do Levantamento da Bacia do Rio São Francisco Brasil, conduzido pela FAO em parceria com a SUDENE, o BIRD passou, a partir da década de 1990, a definir as políticas de gestão hídricas que os países deveriam seguir (Scantimburgo, 2012, P.257). Nesse período praticamente ele impôs que os projetos de irrigação e de gestão da água fossem abertos para participação do capital privado e a água fosse considerada um bem econômico (ibid.).

### **5.5. Estratégias para implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Brasil**

O governo brasileiro aceitou, em 1988, a proposta do estudo conduzido pelo Departamento de Avaliação de Operações OED, sob a supervisão de John Redwood e com a participação de técnicos brasileiros, e concluído em 1993. A realização conjunta desse estudo refletiu a decisão do governo brasileiro de implementar novas estratégias de avaliação interna aos grandes projetos de desenvolvimento em curso ou em planejamento. Essa iniciativa demonstrou o interesse do governo em colaborar com o Banco Mundial para atingir o objetivo compartilhado de ampliar a conscientização sobre as implicações ambientais e sociais dos grandes projetos de desenvolvimento (Redwood, 1992; OED, 1993, IX). Entre as décadas que envolveram os referidos estudos, 1970 e 1980, os projetos por ele financiados estavam orientados para diversificar o cultivo de culturas com atividades relacionadas (agroindústrias, criação de gado, pesca e cultivo de culturas perenes ou de árvores) e para focar sobre os problemas de gestão de recursos (de florestas e bacias hidrográficas, por exemplo) e equilíbrio regional (desenvolvimento de áreas).

O estudo deu margem a uma ampla revisão de documentos e entrevistas com participantes das ações de financiamento e execução dos grandes projetos de desenvolvimento, no Brasil e na América Latina. A revisão de documentos do Banco incluiu os relatórios de avaliação técnica, os acordos de empréstimos e garantias, as atas das reuniões da Diretoria em que as diferentes operações foram aprovadas, arquivos de correspondência e, quando existentes, relatórios de conclusão e auditoria de desempenho de projetos. Também foram revisados documentos externos ao Banco, tais como estudos

de planejamento e de avaliação científica e de impacto, relatórios de pesquisa, artigos e livros publicados, trabalhos inéditos e outros materiais. Durante as visitas de campo, o pessoal do OED avistou-se com funcionários de órgãos federais, estaduais e municipais e de universidades e institutos de pesquisa, beneficiários de projetos e outros grupos afetados, dirigentes de empresas industriais privadas e uma série de organizações não-governamentais.

O estudo da OED, concluído e apresentado ao Banco e às autoridades brasileiras em 1993, sustenta que Petrolina-Juazeiro, assim como outras localidades menores localizadas nas proximidades de Sobradinho, experimentou alguns benefícios decorrentes do desenvolvimento industrial e comercial gerado pela introdução de projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada. Contudo, ao referir-se aos prejuízos causados por esses projetos às populações ribeirinhas diretamente atingidas na região citada, o texto da OED causa constrangimento pela falta de precisão, ao suscitar apenas a hipótese de que havia uma certa estagnação nas vilas e cidades situadas no entorno do rio São Francisco devido à relocação de suas populações. A OED declara: “várias vilas e cidades no vale médio-baixo e nas proximidades da foz do rio *parecem* ter estagnado devido à realocação da população” (OED, 1993, p. 49).

## **5.6. A moralidade técnica do desenvolvimento**

Em 1993, o Banco Mundial divulgou um relatório com os resultados de um estudo conduzido pelo Departamento de Avaliação de Operações (Operations Evaluation Department - OED), um órgão interno do banco, que abordava os critérios ambientais utilizados para financiar e operar na implementação de grandes projetos no Brasil. Com o objetivo de extrair lições para futuras operações do banco no país, o estudo analisou, conforme registrado no relatório, os componentes de proteção, avaliação e manejo do meio ambiente empregados nos processos de implementação de grandes obras de desenvolvimento, bem como os procedimentos adotados para conformar as atividades.

Conveniente aos interesses do Banco e do governo brasileiro, que, desde o início da década de 1980, enfrentavam pressões por parte de ativistas e organizações de proteção ambiental, tanto brasileiros quanto americanos, o estudo é enfático ao afirmar que a

agência financiadora havia intensificado suas preocupações, implementando investimentos e ações em relação às questões ambientais e ao "*desenvolvimento induzido*" das populações indígenas e outros grupos sociais vulneráveis. Na prática, como temos visto, os processos de implementação desses projetos causaram grandes prejuízos socioambientais a essas populações, contrariando suas perspectivas de desenvolvimento.

O Brasil foi escolhido para a realização desse estudo por diversos motivos. Primeiramente, o Banco acumulava um número expressivo de financiamentos de projetos de desenvolvimento no país, correspondendo a quase 10% do total de seus empréstimos nas últimas três décadas. O país, considerado grande e autoconfiante, era aclamado pelos investidores como um credor milagroso desde os anos de 1970, além de possuir uma burocracia competente no âmbito da gestão estatal (Kapur, 1997, p. 639). Sendo um dos maiores tomadores de empréstimos do banco, era também um cliente valorizado e, portanto, o agente de crédito não podia dizer não ao governo brasileiro (ibid.).

Alguns desses financiamentos, como o já citado Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Noroeste-POLONOROESTE (1981-1989), na fronteira agrícola de Rondônia e noroeste de Mato Grosso, tiveram significativas consequências socioambientais. Grupos ambientalistas do Brasil e dos Estados Unidos denunciaram e colocaram o Banco no centro das críticas e do debate público sobre os danos socioambientais provocados por seus programas de desenvolvimento (Kapur, 1997). Foram constatadas as controvérsias acerca da noção de desenvolvimento por ele adotada e o seu fraco papel na implementação de políticas de prevenção e reparação de danos socioambientais. Diante da repercussão negativa do POLONOROESTE, definido, em 1979, pelo Washington Post como um programa de desenvolvimento que transformou Rondônia em "uma terra de absoluta e total desesperança" (ibid.), o governo brasileiro introduziu, conforme registrado no estudo conduzido por John Redwood III, em 1993, por meio do Departamento de Avaliação de Operações/Operations Evaluation Department - OED, uma série de iniciativas ambientais na implantação dos projetos financiados pelo banco, visando atender às exigências internacionais (Redwood, 1993, p. 36). Os problemas ambientais que envolveram as operações no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, impactarão as políticas ambientais em escala global do Banco Mundial.

Além do POLONOROESTE, outros projetos, operados no Brasil nas décadas referidas e analisados pela OED, também merecem destaque: os Projetos de Reassentamentos Involuntários e os Projetos de Irrigação no baixo e médio Vale do São Francisco, identificados no estudo como uma das regiões mais carentes do país. Assim como o POLONORESTE, esses projetos também foram alvo de questionamentos quanto aos seus impactos socioambientais.

As questões suscitadas englobavam o uso interdisciplinar de recursos hídricos no âmbito das bacias fluviais, a deflorestação de matas tropicais e os problemas correlatos de erosão do solo, perda de diversidade biológica e possíveis modificações climáticas (OED, 1993). O problema do reassentamento compulsório, assim como o impacto decorrente dos substanciais investimentos em infraestrutura e, conseqüentemente, do "desenvolvimento induzido" sobre as populações indígenas e outros grupos sociais, também são abordados. Contudo, nota-se a ausência de uma avaliação crítica em relação aos efeitos práticos das mudanças implementadas pelo banco e pelo governo brasileiro em suas políticas de desenvolvimento.

Entretanto, em 1996, três anos após a realização do estudo pela OED, o banco divulgou os resultados de uma análise destinada exclusivamente a rever os projetos por ele financiados que envolviam políticas de reassentamento involuntário, abrangendo o período de 1986 a 1993. Durante esse intervalo, teriam sido identificados alguns "*sucessos políticos notáveis*" (WORD BANK, 1996, p. 8), não apenas no Brasil, mas também em outros países onde eram financiados grandes projetos de desenvolvimento. Os sucessos políticos notáveis nas políticas de reassentamento involuntário teriam sido impulsionados por um projeto da Eletrobras no Brasil, financiado em 1990. Com base nas novas diretrizes ambientais adotadas, o governo brasileiro teria desenvolvido e implementado diretrizes de reassentamento que foram consideradas satisfatórias do ponto de vista socioambiental para o setor de energia do país, conforme análise e conclusão do próprio banco.

O estudo de 1996 desenvolve uma análise que reflete a situação real ainda vivida por populações atingidas por grandes projetos, principalmente aqueles de natureza hídrica, ou seja, aqueles que envolvem a construção de barragens para a produção de

energia elétrica e os direcionados à produção agrícola irrigada. Questões relacionadas às perdas das populações que habitavam o entorno desses grandes projetos tornam-se parte das políticas socioambientais do banco e demais agências financiadoras e executoras. Diante disso, as perdas de marcadores simbólicos dessas populações, tais como santuários, roças, sepulturas ancestrais e outros lugares de convivência local, passaram a compor o campo de preocupações dessas agências. Com as novas políticas, previa-se evitar que as populações atingidas rompessem seus laços com o passado e com suas identidades culturais.

O efeito cumulativo dos prejuízos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento sobre as populações atingidas foi entendido pelo banco como potencial na destruição de seus tecidos sociais e, conseqüentemente, da economia local. O principal risco seria, diante do grande número de pessoas afetadas, o empobrecimento das populações no entorno dos projetos devido à falta de terras, ao desemprego, à insegurança alimentar, à deterioração da saúde ou à perda de acesso aos bens comunitários (WORLD BANK, 1996, p. 3). Considerando esses riscos, o estudo de 1996 sugere que a realização adequada das políticas de reassentamento seria uma importante tarefa de prevenção do empobrecimento e de redução da pobreza, a sua principal preocupação e missão, à época. A expectativa era, então, conforme consta no referido estudo, defender um programa político-social e ambiental voltado para a redução da pobreza, de modo que os países membros adotassem medidas mitigatórias para garantir que o deslocamento e o reassentamento induzidos não agravassem ainda mais a situação de pobreza das populações atingidas.

Este cenário, que envolveu grandes projetos de desenvolvimento e que, no Brasil, resultou no deslocamento compulsório de populações inteiras em circunstâncias em que não detinham poder de deliberação, sendo obrigadas a deixar ou transferir-se de suas casas e/ou terras, conforme a descrição de Sônia Magalhães (2007), remete-nos à célebre posição do filósofo alemão Martin Heidegger acerca da questão da técnica. Neste artigo (publicado originalmente em 1953), Heidegger argumenta que a técnica representa, na modernidade, uma visão utilitária da realidade, onde tudo é percebido em termos de eficiência e utilidade. Utilizando como exemplo o rio Reno, o mais importante rio europeu então explorado pela engenharia moderna no domínio de um amplo e complexo sistema

industrial de produção de energia elétrica, o filósofo alemão afirmou que, naquele contexto da modernidade, a situação do Reno havia sido invertida: não era a usina que estava instalada no rio, mas o rio que estava instalado na usina; o rio, [...] *é, a saber, fornecedor de pressão hidráulica, o Reno o é pela essência da usina* (Heidegger, 2002, P. 20). Ou seja, no contexto dos deslocamentos compulsórios das populações atingidas pelas obras de grandes projetos de desenvolvimento, são essas populações que, na percepção de quem faz o empreendimento, estão no lugar errado.

Para reforçar sua inquietação em relação à forma como o homem foi instigado a explorar as energias dispostas na natureza, Heidegger utilizou o exemplo do lenhador, que habita a floresta e que nela, por tradição familiar, colhe a lenha abatida e que, aparentemente, como seu avô, percorre os mesmos caminhos silvestres; contudo, hoje está à disposição da indústria madeireira, quer o saiba ou não (ibid., 22). Para o filósofo, o camponês está disposto ao fornecimento de celulose, ou seja, está para a indústria à medida que recebe seu chamado, que o enquadra como uma disponibilidade, contanto que ele realize seu ofício e lhe forneça madeira (Sturba, 2018). Nesse contexto, a técnica transforma o mundo em um reservatório de recursos a serem explorados para alcançar objetivos específicos.

O exemplo de Heidegger permite-nos compreender que, no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento hídrico ocorridos no Brasil e no mundo, financiados pelo Banco Mundial e outras agências internacionais, as populações locais, compelidas a deixar seus territórios, passam a viver à disposição dos planejadores e administradores desses projetos. São eles que definem o destino dos atingidos, determinando onde construir suas novas moradias, onde abrir suas roças e até mesmo o que cultivar. Isso é evidente nas comunidades atingidas por construção de barragens, seja para a produção de energia elétrica, seja para a implantação de sistemas complexos de irrigação voltados para a forma capital-intensiva de produção agrícola. Sujeitas aos impactos socioambientais dessas grandes obras, deslocadas dentro dos territórios que, até então, habitavam, as populações veem-se obrigadas a abandonar não apenas suas casas, mas também seus lugares de memória, terras e modos de vida. São consideradas obstáculos para o desenvolvimento e a modernização industrial. Onde antes viviam livremente, passam a

viver sem a liberdade de se movimentar, conforme seus modos tradicionais de habitar o ambiente. A liberdade é interrompida.

Por liberdade de se movimentar, entenda-se, nesse contexto, a ausência de impedimentos e obstáculos para viver e se relacionar com o conjunto de elementos que compõem o ambiente habitado. Por impedimento, entenda-se as intervenções externas dos planejadores dessas grandes obras, que impõem, na maioria das vezes sem direito de escolha às populações atingidas, o deslocamento para outras localidades, vivendo uma nova forma de vida.

Durante minhas pesquisas de campo no vale do Salitre, foi comum ouvir os agricultores se referirem aos seus pares como “irrigantes” que moram no “Projeto”, como colonos que moram nas vilas agrícolas. A terra *des-encoberta*, lugar onde se instala o perímetro irrigado, onde cercas e drenos (abertos para escoamento das águas usadas nos lotes agrícolas) impedem o livre movimento por lugares antes por eles habitados, agora é do projeto: não há mais roças, há lotes agrícolas; não há mais o cultivo tradicional nas vazantes, há as modernas técnicas de irrigação; não há mais a tradicional prática agrícola que consistia no cultivo de várias espécies na mesma roça, agora cultiva-se um único produto agrícola, conforme a demanda do mercado, e não mais nas roças, mas nos latifúndios.

Antes das primeiras especulações para implantação do projeto de Irrigação Salitre, era outro o vale do Salitre onde, até fins dos anos de 1970, os agricultores locais viviam e cultivavam pequenas roças familiares. Era um tempo no qual dispunham de pequenas porções de terra onde podiam livremente lavrar. Nesse tempo, *lavravar ainda significava cuidar e tratar* (Heidegger, 2002, p.19). Diferentemente do que ocorre atualmente nos perímetros irrigados, o trabalho do pequeno agricultor salitreiro não causava impedimento à sua liberdade, não degradava a qualidade do solo, não poluía o ar nem a água do rio porque não se utilizava fertilizantes. Na sementeira, apenas confiavam a semente às forças do crescimento, encobrindo-a para que se desenvolvesse (ibid.).

Intensivamente explorado por grandes produtores que migraram para o vale a partir dos primeiros anos da década de 1970, como vimos, o Salitre deixou de ser o rio

dos salitreiros, onde podiam percorrer, livremente, o seu curso, para se tornar o rio que forma a bacia hidrográfica do Salitre, o rio do Perímetro Irrigado do Projeto Salitre. A água que atualmente flui na porção inferior do rio já não é mais proveniente do próprio Salitre; trata-se, de fato, de água transferida do São Francisco, do qual era afluente, e destinada exclusivamente à prática de irrigação. Esta água já não é mais considerada parte integrante do rio, tampouco é d domínio dos salitreiros, que agora devem arcar com custos de taxas de consumo para irrigar suas modestas plantações. Dona Leonice, moradora da comunidade de Recanto, no baixo Salitre, expressou seu lamento em relação a essa mudança, destacando que a água que corre atualmente no rio provém do projeto Salitre e é, de certa forma, ‘[...] *uma sobra que vem para a gente*’.

As populações que residem em seus entornos, assim como o colhedor de lenha de Heidegger, deixam de habitar seus territórios tradicionais, restando-lhes apenas áreas pertencentes ao projeto. Já não são mais, no campo de ação do grande projeto, agricultores, ribeirinhos ou pescadores; são colonos, meeiros ou simplesmente irrigantes. Tornaram-se disponíveis para o fornecimento de mão-de-obra barata ao latifúndio, ou seja, sujeitos aos grandes produtores do perímetro irrigado e do campo de obra do inconcludente processo de instalação do projeto de irrigação, sempre que são convocados.

Cada vez mais empobrecidos e privados de suas terras para o livre cultivo, eles se constituíram ao longo de mais de seis décadas em verdadeira reserva de mão-de-obra barata, disponível para o grande empreendimento, no âmbito da mercantilização em larga escala da natureza, sob todas as suas formas.

### **5.7. Perdas irreparáveis**

De acordo com o estudo realizado pelo Banco Mundial, em 1996, que analisou os projetos por ele financiados envolvendo reassentamento involuntário no período de 1986 a 1993, as barragens destinadas à irrigação, produção de energia hidrelétrica e abastecimento de água foram os principais causadores dos deslocamentos involuntários. Para a implementação desses projetos, 63% (sessenta e três por cento) dos moradores de seus entornos foram reassentados. Em termos setoriais, o estudo concluiu que os projetos voltados para a produção intensiva de produtos agrícolas representavam o maior

segmento de reassentados, abrangendo 52% (cinquenta e dois por cento) das populações afetadas (WORLD BANK, 1996, p. 8).

Esses deslocamentos compulsórios, retomando algumas das questões abordadas anteriormente, evocam, conforme observou Sônia Magalhães (2007), uma pluralidade de situações de transformação traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico até o estranhamento da nova situação vivida, assim como as relações cotidianas e de proximidade social (Ibid., p. 193). Tomando como referência, comparativamente, as conclusões de Magalhães sobre o processo de intervenção estatal na área de construção do lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Rio Tocantins, no município de Tucuruí – Pará), ocorrido entre os anos de 1974 e 1984, o deslocamento involuntário atinge violentamente as relações sociais, desestruturando-as proporcionalmente às suas expressões de lamento e dor<sup>19</sup> (ibid.).

Os salitreiros, embora não tenham experimentado um processo formal de deslocamento compulsório, expressam, por meio de suas narrativas e documentos reivindicatórios produzidos entre os anos 1980 e 2000, que a perda das terras tem implicações tão profundas quanto o deslocamento compulsório. Em 1987, as comunidades do vale denunciaram o sofrimento e a dor da espera dos benefícios anunciados pelos planejadores<sup>20</sup>. Apontaram também sérios problemas no levantamento realizado pela CODEVASF sobre o número de famílias e de seus integrantes habitantes da área de implantação do projeto, além do tamanho de suas propriedades. Muitas famílias, proprietárias de pequenas roças familiares, foram omitidas na relação elaborada

---

<sup>19</sup> O lamento, conforme a abordagem da autora, “é uma volta ao passado, ao conteúdo de irreversibilidade inerente a este tipo de processo de deslocamento compulsório, mas, aponta, sobretudo, para o fato de que as rupturas são também formas de reapropriação das representações que estes camponeses têm sobre suas próprias vidas” (MAGALHÃES, 2007, P. 223).

<sup>20</sup> Proposta das Comunidades para elaboração e implantação do Projeto Salitre. Carnáiba de Dentro, Juazeiro/BA, dezembro de 1987.

pela empresa Projetos Técnicos LTDA – PROTECS<sup>21 22</sup>, contratada pela CODEVASF. Ironicamente, o relatório final foi designado como "Levantamento Detalhado de Solos e Classes de Terras para Irrigação do Projeto Salitre".

Em dezembro de 1988, o bispo Dom José Rodrigues, aqui já mencionado, abordou o Projeto Salitre em um programa que apresentava na Emissora Rural de Juazeiro. Destacou que a sua implementação impactaria significativamente os lavradores do município de Juazeiro, sobretudo aqueles das comunidades do vale do rio. No decorrer do programa, voltado às comunidades ribeirinhas do médio e baixo cursos do São Francisco, ele comparou a sua implantação à de outros projetos, como o Projeto Rio Verde (Projeto Baixio de Irecê) e vários similares, criticando a não consideração da vontade dos lavradores e a ausência de discussões sobre os benefícios e malefícios que o projeto acarretaria. Rodrigues ressaltou que, durante conversas, reuniões e assembleias com os moradores afetados, eles expressaram o desejo de permanecer em suas terras, prosseguindo com as suas práticas tradicionais de criação de animais e cultivo de roças. No programa subsequente, ele tratou de um dos principais problemas já à época enfrentados pelos salitreiros, i.e., a utilização e ocupação das terras tradicionalmente utilizadas, devido, respectivamente, à escassez de água para a irrigação das lavouras e à crescente concentração dessas terras em mãos de poucos proprietários, conhecidos como grandes produtores.

Sobre essa questão fundiária, os moradores do vale do Salitre afirmam que foram vítimas da prática de grilagem de terras desde a década de 1970, quando o projeto ganhou notoriedade nacional. Rememorando a chegada dos agricultores japoneses nesse período, ressaltam a geração de empregos, mas também a concentração de terras e os impactos socioambientais, enfatizando as transformações em seus modos de vida e no ambiente ao

---

<sup>21</sup> A PROTECS também foi responsável, juntamente com as empresas Engenharia de Projetos Ltda - HIDROSERVICE e Engenharia e Irrigação Ltda - DSF, pela elaboração do Relatório Revisado do Anteprojeto Detalhado do Sistema de Irrigação do Projeto Caraíbas-PE. O relatório discorre sobre o reassentamento das famílias que seriam atingidas com o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaparica (atual Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga), previsto para janeiro de 1988. Para reassentar as famílias, a CHESF implantou o Projeto de Irrigação Caraíbas, em Santa Maria da Boa Vista – PE. Com o fechamento das comportas, se formaria um lago que inundaria terras, então habitadas, cujos proprietários, consequentemente, deveriam ser relocados.

<sup>22</sup> Nas Propostas da Associações Comunitárias do Vale do Rio Salitre para elaboração e implantação do Projeto Salitre, apresentadas à CODEVASF, em 1987, a empresa Projetos Técnicos LTDA – PROTECS está identificada como PROSPEC

redor. Especificamente, apontam o assoreamento do rio e a diminuição de seu fluxo, consequências do uso intensivo da água para a irrigação das extensas propriedades concentradas nas proximidades do rio.

Diante das perdas experimentadas ao longo dos anos de estudos e implementação do projeto, eles passaram a exigir dos gestores as compensações prometidas, com destaque para a perenização do rio e o reassentamento em terras dentro da área de implementação do projeto. No ano de 1987, coincidindo com a conclusão dos estudos realizados pela PROTECS, eles expressaram, em uma proposta apresentada à CODEVASV, o desejo de continuar com sua subsistência voltada para a criação de cabras e ovelhas e o cultivo de roças, para o que era essencial que pudessem permanecer residindo no local onde sempre viveram, preservando as relações vicinais e com o ambiente.

De acordo com muitos dos relatos, as visitas dos agentes da CODEVASF eram acompanhadas por ameaças e tentativas de intimidação em relação à disposição dos agricultores para submeter suas propriedades à venda, de acordo com as propostas feitas pela empresa pública responsável pela implementação do projeto. "[...] *se a pessoa não vendesse e quisesse o lote, eles não pagavam*". Em outras palavras, o agricultor só tinha uma opção: aceitar o lote e ceder a sua propriedade. Caso o agricultor optasse por vender suas terras, muitas vezes sem a titulação, a estatal não negociava a compra.

Erica Daiane, residente em Tapera, observou que "*nem todo mundo daqui tem o título de suas terras*". Ela está aludindo às terras tradicionalmente ocupadas pelos moradores do vale sem a posse formal. Terras tradicionalmente ocupadas, de acordo com Alfredo Wagner de Almeida, são aquelas que apresentam diversidade de formas de existência coletiva para diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza, não obstante suas diferentes formações históricas (2004, p.9). Sobre a documentação das terras tradicionalmente ocupadas por sua família, Givanildo Mendes afirmou que, "na realidade, essas terras aqui do Salitre, todas em vista, tanto para um lado como para o outro, só têm documentos da rodagem para lá (área que fica fora da região que margeia o rio), apontando na direção da área onde fica a AGROVALE (empresa produtora de Açúcar, Etanol e Bioeletricidade instalada no Vale, no Perímetro Irrigado)".

Seu Rogaciano, o já mencionado agricultor morador da comunidade de Umbuzeiro, contou que *“os empresários foram chegando, comprando, alugando e arrendando as terras do Salitre”*. Chegaram plantando manga, prática que, segundo o agricultor, tirava do salitreiro o direito de reclamar pela posse da terra, de tomar sua terra de volta: *“Eles plantavam manga... Depois que planta manga, por exemplo, você tem o direito de botar o cabra pra fora? Não tem, né!?”*. *“Só sei que eles chegavam e compravam deste, compravam daquele, compravam de mim.... Juntavam o meio mundo de terra. E pagavam valores abaixo do mercado, muito abaixo. Depois que os salitreiros vendiam suas terras, voltavam para trabalhar como peões”*. Lamentando a perda de suas terras entre os anos de 1980 e fins de 1990, destacou que muitos salitreiros foram embora porque ficaram sem terra para plantar. *“Muitos ainda muito jovens... Ficaram sem terra, abandonaram aqui. Não tinham expectativa nenhuma, foram iludidos. Abandonaram aqui e foram embora, deixaram essas comunidades todinhas aí...”*.

O levantamento efetuado pela PROTECS, em 1987, foi desenvolvido em áreas que tiveram seus solos anteriormente arroladas em Estudos de Pré-viabilidade Técnico-Econômica e Social do Projeto Salitre, executados pelo Consórcio JP-ENCO-TAHAL<sup>23</sup>, em conformidade com as especificações técnicas contidas nos Termos de Referência da CODEVASF e na Proposta Técnica da PROTECS. No texto final da segunda, os salitreiros são implicitamente responsabilizados pela degradação da vegetação nativa. Segundo o documento, *a ação humana sobre a vegetação, especialmente nas áreas próximas ao rio São Francisco e aos povoados, através do corte de espécies de maior porte para construção de cercas, fabricação de carvão ou produção de lenha para os fornos de cal, foi apontada como a principal causa da degradação de grande parte dessa vegetação* (PROTECS, 1987, p.19).

Eram muito comuns as práticas agrícolas conhecidas como “terras secas” e “cercas caídas”, formas itinerantes de ocupação e uso da terra. Para cultivá-las, os

---

<sup>23</sup> Engenharia Ltda. - JP; Engenharia e Consultoria Agrícola Ltda- ENCO; Consulting Engineers Ltda. – TAHAL. Funda da em 1952, com origens em Israel e sede na cidade de Or Yehuda, o Grupo TAHAL é uma empresa global especializada na implementação de projetos de infraestrutura em mercados emergentes. Atualmente presente em mais de 30 países, ela possui uma longa trajetória de destaque em projetos de desenvolvimento relacionados a recursos hídricos, tratamento de águas residuais, agricultura, gestão de resíduos sólidos e exploração de gás natural.

salitreiros recorriam a outra prática muito comum na agricultura tradicional brasileira, a coivara. Voltada para o consumo familiar, a coivara compreende o corte e a queima da vegetação para limpar a terra e adubá-la com as cinzas, preparando-a para o plantio. No vale, as "terras secas" e "cercas caídas" variavam em resposta à variação dos recursos disponíveis na região, condicionados às condições climáticas e hidrológicas específicas do semiárido.

Indagado sobre a tradição da agricultura de "cercas caídas" e de "terras secas", Seu Nou, agricultor salitreiro da comunidade de Sabiá, baixo Salitre, afirmou que essas práticas eram também conhecidas como caiçaras. No entanto, destaca que atualmente não são mais praticadas devido à dispersão do perímetro irrigado e, conseqüentemente, dos lotes agrícolas onde se cultivava principalmente manga: -- *As terras secas e de cerca caídas são as caiçaras. Só que não tem mais terra para fazer as caiçaras, porque nessas terras agora tem as roças irrigadas de mangas. Não tem mais como fazer a terra seca e a cerca caída.*

A agricultura de terras secas e cercas caídas, ou as caiçaras, bem como o que em outras regiões do Brasil é conhecido como pousio, integram um sistema tradicional de técnicas agrícolas. O pousio, que contém características muito parecidas com a coivara, as terras secas e as cercas caídas, requer a preservação da terra, deixando uma área sem cultivo por um determinado período para permitir a recuperação dos nutrientes esgotados pelos plantios anteriores. Durante esse intervalo, a terra "descansa", permanecendo sem atividade agrícola por um período específico. Entre nós, este sistema de cultivo recebe outras denominações: agricultura itinerante, roça de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência ou de derrubada e queimada, tendo sua origem na agricultura indígena (Adams, 2000, p. 136). São atividades agrícolas itinerantes praticadas com intensidade no território salitreiro pelas famílias locais quando as terras ainda não haviam sido cercadas, integradas ao perímetro irrigado e transformadas em lotes agrícolas para a produção de mangas. Portanto, ao contrário do relatado no estudo desenvolvido pela PROTECS, as práticas agrícolas das populações que habitavam a área de implantação do perímetro irrigado do Salitre não degradavam a vegetação nativa, ao contrário, permitiam a produção de alimentos saudáveis para a subsistência das famílias, sem a utilização de agrotóxicos, com o que preservavam a caatinga e fauna local.

A agricultura de coivara nas terras ocupadas pelos agricultores, além de atender às suas necessidades alimentares, desempenhava um papel de grande importância no método de cultivo e nos diversos elementos historicamente relacionados à formação de seus modos de vida. Identificada em comunidades tradicionais ao redor do mundo, inclusive na América indígena (Andrade, Kishimoto, 2017), no vale do Salitre, a roça de coivara ainda é praticada, mas desde a década de 1980 começou a perder centralidade por força da introdução e ascensão da agricultura irrigada em pequenas e grandes propriedades, bem como da utilização de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, para aumentar a produção.

Em 1989, o projeto elaborado pela HIDROEXPORT, que teve como objetivo apresentar o método de irrigação, assim como a concepção, dimensionamento e custo preliminar das obras, máquinas agrícolas e equipamentos que compunham o projeto, ignorou as práticas extensivas de criação de animais em terras de cercas caídas. Elas foram definidas como desprezíveis por seu caráter de autoconsumo, limitando-se à criação de “pequenos rebanhos de ovinos, caprinos, suínos e aves (HIDROEXPPORTE/CODEVASF – 1989). A área onde posteriormente seria implantado o perímetro irrigado, é definida como *bastante rudimentar* e ocupada através da *pecuária extensiva*, concentrada principalmente nas áreas de caatinga aberta e nos campos. Na descrição apresentada, as pequenas criações aparecem como sendo encontradas esporadicamente às margens do Salitre, aproveitando refugos dos produtos (melão, abóbora, mandioca, pimentão etc.), assim como restos de cultivos (Ibid.). Essas estratégias desqualificadoras empregadas pelos gestores constituem práticas de construção do campo de ação pautada na moralidade técnica de intervenção do Estado em projetos de administração de água (Scott, 2022). Nas palavras deste autor,

Primeiro a técnica é invocada por empreendedores de grandes projetos como contribuindo para um imperativo moral de resposta a demandas de populações distantes, outras, hierarquicamente diferenciadas e representadas pelos próprios administradores de projetos e planos de desenvolvimento, de grandes obras, que sacralizam as suas técnicas especializadas e demandantes de expertise e conhecimento diferenciado. (2022, p. 122)

Nesse campo de ação, o discurso do desenvolvimento é reforçado com o objetivo de perpetuar a invisibilidade das comunidades locais. Nos dois estudos mencionados, ao

ocultarem as práticas tradicionais de ocupação e cultivo de terras pelos habitantes locais e ao responsabilizá-los pela degradação da vegetação local, podemos observar a reiteração do discurso que se caracteriza como uma prática intrinsecamente ligada à ideologia desenvolvimentista. Essa ideologia, conforme observado por Felipe Sotomaior Cruz (2022) em seus estudos sobre a retórica da CHESF no processo de reassentamento do povo indígena Tuxá, atingido pela barragem de Itaparica, construída em Petrolândia/Pernambuco, manifesta-se também na desconsideração dos direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados (Cruz, 2022).

O Salitre e todo o ambiente ao seu redor apresenta-se em uma relação muito similar com aquela refletida por Heidegger em “A questão da técnica”, que versa sobre a hidrelétrica construída no Reno. Sob a sua perspectiva, o Reno se torna uma composição constantemente desafiada e explorada pelas técnicas modernas (Heidegger, 2002). Com a vida humana cada vez mais submetida a condicionamentos tecnológicos, o homem que habita um lugar escolhido para a implantação de grandes projetos, bem como seus modos de produção e reprodução social, se torna um obstáculo que precisa ser invisibilizado. Cria-se, assim, um campo de ação e de enquadramento das populações atingidas aos objetivos do grande projeto. Trata-se, pois, de um instrumento de significação e imposição de ordem no mundo. [...] *na luta pela apropriação do meio ambiente, ela é o mecanismo pelo qual se dá a desqualificação e a deslegitimação das populações rurais atingidas por projetos de infraestrutura, como as barragens* (Zhourri, 2008, p. 102).

Nos Estudos de impacto ambiental conduzidos por empresas responsáveis pela implementação de grandes projetos de desenvolvimento hídrico, e em seus subsequentes relatórios, é comum, conforme apontado por Zhourri (2005) em sua pesquisa sobre o licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas, que esses estudos desqualifiquem o ambiente onde as obras do projeto são planejadas. Tal prática contribui para a reafirmação e consolidação da invisibilidade das comunidades locais, tal como assinalado, ao mesmo tempo que, no mesmo contexto de práticas associadas à ideologia desenvolvimentista, ocorre a desconstrução dos direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados (Rauber, et. al., 2022). As citadas práticas acentuam a influência política e econômica do Estado nos processos de implementação de grandes projetos de desenvolvimento hídrico e agrícola no Brasil, e em várias outras partes, e também expõem seus efeitos

socioambientais sobre as comunidades residentes nas áreas afetadas. Esse discurso não é recente e está claramente implícito nos diversos estudos, relatórios e levantamentos de dados que antecederam o início oficial das operações do projeto Salitre, em 2010.

A região da Bacia Hidrográfica do Salitre é também destacada pela presença significativa de comunidades quilombolas. Dos nove municípios que compõem a bacia, apenas Ourolândia e Umburanas não apresentam registros de comunidades quilombolas. De acordo com o Comitê da referida Bacia Hidrográfica (2017), entre os municípios de Campo Formoso e Mirangaba, há trinta e sete comunidades quilombolas certificadas. No trecho do vale do Salitre localizado entre os municípios de Campo Formoso e Juazeiro, estão registradas comunidades de quilombos em Junco, Pau Preto, Capim Raiz, Bebedouro e Curral Novo. Marcia Guena (2015, 2014) revela que o Ministério do Desenvolvimento reconhece, desde 2012, a existência de quatorze comunidades de quilombo na região de Juazeiro. Notavelmente, Pau Preto, Junco, Curral Novo e Rodeadouro, todas situadas no vale do Salitre e dentro da área de exploração do projeto, destacam-se nesse reconhecimento. Curiosamente, não foram encontradas referências a essas comunidades em nenhum dos documentos consultados. A sua invisibilização parece desempenhar um papel importante no âmbito dos interesses e estratégias que envolvem esses grandes projetos, contribuindo significativamente para a marginalização e desconstrução de seus direitos territoriais (Rauber *et al.*, 2022).

De acordo com as Associações Comunitárias do vale, o Relatório da PROTECS foi considerado falho e incompleto no levantamento de dados sobre a cobertura vegetal. Na proposta elaborada pelos agricultores para implementação do projeto, assinada por quatro associações e apresentada à CODEVASF, é contestada a afirmação de que 100% da vegetação da região era de caatinga. Ao contrário, os agricultores alegaram que nenhuma das comunidades apresentava 100% de caatinga, mas se tratava de terras cultivadas, com plantios, pastagens de pequenos animais e extrativismo de subsistência. No texto da proposta, destaca-se que "quanto ao uso atual (1987) das terras, não é verdade que 100% estão cobertas por pastagens naturais, pois existem plantios de capim búfalo, grandes áreas de algaroba, culturas de subsistência, áreas de leucina e até fruteiras".

Conforme abordado com mais detalhes no último capítulo desta tese, foi a expansão da agricultura irrigada na região do vale do Salitre quem promoveu a degradação da vegetação nativa, principalmente em decorrência da supressão vegetal da área onde estão atualmente localizados os grandes loteamentos agrícolas. O termo "desmatamento agrícola" era empregado para se referir à supressão vegetal. Com o avanço das atividades vinculadas à implantação do projeto, o aumento do desmatamento foi progressivo, convertendo áreas de pastagens ou de vegetação nativa em loteamentos agrícolas. A devastação da vegetação também resultou em grilagem, concentração fundiária no entorno do perímetro irrigado e, conseqüentemente, no assoreamento do rio Salitre.

Em 1987, os agricultores cobravam da CODEVASF um levantamento de solo e estudo de viabilidade que fosse justo e incluísse todos os salitreiros que estavam sendo afetados pela especulação em torno do projeto, e que se agravaria ainda mais com o início das obras de implantação. Expressavam o desejo de continuar vivendo em seus territórios, conforme suas tradições, ou seja, criando pequenos animais e cultivando suas roças.

As sus considerações não tiveram acolhida, sequer mereceram atenção, e devem ser interpretadas ao abrigo da noção de descaso planejado (Scott, 2022, 2012, 2009), uma prática que já estava estabelecida entre as diretrizes presentes no planejamento de grandes obras, por meio de “um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos – os que residiam na área almejada para a instalação física do projeto” (Scott, 2012, p.124).

Nessa perspectiva, a omissão, por parte dos gestores, em relação às famílias nativas que habitavam o território selecionado para a implantação do projeto, a subtração de parte das terras tradicionalmente por elas ocupadas, a culpabilização a elas atribuída pela degradação da vegetação nativa, a ocultação do uso tradicional da área de caatinga para pastagem, cultivo de pequenas roças e a prática do extrativismo de subsistência compreendem um conjunto de ações voltadas para a desconstrução dos seus direitos territoriais (Rauber *et al.*, 2022).

Sistematicamente tem-se observado, em estudos para implementação de projetos de desenvolvimento, a manipulação de informações, no mais das vezes essenciais para

assegurar direitos e reparar danos socioambientais das populações atingidas. Simultaneamente, ações intencionais buscam deslegitimar práticas.

Subjacente e complementar ao descaso planejado opera a violência administrada (Scott, 2009) por meio de delongas, omissões e ações que visam frustrar e exasperar os agentes sociais locais, mediante, em geral, procrastinações, de modo a estimulá-los a não agir, a não resistir, enfim, a desistir. Nada é feito por decisão unilateral das agências gestoras dos grandes projetos, mas em absoluta sintonia com os interesses e objetivos dos grandes empreendedores, detentores do capital, e o beneplácito do Estado. Predominam, pois, ações e decisões que historicamente ignoram os impactos negativos, desconsideram os grupos afetados, e que o são porque não detêm nenhuma parcela de poder passível de contraposição, e tentam desqualifica-los, de modo a excluí-los da repartição de quaisquer benefícios que possam advir das obras.

(...) quando o Estado se aproxima com as suas pranchas e equipes de topógrafos para delimitar o seu campo preferido da água, a população local, a depender do seu grau de conhecimento e poder de manejo de recursos, se torna, potencialmente, uma população mais atingida que beneficiada. (Scott, 2012, p. 121)

Pode-se, assim, afirmar que o Projeto Público de Irrigação Salitre, ou simplesmente projeto Salitre, seguiu um padrão recorrente comum aos denominados projetos de desenvolvimento, que redundam em prejuízos significativos para as vidas das populações que já são historicamente desfavorecidas, mesmo que estejam bem organizadas e apoiadas em seus entornos (Scott, 2009).

Ao analisar a padronização dos prejuízos, perceptível nas várias etapas de implantação do projeto Salitre, identifiquei uma considerável semelhança com as estratégias empresariais identificadas por Deborah Bronz (2013) nos processos de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. Essas estratégias, que, como mencionado anteriormente, compõem o campo de ação da intervenção estatal, consistem, segundo Bronz, na criação de "argumentos para justificar a localização dos empreendimentos e a sua ocupação territorial, defendendo o desenvolvimento como meta e determinando estratégias para construção dos aparatos de controle e gestão dos territórios e das populações" (p. 41). Os saberes disciplinares exigidos, ao longo dos

procedimentos, são observados na produção de um discurso que apresenta notáveis semelhanças com aquele gerado pela disciplina da geopolítica (ibid.).

### **5.8. Desejos, expectativas e as incertezas de um projeto de desenvolvimento**

Mesmo em face desse extraordinário repertório de contradições, prevalecia entre os salitreiros o desejo de que o projeto de irrigação fosse implementado no vale, contanto que atendesse às suas reivindicações e que a CODEVASF corrigisse os dados “*levianamente levantados pela PROTECS*”. Entre essas reivindicações estava, além do levantamento correto das famílias e das terras por elas habitadas na área de implementação do projeto, a distribuição justa de lotes agrícolas e a perenização do rio Salitre, degradado pela intensificação da agricultura irrigada ao longo de suas margens. Eles argumentavam que, devido aos sofrimentos que lhes foram impostos ao longo dos anos de espera, mereciam uma recompensa que fosse além dos projetos de mitigação, como a construção de barragens galgáveis<sup>24</sup>. Exigiam o assentamento como irrigantes para todos os agricultores residentes, com prioridade aos agricultores de baixa renda, integrados na comunidade e sem posse de terra. Exigiam também apoio governamental para os moradores que possuíam roças, mas que não as cultivavam por falta de estrutura e devido ao do assoreamento do rio Salitre.

A implementação de projetos de irrigação abrange, na maioria das vezes, ativos importantes para a geração de renda dos atingidos que, uma vez perdidos, não são substituídos. O problema é tão complexo quanto a perda do espaço físico; ela penetra nos modos de produção e reprodução social das famílias, e repercute nas estruturas que fundamentam e dão sentido à vida, incluídos os diversos meios de subsistência das comunidades, as relações vicinais e as relações com os outros-que-humanos. Nesse sentido, as terras agrícolas representam não apenas um local de cultivo, mas compõem a base existencial.

No caso dos agricultores do vale do Salitre, conforme suas narrativas, as roças, casas, rio, veredas e caminhos que os levam aos lugares habitados são mais do que simples

---

<sup>24</sup> Abaixo-assinado elaborado pelas Associações e Representantes Comunitários do Vale do Salitre entregue à Diretoria de Engenharia da CODEVASF. Vale do Salitre, Juazeiro/BA, outubro de 1989.

parcelas de solo ou recortes do ambiente onde vivem; são a fonte de sustento, identidade e tradição. Enfim, de segurança ontológica. Durante o trabalho de campo ficou demonstrado o quanto a perda da terra afetou as vidas locais, resultando não apenas em desafios econômicos, mas também na quebra de laços históricos entre famílias vizinhas e na interrupção de práticas agrícolas tradicionais. A luta das comunidades diante dessas perdas e a sua capacidade de resistência foram postas à prova no campo de ação do projeto. Elas enfrentam não apenas a necessidade de reconstruir seus territórios, mas também a tarefa complexa de reconstituir uma parte vital de sua existência. Portanto, ao tratar das situações de deslocamento e perdas que envolvem populações atingidas por projetos de desenvolvimento, é imprescindível considerar não apenas as consequências tangíveis, mas também os impactos mais profundos que reverberam nas vidas e nas histórias. Busca-se a recuperação da segurança de habitar um lugar, cujas paisagens se confundem com as histórias e memórias locais, tanto coletivas quanto individuais.

## CAPITULO VI

---

### **6. EDITAL Nº. 18/2009: USURPAÇÃO DA TERRA, EXCLUSÃO E PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDE**

O presente capítulo baseia-se em material etnográfico produzido por ocasião do trabalho de campo realizado entre os meses de fevereiro/março de 2017, dezembro/fevereiro de 2018/2019 e dezembro de 2020. Durante a última imersão no campo desse período, em dezembro de 2020, foram seguidos todos os protocolos de segurança contra a Covid-19, de modo a colaborar para conter o avanço da pandemia, conforme recomendações da OMS<sup>25</sup>. Ademais das medidas preventivas, todas as visitas às comunidades foram realizadas na companhia de Mineia Clara dos Santos, liderança e agente responsável pela promoção da saúde e prevenção de doenças nas comunidades do baixo Salitre compreendidas entre Junco e Sabiá.

Assim como no capítulo anterior, esta exposição pretende proceder a um exercício de reflexão sobre a promessa reverberada pela CODEVASF de redistribuição de lotes agrícolas entre agricultores locais como compensação por suas perdas; as diretrizes excludentes do Edital nº 18/2009 para seleção de irrigantes familiares do projeto Salitre; bem como uma série de eventos que ainda impactam as comunidades do vale.

Durante minhas incursões no baixo curso do Salitre, região do perímetro irrigado, observei que o termo "*lote*" era frequentemente empregado pelos salitreiros e salitreiras em conversas que abordavam suas desilusões ao longo do processo de implementação do projeto. No campo de ação dos grandes projetos de desenvolvimento agrícola, os lotes agrícolas referem-se a porções de terra destinadas à exploração agrícola em projetos públicos de irrigação, conhecidos como perímetros irrigados. Durante conversas com interlocutores, notei que o termo, atualmente usado também para designar os lugares que compõem o território por eles habitado, suscita insegurança e uma gama diversa de sentimentos.

---

<sup>25</sup> Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou a COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o nível mais elevado de alerta, conforme definido no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, oficialmente categorizou a COVID-19 como uma pandemia, enfatizando sua gravidade e alcance global.. (Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias>)

Ao percorrer caminhos que ligam as comunidades de Tapera e Junco ao povoado de Julião, comecei a conferir atenção mais cuidadosa às inquietações que os *lotes agrícolas* causavam. Percebi que essas preocupações se intensificavam especialmente quando, durante as conversas, eram evocadas lembranças que os conectavam a uma época em que o uso da terra não era limitado por cercas e ainda prevalecia a prática da *posse seca* e de *cerca caída* para, respectivamente, cultivo agrícola de subsistência e pastagem de pequenos animais. A *posse seca*, como já mencionado, é historicamente empregada em terras localizadas distantes das margens do rio, sem cultivo e desprovidas de cercamentos, motivo pelo qual são conhecidas como "cerca caída".

O não cercamento das terras não significava, contudo, que não houvesse ocupantes. Algumas áreas delimitadas por cercas, onde se pratica a posse seca para pastagem de caprinos e ovinos, pertenciam aos próprios moradores das comunidades, herdadas ou adquiridas de seus antigos patrões, latifundiários que, por muitos anos, exploraram a região com seus extensos currais, engenhos e vastas plantações de cana-de-açúcar. Outras áreas são consideradas terras devolutas ou de propriedade de latifundiários locais que as abandonaram, sem, todavia, nunca perderem a posse, devido ao declínio da produção de cana-de-açúcar e da criação de gado na região. O processo de cercamento das terras ocorreu em grande parte devido ao contexto comercial associado ao processo de implementação do projeto Salitre e à subsequente intensificação da agricultura irrigada em larga escala. Erica Daine, que me acompanhou em uma visita à comunidade de Julião, recordou-se do tempo em que as terras eram generalizadamente abertas, sem cercas. Sobre as práticas de *posse seca* e uso das terras de *cercas caídas*, ela observou que

“... antigamente as pessoas tinham a *posse seca*, posse da região não irrigável, região de mata. A posse seca era aquela área que não era irrigável e ficava aberta, lá para dentro da caatinga, para pastagem dos bichos de criação. Nos outros lugares chamam de fundo de pasto. Só que aqui não tem essa tradição de chamar de fundo de pasto, isso porque não são áreas coletivas. As terras estão abertas, mas têm donos. Isso é mais forte para lá, para o alto Salitre. Quando comecei a conhecer os fundos de pasto eu olhava para o Salitre e dizia: Oxe! Lá no Salitre tem, porque os bichos ficam soltos pelo mato. Só que não! Quando fui ver, as pessoas diziam: Não, ali era de fulano, ali é de fulano, ali é de fulano. Só que não tem a cerca para a gente saber de quem é”. (Erica Daiane, comunidade de Julião, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

No decorrer das nossas interlocuções, conforme destacado anteriormente, Erica Daiane afirmou que esse tipo de relação com a terra, a *posse seca*, é mais acentuada no alto curso do Salitre, região de fronteira entre os municípios baianos de Juazeiro e Campo Formoso, que compartilham o território abrangido pelo vale do Salitre. No baixo curso, no perímetro irrigado, muito provavelmente devido à forma intensiva de produção agrícola desenvolvida, a prática da posse seca foi atenuada.

Em 2021, durante contato com agricultores da comunidade de Julião, atentei para a ocorrência do uso do termo "lote" por salitreiros daquela localidade que questionavam os benefícios do projeto, o loteamento da terra, sua distribuição para pessoas de fora e, conseqüentemente, sua privatização. Naquele diálogo, o já citado agricultor Givanildo relatou que, desde a década de 1980, muitos moradores e famílias inteiras deixaram o Salitre, especialmente os mais jovens, que venderam suas terras, a preços significativamente inferiores ao valor real, para produtores de fora. Desde a década de 1960, como visto, a terra do vale do Salitre, assim como seus recursos naturais, especialmente a água, vem passando por um lento e prolongado processo de mercantilização, iniciado com os primeiros estudos de viabilidade agrícola na região.

Desse modo, as referências aos lotes expressam a percepção por eles adquirida das desigualdades persistentes causadas pela própria estrutura organizacional e de gestão do projeto, bem como dos seus sentimentos de exclusão em face do descumprimento das promessas feitas desde os primeiros contatos com as agências estatais. Promessas que afirmavam que todos os agricultores habitantes do perímetro irrigado seriam contemplados com lotes agrícolas.

“Eles prometiam que iam alocar o pessoal do Salitre. Que todos teriam lotes. Só foi alocado um, mais ninguém. Aí o povo se afastou, fui me desgostando.... Me desgostei, me desgostei, larguei até a associação que perdeu muitos associados. Deixei pra lá.

Na época queriam me dar um lote, mas a CODEVASF... me comeu ali 31 ha da minha terra. E eles me indenizaram, me pagaram por 31 ha... Pagaram 200 e poucos reais o hectare (1 ha). Na época estavam vendendo por 6.000 o hectare. A CODEVASF comprava por 200 reais e vendia por esse valor (6.000).

Mas rapaz, eu lutei, eu andei por essa CODEVASF.... Por tudo quanto foi lugar... fui para Salvador várias vezes. Estive na assembleia legislativa. Aqui em Juazeiro fizemos reuniões, aí na Câmara dos vereadores... lá em Salvador

também... e nada foi resolvido”. (Seu Rogaciano, comunidade de Umbuzeiro, Junco-Juazeiro/BA, 2022)

Dona Eliete, moradora da comunidade de Curral Velho, lembra que, sem terra para plantar, muitos salitreiros foram trabalhar nas terras adquiridas pelos colonos, i.e., grandes produtores contemplados com os lotes e que exploram a agricultura irrigada na região.

“Porque tem gente que não foi embora e, como não pegou o lote, foi ser empregado dos colonos que vieram de fora. Foram poucos os daqui que pegaram lotes. A gente cita os nomes dos que pegaram lotes aqui. Tem Fabiano, tem Zé Ribeiro, tem Cristina de seu Mané Vitalino, mas esta já morava na cidade.

Então as outras pessoas passaram a viver basicamente do trabalho no projeto, na banana, no melão, no fazer as cercas dos projetos, dos lotes...

Trata-se, como diria Karl Marx (1984), *dos efeitos da usurpação da terra comunal e da revolução na agricultura que a acompanhou* (ibid. p. 270). Os agricultores descrevem os efeitos agudos das intervenções do Estado em seus modos de vida à medida que avançavam as diversas etapas do processo de implantação do projeto, no vale. O cercamento de campos até então abertos e a venda constrangida de terras pertencentes aos moradores locais culminaram no aumento do monopólio por parte dos grandes arrendamentos, na precarização da mão-de-obra do trabalhador e, conseqüentemente, no despovoamento das comunidades devido à evasão da população, principalmente dos mais jovens. Aqueles que não se submeteram ao processo de migração forçada, com pouca ou nenhuma possibilidade de adquirir novos meios de subsistência, foram transformados em trabalhadores para os grandes produtores que, por sua vez, migravam atraídos pelas condições de precarização da mão de obra nativa em situação de proletarização

Tal como assinalado por David Harvey (2004), todas as características da acumulação primitiva delineadas por Karl Marx permanecem notavelmente presentes na geografia histórica do capitalismo até os dias atuais. Elas são recorrentemente reproduzidas nas práticas e na gestão estatal de projetos de desenvolvimento que impactam populações dependentes da pequena produção rural. Como observado por Harvey, a expulsão de comunidades camponesas e a formação de um proletariado sem terra intensificaram-se em países como México e Índia, nas últimas três décadas do século

XX (2004, p. 121). Esse fenômeno replica-se no vale do Salitre, onde, da mesma forma que no México e na Índia das décadas de 1990, "muitos recursos anteriormente compartilhados, como a água, têm sido privatizados (frequentemente por insistência do Banco Mundial) e submetidos à lógica capitalista da acumulação" (ibid).

### **6.1. Lotes, terra e a desconfiança dos excluídos**

Em 2022, durante incursão nas comunidades situadas entre Junco e Tapera, conversei com agricultores que estavam cultivando em roças localizadas à beira da estrada. Roças de natureza familiar, que não se enquadram na categoria de lotes, distinção feita pelos próprios salitreiros. O termo lote aplica-se apenas à terra na área onde está localizado o perímetro irrigado do projeto Salitre, afastada dos limites do rio e destinada a irrigantes empresários, como já assinalado. Ao contrário da autonomia desfrutada pelos proprietários para cultivar suas terras de acordo com suas tradições e necessidades, nos lotes cultiva-se o que é considerado mais adequado aos propósitos do projeto, atendendo às demandas do mercado.

Nas roças, os salitreiros também cultivam produtos demandados pelo mercado, o que seria de se esperar, mas seguem principalmente a tradição da agricultura familiar, praticando a policultura e empregando essencialmente a mão de obra do núcleo doméstico (Fortes, 1974). Além dessas distinções, a relação com as roças é efetiva e afetiva, fundamentada em memórias, como pude perceber durante as caminhadas pelas comunidades e as conversas com interlocutores, tanto do alto como do baixo curso do Salitre. Já com os lotes, mantém-se uma relação de obediência às normas técnicas impostas pelo Estado e pelo mercado.

Em Curral Novo, comunidade situada a cerca de 20 quilômetros do centro de Juazeiro, conversei com a professora e líder comunitária Eliete sobre os problemas relacionados ao projeto, referidos por ela como compondo uma herança maldita. Dona Eliete compartilhou as dificuldades vivenciadas por sua comunidade desde que as primeiras promessas de redistribuição de benefícios do empreendimento ecoaram na região, e que revelam o oposto do que os salitreiros foram levados a acreditar como recompensas provenientes da implantação de um sistema de produção agrícola que

previa, entre outras coisas, melhorias nas condições socioeconômicas locais e a democratização do uso da terra e da água. As regras da exclusão estavam especificadas no Edital nº. 18/2009.

Em 2009, ao orientar sua agenda desenvolvimentista para o vale do Salitre, a CODEVASF publicou no Diário Oficial o Edital de nº. 18/2009, que regulamentava a seleção de irrigantes familiares do projeto. O edital destinava 255 lotes aos pequenos agricultores que atendessem aos critérios de pontuação. As disposições contidas no documento eram significativamente distintas daquelas propagadas pelos agentes da CODEVASF nas comunidades antes da inauguração da primeira etapa do projeto, em 2010. O registro por escrito prevalecia sobre as comunicações informais, que ocorriam de forma presencial, de porta em porta e de roça em roça. O edital, enquanto comunicado oficial, negava-lhes o direito de acesso à terra que antes compunha parte do seu território, uma vez que agora, ao ser loteada, fazia parte do perímetro irrigado.

As disposições destacadas no Edital, apresentadas pela estatal como critérios para pontuação, foram relatadas pelos agricultores, durante minhas incursões ao campo, como condições impeditivas à sua participação no processo licitatório. Este conflito entre eles, a CODEVASF, o edital e suas regras resultou na interposição de um mandado de segurança, com pedido de liminar, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro (STRJ).

De acordo com o STRJ, ele violava o princípio da moralidade administrativa, porque, ao longo de mais de 50 anos (aqui considerado o ano de publicação do Edital, 2019), os salitreiros lutaram pela concretização do projeto, confiantes nas promessas difundidas pelas agências responsáveis pela gestão do empreendimento. No entanto, conforme registrado no mandado de segurança e nos depoimentos dos salitreiros, ao aproximar-se a concretização do antigo sonho, despontava a dura realidade de que, inevitavelmente, se tornariam mão de obra barata para os proprietários de terras de outras regiões que migravam para o vale do rio.

No período em que o STRJ impetrou o mandado contra a CODEVASF, em abril de 2009, o então deputado Federal Joseph Bandeira, em uma carta endereçada ao então

presidente da CODEVASF, Sr. Orlando Vilas Boas, destacou, em virtude das insatisfações dos salitreiros com as condições impostas pelo Edital para o acesso aos lotes, que o projeto “de ano para outro, cada vez mais suscita e recrudescer exaustivas e acirradas discussões sobre aspectos de sua concepção e expectativas quanto aos resultados finais”. Seis anos antes, em agosto de 2003, o deputado federal Daniel Almeida destacara a prevalência da desigualdade na distribuição de terras no vale. Em discurso na Câmara dos Deputados, Almeida afirmou que a luta da população do Salitre visava reverter a distribuição dos lotes. Endossando o posicionamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Federação de Trabalhadores na Agricultura (FETAG), ele observou que, naquele ano de 2003, 80% dos lotes no perímetro irrigado do projeto Salitre estavam sob a posse de grandes e pequenas empresas, enquanto apenas 20% eram destinados a pequenos produtores para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Em 2018, visitei o povoado de Recanto, onde tive a oportunidade de conhecer e conversar com Dona Leonice, líder comunitária e moradora daquela localidade. Já tinha ouvido muitos relatos sobre ela e sua incansável luta pela água na região. Por isso, iniciei nossa conversa abordando esse tema. Como estratégia de pesquisa, solicitei à interlocutora que, sem se preocupar com a ordem cronológica dos acontecimentos, compartilhasse sua trajetória no vale do Salitre. Dona Leonice prontamente atendeu à minha solicitação, e, como se seguisse o curso do rio, descreveu diferentes momentos de suas experiências nas comunidades. Por vezes, referia-se a períodos mais remotos, outras a tempos mais recentes, todos vívidos em suas memórias. A centralidade do rio e da água é tão clara quanto um dia foram as águas do rio, que, segundo ela, definem quem ela é.

Ao rememorar histórias, evocar lugares e revelar não apenas o conhecimento, a memória e o senso de pertencimento a esses locais e à sua identidade, mas também os impactos dos eventos na luta e nos modos de vida dos salitreiros, Dona Leonice falou de si e da contínua luta de “seu povo” pelo direito de acesso ao rio, à água, à terra e contra as ações excludentes do projeto Salitre. A expressão “luta”, frequentemente utilizada em suas narrativas, abrange diversos significados; ora descreve a rotina de trabalho, ora designa tarefas domésticas, ora refere-se às dificuldades de locomoção dos moradores locais para outras localidades devido à falta de transporte público e às péssimas condições das estradas. No entanto, é importante ressaltar que o sentido predominante do termo está

relacionado ao contexto de mobilizações coletivas e à construção de comunidades por meio dessas mobilizações (Comerford, 1999, p. 19).

Aqui toda vida as pessoas viveram da agricultura. Era assim, uns plantavam poucas coisas em suas roças, outros plantavam mais porque tinham terras mais férteis e até vendiam para fora. Ai com a vinda do Projeto isso despertou em pessoas que tinham um poder aquisitivo maior o interesse pelas terras, e o problema da falta de água foi se agravando cada vez mais, isso porque eles para produzir puxavam muita água. Eles (os grandes produtores) tinham motores grandes e puxavam muita água, e os pequenos agricultores, os salitreiros, ficando sem. Quem plantava pouquinho, meio hectare ou menos de meio, sofria mais porque os grandes puxavam a água quase toda.

Sei que as coisas foram se agravando. Mas o pessoal foi buscando, foi lutando e se organizando. Os grandes (produtores) não entendiam (não aceitavam) aquela luta e diziam que era baderna dos pequenos.

Os grandes eram proprietários que tinham grande poder aquisitivo. No início de 1980 tinha um que era bancário. Tinha outro que era produtor mesmo. Nos projetos de Petrolina ele era produtor e tinha lotes dentro dos projetos de lá (Projeto Bebedouro). Lá tinha água abundante, mas as terras não eram boas, então eles migravam para onde tinha terras boas, como vieram para o Salitre por conta das terras boas e do Projeto daqui. Então eles tinham os lotes lá e vinham ocupar terras aqui também para fazer a mesma coisa. Só que eles tinham água em abundância, e aqui não tinha. Esse foi o problema maior do salitreiro, foi quando o Projeto Salitre chegou e os grandes produtores vieram para aqui ocupar as terras e fazer grandes plantações e usar toda água. (Dona Leonice Rocha da Silva, comunidade de Recanto, Junco-Juazeiro/BA, 2018)

Agora eu tenho uma relação com a terra até hoje. É uma relação com a terra e com o rio, com a água, a luta pela água. Parece que a água corre no meu sangue, na veia. Sempre estou na luta pela água, sempre estou defendendo a água. É tanto que muitos aqui me chamam de mãe das águas, e eu não sei porquê. (Dona Leonice Rocha da Silva, comunidade de Recanto, Junco-Juazeiro/BA, 2020)

Quanto à recente luta contra as práticas excludentes implementadas na administração da CODEVASF, Dona Leonice também enfatizou o processo de licitação dos lotes. Ao ressaltar a prioridade concedida aos grandes produtores no processo de seleção de irrigantes, ela designou o processo como excludente e uma das causas dos mais recentes conflitos no vale do Salitre. Percebendo a importância da sua interlocução para o desenvolvimento da conversa, confidenciei-lhe ter ouvido muitas reclamações sobre a preferência dada aos grandes produtores no processo de seleção para aquisição dos lotes agrícolas. Concordando com as observações dos demais agricultores, ela afirmou haver registros de produtores com recursos limitados que foram contemplados com os lotes, mas não puderam cultivar as terras, por falta dos recursos imprescindíveis.

## 6.2. A vida depois do Edital: a herança maldita

Pesquisadora dos problemas enfrentados por sua comunidade, Erica Daine da Costa Silva revelou, em um estudo apresentado em 2013, que os canais de concreto construídos pela CODEVASF para desviar a água do rio São Francisco em direção ao projeto Salitre avançaram sobre a área de caatinga, resultando no desmatamento de área desse bioma. A supressão da vegetação nativa fez parte das obras planejadas no projeto Salitre para a implantação dos lotes agrícolas. Segundo Daine, parte das áreas desmatadas era utilizada coletivamente pelos salitreiros como pastagem para animais, incluindo caprinos e ovinos. Ela destaca que nesses locais os animais pastavam e bebiam nas aguadas durante o período em que ficavam soltos por decisão dos proprietários residentes às margens do rio (Costa Silva, 2013, p. 36). Essas áreas eram, em grande parte, propriedades com donos, mas sem as cercas tradicionais que impediam as pessoas de desfrutá-las, seja praticando a pastagem ou coletando produtos nativos da caatinga, como umbu e maracujá do mato.

No vale do Salitre, embora haja uma tradição de pastagem em áreas não cultivadas, as comunidades rurais não se identificam como "*fundos de pasto*". Como é largamente sabido, a expressão "fundos de pasto" refere-se a práticas comunitárias de uso da terra, especialmente para o pastoreio extensivo de animais. De acordo com Franklin Plassman de Carvalho, essas formas organizativas concernem a uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e práticas de "uso comum" (2014, p.98). Carvalho, por sua vez, destaca que o sentido de uso comum tem estreita relação com uma ação política que reflete a autoconsciência cultural dos agentes sociais e também um modo tradicional de vida (Ibid.; Almeida, 2011, p. 20, apud Carvalho, 2014). Apesar de viverem cotidianamente de maneira aparentemente alinhada com as características tradicionais dos autodenominados "fundos de pastos", os salitreiros assim não se autodenominam e não praticam o uso coletivo das terras no sentido compreendido por essa prática. Além disso, não são certificados como "fundos de pasto" pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do governo do Estado da Bahia - SEPRMI.

No vale do Salitre, a prática de pastagem de caprinos e ovinos era tradicionalmente realizada em áreas com "*cercas caídas*" (Silva, 2013), normalmente localizadas no

interior da caatinga e sem cultivo. Durante o trabalho de campo, Érica Daiane utilizou a expressão "*posse seca*" em uma conversa compartilhada com o agricultor Givanildo Mendes, residente no povoado de Julião, para descrever essa prática ainda comum na região, que consiste na ocupação de terras não cultivadas para a criação de animais. Antigamente, explica ela: --“ [...] *as pessoas tinham a "posse seca", que é a posse da terra não irrigada, região de mata. A "posse seca" é a ocupação feita pelos salitreiros de terras não cercadas, que ficam abertas para a vegetação natural e os animais de criação*”, completando que

Nos outros lugares chamam de fundo de pasto. Só que aqui não tem essa tradição de chamar de fundo de pasto porque não são áreas coletivas. As terras estão abertas, mas têm seus donos. Isso para lá, para o alto Salitre, ainda é muito forte. (Érica Daine, Povoado de Julião, dezembro de 2020)

Durante o processo de loteamento da área irrigada, diversas espécies de vegetação nativa, algumas em risco de extinção, foram impactadas pela supressão vegetal. A instituição gestora do projeto considerou a ação necessária para a abertura do dreno e o cultivo da terra, mas os efeitos colaterais podem ter afetado o regime de chuvas, o clima local e contribuído para o assoreamento do solo nas proximidades do perímetro irrigado. O umbuzeiro, a umburana, a quixabeira, a baraúna e a aroeira foram eliminados durante o processo de *desmatamento agrícola*. Essas espécies vegetais, integrantes das paisagens locais, foram arrancadas de sua área de origem, carregando consigo histórias de gerações que testemunharam o passar do tempo e o movimento de muitas vidas.

Outro problema constantemente destacado está diretamente relacionado ao dreno, que, situado a céu aberto em uma linha de pequeno declive do solo, tem impedido o escoamento das águas das chuvas, afetando o volume do curso d'água. Escavado a jusante, o dreno separa a parte alta da parte baixa do rio Salitre, evitando que as águas das enxurradas desçam para abastecê-lo. Retidas no dreno, as águas misturam-se aos resíduos das áreas irrigadas, formando um grande volume que passa pelas comunidades, assoreando suas margens e causando sérios danos às áreas habitadas. No campo, observei que o dreno passa beirando as cercas e paredes das casas de algumas comunidades, sendo Curral Novo a mais afetada.

Mesmo para pagar, os salitreiros não conseguiram os lotes. Porque ninguém queria nada de graça. Queria com condições iguais de pagar, mesmo eles dizendo que as cem famílias teriam de graça.

Mas pelo Edital a gente ia entrar mesmo para pagar igual a todo mundo, como eles pagam aí, K1, K2... Nem sei como está hoje.

Agora, de graça mesmo, ganhamos esse dreno. Esse dreno ele acompanha o rio Salitre... ali, desde a Tapera, ele vem cortando o Salitre até chegar no São Francisco.

Acabou com as estradas. No Sabiá 2 e aqui em Curral Novo ele passa a um metro das casas. Tem ali ele, a um metro das casas, assoreando, chegando para perto das casas. Tinha gente pra ali que jogava até lixo para soterrar. Aonde a terra caia jogava barro para poder ele afastar o dreno da casa.

Isso veio de graça. Não quiseram ouvir o povo. A gente reclamava, a gente dizia que ia ficar na frente das máquinas para não cavar.

Mas tem aquela coisa: quando o governo quer fazer, ele faz, ou por bem ou por mal, ele faz. (Eliete Leite Paixão, Curral Novo, Junco-Juazeiro/BA, 2021)

Além do medo e insegurança causados aos moradores das casas próximas ao dreno, o impedimento do escoamento das enxurradas, conforme relatos e registros de Daine em sua pesquisa, também resultou em sérios danos aos açudes, aguadas e barreiros que garantiam o acesso à água para os ribeirinhos, durante os períodos de escassa precipitação.

Em 2014, essas questões foram debatidas em um seminário intitulado "Salitre: de onde viemos? Para onde vamos?", realizado na comunidade de Alfavaca, baixo Salitre, sob a organização e coordenação de várias associações atuantes na região. O evento reuniu aproximadamente vinte comunidades, escolas e diversas organizações sociais para discutir os problemas de saúde, ambientais, socioculturais, políticos e econômicos do vale, historicamente conhecido pela desastrosa gestão de seus recursos hídricos. Em uma carta política aberta à sociedade, os organizadores declararam que o objetivo do evento foi abrir um espaço de reflexão para a população local conhecer melhor sua história, problematizar suas realidades e propor elementos que constituíssem um projeto popular para a região (Silva, 2014).

Na ocasião, divulgou-se que várias comunidades, incluindo Curral Novo, listada como comunidade de quilombo pela Fundação Palmares, estavam enfrentando, e ainda enfrentam, ameaças decorrentes de um dos maiores problemas já constatados em um

perímetro de irrigação: o dreno central ou principal. Este foi escavado nas áreas habitadas, onde estão localizados os lotes agrícolas do projeto. Como mencionado anteriormente, o dreno central recebe todo o excedente de água natural proveniente das chuvas e daquelas utilizadas na irrigação. Conforme relatado pelos moradores, essas águas despejadas no dreno acumulam resíduos de agrotóxicos aplicados na agricultura irrigada.<sup>26</sup> As famílias que residem nas proximidades do canal de drenagem enfrentam sérios impactos, como mencionado anteriormente.

As famílias são diretamente prejudicadas tanto pela poluição das águas, que frequentemente ficam estagnadas, quanto pela erosão do solo, agravada especialmente em períodos de intensas chuvas devido à força da correnteza. Em diversos pontos, a distância entre as casas, a faixa de terra onde estão assentadas e o dreno não ultrapassa três metros. Diante dessa situação, a partir de 2014, um conjunto de reivindicações exigiu da CODEVASF e demais órgãos responsáveis a remoção das residências situadas às margens do dreno e a implementação de ações voltadas para a prevenção ambiental e promoção da saúde das comunidades salitreiras.

Uma das principais demandas é o estabelecimento de um monitoramento contínuo da qualidade da água que flui no dreno, uma vez que esta é "lançada a montante da captação que abastece várias comunidades e a cidade de Juazeiro" (Silva, 2014).

### **6.3. Práticas que legitimam a insegurança estrutural**

Em um modelo de desenvolvimento econômico fundamentado na forma intensiva de produção agrícola, a potencial devastação ambiental causada pelo empreendimento é frequentemente ocultada e justificada pela promessa de distribuição de benefícios e melhoria na qualidade de vida das populações afetadas. Assim, conforme ressalta Silva,

Muitos não questionam os danos socioambientais omitidos na propaganda governamental, fato este que Alier (2007) denomina de mochila ambiental, ou seja, aquilo que vem de forma não revelada como impacto negativo com estes empreendimentos. Ao esgotarem os recursos naturais, explorados à exaustão, os

---

<sup>26</sup> Luiza T. de L. Brito, em pesquisa que tratou dos impactos das atividades agrícolas sobre a qualidade das águas da bacia hidrográfica do Salitre, realizada em 2005, constatou que, em virtude das atividades agrícolas na região, elevados valores de sólidos estavam sendo dissolvidos em áreas irrigadas (Brito, 2005.; Amaral, 2012, p. 53)

megaprojetos deixam um rastro de prejuízos ambientais, sociais e culturais, poluição das terras e das águas e a relocação das populações locais. Ao questionarem os governantes por seus direitos, estas populações são vistas como um entrave para uma pretensa modernização de suas comunidades e para o crescimento econômico da região. (SILVA, 2016, p.173)

Isso não quer dizer que os salitreiros não tenham consciência dos impactos negativos do projeto. Durante minhas observações, testemunhei muitos deles negando esses impactos, quando mencionados por lideranças locais. No entanto, em conversas mais reservadas sobre suas experiências no vale, frequentemente emergiam sentimentos de insegurança e inquietação diante dos danos causados pelo empreendimento. A dissimulação e a naturalização são, como preconiza Pierre Bourdieu, fatores legitimadores do processo de reprodução social e só passíveis de superação por meio do conhecimento das bases socialmente fundantes desses processos (Bourdieu, 1996).

Motivados por diferentes razões, principalmente pela dependência econômica que desenvolveram em relação ao empreendimento, compreensível em face das escassas oportunidades de trabalho na região, o discurso do "desenvolvimento", amplamente difundido de ponta a ponta do vale, foi inicialmente recebido como uma possibilidade de promoção das condições objetivas de existência.

Embasado no ideal desenvolvimentista e inserido em um conjunto de metas que propõe uma relação de reciprocidade (Scott, 2020) entre o Estado e a população ribeirinha, o Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Salitre na região sustentou, de acordo com documentos do Tribunal de Contas da União (TCU), que o projeto traria repercussões econômicas significativas. Conforme consta no Relatório de Auditoria do TCU, conduzido em 2010 para fiscalizar as obras de implantação do perímetro de irrigação do projeto (TC 015.097/2010-2), ele prometia não apenas a criação de empregos, mas também um aumento expressivo na demanda por serviços e materiais de construção, os quais, conforme alegavam, beneficiariam a economia regional.

O prometido surto de desenvolvimento intensificou as expectativas dos salitreiros à medida que eram anunciados os benefícios imediatos destinados às populações locais e os valores monetários envolvidos nas diferentes fases de operação do projeto. Mencionava-se a distribuição de lotes, kits para sistemas de irrigação e valores substanciais para a produção agrícola irrigada na região. A criação de aproximadamente

31.305 empregos diretos e 626.116 empregos indiretos, e estimativas de que 131.481 pessoas seriam beneficiadas (TC 015.097/2010-2; CODEVASF, 2018<sup>27</sup>). Esses argumentos foram utilizados pelo Estado para justificar a implementação do empreendimento, os impactos socioambientais decorrentes de suas obras e, como é comum em projetos dessa natureza, para legitimar-se perante os pobres que seriam atingidos, com a promessa de sua inclusão na distribuição dos frutos do desenvolvimento.

#### **6.4. Supressão vegetal e os danos morais coletivos**

Pude registrar que as experiências de vida dos salitreiros permeiam todos os lugares que compõem o ambiente: os rios e as plantações; as antigas casas de taipa e também as mais recentes, construídas de alvenaria; os caminhos e veredas que ligam um povoado a outro; a caatinga, onde estão as áreas de cerca caída e onde costumavam praticar a chamada posse seca. Essas experiências permitem que eles se percebam, se sintam e se compreendam nas paisagens que constituem o local onde residem, mesmo que tenham sido transformadas pelas ações devastadoras do projeto de desenvolvimento. Isso ocorre porque as paisagens representam para eles os lugares de suas memórias, correspondendo a atos de recordação da passagem do tempo (Ingold, 2002; 2017).

O relatório técnico do Tribunal de Contas da União de 2009 afirma que as obras do projeto Salitre teriam seguido todas as exigências legais. Além de possuir licença ambiental, as obras teriam ocorrido de acordo com as orientações estabelecidas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Essas medidas visavam minimizar ou até mesmo eliminar eventos adversos que pudessem causar grandes prejuízos ambientais, como a supressão vegetal ou a abertura de um canal de drenagem. No caso do projeto Salitre, tais medidas teriam sido adotadas para preservar o bioma local, a caatinga.

Surpreendentemente, em 2013, uma ação de vistoria de campo na área irrigada do projeto realizada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA), por meio do Núcleo de Defesa da bacia do São Francisco (NUSF) e com apoio do Ministério Público Federal (MPF), constatou que as obras gerenciadas pela CODEVASF estavam em

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-implantacao/projeto-salitre>. Acessado em: 20/10/2017 – 20/04/2020.

*desconformidade com relação a supressão de espécies vegetais protegidas, tais como aroeira, baraúna, umbuzeiro* (MP/BA, 2013, p. 2). Essa ação, integrante do programa continuado de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), tinha como principal objetivo orientar o citado órgão a adotar práticas voltadas para melhorar a qualidade ambiental da bacia do São Francisco e a vida das populações que habitam seu entorno.

Como uma sub-bacia do rio São Francisco, o Salitre foi alvo dessa ação do MP. A fiscalização buscava diagnosticar as não conformidades das obras em relação à legislação ambiental, de saúde, de recursos hídricos e do exercício profissional. Esse olhar interdisciplinar sobre a complexidade dos problemas detectados tinha como propósito adotar medidas administrativas, civis e criminais para corrigir os erros, no âmbito de competência de cada um dos entes envolvidos (MP/BA, 2013, p.2). O diagnóstico apresentado pelo MP/BA ao Juízo Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/Ba confirma tudo o que foi descrito até aqui sobre os dissabores experimentados pelos salitreiros ao longo do prolongado processo de implementação do projeto.

Todavia, o mais surpreendente é que nas denominadas Técnicas e Critérios de Medição do Ministério da Integração (MI) e da CODEVASF, documento que prescreve e regula as ações relacionadas às escavações do dreno no perímetro irrigado, está registrado que, para a execução da escavação, seria necessário realizar previamente o desmatamento da faixa de escavação. Os desmatamentos agrícolas, de acordo com o referido documento, seriam realizados nos lotes destinados aos pequenos produtores, conforme já sublinhado nesta tese, uma vez que se previa a entrega desses lotes totalmente desmatados aos moradores locais. O material lenhoso proveniente do desmatamento passaria, ademais, por um processo de queima e requeima. Portanto, além da supressão vegetal, que por si só causa danos ambientais irreparáveis, era formalmente sancionada a prática da queima e requeima do material lenhoso extraído. Essa prática é amplamente apontada pelos moradores do vale como responsável pela perda da biodiversidade local.

Posição contrária a essa sanção manifestou a equipe do Ministério Público do Estado da Bahia, para quem a supressão de espécies vegetais protegidas, como aroeira, baraúna e umbuzeiro, estaria em desacordo com a legislação. Em total desrespeito ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela CODEVASF em 30 de

dezembro de 2010, também foi constatado o uso do fogo para destruição do material lenhoso, além da ausência de um profissional legalmente habilitado para a execução desse tipo de serviço. De acordo com o TAC, e contando a partir de sua assinatura, a CODEVASF tinha um prazo de seis meses para suspender as atividades de limpeza de área com supressão e queima de vegetação, designar um responsável legal e tecnicamente habilitado para as atividades e apresentar dois projetos, um de compensação ambiental e outro de recuperação ambiental. A vistoria do MP/BA identificou que as ações acordadas não foram cumpridas.

Entretanto, após o transcurso dos prazos assinalados para cumprimento das cláusulas insertas no Termo de Ajustamento de Conduta, em termos gerais máximos, 06 (seis) meses após sua assinatura, ocorrida em 30.12.2010, portanto 30.06.2011, detectou-se que alguns de seus itens não foram cumpridos, quais sejam: indicação de responsável técnico; suspensão das atividades de limpeza de área com corte e queima de vegetação; apresentação de projeto técnico de compensação ambiental e consequente execução do projeto de recuperação ambiental; apresentação de relatório sobre as áreas selecionadas para a recuperação ambiental; entrega de relatório anual que contemple ações de controle ambiental e cumprimento de condicionantes da Licença Ambiental; e pagamento do valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a título de dano moral coletivo; motivo pelo qual, após tentativas infrutíferas para cumprimento espontâneo pela CODEVASF das obrigações acima reportadas, ingressam os Ministérios Públicos Federal e Estadual com a presente demanda executiva, a fim de que a CODEVASF cumpra com as obrigações espontaneamente assumidas e ajustadas. (BRASIL. Ministério Público do Estado da Bahia - 3ª Promotoria de Justiça – Juazeiro. Ação de Execução por Quantia Certa. Juazeiro/Bahia/Brasil, 2013, p. 6)

Além disso, embora o empreendimento possuísse documento de dispensa de supressão de vegetação nativa de nº 0017/2009-0294, emitida pelo órgão ambiental do Estado da Bahia, *in casu*, o IMA (atual INEMA), com anuência do IBAMA, vislumbrou-se, durante a vistoria empreendida pela equipe do FPI e análise visual, que a área efetivamente desmatada, possuía vegetação com indícios de material lenhoso com volumetria superior ao limite de dispensa, já que o parecer nº 05/2009 trazia a ressalva de que a dispensa de autorização de supressão de vegetação só seria válida nos casos em que a volumetria do material lenhoso da área a ser trabalhada fosse inferior a 6 m<sup>3</sup>/hectare de madeira em estado bruto ou 15 m<sup>3</sup> de lenha por hectare em área limpa ou roçada, conforme prevê o art. 313, § 3º do Decreto 11.235/2008, que regulamenta a Política Estadual de Meio Ambiente, Lei nº 10.431/2006. (BRASIL. Ministério Público do Estado da Bahia - 3ª Promotoria de Justiça – Juazeiro. Ação de Execução por Quantia Certa. Juazeiro/Bahia/Brasil, 2013, p. 6, ênfases adicionadas)

Máquinas de grande porte eram utilizadas sem a devida proteção das espécies vegetais protegidas por lei. Os membros do Programa Fiscalização Preventiva Integrada

(FPI)<sup>28</sup> também observaram a ausência de um *pátio de resgate de fauna*<sup>29</sup>, considerado essencial para reduzir os impactos sobre os animais nativos durante as operações do empreendimento. Além disso, a supressão vegetal contribuía para destruir o ecossistema, pois, de acordo com a equipe do Programa FPI e a documentação da Ação de Execução do MP/BA, os profissionais que atuavam no campo durante a fiscalização procediam à remoção completa da matéria orgânica da superfície e à queima do material lenhoso nos camalhões formados na área, deixando o solo exposto (MP/BA, 2013, p. 3). Assim, todas as operações envolvendo o processo de supressão vegetal da área irrigada do projeto foram consideradas em desacordo com as normas ambientais e em descumprimento das condicionantes da licença de operação Portaria IMA n° 11.853/09.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mencionado anteriormente, foi assinado pela CODEVASF em dezembro de 2010, enquanto a vistoria do MP/BA ocorreu em março de 2013. A conduta da CODEVASF em relação aos termos acordados em 2010 levou o MP/BA a concluir que as tentativas de fazer com que a estatal cumprisse voluntariamente com os compromissos acima mencionados foram *infrutíferas*. Diante dessa constatação, tornou-se necessário para o MP/BA entrar com uma ação de demanda executiva para garantir que a estatal cumprisse com as responsabilidades assumidas ao assinar o TAC em 2010.

Assim foram tomadas algumas providências contra a CODEVASF, tais como o Auto de Infração de Campo (n° 326/2010) lavrado pelo IMA/INEM, penalidade de advertência e a possibilidade de paralisação da atividade.

A paralisação das atividades não chegou a ser efetivada porque, segundo o MP/BA,

---

<sup>28</sup> O Programa FPI tem como finalidade diagnosticar a situação ambiental na Bacia do Rio São Francisco, identificando inconformidades com a legislação ambiental, de saúde e profissional. Utilizando uma abordagem interdisciplinar, a FPI deve buscar entender a complexidade dos problemas detectados e, ao mesmo tempo, adotar medidas administrativas, civis e criminais para corrigir as irregularidades identificadas. (Fonte: Comitê da Bacia do Rio São Francisco – CBRSF)

<sup>29</sup> A instalação de um pátio de resgate de fauna seria necessária para a condução de animais nativos que por ventura sofressem impactos diretos com as operações da obra. Como a supressão da mata nativa estava afetando diretamente as espécies animais da área de obras, a presença de um pátio de resgate seria uma forma de minimização desse impacto.

... enviado o respectivo Auto de Infração ao Ministério Público de Estado da Bahia, integrante do programa FPI, entabulou o Parquet com a CODEVASF Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, visando a adequação da conduta dessa Empresa Pública Federal aos parâmetros legais (...). (BRASIL. Ministério Público do Estado da Bahia - 3ª Promotoria de Justiça – Juazeiro. Ação de Execução por Quantia Certa. Juazeiro/Bahia/Brasil, 2013, p. 6)

Por outro lado, a CODEVASF foi instruída a oferecer apoio financeiro e moral às entidades da sociedade civil que atuam nas áreas afetadas pelas obras. O montante correspondeu às obrigações e responsabilidades socioambientais não cumpridas pela estatal. Essa medida punitiva decorreu dos danos ambientais causados pelos desmatamentos nas áreas de atuação da estatal (Ibid., p. 5). O MP/BA ressaltou, na Ação de Execução, notadamente em relação ao dano moral que atingiu todas as comunidades do vale, que o ambiente deixou de exercer integralmente suas funções ecológicas, gerando um prejuízo que afetou toda a coletividade (Ibid., p. 7). Uma vez constatado que a estatal não estava oferecendo apoio nem fortalecendo a atuação institucional de entidades da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização dos danos morais coletivos que as obras pudessem causar, foi determinado o pagamento de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA e ao Grupo Ambientalista da Bahia-GAMBÁ.

Devido à pandemia da Covid-19, não foi possível entrevistar representantes da CODEVASF nem o presidente regional do INEMA/JUAZEIRO para questioná-los sobre essas e outras questões diretamente relacionadas aos conflitos na região.

## **6.5. O des-envolvimento na pauta do desenvolvimento**

A caatinga, como é sabido, é um bioma exclusivamente brasileiro, que ocupa algo em torno de 10% do território do país, abrangendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, sul e leste do Piauí e norte de Minas Gerais, e 62% do território baiano.

A sua importância é fundamental para a biodiversidade do planeta, pois 33% de sua vegetação e 15% de seus animais são espécies exclusivas (endêmicas), não existindo em nenhuma outra parte do mundo. Por outro lado, é um ambiente altamente suscetível à desertificação, processo caracterizado pela perda progressiva da cobertura vegetal,

causada por ações antrópicas, como desmatamento e desflorestamento, associadas a intervenções naturais. Segundo dados do MMA, já foi desmatada cerca de 46% da sua área total, o que aumenta a exposição dos solos aos processos erosivos, tornando as terras secas estéreis à produção agrícola, e, conseqüentemente, impulsionando o êxodo da população rural (LETRAS AMBIENTAIS, 2017).

No vale do Salitre, as primeiras intervenções colonizadoras nesse bioma datam de 1658, quando o rio Salitre entrou na rota de invasão e exploração pela família Dias d'Ávila, conhecida como Senhores da Torre. Ao assumirem o controle do rio e das terras do vale, após exterminar as populações indígenas locais, os Dias d'Ávila não manifestaram interesse em desenvolver na região nem a agricultura, nem o cultivo da cana-de-açúcar, práticas comuns na economia da época. Empregando suas reconhecidas práticas de violência, expulsão e extermínio da população local, a principal atividade dessa família era invadir as terras do sertão para criar gado e extrair minérios e pedras preciosas. Com esse propósito, estabeleceu, na região, o serviço de extração do salitre (nitrato de potássio), substância facilmente encontrada nos solos que margeiam o rio, que, desde então, ficou conhecido por esse nome (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1991, p. 293). A extração do salitre foi, portanto, acompanhada pela expansão dos currais de gado. Por toda a extensão da bacia hidrográfica do rio, cidades inteiras surgiram em torno das descobertas de jazidas que atraíram a instalação de numerosos empreendimentos de exploração mineral (MP/BA e FPI, 2014, p. 324). Esses empreendimentos trouxeram danos à região considerados irreparáveis.

A presença de um rio perene e solos propícios para o desenvolvimento da atividade agrícola transformou o vale do Salitre em alvo do empreendedorismo agrícola e dos projetos desenvolvimentistas do Estado. Como temos visto, desde o início dos anos 1960, a região é intensamente explorada para a prática da agricultura irrigada.

Ao abordar os processos históricos relacionados às fases de desenvolvimento da agricultura irrigada no vale, assim como ao mencionar as técnicas de supressão vegetal utilizadas na “*limpeza*” do perímetro irrigado e os resultados das vistorias de campo realizadas pelo MP/BA e pela equipe do FPI, meu objetivo foi compreender eventos não diretamente observados nem empiricamente vivenciados durante o trabalho de campo,

mas frequentemente mencionados pelas memórias dos interlocutores. Eles revelavam, por meio dessas memórias e queixas, os danos morais e ambientais causados e que afetaram a coletividade. A cada encontro, tornava-se mais evidente como essas ações impactaram seus modos de vida, ocupação, uso e organização espacial, assim como as formas pelas quais eles classificam seu ambiente (Zhourì; Oliveira, 2012, p. 199).

Antigamente, conforme relatou-me meu pai, importante interlocutor desta pesquisa, quando chegava o tempo da chuva, "*a gente deixava as casas e as roças que ficavam aqui, perto do rio, e se metia na caatinga*". Era também o momento em que terminava o período de moagem e os engenhos paravam. Se chovia muito, conforme vimos na primeira parte desta tese, as pessoas se deslocavam para outro lugar, deixando as roças com alguém para cuidar da criação, quando não era levada para outros lugares também, conforme os relatos. Era assim: chegava o mês de novembro, e as pessoas se embrenhavam na caatinga para plantar milho, feijão, melancia, e outras coisas que consumiam naquele tempo. Essa prática ainda é comum no vale do Salitre, mas devido à redução das áreas de *cerca caída* tem perdido sua força. Ao longo do rio, a montante, ainda é possível avistar antigas habitações de taipa ou de adobe que eram ocupadas por seus donos durante cada estação do ano. À medida que o curso d'água ia perdendo força, os agricultores deslocavam-se de uma roça para outra, ou de um povoado para outro, a fim de continuar com suas atividades econômicas baseadas na agricultura de subsistência e criação de pequenos animais. De todo modo, as alternâncias ecológicas sazonais continuam afetando o modo de vida dos salitreiros, articulando e produzindo as condições necessárias para que mantenham suas conexões e relações com o rio, comunidades, pessoas e todo o conjunto de seres que habitam o Vale.

Em empreendimentos desenvolvimentistas, como o projeto Salitre, os gestores frequentemente negligenciam (ou quase sempre ignoram) as formas de organização social das populações que habitam os locais designados para a execução das obras. O modo como esses habitantes constituem suas paisagens e estão ecologicamente e culturalmente ligados aos lugares que habitam (Basso, 1996) é relegado a segundo plano. Além disso, raramente lhes é assegurado o direito de participar das tomadas de decisão sobre o que seja melhor para o lugar onde vivem. Ao implementar projetos de desenvolvimento em locais de seu interesse, o Estado adota estrategicamente um campo de ação fundamentado

na moralidade técnica intervencionista (SCOTT, 2020), apoiado na prática de desenvolvimento do grupo social ali residente (Silva, 2016, p. 175).

### **6.6. A emergência da luta organizada**

Para os salitreiros, o atual modelo de produção, baseado na agricultura irrigada e industrial, não concretizou o desenvolvimento prometido no discurso da CODEVAF. Além disso, não garantiu a permanência das famílias nas comunidades, muitas das quais se tornaram arrendatárias de terras que antes lhes pertenciam ou que eram utilizadas através do sistema de *"cerca caída"*. *"É duro ser arrendatário de terra em sua própria terra"*, queixou-se um agricultor morador da comunidade de Tapera durante uma conversa realizada em 2018, expressando a frustração com a situação.

Construída com base na ideologia do desenvolvimento e, acima de tudo, propagando promover o crescimento econômico local, a retribuição de benefícios provenientes do empreendimento não ocorreu. Segundo relatos de interlocutores, ao contrário do que foi prometido, o aumento do uso de máquinas no perímetro irrigado resultou em uma falta generalizada de empregos na agricultura. Desde os primeiros estudos de viabilidade do vale do Salitre para a implementação da agricultura irrigada, o discurso sustentava-se na geração de empregos, conforme já assinalado.

Os discursos e ações da gestão estatal do projeto não foram, porém, suficientes para anular as forças de resistência locais. A partir de 1980, após as primeiras reações das comunidades do baixo Salitre contra o uso abusivo da água do rio pelos grandes produtores que exploravam o médio e alto cursos, desencadeadas no contexto das atividades desenvolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os salitreiros passaram a legitimar suas lutas e reivindicações por meio do associativismo, concebido como instrumento de construção e organização. Em 1987, foi criada a Associação Comunitária dos Lavradores do Recanto, Santa Terezinha e Bebida – ASCLAREC. A perspectiva era, conforme o relato da já referida Dona Leonice, moradora da comunidade de Recanto e uma das primeiras lideranças comunitárias do vale, lutar para superar os problemas provenientes da grande agricultura, também chamada de agricultura especulativa, que estava destruindo a forma tradicional de cultivo da terra. De acordo com

a sua interpretação, os próprios salitreiros, seduzidos pelas promessas de progresso, contribuíram para essa destruição. Muitos passaram a trabalhar com a monocultura -- de tomate, pimentão, cebolas, melão, conforme a demanda do mercado --, abandonando a tradição da policultura. Consequentemente, passaram a desmatar as margens do rio para expandir a produção, causando sérios danos ambientais, especialmente o assoreamento dos cursos d'água. Outro problema que passou a incomodá-los foi a intensificação do uso de agrotóxicos e adubos químicos nas áreas irrigadas, tanto por agricultores locais quanto por grandes produtores que exploravam as três sub-regiões do vale, ou seja, o alto, médio e baixo cursos do Salitre. O solo que margeia o rio e a sua água passaram a sofrer com a poluição proveniente do uso abusivo desses fertilizantes. Com o associativismo, buscava-se avançar uma luta coletiva que superasse essas dificuldades e promovesse melhores condições de vida para a região.

Não tardou para que as ações da ASCLAREC repercutissem ao longo do vale. Das ações que mais repercutiram, e que legitimaram e fortaleceram a luta, duas foram destacadas por Dona Leonice: (1) a implantação de um modelo de roça comunitária, na qual os associados, além de poder cultivar, também podiam praticar a pastagem de animais de pequeno porte, como caprinos e ovinos. No entanto, a luta para que todos os salitreiros das comunidades associadas tivessem acesso à água potável pautou as ações da associação por muitos anos; (2) a implantação das cisternas verticais, ou sistema de captação de água da chuva, que garantiu água potável às casas de todas as famílias das comunidades associadas, colaborando com a economia doméstica. Explico melhor: conforme a interlocutora, nos períodos mais críticos de seca, os agricultores pagavam para ter acesso à água, pois nem sempre o carro-pipa da prefeitura fazia o abastecimento em todas as comunidades. A luta pela água é ainda hoje a principal pauta da associação.

Com a ampliação da influência das ações da ASCLAREC, novas associações foram se organizando ao longo do vale, culminando na fundação, em 1990, da União das Associações do vale do Salitre – UAVS. Com a missão de agregar as associações que operam exclusivamente no Salitre, a UAVS tem se destacado por sua firme atuação.

Mantendo a tradição de luta associativista iniciada com a fundação da ASCLAREC, em 2014, ela convocou mais de trinta instituições civis, incluindo associações, movimentos sociais (MST) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Salitre

e São Francisco, entre outros, para uma reunião na comunidade de Alfavaca. O propósito era denunciar os danos morais e ambientais causados pelas obras do projeto, exigindo reparação imediata da instituição estatal gestora. Na ocasião, março de 2014, houve a seguinte declaração: "*Vimos que o sonho do Projeto Salitre, sonhado por muitos anos como a redenção do nosso povo, causou-nos decepção, indignação e que hoje somos mão de obra (muitas vezes sem garantia de direitos trabalhistas) ou arrendatários em nossa terra.*"

Diante da negligência estatal e da estrutura midiática e ideológica à disposição do Estado, as lideranças têm se mobilizado de diferentes maneiras. A UAVS incentiva a formação de novas associações; um grupo de jovens criou, e mantém atualizado, um canal de comunicação em uma plataforma de compartilhamento de vídeos, informando as comunidades sobre o que acontece no vale; uma feira agrícola e cultural anual reúne agricultores de várias localidades; improvisam museus; criam bibliotecas; incluem, nos conteúdos escolares, assuntos sobre história, tecnicidade, identidade e questões socioambientais que afetam as comunidades. Essas ações permitem uma compreensão abrangente do Salitre no contexto político e social, evidenciando problemas que se não lhes são exclusivos, uma vez que recorrem todo o país, contêm especificidades.

### **6.7. Agricultores fora dos interesses do Estado**

Como mencionado anteriormente, em 2009, um ano antes da implementação efetiva do projeto, foi publicado o Edital nº 18, que definiu os critérios de seleção para os irrigantes familiares envolvidos. Esse fato, como vimos, reacendeu as animosidades dos salitreiros contra o descaso da CODEVASF em relação às suas demandas, especialmente devido à preferência dada aos grandes produtores no processo de seleção para ocupação dos lotes agrícolas. Retornamos ao Edital para analisar o modelo burocrático de desenvolvimento que caracteriza o Projeto Salitre e as situações de impedimentos de acesso à terra.

Remonto a 2001, quando o Banco do Nordeste elaborou um modelo específico para otimização e promoção do Projeto Salitre, no qual destacou que o Estado garantiria a preparação dos pequenos produtores, por meio da sua capacitação para a produção, uma

vez que as pequenas empresas representavam 20% da área irrigável. O documento destacava que o governo, via CODEVAFS, tinha uma relativa responsabilidade sobre seus empreendedores (pequenos produtores, ou empreendedores familiares) no processo de assentamento, produção e organização (BANCO DO NORDESTE, 2001, p. 73). Foi esse percentual de 20% da área irrigada que se transformou em objeto de conflitos por lotes agrícolas e que, nos dias atuais, continua a perturbar os salitreiros.

Quatro anos depois, em 2014, o MP/BA e o FPI concluíram que o projeto Salitre preservava seus princípios empreendedores voltados para o agrohidronegócio<sup>30</sup> (Ibid. p. 372). Os dois órgãos observaram que, de acordo com as previsões da CODEVASF, durante a execução de suas atividades, o projeto alcançaria uma extensão de 32 mil hectares de terras irrigadas, que seria direcionada ao setor agroaçucareiro, ao passo que apenas 20% da área irrigável seria reservada ao pequeno agricultor.

Mas treze anos antes da conclusão do MP/BA e do FPI, o Banco do Nordeste recomendara que o governo implementasse uma plataforma estruturada de informações e um elaborado processo de promoção e marketing para difundir a potencialidade de produção e a vocação do projeto Salitre no desenvolvimento de um modelo agroindustrial para atender às demandas do mercado externo (BANCO DO NORDESTE, 2001, p. 50).

O Edital nº 18, que trata da Seleção de Irrigantes Familiares<sup>31</sup> do Projeto Salitre - CODEVASF, publicado no Diário Oficial nº 59 de 27 de março de 2009, foi a porta que se abriu para que os salitreiros adentrassem o campo de ação moral do projeto e tomassem conhecimento de que estavam fora dos interesses do Estado. Violando, conforme denunciado em diversos atos de reivindicação, o princípio da moralidade administrativa, o Edital revelava o que até então estava velado: os critérios adotados impediam os

---

<sup>30</sup> No texto do MP/BA e o FPI, o agrohidronegócio é compreendido como o processo de apropriação da água, no bojo da discussão já corrente sobre o agronegócio.

<sup>31</sup> Irrigantes familiares, chamados pelos salitreiros de pequenos produtores, são pessoas físicas que exploram sozinhas, com suas famílias, ou com trabalho eventual de terceiros, a agricultura irrigada, empregando toda a força de trabalho no projeto de irrigação. Já os grandes produtores são, de acordo com a legislação em vigor, designados irrigantes empresários, pessoas físicas ou jurídicas que trabalham com agricultura irrigada, de modo profissional e voltado para o mercado.

pequenos produtores do vale de participar do processo seletivo para aquisição dos lotes agrícolas.

As exigências que mais suscitaram indignação foram a necessidade de comprovação de experiência em agricultura irrigada e de sequeiro; preenchimento de certas condições econômico-financeiras; e grau de instrução. Esta última exigência talvez tenha causado o maior desconforto, uma vez que a região apresenta um dos mais altos índices de analfabetismo do país, o que afeta, significativamente, a população de agricultores.

Conforme relatos registrados durante o trabalho de campo,

As condições vinham no item 1.4: comprovação de experiência com a agricultura irrigada e de condição econômica, aqui vinha a questão bancária, como era o currículo financeiro da pessoa naquele tempo, naquela época, né? Isso aí também pegava muito, porque as pessoas que plantam roças aqui vão vender o produto e ainda tem que dar conta com um atravessador. Por que tem o Ceasa, mas um vem intermedia, outro ganha ali *nas costas* de um produtor, ganha ainda um mil ou um mil e poucos reais, dependendo da quantidade do produto.

No EDITAL exigia-se a comprovação da escolaridade. O grau de instrução seria a comprovação escolar, a comprovada escolaridade, o grau de instrução. Mas mesmo assim, como é que a gente ficaria de fora se a gente teria experiência, que soma 25 pontos, e a condição econômica e de instrução, que somam mais 25. (Eliete Leite Paixão, comunidade de Curral Velho, Junco/Juazeiro-BA, 2020)

Dona Eliete, a já referida líder da comunidade de Curral Novo e experiente ativista, revelou que desde a publicação do edital as exigências estabelecidas deixaram evidente as estratégias para excluí-los do processo seletivo. Ela observou que a necessidade de apresentar um currículo financeiro, comprovando o poder econômico do candidato ao lote, era especialmente onerosa para os salitreiros. Na região, conforme destacado no relato acima, as pessoas que cultivam roças costumam vender seus produtos por meio de atravessadores. Apesar da existência do Mercado do Produtor, sempre há um intermediário (o atravessador) envolvido na venda, obtendo lucro às custas dos pequenos produtores. Após realizar a venda, o agricultor recebe cerca de mil reais ou um cheque, que é trocado no banco. Em seguida, o dinheiro é direcionado à loja de adubo para quitar as dívidas. Esse ciclo dificulta a elaboração de um currículo financeiro ou de um extrato

bancário para comprovar a situação financeira, conforme lhes foi exigido para que pudessem pleitear a concessão de um lote de terra.

No que a isso concerne, e em plena concordância com os pequenos agricultores alijados do processo, o MP/BA e o FPI fizeram a seguinte observação:

Este pequeno agricultor para receber um lote de 6 hectares precisa atender a uma série de requisitos, tais como: ter conta em banco; casa própria; comprovante de renda; comprovação de que sabe realmente plantar em perímetro irrigado, dentre outras exigências. Assim, muitos Salitreiros ficaram fora do processo, acirrando ainda mais o conflito pela água na região. (2014, p. 372-373)

Só tem um Salitreiro alocado aí, o resto tudo é de fora. Desde que distribuíram os lotes só tem um salitreiro, o resto é tudo empresário. Não tem nenhum Salitreiro.

Ao fazer essa afirmação, Seu Rogaciano parece rir, mas, de fato, o riso é uma zombaria que, simultaneamente, expressa desprezo pelos agentes que, ao maquinaram situação tão desigual, expõem a sua má intenção, que salta aos olhos, e não pode ser disfarçada. O riso de Rogaciano também expressa o sentimento de vilipêndio e ultraje por ele, e pelo grupo, experimentado. É imperativo evocar Nikhail Baktn (2010) e a linguagem do riso que, na Idade Média e no Renascimento, produzia, potencialmente, tanto gêneros primários -- gracejos, obscenidades, chistes etc -- quanto gêneros secundários, tais como paródias e pastiches de textos sacros relacionados à hilaridade.

Eu não sei nem se esse que recebeu não já vendeu... risos

Eu fiz várias reuniões na Codevasf com a superintendente Ana Angélica, que era muita minha amiga, João Cury, que era muito meu amigo também... trouxe também aquele menino, aquele que foi ministro lá de Lula... é aqui de Petrolina, é dos coelhos.... Me esqueci o nome... é o irmão do Fernando Bezerra coelho...

Fiz várias reuniões com ele aqui... aqui em Umbuzeiros. Porque eu trazia esses políticos tudinho, aqui para umbuzeiro. Você podia vir aqui que estava cheio de políticos. Prometiam e não resolviam nada.

Eles prometiam que iam alocar o pessoal do Salitre. Que todos teriam lotes. Só foi locado só um, mais ninguém. Aí o povo se afastou, fui me desgostando.... Me desgostei, me desgostei larguei a associação. Deixei pra lá. Hoje tá aí fechada, caindo aos pedaços. (Seu Rogaciano, comunidade de Umbuzeiro/Junco-Juazeiro/BA, 2000)

Conforme mencionado por Dona Eliete e registrado por Erica Daiane em estudo por ela realizado em 2013, dos 255 lotes no perímetro irrigado destinados aos denominados pequenos produtores, apenas 11 teriam sido atribuídos aos agricultores familiares do Vale do Salitre<sup>32</sup>.

#### **6.8. Não era a redenção: a verdadeira vocação do Projeto Salitre**

Em 2009, após várias tentativas de estabelecimento de diálogo com a Superintendência Regional da Codevasf e diante do desinteresse da estatal, aproximadamente trezentos salitreiros ocuparam o canteiro de obras do projeto, localizado no povoado de Lagoa. Conforme relatos das lideranças com as quais me comuniquei durante o trabalho de campo, essa ação tinha como objetivo protestar contra os critérios excludentes do edital.

Levados a acreditar na falsa promoção das suas condições sociais de existência, o cenário atual é marcado pela frustração de Givanildo Mendes com a exclusão de sua família do processo seletivo para a aquisição dos lotes; pelo desalento do agricultor Josemário Gonçalves da Silva, residente da comunidade de Goiabeira II, ao ver as comunidades salitreiras preteridas no resultado final da seleção, quando, segundo ele, deveriam ter tido prioridade; e pelas inquietações da educadora-ativista Eliete Paixão, moradora da comunidade de Curral Novo, que atua vigorosamente para reverter o resultado desolador e promover a recuperação ambiental das áreas afetadas pelo desmatamento agrícola e pela escavação dos drenos. Esses três exemplos de frustração são representativos do grupo.

Em 29 de abril de 2009, cerca de um mês após a publicação no Diário Oficial do resultado seletivo dos lotes familiares, a superintendente da CODEVASF, Sra. Ana Angélica, afirmou ao jornal A Tarde que não havia possibilidade de mudança no edital. Ela sustentou que não era permitido pela lei das licitações *privilegiar os salitreiros com uma espécie de pontuação, pois isso se configuraria em favorecimento a um dos setores*

---

<sup>32</sup> O resultado final da concorrência destinada à seleção de irrigantes familiares para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais no Projeto de Irrigação Salitre foi publicado no Diário Oficial nº 59 de 27 de março de 2009, Seção 3, página 80.

*interessados no edital*. No entanto, quando se trata de modificar disposições legais para atender aos interesses dos *líderes do crescimento*, tudo se torna possível, tudo é permitido, conforme observado por Flávio José Rocha da Silva (2016). Este autor destaca que os líderes do "crescimento" têm garantias de que não enfrentarão problemas com a falta de infraestrutura (estradas, telecomunicações, etc.) ou com a alteração de leis para protegê-los contra possíveis resistências das pessoas afetadas pelas ações governamentais (p.173).

O histórico de pobreza do povo do Salitre tem origem mais nas formas de exploração da terra, água e nas relações de produção gritantemente desiguais do que no impacto da seca, frequentemente utilizado, nos discursos do Estado, para justificar projetos de desenvolvimento agrícola na região. Em face da promessa não alcançada de eliminação dos riscos climáticos causados pela seca, a população teve que recorrer à fé e conformar-se com a sua eventual concretização em um futuro incerto. Como nos textos bíblicos, nos quais a redenção simboliza o ato de resgate da humanidade realizado por Jesus Cristo, proporcionando a oportunidade de libertação das transgressões passadas, a redenção prometida em projetos de desenvolvimento, como o projeto Salitre, está relacionado ao sacrifício coletivo e, contemporaneamente, à luta coletiva e associativista.

Se há algo que os salitreiros aprenderam a fazer é conviver com a seca com dignidade. Ao contrário das promessas proferidas pelos idealizadores de grandes projetos no semiárido, a população reconhece a seca como um fenômeno natural, cujas consequências são contornáveis. Devido às suas inquietações com as intervenções do Estado em seus territórios, ela passou a entender que projetos desenvolvimentistas destinados a eliminar os riscos da seca, e seu conseqüente, a fome, são meros discursos utilizados para justificar sacrifícios que lhes têm sido historicamente impostos durante a execução dos grandes empreendimentos. Convicta de que é possível conviver com a seca e o semiárido, por meio de suas próprias experiências e com o apoio de associações e outras instituições sociais, como o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), ela tem desenvolvido práticas como o recaatingamento, a implantação de roças comunitárias, captação e armazenamento da água de chuva em cisternas, além da limpeza e conservação do rio Salitre.

**CADERNO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA**

---



(66) Dreno – 2019 – entre Campo dos Cavalos e Curral Novo



(67-68) Tapera 2020 drenos



(69-70) Tapera/Aluvião – 2020. Drenos Abertos

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Em 2017, uma equipe de pesquisadores empreendeu uma expedição pelo sertão do São Francisco, chegando às comunidades do vale do rio Salitre. Essa jornada foi parte integrante da "Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano", uma iniciativa resultante da colaboração entre a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o Ministério Público da Bahia e diversas outras organizações. Ela percorreu comunidades diretamente impactadas pelos desdobramentos do agronegócio, mineração e grandes projetos de desenvolvimento. Durante a primeira paragem desse itinerário, na comunidade de Sabiá II, a caravana testemunhou relatos que se tornariam recorrentes ao longo de sua jornada, conforme registrado pela equipe, em uma publicação sobre a experiência intitulada “(Des)caminhos do São Francisco”.

Ali também os pesquisadores conheceram seu Lôu, agricultor salitreiro várias vezes mencionado ao longo desta tese. Ele é primo de Dona Beta, moradora da comunidade de Bebida. Meu primeiro encontro com seu Lôu ocorreu após a pandemia da Covid-19, mas, antes disso, ouvi sobre suas narrativas nas comunidades localizadas entre Junco e Sabiá II e fui instado a visitá-lo, pois ele teria informações valiosas sobre o projeto para compartilhar.

Em março de 2020, enquanto estava em campo na cidade de Juazeiro, Bahia, consultando os arquivos do Acervo Dom José Rodrigues e da Biblioteca da CODEVSF, minha agenda incluía uma imersão nas comunidades de Curral Novo, Sabiá I e Sabiá II, onde pretendia conhecê-lo e com ele percorrer a comunidade. Todavia, só em julho de 2022, após a pandemia, pude retornar ao campo e, finalmente, visitar seu Lôu e sua comunidade.

No período de isolamento social, dediquei-me à pesquisa exploratória, examinando arquivos digitais de várias instituições envolvidas nas diversas etapas de implantação do projeto. Foi assim que localizei o artigo "(Descaminhos do São Francisco)", que contém um relato de seu Lôu sobre os desafios enfrentados.

Nesse artigo está documentada uma das preocupações compartilhadas por ele com os pesquisadores da caravana, i.e., o abastecimento de água devido à redução do fluxo do Salitre. *Eu sou salitreiro, mas o nosso Salitre hoje tá difícil. A gente acha que o desenvolvimento se desenvolveu demais, o nosso riachinho que era pouco secou, não tá chovendo. Não tem como molhar as plantas.*

Ao nos encontrarmos, questionei-o se lembrava daquela declaração. Ele confirmou com um rápido movimento de cabeça, e acrescentou: -- O rio Salitre acabou. Eu digo que foi o desenvolvimento que foi demais. [...].

Demais é um advérbio de intensidade, dicionarizado com os significados de “em excesso; além da conta; além da justa medida”. Na aguda percepção do Seu Lô, é o que desborda, i.e., ‘saiu para fora das bordas ou dos limites’ e, conseqüentemente, deixou de cumprir a sua função social, assegurando o equilíbrio e o bem estar geral. Tal é a sua compreensão acerca do chamado desenvolvimento quando “cresce demais, desborda” para um dos lados, o do capital, deixando ao desamparo – estado de quem se encontra abandonado, privado de ajuda material e/ou moral – aqueles que foram, pela denominada acumulação prévia ou primitiva, dissociados dos meios de reprodução biológica e social, e prosseguem sendo expropriados pela ação conjunta do Estado e das classes dominantes. O desenvolvimento no vale do rio Salitre, ao perder a justa medida para os que mais dele esperavam, só causou desolação aos homens, mulheres e crianças e ao ambiente que os cerca: “o rio *secou, não tá chovendo, não tem como molhar as plantas*’.

Ao analisar as contradições do projeto Salitre, desde os primeiros momentos de sua implantação até a sua formalização, em 1998, e posterior inauguração, em 2010, constata-se o que Parry Scott designou como "um padrão de prejuízos maiores para os mais fracos". Ao longo de mais de seis décadas de planejamento, estudos de viabilidade, obras e implantação do perímetro de irrigação, os atingidos acumularam sucessivos prejuízos, ou seja, perda de terras, precarização da mão de obra, exclusão na seleção dos lotes agrícolas, desterritorialização, assoreamento do rio, interrupção de seu fluxo e distintas modalidades de violência, simbólica, psico-emocional e física.

Inicialmente gratos aos seus patrões, empresários do agronegócio, pelos empregos temporários, não tardaram a lamentar a perda das terras, das áreas de cerca caída, do baixo valor pago pela diária trabalhada, a abertura de drenos que passam por dentro das comunidades, a sua exclusão na distribuição dos lotes agrícolas, entre outras consequências danosas.

## REFERÊNCIAS

### Literatura/Teorias/Pesquisas/Teses/Dissertações/Dicionários

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001173894>. Acesso em: 26.03.2022.

ALIMONDA, Héctor. *Apresentação do livro* Una minga para el postdesarrollo: **lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**, de Arturo Scobar. Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Lima, febrero de 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **In.: R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. Brasil, v.6, n.1, 2004. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102/86>>. Acessado em: 18.09.2020.

AMARAL, Adzamara Rejane Palha; LINS, Sandra Valéria Silva; LIMA, Meridiana Araujo Gonçalves. Estudos dos impactos socioambientais após a implantação do Projeto de Irrigação no Vale do Salitre em Juazeiro – Bahia. **In.: Revista Eletrônica do Curso de Geografia - UFG/REJ**. Jataí-GO, n. 33, Jan-Abr./2019. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/geoambiente>>. Acesso em: 20.03.2022.

AMARAL, Fernando César Saraiva; CARVALHO JUNIOR, Waldir de; FERNANDES, Luís Augusto Costa. Reavaliação da Irrigação das Terras do Projeto Salitre. **In.: Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Embrapa, n. 114, 2007. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/339459>. Acesso em: 19.04.2022.

AMARAL, Rosa Carolina. **Impacto da implantação de Perímetros Irrigados na qualidade das águas superficiais da porção mineira do Médio São Francisco**. 2002, 111 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Escola de Engenharia da UFMG Brlo Horizonte. 2012. Disponível em: <http://www.smarh.eng.ufmg.br/defesas/1010M.PDF>. Acesso em: 16.08.2022.

ANDRADE, Anna Maria de Castro; KISHIMOTO, Alexandre. **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira**. Eldorado-SP: Instituto Socioambiental, Vol. 1, 2017. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%c3%aa\\_relac\\_1\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%c3%aa_relac_1(1).pdf). Acesso em: 16.06.2022.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ARAUJO, Paula Santos. Supressão de vegetação nativa em áreas de preservação permanente: comentários à Lei 12.651/2012. **In.: Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/3634>. Acesso em: 24.04.2022.

ARROBAS, Daniele La Porta; ENEI, José Virgílio Lopes. **Brazil: Framework Analysis for Public-Private Partnerships in Irrigation**. Washington, Estados Unidos: World Bank/PPIAF, 2009. Disponível em: <<https://www.ppiaf.org/documents/2572>>. Acesso em: 13.10.2023

ARROXELLAS, Olímpio Euzébio; ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de. **Compilação das Leis Provinciais das Alagoas – de 1835 a 1872**. Typographia Commercial de A. J. da Costa, 1874. Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor/handle/20.500.12156.6/11082>. Acesso em: 20.06.2020.

AZEVEDO, Aroldo de. **Regiões e Paisagens do Brasil**. São Paulo Editora S/A. Disponível em: [www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//aroldo\\_de\\_azevedo//aroldo\\_de\\_azevedo\\_producoes\\_4.pdf](http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//aroldo_de_azevedo//aroldo_de_azevedo_producoes_4.pdf). Acessado em: 23.06.2019

BAILÃO, André S. Paisagem - Tim Ingold. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>. Acesso em: 22.02.2019.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BANCO MUNDIAL/CODEVASF. **Informe do Projeto dos Polders do Baixo são Francisco**. Relatório nº 714. Brasil - Escritório Regional para Latino América e as Caribes, 1979. Disponível em <https://sophia.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 15.12.2022.

BARROS, Edonilce da Rocha; NASCIMENTO ROSA, Jônatas Pereira do. Dom José Rodrigues: seu papel político e Educativo junto às camadas populares no Boletim “caminhar juntos”. In.: **Ciências Sociais Aplicadas –As relações como meio de compreender a sociedade**. Org. SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco. Ponta Grossa - PR: Atena,2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo>. Acesso em: 25.12.2023.

BARROS, F. Borges de. Cartas. In.: **Annaes do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial, 1920. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Annaes\\_do\\_Archivo\\_P%C3%BAblico\\_da\\_Bahia/qgIXAQAAMAAJ?hl=pt](https://www.google.com.br/books/edition/Annaes_do_Archivo_P%C3%BAblico_da_Bahia/qgIXAQAAMAAJ?hl=pt). Acesso em: 12.10.2020.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. In.: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 131, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Tw3vz4S59FgfcX6TPtHPyVv/>. Acesso em 16.07.2022

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 185-227.

BASSO, Keith H. **Wisdom Sits in Places**. In: FLED, Steven and BASSO, Keith H. Eds. Senses of Place. Op. cit. p. 55, Apud. D. ROGERS, 2009.

BASSO, Keith H. Wisdom sits in places: notes on a western apache lanscape. **In: FELD, Steven; BASSO, Keith (Orgs.) Senses of Place**. Santa Fé, Novo México: School of American Research Press, 1996. p.53-90. Disponível em: [https://nimshav.github.io/EthnoComm-Repository/EOC\\_Library/Basso%20-%201996%20-%20Wisdom%20sits%20in%20places.pdf](https://nimshav.github.io/EthnoComm-Repository/EOC_Library/Basso%20-%201996%20-%20Wisdom%20sits%20in%20places.pdf). Acesso em: 20.10.2020.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **In.: Espaço Aberto**. PPGG - UFRJ, V. 2, N.1, p. 117-150, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336647611\\_A\\_Geografia\\_e\\_o\\_Resgate\\_da\\_Geopolitica](https://www.researchgate.net/publication/336647611_A_Geografia_e_o_Resgate_da_Geopolitica). Acesso em: 19.08.2023.

BETFUER, Leonardo Laguna. A aliança para o Progresso para o Brasil (1961 – 1964 ). In.: **Revista Historiador**. Número 9. Ano 9. Fevereiro 2017. Disponível em <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em: 05.06.2021.

BOLAND, Gudula Maria. **Farmers Organizations, Poverty and the Environment in the Sertão, North-East Brazil**. Nijmegen: NICCOS, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In.: **Estudos Avançados**. Brasil, 133–144, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>. Acesso em 13.08.2023

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FIGUEIREDO, J. P. A. B.; FERREIRA, M. M. (Org). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papiurus, 1996.

BRITO, L.T.; SRINIVASAN, V. S.; SILVA, A. S.; GHEYI, H. R.; GALVÃO, O. C.; HERMES, L. C. Influência das atividades antrópicas na qualidade das águas da bacia hidrográfica do rio Salitre. In.: **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande. v. 9, n. 4, p. 596-602, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeaa/a/gDHqv3dtgBktsvHh5LQL8pm/?lang=pt>. Acesso em, 13.07.2021.

BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **In.: Dossiê Antropologia e Desenvolvimento**. 2004. Disponível em <file:///H:/racismo%20ambiental/Deborah%20B.pdf>. Acesso em: 25.07.2023

CARDOSO, Thiago Mota. **Paisagens em transe - uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2016.

524 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172341>. Acesso em: 20.06.2020.

CARVALHO, Franklin Plessmann de. **Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA. Salvador/BA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32530>. Acesso em: 05.09.2019.

CARVALHO, Franklin Plessmann de. Fundos de pasto territorialidade e uso comum. In.: **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais** – UNICAMP, v. 10 n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2743>. Acesso em: 20.03.2019.

CATÃO, Duque. Um Oasis Mal Aproveitado. In.: **Observador Econômico Financeiro**. Ano VIII, n. 92, setembro, 1943. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/observador-economico/123021>. Acesso em: 04.03.2022.

CAZELLA, Ademir Antônio; GUEDES, Ana Cecília. Arrendamento de terras e agricultura familiar na região meio oeste de Santa Catarina. In.: **Interações**. Campo Grande, MS, v. 20, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/inter/a/xMK4s8WQbs4VHNGTgjYctss/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16.08.2021.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta – sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. Levar a luz? – O reassentamento Tuxá em Itaparica e a retórica desenvolvimentista chesfiana nos sertões de Rodelas. In.: **Setor elétrico e terras indígenas [recurso eletrônico]: danos socioambientais da infraestrutura de produção**. Organização Daniela Fernandes Alarcon... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: [https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/08/CDTI\\_02\\_SetorEletrico\\_WEB\\_29AGO.pdf](https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/08/CDTI_02_SetorEletrico_WEB_29AGO.pdf). Acesso em: 10.05.2024.

D. ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos em conflito na zona da mata pernambucana. In.: **Dossiê: Trabalhadores em Sociedades Açucareiras**. Revista Cadernos de História da UFPE. Pernambuco-PE: UFPE, v. 6, n. 6 (2009). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110049>. Acesso em: 02.05.2023.

DAMAZ, Dayane Santos Silva; HIDALGO, Angela Maria; NUNES, César Aparecido. A proposta de desenvolvimento rural e de educação da FAO nos anos 1950 e na atualidade: forjando consensos como disfarce social. In.: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/fwZDcdMqzvmzmW39rr9SQMf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19.12.2021

DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **In.: Revista História Oral**. Volume 6, 2003. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em 20.05.2022.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: IICA, MDA, 2009.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do Sem Fim aos Territórios do Agrohidronegócio: conflitos por terra e água no vale do São Francisco**. 2015. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015 360 fl. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/128046?mode=full>. Acesso em: 04.06.2019.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima/Peru: Biblioteca Nacional del Perú, 2010. Disponível em: [www.redalyc.org/pdf/860/86020038022.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/860/86020038022.pdf). Acesso em: 26.05.2020.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de A. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes – quilombolas de Cachoeira Porteira**. São Luís: Editora UEMA, 2022. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/territorios-conquistados-e-megaprojetos-inconcludentes-quilombolas-de-cachoeira-porteira/>. Acesso em: 10.07.2023.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de A. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará**. Tese (Doutorado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/75>. Acesso em: 10.04.2022.

FARIAS SANTOS, Michelle de. **Francisco Dias D'Ávila, senhor da torre de Tatuapara: sertanismo e cultura política na segunda metade do século XVII**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 106 f. Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36888>. Acesso em: 19.02.2023.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: <https://www.upress.umn.edu/book-division/books/the-anti-politics-machine>. Acesso em: 13.08.2023.

FONSECA, Eliny Rodrigues. Conflitos pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – Estudos de caso no Estado da Bahia. **In.: Research, Society and Development**. Vargem Grande Paulista – SP, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Renato%20Nascimento/Downloads/7929-Article-113838-1-1020200909.pdf>. Acesso em 12.03.2022.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Tradução de Alcida Rita Ramos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1974

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967.

GALVÃO, Olímpio Euzébio Arroxellas; ARAÚJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das Leis Provinciais das Alagoas – 1835 a 1872**. Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa, 1874. Disponível em PDF em [https://www.google.com.br/books/edition/Compila%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_leis\\_provincias\\_das\\_Al/CE8MAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0](https://www.google.com.br/books/edition/Compila%C3%A7%C3%A3o_das_leis_provincias_das_Al/CE8MAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0). Acesso em 15.02.2024.

GHEYIA, Hans R; BRITO, Luiza T. de L.; SRINIVASAN, Vajapeyam S.; SILVA, Aderaldo de S.; GALVÃO, Carlos de O.; HERMES, Luiz C. Variabilidade da qualidade da água do rio salitre. **In: Publicações Embrapa – Meio Ambiente**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/130988/1/2003AA011.pdf>. Acesso em: 09.04.2021.

GOLDMAN, Marcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. Disponível em: [http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/alguma\\_antropologia.pdf](http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/alguma_antropologia.pdf). Acesso em: 01.05.2020.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada. Os afetos, a etnografia. **In.: Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLDMAN, Márcio. Lévi-Strauss e os Sentidos da História. **In.: Revista de antropologia**. São Paulo: USP, v. 42 n. 1 e 2, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/133465>. Acesso em: 13.04.2021.

GUENA, Marcia. Narrativas fotoetnográficas: A construção coletiva da memória imagética de comunidades quilombolas de Juazeiro (BA). **In.: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9, 2015. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1660-1.pdf>. Acesso em 20.05.2021

GUENA, Marcia; SOUZA, Uilson Viana de. Revisando memórias e reinventando identidades nos álbuns de família de comunidades quilombolas. **In.: Revista Passagens**. Ceará, Volume 6, número2, 2015. Páginas. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46159/1/2015\\_art\\_mgsantosuosouza.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46159/1/2015_art_mgsantosuosouza.pdf). Acesso em 20.05.2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/f>. Acesso em 23.06.2020.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAUISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Hauaiss da Língua Portuguesa**. Rio Janeiro: Objetiva, 2001.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **In.: Ensaios e conferências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HERZFELD, Michael. Desenvolvimentismo. **In.: Antropologia – prática teórica na cultura e na sociedade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014 – pp. 194-215.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. São Paulo. Martins Fontes, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Marins Fontes, 2003.

INGOLD, Tim. **Linhas: uma breve história**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2022.

INGOLD, Tim. Antropologia: **Para que serve?**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. KURTTILA, Terhi. Percebendo o ambiente na Lapônia Filandesa. **In.: CAMPOS** V.19 N.1 JAN.JUN.2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/55908>. Acesso em: 21.03.2022.

INGOLD, Tim. **Estar vivo - Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. **In.: Estar Vivo – Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2015 – pp. 327-347.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **In.: Educação**. Porto Alegre, v. 33, n. 1. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v33n01/v33n01a02.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Coleção de Mapas Municipais: Juazeiro**. Brasil, 2020. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmninnkpcjpcgclcfndmkaj/https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_municipais/colecao\\_de\\_mapas\\_municipais/2022/BA/juazeiro/A0\\_2918407\\_MM.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnkpcjpcgclcfndmkaj/https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/BA/juazeiro/A0_2918407_MM.pdf). Acessado em: 20/04/2023

JOAQUIM, Nathália de Fátima. **[Sub]vidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no seminário de Petrolina**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. 2014. 209 f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9MCKWM>. Acesso em 20.03.2020.

JUNIOR, Mario Martins Viana. Irrigação no Brasil: estado, empresários nacionais e estrangeiros (1964-1991). **In.: ANPUH-Brasil – 30º simpósio Nacional de história**. Recife, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563899896\\_ARQUIVO\\_RESUMO-EXPANDIDO.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563899896_ARQUIVO_RESUMO-EXPANDIDO.pdf). Acesso em: 16.10.2023

KAPUR, Devesh; LEWIS, John P. e WEBB, Richard. The World Bank. Its first half century. Washington D.C.: Brookings Institution Press, vol. 1, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1149287>. Acesso em: 01.04.2022.

LAURA, Cristina. **Produtores ocupam canteiro de obras do Projeto Salitre**. À Tarde. Salvador, 29 de abril de 2009. Notícias Bahia. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1278004-produtores-ocupam-canteiro-de-obras-do-projeto-salitre>. Acesso em: 06.04.2020.

LE BRETON, David. **Antropologia do Sentidos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e dialética. **In.: O pensamento selvagem**. Campinas-SP: Papirus, 1989.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A aliança para o progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**. São Paulo: Editora Unesp. Edição do Kindle, 2020.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor. **Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris. Belém : UFPA, 2007. 278 f.

MARTINEZ, Martín Fabreau. **“Entre o sakura e as uvas”. Transformações e continuidades familiares, organizacionais e identitárias entre os nikkeis do Vale do São Francisco. Uma etnografia sobre trajetórias na agricultura irrigada**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 345fl., 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27078>. Acesso em: 20.04.2022.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawm. Tradução de João Maia. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**. São Paulo: Abril Cultural, Volume 1, Tomo 2, 1984.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no São Francisco**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

NAVARRETE, José Dulá. **A participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a FAO no desenvolvimento da Irrigação no Vale do São Francisco - Brasil**. Brasília: Codevasf, 1980. 12 f. Disponível em: [http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo\\_sophia=4012](http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo_sophia=4012). Acesso em: 27 jan. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **In.: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP.** N. 10. São Paulo, dez. -1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27.07.2023.

OLIVEIRA, J. de S.; SANTANA, R. A. de. Zoneamento das unidades de desenvolvimento do município de Juazeiro-Ba. Juazeiro Bahia. UPAGRO - Unidade de Planejamento Agropecuário de Juazeiro-BA./ ADAC - Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária, Juzeiro/BA,1994.Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/155796/zoneamento-das-unidades-de-desenvolvimento-do-municipio-de-juazeiro---ba>. Acesso em: 03.04.2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **In.: Revista de Antropologia.** São Pulo: USP, vol. 39, no. 1, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41616179>. Acesso em: 04.09.2020.

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: Avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). **In.: planejamento e políticas públicas.**, n. 35 | jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/198/192>. Acessado em 20.05.2023. Acesso em: 04.09.2022.

PATER, Siegfried. **O Bispo dos Excluídos: Dom José Rodrigues.** Paulo Afonso/BA: Fundação Aloysio Pena - Fonte Viva, 1996.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro.** Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niteroi, 2009. 382 ff. Disponível em: [www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009\\_PEREIRA\\_Joao\\_Marcio\\_Mendes-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes-S.pdf). Acesso em: 04.06.2020.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. Celso Furtado, 100 Anos: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959). **In.: Economia & História: Especial Celso Furtado.** Brasil, julho de 2020. Disponível em <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif478-55-62.pdf>. Acesso em: 20.05.2021

POUTIGNAT, Phelippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade – Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo: Editora Usp, 1998.

QUINTERO, Pablo. **Antropología del desarrollo: perspectivas latino-americanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 68<sup>a</sup> ed., 1994.

RAUBER, Marcelo Artur [*et al.*]. Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária. **In.: Coleção – Desenvolvementismo (s) e**

**Territórios Indígenas: Tecnologias de poder e estratégias.** Rio de Janeiro: Mórula, Vol. 3, 2022. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/agronegocio/>. Acesso em: 13.02.2024.

REDWOOD, John. **World Bank approaches to the environment in Brazil: a review of selected projects.** U.S.A: Washington, Volume 1, 1992. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/149011468229495416/world-bank-approaches-to-the-environment-in-brazil-a-review-of-selected-projects>. Acesso em: 05.03.2020.

REESINK, Edwin B. **As alparcatas do Conselheiro e a maior alegria do mundo. Ethnohistórias Kaimbé e Kiriri desde a conquista até Bello Monte.** Tese de Titular (Antro-pologia) – UFPE. Recife: 2017.

REESINK, Edwin B. Saber os nomes: observações sobre a degola e a violência contra Bello Monte (Canudos). **In.: Revista Antropológicas.** Ano 17, volume 2, 2013.

REIS, Ana Maria Bianchi dos. **Salitre: Uma contribuição para a análise da produção camponesa.** Tese de Doutorado. Salvador, 1986.

RESTREPO, Eduardo. Pensar o fim do desenvolvimento sem as certezas de extremas outridades. **In.: Revista Língua & Literatura.** Rio Grande do Sul: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai, n.33, 2018.

RODRIGUES, Dom José (Correspondência). Destinatário: Ana Maria Bianchi. Juazeiro, 19 de agosto de 1986. 1 Carta pessoal.

ROSSI, Renata Alvarez. **Conflito e Regulação das Águas no Salitre – Bahia (1997-2013).** 187 f. il. 2015. Tese (Doutorado). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18490>. Acesso em: 20,03,2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **In: Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA>. Acesso em: 04.04.2022.

SCANTIMBURGO, André Luís. **O Banco Mundial e a política nacional de recursos hídricos.** São Paulo: Cultura Acadêmica - (Coleção PROPG Digital), 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109307>. Acesso em: 10.02.2021.

SCOTT, Russel Parry. **Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco.** In: ZHOURI, A. (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília, ABA, 2012, pp.122-146. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42570>. Acesso em: 02.05.2020.

SCOTT, Russel Parry. Moralidade Técnica – Reflexões sobre práticas excludentes e administração de água. **In.: O público e o privado.** Fortaleza: UECE, ano 20, n.42, Mai/Ago, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/issue/view/543/411>. Acessado em: 20.02.2023

SCOTT, Russel Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

SCOTT, Russel Parry. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. **In.: Dossiê Antropologia e Desenvolvimento**. Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná, v. 14, n. ½, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42570/25827>. Acesso em: 22.05.2023.

SILVA, Erica Daine da Costa. **Carrapicho: experiências de educomunicação com adolescentes e jovens do vale do Salitre**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. Juazeiro-BA – 2019. 149 fl.

SILVA, Erica Daine da Costa. Carta Política Seminário Salitre: **De onde viemos? Para onde vamos?** Articulação São Francisco Vivo, 16 mar. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/eBLVeP>. Acesso em: 13.07.2018.

SILVA, Erica Daine da Costa. **Da passadeira ao canal de concreto: a agricultura e as mudanças no modo de vida da população do Vale do Salitre**. Monografia apresentada como requisito para conclusão da Licenciatura em História oferecida pela Universidade de Pernambuco. Petrolina/PE, 2013 – p. 52.

SILVA, Erica Daine da Costa. **A comunicação e as lutas pela água no vale do Salitre – Juazeiro**. Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social. Juazeiro/BA, 2010 – p. 108.

SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **In.: Revista Pegada**. São Paulo: Unesp. Vol. 17, n. 2, dezembro de 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4671>. Acesso em: 05.05.2022.

SILVA, Uvanderson Vitor da. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Chacinas-politizacao-das-mortes.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Chacinas-politizacao-das-mortes.pdf). Acesso em: 06.10.2023.

STURBA, Cezar. A questão da técnica segundo Martin Heidegger: uma leitura. **In.: Revista Lampejo**. Fortaleza- Ceará: Apoema Grupo de Estudo, - vol. 6 nº 2, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/568439885/6-A-QUESTAO-DA-TECNICA-SEGUNDO-MARTIN-HEIDEGGER>. Acesso em: 09.04.2019.

VIANA JUNIOR, Mario Martins. Irrigação no Brasil: Estado, empresários nacionais e estrangeiros (1964-1991). **In.: ANPUH**. Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563899896\\_ARQUIVO\\_RESUMO-EXPANDIDO.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563899896_ARQUIVO_RESUMO-EXPANDIDO.pdf). Acesso em: 03.09.2022.

VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2004. Disponível em: [http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/o\\_povo\\_em\\_armas.pdf](http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/o_povo_em_armas.pdf). Acesso em: 06.06.2022.

WEBER, Max. A política como vocação. **In.: Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LCT-Editores, 1982.

WELCH, Clifford Andrew; *et al.* **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

WITTFOGEL, Karl A. Despotismo Oriental – Estudo Comparativo do Poder Totalitário. **In.: Revista Derecho del Estado**. Colômbia, Universidad Esternado de Colômbia, n. 12, 2002.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Brasil, Vol. 23 n. 68 outubro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gL9s5ytDQ9jvzVH5GvtsbXw/abstract/?lang=pt>. Acesso: 08.04.2020.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **In: Zhouri, Andrea; Laschefski, Klemens; Pereira, Doralice.** (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. Disponível em: [http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos\\_anteriores/st2\\_02.pdf](http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_anteriores/st2_02.pdf). Acesso em: 05.03.2020.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, Raquel Oliveira; LASCHEFSKI, Klemens Laschefski. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha – MG. **In.: Anuário Antropológico**, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1084>. Acesso em: 05.05.2022.

ZHOURI, A; VALENCIO, N. (orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir – limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2014.

ZHOURI, Andréa. *Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia*. **In.: Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

## Documentos/Projetos/Relatórios/Audiências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil: 2012**. Agência Nacional de Águas - Brasília: ANA, 2012. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/arquivos/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/PanoramaAguasSuperficiaisPortugues.pdf>. Acesso em: 13.05.2020

BAHIA - Governo Do Estado da Bahia – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-PEPLATEC. **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Semiárido do Estado da Bahia** (versão preliminar). Salvador, 1995. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/9923/BVE20058019p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20.03.2022.

BAHIA/BRASIL. **Velho Chico: A experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia**. Equipe FPI. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014. Disponível em: <https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/06/fpi-velho-chico.pdf>. Acesso em: 17.04.2020.

BAHIA/BRASILS. Ministério Público do Estado da Bahia – MP/BA - Fiscalização Preventiva Integrada – FPI. **Ação de Execução por Quantia Certa - em face da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF**. Juazeiro, 2013. Disponível em: [http://www.ceama.mpba.mp.br/biblioteca-virtual-ceama/doc\\_view/3191-acao-de-execucao-tac-quantia-certa-codevasf.html](http://www.ceama.mpba.mp.br/biblioteca-virtual-ceama/doc_view/3191-acao-de-execucao-tac-quantia-certa-codevasf.html). Acesso em: 14.05.2021.

BAHIA-BRASIL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PROVINCIA DA BAHIA. **Leis e Resoluções da Província da Bahia votadas no ano de 1883**. Salvador/Praça Casto Alves: Typographia do Diário da Bahia, 1883. Disponível em PDF em <[https://www.google.com.br/books/edition/Leis\\_e\\_resolu%C3%A7%C3%B5es/MocwAAAAIAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0](https://www.google.com.br/books/edition/Leis_e_resolu%C3%A7%C3%B5es/MocwAAAAIAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0)>. Acesso em 14.2.2024.

BIRD. **Acordo de Fundo - Assistência Técnica para o Projeto de Irrigação do Alto e Médio São Francisco – Brasil**. São Francisco III, Documentos Básicos Contrato. Volume II, 1987.

BRASIL - MINTER – Ministério do Interior; CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Rio Salitre**. Juazeiro: CODEVASF, 1979. (Disponível na Biblioteca da Diocese de Juazeiro/Acervo Dom José Rodrigues – UNEB/Juazeiro)

BRASIL – BAHIA – BIRD/INEMA/CBHS. **Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre: Síntese Executiva. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre**. Salvador, 2017. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/1149.00-PF-03-R01.pdf>. Acesso em: 18.09.2019.

BRASIL – Ministério da Integração Nacional/ Secretaria Nacional de Irrigação/CODEVASF. **Desafios para a transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação: proposta para a efetiva emancipação.** Relatório - Antônio Carvalho Feitosa. Brasília: Secretaria Nacional de Irrigação, 2014. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSENIR/ArquivosPDF/Relatorio---Desafio-para-a-transferencia-de-gesto-dos-permetros-pblicos-de-irrigao.pdf>. Acessado em: 12.10.2020.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. **Audiência pública: Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes>. Acesso em: 05.03.2019.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **Vale do Salitre: alguns elementos para uma ação coordenada.** Petrolina: Embrapa. 1998.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional–MI/Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF. **Termos de Referência Edital n. 001.** Juazeiro. Bahia, 2010.

BRASIL.TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Sec. de Fiscalização de Obras. **Relatório de Fiscalização – sintético:** Obras de Implantação Perímetro Irrigação Salitre / BA. **TC nº 015.097/2010-2 - Fiscalização nº 275.** Bahia, 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2011/fiscobras2010/rel\\_sinteticos/sintetico/sintetico\\_2010\\_275.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2011/fiscobras2010/rel_sinteticos/sintetico/sintetico_2010_275.pdf). Acesso em: 20.02.2022.

BRASIL.TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Secretaria de Controle Externo - BA. **Relatório de Fiscalização – sintético:** Obras de Implantação Perímetro Irrigação Salitre / BA. **TC nº 008.622/2009-0 Fiscalização nº 135,** 2009. Disponível em: [www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2010/fiscobras2009/sintetico/20607037916920029\\_135.pdf](http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2010/fiscobras2009/sintetico/20607037916920029_135.pdf). Acesso em: 23.02.2022.

BRASIL/FORTALEZA. **Modelo específico para otimização e promoção do projeto de irrigação Salitre-Juazeiro da Bahia.** Francisco Mavignier Cavalcante França, coordenador. – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/371433470/Modelo-Especifico-Para-Otimizacao-e-Promocao-Do-Projeto-de-Irrigacao-Salitre-Juazeiro-Bahia-Brasil-volume-4>. Acesso em: 20.03.2019.

CÂMARA SETORIAL DA CARNAÚBA. **A carnaúba: preservação e sustentabilidade. Câmara Setorial da Carnaúba.** Fortaleza: Câmara Setorial da Carnaúba, 2009. Disponível em: [www.adece.ce.gov.br/camaras](http://www.adece.ce.gov.br/camaras). Acesso em: 06.09.2021.

CHESF; PROJETOS TÉCNICOS LTDA- PROTECS; ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA- HIDROSERVICE; ENGENHARIA E IRRIGAÇÃO LTDA- DSF. **Anteprojeto detalhado do sistema de irrigação do projeto Caraíbas: reassentamento da população rural - reservatório de Itaparica.** São Paulo, Volume I, 1987. Disponível em: <https://sophia.codevasf.gov.br/>. Acesso em 14.01.2023.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Acompanhamento das obras de reabilitação do projeto de irrigação do Alto e Médio São Francisco**. S.F. III: BIRD AE 2719 - BR: 1989/1990. Brasília: Codevasf, 1991. 48 p. Disponível em: [http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo\\_sophia=11983](http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo_sophia=11983). Acesso em: 27.01.2023.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Seleção de Irrigantes Familiares do Projeto Salitre – CODEVASF**. Edital nº 18. Diário Oficial nº 59 de 27 de março de 2009, Seção 3, página 80. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-implantacao/arquivos/resultado-selecao-edital-18.pdf>

CODEVASF – IPEA. **Projetos de Irrigação no Vale do Baixo São Francisco - Texto para discussão**. Nº 268. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2517/1/TD%20268.pdf>. Acesso em: 13.06.2021.

CODEVASF. **The irrigation in the São Francisco Valley: problems and solutions**. s.l., 1984. I Conferência Regional Pan-Americana de Irrigação e Drenagem. 1984. Disponível em: <https://sophia.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 15.08.2022.

CODEVASF; PROJETOS TÉCNICOS LTDA – PROTECS. **Projeto Salitre - Levantamento Detalhado de Solos e Classes de Terras para Irrigação – Relatório Geral**. Brasil, Volume I, 1987. Disponível em file:///E:/BIBLIOTECA%20SOPHIA%20-%20CODEVASF/RELATORIO%20PROTECS%201987.pdf. Acesso em: 15.01.2023

CONSORCIO – JP – ENCO – TAHAL. **Estudo de Pré-Viabilidade Técnico-Econômico e Social do Projeto Salitre. Juazeiro/Bahia**. 1988. (Documento físico - Acervo Dom José Rodrigues)

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO no desenvolvimento da Irrigação no Vale do São Francisco - Brasil**. Brasília: Codevasf, 1980. 12 f. Disponível em: [http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo\\_sophia=4012](http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo_sophia=4012). Acesso em: 27 jan. 2023.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Survey of the São Francisco River Basin**. Vol. I: General Report. Document FAO/SF:22/BRA. FAO/UNDP: Rome. 1966. Disponível em <<https://edepot.wur.nl/483010>> Acessado em: 23 de agosto de 2020

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Survey of the São Francisco River Basin**. Vol. III: General Report. Document FAO/SF:22/BRA. FAO/UNDP: Rome. 1966. Disponível em <<https://edepot.wur.nl/483010>> Acessado em: 19 de agosto de 2020.

HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO. **Relatório Final do Projeto Salitre: etapa 2**. Salvador: Hydros, 2014. 5 v. em 16.: il; 30cm. Disponível em <https://sophia.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 05.06.2021.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – IICA. **Curso de Sistematização de Terras Agrícolas para Irrigação de Cana-de-Açúcar – Método de Regularização de Terras para Irrigação**. Campos – RJ: IICA, 1980. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/16487/CDBR21058349p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24.08.2021

LETRAS AMBIENTAIS- **Mudanças climáticas: 10 impactos sobre a Caatinga**. 2017. Disponível em: < <https://www.letrasambientais.org.br/posts/mudancas-climaticas:-10-impactos-sobre-a-caatinga>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF. **Alternativas de utilização de áreas degradadas do Projeto de Irrigação Salitre**. 2009. (Biblioteca Geraldo Rocha - <https://sophia.codevasf.gov.br/>)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL – MIR SECRETARIA DE IRRIGAÇÃO COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SSO FRANCISCO – CODEVASF. **Área irrigada No vale do São Francisco - Projetos Públicos - estudos e projetos**. Brasília, 1993.

MINISTÉRIO DO INTERIOR COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF. **A Irrigação no Vale do São Francisco: Problemas e Solução**. DF, 1984. (Biblioteca Geraldo Rocha - <https://sophia.codevasf.gov.br/>)

MINISTERIO EXTRAORDINÁRIO PARA COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS – Comissão do Vale do São Francisco. **Relatório da Diretoria de Planos de Obra – Exercício de 1966. Brasil, 1966**. Disponível em <https://sophia.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 03.09.2022.

MINISTRO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA-CODEVASF. **A Codevasf e os perímetros irrigados no estado da Bahia**. BRASÍLIA, 1991. (Biblioteca Geraldo Rocha - <https://sophia.codevasf.gov.br/>)

PROJETO SALITRE E PROJETO SALITRINHO. **Programa Semear a Verdade**, Juazeiro-BA: Emissora Rural de Juazeiro, 16 de dezembro de.1988. Programa de Rádio.

PROJETO SALITRE. **Programa Semear a Verdade**, Juazeiro-BA: Emissora Rural de Juazeiro, 09 de dezembro de.1988. Programa de Rádio.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – BANCO MUNDIAL-BIRD. **Projeto São Francisco III- Acordo de Empréstimos**. BRASIL: Coletânea de Acordo de Empréstimos -Contrato n. 2 719. Documentos Básicos, Volume I, 1986.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JUAZEIRO. **Mandado de Segurança contra ato da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Carnaíba – CODEVASF**. Juazeiro, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. ESCOLA POLITÉCNICA – Departamento de **Engenharia Ambiental Grupo de Recursos Hídricos/GRH. Projeto**

**Gerenciamento dos Recursos Hídricos Semi-Árido do Estado da Bahia: Subprojeto Enquadramento de Rio Intermitente – Estudo de Caso Rio Salitre.** Volume II – Capítulo 6, Salvador, 2004.

WORLD BANK ENVIRONMENT DEPARTMENT. - **Resettlement and Development – The Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement. Toward Environmentally and Socially Sustainable Development.** Washington, 1996. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/412531468766148441/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 05.05.2021.

## Jornais

**AGRICULTORES DO Salitre farão passeata em Juazeiro.** JORNAL DE JUAZEIRO. Juazeiro/Bahia, 23 de novembro de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues).

**AGRICULTORES DO Salitre realizam passeata.** GAZETA DO VALE. Juazeiro/Bahia, 28 de novembro de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**AGROSSAL QUER SER ouvida sobre implantação do projeto Salitre.** JORNAL DE JUAZEIRO. Juazeiro/Bahia, 06 de abril de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**ÁGUA DO RIO SALITRE começa a secar após 10 meses de inverno.** A TARDE. Salvador/BA: Agropecuária, 18 de outubro de 1985. (Acervo Dom José Rodrigues)

**BOMBAS AGRAVAM seca no rio Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 02 de setembro de 1986. (Acervo Dom José Rodrigues)

**BOMBAS PARA PUXAR água do rio agrava seca no Vale do Salitre.** A TARDE. Salvador Bahia, agosto de 1986. (Acervo Dom José Rodrigues)

**CIRO GOMES DETERMINA retirada de invasores do MST na Bahia.** ESTADO DE SÃO PAULO. 14, março, 2006. Estado de São Paulo. Caderno de Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ciro-gomes-determina-retirada-de-invasores-do-mst-na-bahia,20060314p56036>. Acesso em 20.04.2020.

**CODEVASF QUER RETOMAR Projeto Salitrinho na região de Juazeiro.** A TARDE. Salvador/Bahia, 10 de abril de 1990. (Acervo Dom José Rodrigues)

**COELBA QUER apurar casos de vandalismo no Vale do Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 27 de fevereiro de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**DEPUTADO QUER definir o “Projeto Salitre”.** A Tarde, Salvador/Bahia, 30 de dezembro de 1982. (Acervo Dom José Rodrigues)

**ESTIAGEM INTRANQUILIZA agricultores do Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 19 de setembro de 1986. (Acervo Dom José Rodrigues)

**FALTA DE ÁGUA NO rio Salitre gera estado de calamidade pública.** GAZETA DO VALE. Juazeiro/Bahia, 20 de setembro de 1986. (Acervo Dom José Rodrigues)

**FALTA DE ÁGUA poderá gerar violência.** A TARDE. Salvador/Bahia, 07 de setembro de 1988. (Acervo Dom José Rodrigues)

**FALTA DE OBRAS contra a seca esvazia rio Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 27 de agosto de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**FAZENDEIROS MORTOS na Luta Pela Terra na Bahia.** TRIBUNA OPERÁRIA. 27.02 a 04.03 de 1984. p. 5 – Ano VI, número 157.

**GRANDE PROJETO Salitre terá obras iniciadas em 88.** JORNAL DE JUAZEIRO. Juazeiro/Bahia, 03 de abril de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**HUNGRIA PODE financiar a irrigação do Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 25 de agosto de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**HUNGRIA VAI INVESTIR 30 milhões de dólares no Vale do Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 08 de maio de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**LIDERANÇAS EXIGEM solução imediata para evitar morte do rio Salitre.** JORNAL DE JUAZEIRO. Juazeiro/Bahia, 19 de junho de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**PERDEMOS DEFINITIVAMENTE o projeto Salitrinho.** GAZETA DO VALE. Juazeiro/Bahia, 28 de junho de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**PODE CHOVER muito durante três meses.** A Tarde, Salvador/Bahia, 29 de dezembro de 1982.

**POPULAÇÃO DA BACIA do Salitre quer um melhor uso da água.** A TARDE. Salvador Bahia, 24 de novembro de 1989. (Acervo Dom José Rodrigues)

**POPULAÇÕES DO Salitre sofrem com a estiagem.** A TARDE. Salvador/Bahia, 13 de dezembro de 1986. (Acervo Dom José Rodrigues)

**POSTES DA COELBA dinamitados no Vale do Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 21 de julho de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**PRODUTORES EXIGEM imediata perenização do Rio Salitre.** A TARDE. Salvador/Bahia, 27 de novembro de 1987. (Acervo Dom José Rodrigues)

**PROJETO Salitre.** TRIBUNA DA BAHIA. Juazeiro/Salvador/Bahia, 07 de julho de 1990. (Acervo Dom José Rodrigues)

**SECRETARIA DE Desenvolvimento Econômico convocou salitreiros.** JORNAL DE JUAZEIRO. Juazeiro/Bahia, 15 de janeiro de 1991. (Acervo Dom José Rodrigues)

**SITUAÇÃO DO Salitre crítica.** A Tarde, Salvador/Bahia, 12 de janeiro de 1985. (Acervo Dom José Rodrigues)

